UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO INSTITUTO DE PSICOLOGIA

CHRISTOPHER RODRIGUES	ANTINCIA	$\tilde{C}\tilde{A}\tilde{C}$
CUKISTOLUEK KODKIGUES	ANUNCIA	ŲΑU

O trabalho do psicanalista em serviços de acolhimento para crianças e adolescentes: Táticas, estratégias e a política do psicanalista na instituição

CHRISTOPHER RODRIGUES ANUNCIAÇÃO

O trabalho do psicanalista em serviços de acolhimento para crianças e adolescentes: Táticas, estratégias e a política do psicanalista na instituição

> Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em psicologia

> Área de concentração: psicologia clínica

Orientador: Prof. Dr. Ivan Ramos Estevão

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catalogação na publicação Biblioteca Dante Moreira Leite Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Anunciação, Christopher Rodrigues

O trabalho do psicanalista em serviços de acolhimento para crianças e adolescentes: Táticas, estratégias e a política do psicanalista na instituição / Christopher Rodrigues Anunciação; orientador Ivan Ramos Estevão. -- São Paulo, 2019.

183 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica) -Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2019.

- 1. psicologia clínica. 2. psicanálise. 3. crianças abrigadas. 4. tática e estratégia.
- 5. ética da psicanálise. I. Estevão, Ivan Ramos, orient. II. Título.

Nome: Anunciação, Christopher Rodrig	ues
Título: O trabalho do psicanalista em ser Táticas, estratégias e a política do psicar	rviços de acolhimento para crianças e adolescentes: nalista na instituição
	Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em psicologia
Aprovado em:	
Bar	nca examinadora:
Prof. Dr.	
Instituição:	Assinatura:
Prof. Dr	
Instituição:	Assinatura:
Prof. Dr.	
Instituição:	Assinatura:



AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Ivan Ramos Estevão, por me receber no programa de pós-graduação em psicologia da Universidade de São Paulo, apostando no meu desejo de pesquisar e na confiança depositada durante o desenvolvimento dessa pesquisa. Pelas articulações, reuniões e acolhimento das mais variadas questões durante esses anos de trabalho.

À profa. Livre-docente Miriam Debieux Rosa que me recebeu no Laboratório de Psicanálise, Política e Sociedade e sempre se dispôs a discussões e debates que auxiliaram na construção dessa pesquisa.

À profa. Sônia Altoé, pela participação na banca de qualificação e desde então, como parceira nessa pesquisa no envio de textos, artigos e indicações de leitura que foram fundamentais ao desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos pesquisadores do Laboratório de Psicanálise, Política e Sociedade da Universidade de São Paulo, que são tributários do desenvolvimento dessa pesquisa através das mais variadas discussões desenvolvidas em nossas reuniões.

Aos psicanalistas que participaram em minha formação analítica como supervisores: Beatriz Ferreira de Almeida e Gustavo Henrique Dionísio, que propiciaram muitos dos *insights* expostos na clínica que pude desenvolver.

A todos os trabalhadores do SUAS que encontrei durante esse percurso na assistência social, sobretudo alguns que marcaram infinitamente minha prática profissional: Izabel Rangel de Souza, Irma de Lins Araújo, Priscila Nascimento, Rosanete Oliveira e Ana Carolina Andrade.

À Marcia Gabriel Pessoa, que muito me ensinou sobre a escuta dos casos, estabelecendo uma importante parceria e apoiando o desenvolvimento dessa pesquisa quando ainda estava como trabalhador em abrigo institucional.

Aos amigos psicanalistas que desenvolvem comigo o projeto *Aprendimentos Clínicos*, por onde ofertamos atualmente formações a outros profissionais do SUAS: Darlene Ribeiro, Carolina Ribeiro, Isabela Ledo e Gabriel Bartolomeu.

Ao amigo e pesquisador, Mário Luis Vilarruel Silva, que participou como interlocutor dessa pesquisa a partir de seu campo de atuação no direito e como professor universitário.

Ao amigo e parceiro de trabalho, Gabriel Bartolomeu, que também participou como interlocutor dessa pesquisa nas discussões dos casos, leitura dos textos e no compartilhamento de angústias e possibilidades do trabalho do psicanalista na assistência social.

Ao amigo e pesquisador Enzo Cleto Pizzimentti, que compartilhou as angústias e vicissitudes do processo de pesquisa nesses anos de trabalho no mestrado.

Ao pesquisador e psicanalista, Rodrigo Gonçalves, pela parceria e leitura mais que atenciosa deste texto.

Aos amigos Bruno Monte, Adonias Calebe Silva Lopes e Claudio Pereira, que estão comigo desde os primeiros passos na educação até agora; que me ensinam e inspiram diariamente.

Ao Partido dos Trabalhadores, principalmente ao ex-presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, que possibilitou através da criação do PROUNI que pessoas como eu, que outrora tinham um escasso horizonte de possibilidade, pudesse ocupar as fileiras da universidade.

As crianças e adolescentes das instituições que passei, que me ensinaram a escutar suas histórias.

Ao psicanalista Paulo Sérgio de Souza Júnior, que me ensina a ousar.

A minha mãe e minha irmã Jeniffer, que sempre apostaram em mim.

"A Criança Nova que habita onde vivo
Dá-me uma mão a mim
E a outra a tudo que existe
E assim vamos os três pelo caminho que houver,
Saltando e cantando e rindo
E gozando o nosso segredo comum
Que é o de saber por toda a parte
Que não há mistério no mundo
E que tudo vale a pena.

[...]

Quando eu morrer, filhinho,
Seja eu a criança, o mais pequeno.
Pega-me tu ao colo
E leva-me para dentro da tua casa.
Despe o meu ser cansado e humano
E deita-me na tua cama.
E conta-me histórias, caso eu acorde,
Para eu tornar a adormecer.
E dá-me sonhos teus para eu brincar
Até que nasça qualquer dia
Que tu sabes qual é."

- Fernando Pessoa

RESUMO

Anunciação, C. R. (2018). O trabalho do psicanalista em serviços de acolhimento para crianças e adolescentes: Táticas, estratégias e a política do psicanalista na instituição. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

O presente estudo discute o trabalho do psicanalista em serviços de acolhimento para crianças e adolescentes através da experiência de um psicanalista inserido nesses serviços na cidade de São Paulo. A pesquisa tem como ponto de partida as questões vivenciadas no cotidiano dos serviços, quanto a dificuldade para desenvolver intervenções e os impasses frente a escuta analítica nessas instituições. Uma dessas dificuldades relaciona-se a escassez de pesquisas sobre o tema, principalmente que tratem do trabalho de psicanalistas que estivessem inseridos em serviços desse tipo. O objetivo geral da pesquisa é de investigar o trabalho do psicanalista em serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Os objetivos específicos são de conceituar teoricamente o trabalho do psicanalista em instituições; analisar o discurso institucional dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes; propor uma articulação teórico-prática ao trabalho do analista inserido na instituição de acolhimento.Parte-se daí em uma pesquisa bibliográfica sobre o trabalho do psicanalista em instituições, recolhendo as especificidades dessas intervenções. Com isso, percebeu-se que muitas vezes o trabalho do psicanalista tem a ver com a problematização dos discursos e práticas do cotidiano institucional. Quanto a intervenção de psicanalistas em instituições socioassistenciais, os trabalhos consultados demonstraram um campo ainda em abertura, com pesquisas exploratórias que pretendem demonstrar quais intervenções foram possíveis de serem realizadas. Quanto a instituição de acolhimento, foi possível perceber que seu discurso orbita em torno de três formações históricas fundamentais que marcam o acolhimento institucional no Brasil, a saber: o período caritativo-filantrópico, menorista e da garantia de direitos. A partir disso, pudemos formular uma questão preliminar a escuta de crianças nesses serviços que se relaciona a um discurso de criança abandonada, que se forma na aglutinação desses modelos dentro das práticas institucionais. Para articular o trabalho do psicanalista na instituição, recorre-se a tática, estratégia e política em Lacan, apresentada no texto da direção do tratamento, uma vez que se trata de uma conceitualização capaz de abrir o campo de intervenção analítica fora do consultório tradicional ou do modelo standard. A partir dessa conceitualização, foi possível delimitar quais as táticas e estratégias puderam ser desenvolvidas no período de trabalho nessas instituições e discutir sobre a política da falta-a-ser, que é a própria ética do analista, o qual não deve abrir mão. A partir disso, a pesquisa conduziu através das elaborações lacanianas no seminário VII – A ética da psicanálise, situando o aspecto trágico no cotidiano de trabalho como a escuta do sujeito do inconsciente. Pela sustentação da política do analista na instituição é que foi possível a sua inserção na equipe e a realização de intervenções com crianças e adolescentes analisadas através dos operadores clínicos da psicanálise e apresentadas no formato de vinhetas clínicas. Finalmente, considera-se que o trabalho do psicanalista nessas instituições deve conter em seu bojo a própria clínica psicanalítica, situada em sua ética da falta-a-ser, a qual não deve abrir mão, podendo a partir disso, considerar as vicissitudes do campo institucional e os discursos que o atravessam.

Palavras-chave: Psicologia clínica. Psicanálise. Crianças abrigadas. Tática e estratégia. Ética da psicanálise.

ABSTRACT

The present study discusses the work of the psychoanalyst in childcare services for children and adolescents through the experience of a psychoanalyst inserted in these services in the city of São Paulo. The research has at its starting point the issues experienced in the daily life of the services, as the difficulty to develop interventions and the impasses against a psychoanalytic listening inside these institutions. One of these difficulties is related to the lack of research on the subject matter, especially that they deal with the work of psychoanalysts who were included in services of this type. The general objective of the research is to investigate the work of the psychoanalyst in childcare services for children and adolescents. The specific objectives are to conceptualize theoretically the work of the psychoanalyst in institutions; formalizing the healthcare institution through the analysis of the institutional discourse and finally proposing a formalization of the theoretical and practical viable work of the psychoanalyst inserted in the health care institution. It starts from a bibliographical research on the work of the psychoanalyst in institutions, gathering the specificities of these interventions. With this, it was noticed that the work of the psychoanalyst often has to do with the problematization of the discourses and the everyday practices of the institution. Regarding the intervention of psychoanalysts in institutions of social assistance, the works consulted presented a still open field, with exploratory research that intends to demonstrate which interventions were possible to be performed. As for the healthcare institution, it was possible to perceive that its discourse orbits around three fundamental historical formations that mark the institutional healthcare in Brazil, namely: the charitable-philanthropic period, the minority period and the guarantee of rights period. From this, we were able to formulate a preliminary question about the listening of children in these services that is related to the discourse of an abandoned child, which is formed in the agglutination of these models within institutional practices. In order to formalize the work of the psychoanalyst in the institution, Lacan's tactics, strategy and politics are presented in the text about treatment's direction, once it aims at a conceptualization capable of opening the field of analytical intervention to outside of the traditional or standard model. From this conceptualization, it was possible to delimit which tactics and strategies could be developed in the period of work in these institutions and to discuss the politics of the lack-to-be, which is the psychoanalyst's own ethics, from which he should not give up. Thus, the research led through the Lacanian elaborations in seminar VII - The ethics of psychoanalysis, placing the tragic aspect in daily work as the listening of the subject of the unconscious. Due to the support of the political by the psychoanalyst in the institution, it was possible to insert them in the team and

to carry out interventions with children and adolescents psychoanalyzed through the clinical operators of psychoanalysis, which are presented in the form of clinical vignettes. Finally, it is considered that the work of the psychoanalyst in these institutions must contain within the core of his own work the psychoanalytic clinic, situated in his or hers ethics of lack-to-be, which should not give up, and from this, can consider the vicissitudes of the field and the discourses that cross it.

Key words: Clinical psychology. Psychoanalysis. Childcare services. Tactics and Strategy. Ethics of psychoanalysis.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quadro	de Recursos Huma	anos do Abrigo	Institucional	64

LISTA DE SIGLAS

CAPS Centro de Atenção Psicossocial

CAPSAD Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e outras Drogas

CNAS Conselho Nacional de Assistência Social

CONANDA Conselho Nacional dos direitos da Criança e do Adolescente

CRAS Centro de Referência em Assistência Social

CREAS Centro de Referência Especializado em Assistência Social

ECA Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNABEM Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

LOAS Lei Orgânica de Assistência Social

MSE/MA Medida Socioeducativa em Meio Aberto

NOB/RH Norma Operacional Básica – Recursos Humanos

PIA Plano Individual de Atendimento

PNAS Política Nacional de Assistência Social

PNBEM Política Nacional de Bem-Estar do Menor

PSB Proteção Social Básica

PSE Proteção Social Especial

SAM Serviço de Assistência ao Menor

SMADS Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

SUAS Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Sobre os capítulos	23
1.2 Método	25
1.3 Justificativa	28
2 O TRABALHO DO PSICANALISTA EM INSTITUIÇÕES	30
2.1 Intervenção psicanalítica em instituições de saúde	30
2.2 O psicanalista, a cena escolar e a cena jurídica	36
2.3 A psicanálise nas instituições socioassistenciais	40
2.4 O trabalho do psicanalista em instituições: delimitação do objeto de estudo	50
3 INSTITUIÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA N BRASIL	
3.1 O período caritativo	56
3.1.1 O fim da escravidão e a filantropia em cena	58
3.2 "Da criança abandonada a figura do menor" – o período menorista	61
3.2.1 Famílias de menores	68
3.3 A garantia de direitos no Brasil	71
3.3.1 Parâmetros fundamentais da garantia de direitos: cenário atual da polític institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil	
3.3.2 Orientações técnicas aos serviços de acolhimento institucional	77
3.3.3 Problematizações em torno da garantia de direitos	81
4 A DIREÇÃO DO TRATAMENTO EM LACAN: TÁTICA, ESTRATÉGIA E A POLÍTICA DA PSICANÁLISE	86
4.1 Contexto histórico da direção do tratamento	86

4.1.1 A querela dos métodos	88
4.2 Tática, estratégia e política: um vocabulário de guerra	90
4.2.1 Do vocabulário da guerra a questão do poder: uma resposta a querela d métodos?	
4.3 Tática, estratégia e política como direção do tratamento	94
4.3.1 A política da falta-a-ser	97
4.3.2 O pagamento do psicanalista	102
5 TÁTICAS, ESTRATÉGIAS E A POLÍTICA DO PSICANALISTA NA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES .	106
5.1 Táticas e estratégias do psicanalista na instituição	106
5.1.1 "O psicólogo é aquele que apaga incêndio": a demanda no campo institu	
5.1.2 O manejo da transferência com a equipe	
5.1.3 A política do analista na instituição: o aspecto trágico do trabalho	121
5.2 Uma questão preliminar a escuta psicanalítica de crianças na instituição	125
5.3 Vinhetas clínicas	139
5.3.1 O que pode o psicanalista frente ao (des)acolhimento institucional	140
5.3.2 Uma adolescente no entre-duas-mortes na instituição	152
5.3.3 Transformando atos em palavras	161
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
REFERÊNCIAS	177

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como objetivo investigar a prática psicanalítica na instituição de acolhimento para crianças e adolescentes através do trabalho de um psicanalista inserido nesses serviços. Essa pesquisa surge da reflexão sobre as intervenções que puderam ser realizadas a partir do encontro delas com a teoria psicanalítica do campo freudolacaniano. Apresentamos a seguir o percurso teórico e prático desse trabalho e as questões que ele enseja ao longo do seu desenvolvimento.

A entrada de psicanalistas em equipes de assistência social se dá, geralmente, pela contratação de psicólogos como técnicos de serviço. *Técnico* é a designação para todos os trabalhadores de nível superior em serviços de assistência social. As pesquisas que apresentaremos no capítulo dois, sobre atuação de psicanalistas no campo socioassistencial, corroboram esse dado. Já as implicações da contratação como *técnico* para o trabalho, serão discutidas mais amplamente no capítulo cinco, quando tratarmos da entrada e inserção do psicanalista no serviço.

O que é interessante notar é que o psicanalista se insere nas equipes de assistência social de forma subversiva – não por um pedido da instituição, mas pela chegada de um psicólogo que está atravessado pela formação analítica e pela psicanálise. Ainda mais do que isso, que esse profissional possa estar implicado com a psicanálise sob o desejo de intervir por ela no serviço em que esteja inserido. Desse esforço em produzir o encontro entre a psicanálise e o serviço de acolhimento é que surge a investigação que esse trabalho conduziu.

Por que falamos em um esforço para *produzir* a psicanálise na instituição? O percurso institucional nos dá sinais sobre essa dificuldade que foi encontrada.

O início dessa experiência deu-se no ano de 2014, na primeira contratação como técnico em um Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA) na cidade de São Paulo. Tratarei SAICA e abrigo institucional como sinônimos.

Na chegada nesse serviço, o pedido da instituição para o psicólogo, é que ele pudesse ser um profissional *versátil* e capaz de acolher o que eles iam identificando como demanda da instituição: auxiliar os educadores no cotidiano institucional, *gerenciar* toda a questão de saúde das crianças e adolescentes, através do controle de medicamentos, consultas médicas, agendamentos, relação com instituições de saúde, entre outros e que pudesse intervir nas dificuldades cotidianas que fossem encontradas com crianças e adolescentes naquilo que nomeavam como *surtos* ou *crises*.

Nessa instituição, desde a chegada, nunca era mencionado que o *técnico psicólogo* (como eles costumavam chamar) devesse dirigir algum tipo de intervenção que contivesse especificidades do psicólogo, como intervenção psicológica, *escuta qualificada*, ou quaisquer outros. Os significantes do campo *psi* não apareciam na instituição.

Havia um tensionamento entre os técnicos e a coordenação do serviço, que tendia a pressionar os profissionais através das demandas acima descritas e uma baixa tolerância com algo que fugisse do previsto. Isso se expressava na alta rotatividade de profissionais da equipe técnica, que permaneciam em média seis meses no serviço até a demissão.

Desde a minha chegada, portanto, buscava escutar as demandas da instituição e responde-las o quanto fosse possível. Inicialmente estive sob o jugo da *tecnicidade* e não enxergava possibilidade de aparecimento da escuta analítica.

O trabalho era novo para mim e num esforço de se apropriar da demanda, passei a estudar os prontuários das crianças e adolescentes acolhidos. O armário com esses processos permanecia trancado as chaves, que ficavam com a coordenação do serviço. Era preciso pedir uma autorização para consulta-los e as crianças e adolescentes também não podiam acessá-lo.

Nesse estudo dos processos algumas coisas saltam aos olhos mais do que outras. A primeira delas era o longo tempo de acolhimento da maioria das crianças nessa instituição: entre quatro e seis anos de acolhimento, ainda sem possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta. O outro dado era o quanto esses documentos eram incompletos em relação as histórias de vida das crianças e adolescentes. Havia uma lacuna entre as suas histórias pregressas e a entrada no serviço de acolhimento. Mesmo os que estavam há muito tempo acolhidos, havia poucos dados da história deles no acolhimento institucional.

Os documentos também tratavam de forma superficial sobre as famílias. O que havia eram sucessivas avaliações dos diferentes técnicos do serviço ou técnicos do judiciário que visavam classificar se a família estava apta ou não a receber a criança novamente. Não se tinha detalhes da história de vida dos pais e mais ainda, da motivação do acolhimento¹. De modo geral, os relatórios do conselho tutelar que viam anexos aos processos citavam comumente "negligência ou maus-tratos".

Nas reuniões do serviço, principalmente com a supervisão, a instituição justificava os longos períodos de acolhimento pela alta rotatividade de técnicos no serviço – o que tinha certa razão. O que chamava atenção é o quanto havia na instituição um discurso de *aprendizagem* e

-

¹ Essa dificuldade sobre o resgate das histórias de vida, bem como as suas implicações sobre as crianças e adolescentes será tema de uma vinheta no capítulo cinco, item 5.3.2 – Uma adolescente no entre duas-mortes na instituição

de *correção moral*, atrelada a um discurso religioso, que estava nas entrelinhas do cotidiano institucional. Haviam cultos religiosos semanais, por exemplo, que a equipe técnica era privada de saber ou participar. Posteriormente, resgatando a história da instituição, compreendi que se tratava de um *orfanato* dos anos 1970, que se adequou a nova política de atendimento a partir do ECA para manter seu funcionamento. Contudo, essas práticas apontavam para uma atualização do modelo asilar e de longa institucionalização. Discutiremos no capítulo três, quais foram os diferentes modelos de institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil e como eles se aglutinam no cotidiano institucional. O que pude perceber nessa instituição, é que havia uma aproximação maior com o modelo caritativo.

A busca que realizava, era no sentido de identificar algo que fosse da especificidade de trabalho do psicólogo naquele contexto. O elemento que pude reconhecer a partir daí, foi uma tentativa de trabalho com as histórias de vida das crianças e adolescentes, com o objetivo de resgatá-las e escutar a partir deles aquilo que estava lacunar em seus processos.

As primeiras tentativas foram de escuta individual, na sala da equipe técnica de cada criança ou adolescente. Esse modelo, que remetia bastante a clínica tradicional, rapidamente fora rechaçado pela instituição, justamente sob a justificativa de que ali não se deve fazer "clínica" e que se havia uma necessidade de ouvir as crianças e adolescentes, o modelo devia ser de grupo.

Assim posto, propus um grupo de contação de histórias para as crianças – que com o tempo teve aderência também dos adolescentes – em que líamos histórias de literatura e trabalhávamos a própria noção de *história*. O propósito era que a partir das histórias lidas, as crianças e adolescentes pudessem fazer relações com a sua própria história de vida. Era a hipótese que tinha para um modelo de trabalho possível.

Com o avanço do grupo, que ocorria ao menos uma vez por semana, em horários diversos, as crianças e adolescentes passavam a demandar mais a escuta. Me procuravam constantemente para conversas, que incluíam desde queixas sobre a institucionalização, sobre a escola, sobre profissionais, até o aparecimento de elemento das histórias de vida, dos pais – a saudade de casa...

Contudo, a instituição já havia esclarecido que esse modelo não era grato no contexto institucional – a escuta individual. Foi a partir daí que passei a valorizar as conversas de corredor e a minha presença no cotidiano da casa.

As conversas com os adolescentes passaram a ocorrer numa saída de escola, ou numa ida para uma consulta médica. Com as crianças, quando eu era chamado para "acalmá-las",

porque estavam brigando ou fazendo "muito barulho". Ou seja, a demanda por escuta existia, cabia apenas que eu pudesse ser capaz de reconhece-la onde quer que acontecesse.

A partir daí é que pude vislumbrar a possibilidade da escuta psicanalítica no contexto do acolhimento institucional. O que discutimos ao longo do capítulo cinco é como essa escuta se deu e como ela foi uma ferramenta para juntar essas "pontas do fio" que pareciam perdidas para as crianças e adolescentes, entre o acolhimento institucional e a vida pregressa à institucionalização.

O percurso nesse serviço durou em torno de quatro meses, quando a instituição decide pela minha saída, justificando que eu era "clínico demais" e o perfil desejado era mais "técnico". Ainda que muito impactante, o que pude carregar dessa experiência, no que esse trabalho é tributário, é a possibilidade de escuta psicanalítica a partir da disponibilidade do psicanalista para transferência, onde quer que ele esteja. A força dessa experiência carregava uma radicalidade² da clínica psicanalítica que precisava ser experimentada.

Prossegui o trabalho na assistência social, posteriormente em um CREAS, também como técnico e depois como Coordenador de um abrigo institucional. Em meados de 2016 retomei o trabalho como *técnico psicólogo* em outro serviço de acolhimento da cidade de São Paulo, onde permaneci até meados de 2018, já no período de construção desse texto. Nesse serviço, decidi pela saída para trabalhar como acompanhante terapêutico. Aqui iremos nos ater as experiências como *técnico psicólogo* nesses dois serviços de acolhimento, por ser daí que pude *inventar* a psicanálise na instituição e operar a partir dela. A possibilidade de intervenção analítica a partir de outros cargos ou em outros serviços, seria objeto de outra investigação.

A primeira questão que surge a partir dessa primeira experiência era porque parecia ocorrer uma supressão das histórias de vida na instituição, aparente pelos prontuários institucionais, relatórios das instâncias judiciárias e socioassistenciais, ao passo que, esse tema aparecia na medida que algum tipo de escuta se fez disponível na instituição. Junto a essa questão, indaguei porque a escuta parecia ser legada a esse mesmo lugar de emudecimento ou supressão instituição, custando inclusive uma saída forçada da instituição.

Dessas questões partem a pesquisa que dá origem a esse trabalho. Responderemos mais detalhadamente a isso, quando tratarmos das identificações das crianças e adolescentes no contexto institucional, quanto a primeira questão e do manejo a equipe para a invenção do dispositivo analítico na instituição, para a segunda – todas no capítulo cinco onde reunimos os resultados desse trabalho.

-

² Radicalidade no sentido de experimentar até onde era possível levar a clínica psicanalítica em contextos diversos ao consultório tradicional.

Foi a partir dessas questões que passei a pesquisa teórica que também dá origem a esse texto. A primeira busca foi por trabalhos que versassem sobre a intervenção de psicólogos nos abrigos, o que encontramos pouquíssimos textos, e depois sobre a intervenção de psicanalistas. Até o término dessa pesquisa, não encontramos nenhum trabalho que tratasse da intervenção psicanalítica em abrigos institucionais a partir da experiência de um psicanalista que esteve inserido na equipe de trabalho, no quadro funcional da instituição. Quanto a intervenções desse tipo, só pude encontrar trabalhos no contexto da saúde e da saúde mental. Os trabalhos que tratam desses temas estão reunidos em nossa pesquisa bibliográfica no capítulo dois.

Desse modo, essa pesquisa insere-se num hiato entre intervenções de psicanalistas em abrigos institucionais externos a instituição (como pesquisadores das universidades dentro dos abrigos, principalmente) e de psicanalistas inseridos em instituições de outros tipos. Todas essas pesquisas é que possibilitaram o aparecimento desta.

No campo de Freud e Lacan, os textos que tomam destaque são *Caminhos da terapia* psicanalítica de Freud (1919/2010) e *A direção do tratamento e os princípios do seu poder*, de Lacan (1958/1998).

No primeiro texto é que Freud faz a indicação sobre a possibilidade da intervenção analítica em instituições, colocando esse horizonte como o "futuro da psicanálise":

Agora suponhamos que alguma organização nos permitisse aumentar nosso número de forma tal que bastássemos para o tratamento de grandes quantidades de pessoas. Pode-se prever que em algum momento a consciência da sociedade despertará, advertindo-a de que o pobre tem tanto direito a auxílio psíquico quanto hoje em dia já tem a cirurgias vitais [...] Então serão construídos sanatórios ou consultórios que empregarão médicos de formação psicanalítica para que, mediante a análise, homens que de outro modo se entregariam à bebida, mulheres que ameaçam sucumbir sob a carga de privações, crianças que só têm diante de si a escolha entre a neurose e o embrutecimento. Esses tratamentos serão gratuitos. Talvez demore muito até que o Estado sinta como urgente esses deveres [...] mas um dia isso terá de ocorrer (FREUD, 1919/2010, p. 291-292).

Essa longa citação de Freud nos mostra que havia uma preocupação do inventor da psicanálise quanto ao destino dela, que estivesse exclusivamente legada aos consultórios de psicanálise ou fundamentalmente, de quem pudesse pagar por ela. Esse texto aponta para a possibilidade de intervenção nas instituições, desde Freud.

Adiante, o autor coloca para nós uma questão, de que, a partir da intervenção analítica nas instituições, talvez fosse necessário aos psicanalistas, misturar "o puro ouro da análise com o cobre da sugestão direta"; misturar auxílio psíquico e apoio material; e adaptar nossas técnicas a dura realidade que se coloca no horizonte de vida dos mais pobres (p. 292).

Essa indicação de Freud pode colocar para nós o problema de que, haveria uma psicanálise para os consultórios e outra para as instituições, onde a possibilidade de sugestão, ou seja, de dirigir o paciente de alguma forma poderia estar posta.

O texto lacaniano de 1958 não cita o texto de Freud de onde começo esse debate. O que Lacan está às voltas é justamente uma interpretação de Freud a partir de sua morte que o autor considera como menos rigorosa e que tenderia a dirigir o paciente e não o tratamento. Retomaremos esse debate no capítulo quatro. Até aqui é possível dizer que dirigir o paciente estaria mais relacionado a dizer o que ele pode ou não fazer ou ainda, tornar a psicanálise uma moral por onde ele pode se situar. O que Lacan propõe a partir do texto de 1958 e posteriormente no seminário da ética é que a psicanálise não deve se assemelhar a uma moral, mas sim uma ética. Uma ética por onde primeiro o analista se situa, para depois situar o analisante (LACAN, 1958/1998; 1959-1960/2008).

A partir disso, quando Lacan situa a tática, estratégia e política, que dá o título desse trabalho, parece ser uma saída a possibilidade de intervenção analítica, em qualquer contexto que seja, sem abrir mão do "puro ouro da análise". Ainda que não seja esse o ponto nevrálgico de debate para Lacan naquele texto, nossa leitura nos conduz a esse ponto em que, independentemente de onde o analista esteja, a sua clínica é que permanece no bojo de sua intervenção.

Nossa hipótese de trabalho, portanto, é que mesmo nos contextos institucionais, não é ao cobre da sugestão que se recorre e sim, ao puro ouro da análise, que se flexiona a partir das diferentes transferências que recaem sobre o analista; aos diferentes empréstimos que ele faz do seu corpo para isso e das diferentes interpretações que ele constrói na escuta do sujeito do inconsciente. Disso que se trata o debate em torno da tática, estratégia e política e daí decorre sua importância na construção desse trabalho³.

A partir da leitura teórica que desenvolvemos nesses anos de trabalho, não apenas de Freud e Lacan, mas de seus comentadores é que nasce o esforço aqui descrito de construção dessa clínica. Nesse percurso, o primeiro movimento que se impôs a essa prática foi o de escrever sobre isso. Mantive durante esses anos diversos cadernos, diários de bordo, blocos de anotações ou mesmo blocos de notas eletrônicos em que pudesse anotar questões, problemas e dificuldades. Com isso, passei a construir *casos* da instituição, aproximando-os da forma como os casos clínicos eram construídos na psicanálise: discuti hipóteses diagnósticas, anotava falas das crianças, adolescentes ou de profissionais, procurava detalhar nossas "conversas" na

_

³ Os conceitos aqui apresentados estão debatidos de forma extensiva no capítulo quatro, item 4.3.2 – o pagamento do analista.

tentativa de aproximá-las da escuta psicanalítica. Ao mesmo tempo, ensejava isso a minha formação como psicanalista fora da instituição, através de análise pessoal, estudo teórico e supervisão.

Assim sendo, a escrita teve nesse percurso um papel fundamental, para a construção das intervenções e o desenvolvimento do trabalho que se descreve aqui. O esforço de articulação teórica se deu a partir da escrita e é ele que possibilita o nascimento dessa pesquisa. O que se espera é que as articulações que foram realizadas aqui possam ecoar a quem venha nessa esteira de trabalho e eventualmente, se veja com questões parecidas. Espera-se com isso, que o trabalho de psicólogos e psicanalistas no SUAS possa se fortalecer a partir de pesquisas que tiveram esses serviços como seu local de intervenção e desenvolvimento.

Durante o desenvolvimento dessa pesquisa, o SUAS – Sistema Único de Assistência Social vem sofrendo constantes ataques, desde o golpe jurídico parlamentar sofrido pela presidenta eleita Dilma Roussef em 2016. Com isso, a política de assistência social onde se inserem os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, bem como, toda política de garantia de direitos no Brasil, encontra-se ameaçada.

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, por se tratar de uma política jovem (sua promulgação é de 2004) e ainda em necessidade de expansão, foi rapidamente retaliada pelos golpistas que tomam o poder em 2016. Uma das primeiras ações do presidente Michel Temer foi a extinção do Ministério do Desenvolvimento Social. Atualmente, no governo de Jair Bolsonaro, essa pasta foi alocada no Ministérios de Mulheres, Família e Direitos Humanos.

Assistimos nesse processo, a assistência social ser direcionada novamente para a filantropia e o *primeiro damismo*. A primeira-dama, Marcela Temer, lança em 2017 o programa *criança feliz*, que se tratava de um programa extremamente vago e com destinação de recursos principalmente a instituições privadas, sem que elas precisassem se submeter aos critérios tradicionais do ECA.

No último ano de trabalho em serviço de acolhimento, assisti o desmonte local da assistência social, que se demonstrou principalmente no encerramento arbitrário de vagas de acolhimento, fechamento de instituições e perseguição política a ONGs que não compactuassem com a política atual de desmonte ou que tivessem em sua história, um percurso reconhecido de luta social e política. O que vi foi um desmonte que custou ainda mais crianças em situação de rua, sem vagas nos serviços ou ainda, serviços que foram superlotados, ultrapassando o limite de quinze ou vinte vagas.

Após a saída da instituição, mantive o percurso ligado a assistência social através de um grupo de estudo voltado para trabalhadores do SUAS, em que estudamos textos do campo

freudolacaniano, principalmente através de comentadores, articulando a prática institucional. Nesse grupo, tive notícias de como o desmonte permanecia, custando aos trabalhadores ficarem até três meses sem salários, por exemplo. Durante o trabalho nesses serviços, ainda não tinha experimentado tamanha destruição dos aparelhos da assistência social.

Nesse contexto, a proteção à infância e adolescência é uma das políticas que fica sob achaque. Por um lado, programas altamente caritativos como "*criança feliz*" retornam à baila, e por outro, há um clamor da extrema direita que se situa, principalmente, no aumento da punibilidade para adolescentes e na redução da maioridade penal. O ECA foi eleito muitas vezes como *inimigo* do combate ao crime e o contexto político institucional parece digladiar-se com os diversos paradigmas de assistência a infância⁴.

Essa pesquisa trata, portanto, de um período que antecede de forma muito próxima o desmonte da política de assistência social e de achaque as políticas de proteção a criança e adolescente. Acreditamos que isso ressalte sua importância ao debater os desafios cotidianos que podem se intensificar frente a perseguição política que se instaurou nesses serviços.

Vale lembrar que a própria pesquisa científica se encontra ameaçada no Brasil. Nos últimos dias de produção desse texto, o governo federal anunciou a suspensão de verbas para Universidades Públicas e o congelamento de todas as bolsas CAPES/Cnpq, colocando um cenário bucólico nas universidades, que se veem inviabilizadas nos seus programas de mestrado e doutorado. É inevitável não lembrar como a pesquisa científica nesse cenário, pode se constituir como um ato de resistência a destruição das políticas públicas que teve início no golpe jurídico-parlamentar e continua prosperando nas mãos do governo Bolsonaro.

Considerando o exposto, o objetivo geral dessa pesquisa é de *investigar o trabalho do* psicanalista inserido em uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes. Para essa investigação propõe-se os seguintes objetivos específicos:

- a. Conceituar teoricamente o trabalho do analista em instituições;
- b. Analisar o discurso institucional dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes:
- c. Propor uma articulação teórico-prática ao trabalho do analista inserido na instituição de acolhimento.

1.1 Sobre os capítulos

⁴ Conforme apresentado no capítulo três

Essa dissertação está organizada em seis capítulos, onde tratamos dos dados teóricos que puderam ser recolhidos dessa pesquisa e finalmente, dos resultados dela a luz da teoria. A divisão realizada é didática e visa auxiliar o leitor ao longo do texto. Apresentamos notas de rodapé nos capítulos onde fazemos referências a itens anteriormente discutidos.

Desse modo, o primeiro capítulo trata dos pressupostos teóricos, práticos e metodológicos dessa pesquisa. Qual é o seu ponto de partida e as questões que se ensejam na práxis⁵ do psicanalista em instituições, os objetivos e a justificativa desse trabalho.

No segundo capítulo, sobre *o trabalho do psicanalista em instituições* será apresentada uma revisão bibliográfica sobre o trabalho do psicanalista em instituições, passando por serviços de saúde, escola, o setor jurídico e finalmente, os trabalhos em serviços socioassistenciais. Serão desenvolvidos pontos de enodamento entre essas pesquisas e outros trabalhos realizados sobre essa temática que nos auxiliam na construção do dispositivo teórico desse trabalho. Destaca-se como as intervenções foram realizadas, além de diferenças metodológicas que se ensejam nesse percurso.

O capítulo terceiro, *instituições socioassistenciais a infância e adolescência no Brasil* apresenta um panorama histórico-crítico da institucionalização de crianças e adolescentes no país, passando pelos períodos caritativos, menoristas até ao período da garantia de direitos, onde se situa nossa pesquisa e intervenção. Pretende-se evidenciar aqui contradições e questões históricas e políticas que atravessam as instituições de acolhimento e que por vezes fazem eco em práticas cotidianas atuais nesses serviços. Também será detalhado os paradigmas fundamentais da garantia de direitos no Brasil através do ECA e das Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes e uma problematização sobre esses parâmetros.

No capítulo quatro, a direção do tratamento: tática, estratégia e a política da psicanálise, trataremos do terreno teórico onde se situa esse trabalho a partir da tática, estratégia e política em Lacan dentro do contexto do texto de 1958, A direção do tratamento e os princípios do seu poder. Discutiremos aquilo que ficou conhecido como querela dos métodos na crítica lacaniana aos psicanalistas da época, e a forma como essa conceitualização serviu como resposta aos tratamentos conduzidos. Seguiremos com a articulação realizada entre o

-

⁵ Usaremos ao longo do texto o termo práxis, conforme a designação e explicitação de Jacques Lacan em seu Seminário XI (1964), ou então, "para designar uma ação realizada pelo homem, qualquer que ela seja, que o põe em condição de tratar o real pelo simbólico. Que nisso ele encontre menos ou mais imaginário tem aqui valor apenas secundário" (LACAN, 1964/2008, p.14). Se por um lado, o termo designa ao psicanalista um 'tratamento' do real via simbólico, por outro, também remete a um fazer implicado em psicanálise, que persevera onde houver um psicanalista.

vocabulário de guerra em Lacan e em Foucault como estratégia para analítica do poder. A seguir, apresentaremos os desdobramentos desse texto com o Seminário VII – A ética da psicanálise, onde Lacan amplia seu debate sobre a política da falta-a-ser.

No capítulo cinco, *Táticas*, estratégias e a política do psicanalista na instituição de acolhimento para crianças e adolescentes, apresentaremos, a partir do referencial teórico construído até aqui, os resultados de nosso trabalho, divididos didaticamente entre as intervenções realizadas com a equipe, através da inserção do psicanalista, e as intervenções com crianças e adolescentes nas vinhetas clínicas que serão apresentadas. Nesse sentido, destacaremos os aspectos da ética do psicanalista através do *trágico* no ambiente institucional, como o aparecimento do inconsciente na cena e o manejo da transferência com a equipe. Sobre as intervenções com crianças e adolescentes, retomaremos o percurso realizado no capítulo três sobre a história da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil para articular aquilo que denominamos como "discurso da criança abandonada" a partir de uma articulação sobre as formas de adoecimento da criança expostas por Lacan em sua *Nota sobre a criança*.

Finalmente, no capítulo seis, apresentamos as considerações finais sobre esse trabalho através de uma síntese de seus resultados e indicações para pesquisas futuras a partir dos desdobramentos aqui apresentados.

1.2 Método

A primeira consideração epistemológica importante sobre a pesquisa em psicanálise se trata de que, em psicanálise, pesquisar significa lançar-se a um enigma. É preciso abandonar certezas, de modo que, a busca por objetividade pode falsear a própria experiência do pesquisador. Da mesma forma que na clínica psicanalítica, a pesquisa é produtora de realidade psíquica que deve ser o material do pesquisador em psicanálise. (POLI, 2005b; DUNKER et al, 2002).

Isso significa que o método de pesquisa em psicanálise está em constante construção. Os dados da pesquisa, os achados dos textos, da literatura e do campo de pesquisa afetam a própria pesquisa, não havendo uma metodologia *previamente acabada* em psicanálise.

Se o método psicanalítico opera pela escuta do sujeito do inconsciente e a interpretação de seu desejo, na pesquisa de fenômenos sociais com psicanálise isso deve se aplicar, mas a partir de outros recursos, que não apenas a associação livre, como entrevistas e depoimentos colhidos pelo pesquisador (ROSA, 2004a). A autora ressalta que essa possibilidade fica bem

demonstrada em Freud na obra "Psicopatologia da vida cotidiana", sobre a aparição e emergência do inconsciente em fenômenos do cotidiano.

Vale citar que essa pesquisa se situa no campo denominado por Rosa (2012) como "psicanálise implicada", pois faz um salto da noção de psicanálise aplicada fora da clínica, para ensejar uma prática que é clínica, em sua relação entre a política, o desejo, o gozo e o laço social.

Assim sendo, a pesquisa que utiliza o método psicanalítico tem a escuta como seu principal instrumento. A escuta dos textos, das produções bibliográficas, das narrativas, dos discursos institucionais, das entrevistas, sempre sugerida pelo lugar do sujeito do inconsciente, que não sabe de si, mas está alienado a um Outro que também deve ser ouvido no momento da intervenção (ROSA, 2004a; POLI, 2005b; FIGUEIREDO, MINERBO, 2006).

Isso quer dizer que o psicanalista na pesquisa estabelece uma relação transferencial com o seu material de pesquisa, ou seja, busca as entrelinhas dos textos, dos discursos institucionais. Na leitura de um relatório, por exemplo, esforça-se para capturar o que dali não está aparente, mas permanece na superfície de um texto. Uma vez que o *inconsciente é discurso do Outro*, conforme Lacan (1964/2008), na pesquisa com o método psicanalítico, a transferência com o material de pesquisa também deve ser capaz de revelar essa dimensão do grande Outro que fica imanente as produções recolhidas.

A ética da pesquisa em psicanálise, portanto, está relacionada a essa escuta de caráter estruturante do sujeito em relação ao desejo e ao gozo, que não o exclua, e que possibilite algo também de inclusão do Real. O elemento central que configura essa relação é a transferência, que deve ser admitida fora da situação de análise em que a associação livre é possível e é elemento organizador daquilo que se escuta. (ROSA, 2004a; SCARPARO, 2008).

Ou seja, a pesquisa depende da transferência que o pesquisador estabelece com os textos que lê, com o campo que realiza e a prática que enseja sua intervenção. Deve se levar em conta a forma como os textos são lidos e que as escolhas teóricas e metodológicas não são ao acaso, mas possuem um atravessamento do próprio inconsciente.

Uma vez que a pesquisa em psicanálise se constrói *a posteriori*, possuindo interdependência com as intervenções realizadas e os dados encontrados, podemos caracterizála como uma "pesquisa-ação", que segundo Tripp (2005) e Thiollent e Colette (2013) são aquelas que se constroem *durante* o processo de trabalho, afetadas dialeticamente pela teoria e prática, ensejando uma *práxis* de pesquisa.

Assim sendo, a *coleta de dados* para conceituar teoricamente o trabalho do analista na instituição deu-se através da pesquisa bibliográfica de trabalhos teóricos sobre o tema como

artigos científicos, dissertações e teses e pelo estudo dos textos fundamentais da psicanálise do campo de Freud e Lacan que tangem os objetivos propostos.

Para isso, foi realizada uma pesquisa em bases de dados científicas com as palavraschave "trabalho do psicanalista", "inserção do psicanalista", "instituição", "instituições". Selecionamos os principais trabalhos, procurando destacar as intervenções em instituições socioassistenciais.

O critério de eleição dessas pesquisas era as que versassem diretamente sobre o trabalho de psicanalistas inseridos em instituições e os que apresentassem intervenções de psicanalistas fora do contexto tradicional, como intervenções comunitárias e grupais, e que estivessem orientados pela psicanálise do campo de Freud e Lacan, que é por onde conduzimos nossa atuação e analisamos os dados de nossas intervenções.

Conforme dito, iniciamos essa pesquisa pela leitura do texto *A direção do tratamento e os princípios de seu poder* de Jacques Lacan, donde recolhemos seu principal desdobramento teórico, que é o Seminário VI – A ética da psicanálise. Por isso privilegiamos também a leitura desse trabalho. Quanto a pesquisa sobre a tática, estratégia e política através de comentadores nos leva a analítica do poder em Foucault, que será discutido no capítulo quatro dessa pesquisa.

Para analisar o discurso da instituição de acolhimento, foram coletados dados através das portarias, normativas, tipificação do Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, produções do âmbito jurídico sobre o tema, além de *folders*, cartilhas e manuais que versem sobre esse serviço. Também foi realizada a pesquisa bibliográfica sobre a história dos serviços de acolhimento no Brasil, bem como, a busca por trabalhos que descreveram essas instituições em seu dispositivo histórico e institucional. Soma-se a isso as anotações coletadas pelo pesquisador durante os anos de trabalho nessas instituições reunidas em "diários de bordo" do cotidiano de trabalho e na produção de documentos como Planos de Atendimento e relatórios.

A análise dos dados foi realizada através do estudo da teoria lacaniana, principalmente a partir dos desdobramentos do texto A direção do tratamento e os princípios do seu poder no seminário VII — A ética da psicanálise, no ano seguinte a publicação do texto da direção do tratamento.

Buscamos situar a experiência que se desenvolveu nos serviços em relação aos operadores clínicos da psicanálise e fundamentalmente, poder localizar a posição do psicanalista naquele contexto. Nesse sentido, outras obras desse campo foram utilizadas para demonstrar como foi possível construir um dispositivo analítico na instituição. Destacamos nesse caso o trabalho de Moretto (2006) por onde foi possível delimitar a entrada e a inserção

do psicanalista na instituição. Destacam-se entre esses operadores os conceitos de transferência, fantasia, sujeito do inconsciente, grande Outro e ética da psicanálise.

Para analisar os dados das intervenções produzidas, procuramos dividir as intervenções realizadas com a equipe e aquelas realizadas com as crianças e adolescentes, afim de demonstrar de forma didática como essas intervenções se deram, uma vez que, no campo institucional, elas aconteciam simultaneamente. Com isso, foi possível delimitar a questão da entrada e inserção do analista no acolhimento institucional e em seguida, aquilo que denominamos como uma questão preliminar a intervenção do psicanalista nessas instituições.

As intervenções clínicas realizadas foram expostas no formato de "vinhetas clínicas" e foram coletadas durante os anos de trabalho como psicanalista nesses serviços. Elegemos diferentes intervenções que demonstram a atuação junto a crianças e adolescentes, famílias e a equipe do serviço, colocando em jogo o discurso institucional e a presença da psicanálise nesses contextos. As análises foram construídas a partir do referencial teórico da psicanálise do campo de Freud e Lacan, lançando mão de diversos conceitos chave que serão esmiuçados na apresentação dos casos.

1.3 Justificativa

No texto *Caminhos da terapia psicanalítica*, Freud (1919/2010) tem no horizonte de possibilidades da psicanálise a oferta de tratamento psicanalítico em instituições públicas, de forma gratuita, imputando ao Estado a necessidade de ocupar-se do adoecimento neurótico tal qual ocupa-se das doenças e epidemias.

Essa abertura coloca-nos defronte as intervenções que foram realizadas em instituições e o desenvolvimento dessa pesquisa. A presença de psicanalistas em instituições remete ao desejo freudiano de levar a psicanálise além dos consultórios tradicionais, ocupando-se das mais variadas formas de adoecimento no campo social.

Nesse sentido, essa pesquisa coloca-se no horizonte de possibilidades para os caminhos da terapia psicanalítica, através da atuação do psicanalista em instituições. Cabe, portanto, enveredar esforços no sentido de formalizar essas práticas, contribuindo com outros profissionais que atuem em instituições sociais.

Nessa esteira, Moretto e Priszkulnik (2014) enfatizam a importância do estudo e da construção teórica na formação do analista inserido na instituição. Do mesmo modo que o psicanalista inserido no consultório tradicional, a sustentação do lugar do analista na instituição depende da formação a partir do tripé de estudo teórico, análise pessoal e supervisão.

Ao campo da pesquisa em psicanálise, portanto, essa pesquisa deve contribuir com a formação teórica dos analistas inseridos em instituições de acolhimento, e no desenvolvimento de um *caminho possível* à terapia psicanalítica.

Nossa pesquisa pretende demonstrar que muitos discursos e saberes comparecem a instituição de acolhimento a crianças e adolescentes no Brasil, ofertando diferentes concepções de indivíduo, de sujeito e de atendimento e encaminhamento dos casos nessas instituições. Não obstante, não visa colocar esses saberes em detrimento de outros, muito menos promover a hegemonia do discurso psicanalítico, mas ao contrário, oferecer uma contribuição possível da psicanálise ao serviço de acolhimento e ao cuidado de crianças nessas condições.

Além disso, também foi possível identificar que ainda não foram realizadas pesquisas sobre o trabalho do psicanalista em instituições de acolhimento para crianças e adolescentes que estivessem inseridos nesses serviços como profissionais contratados, havendo outros trabalhos que serão debatidos aqui, sobre psicanalistas que se inseriram como pesquisadores ou para intervenções a partir de outras instituições.

Assim sendo, a realização dessa pesquisa aponta para esse hiato presente nos trabalhos sobre o tema, levantando especificidades e vicissitudes singulares que interessam ao campo da psicanálise e que pode oferecer aporte aos profissionais que lançam mão da psicanálise nesse campo.

2 O TRABALHO DO PSICANALISTA EM INSTITUIÇÕES

Nosso encontro com o *não saber-fazer* na instituição de acolhimento é que abre as questões que são trabalhadas nessa pesquisa. Se pesquisar na psicanálise é lançar-se a um enigma, o trabalho do psicólogo, posteriormente, do psicanalista no serviço de acolhimento, colocou-nos defronte a *esfinge* do cotidiano de nossa atuação. Como o psicanalista pode atuar no contexto institucional? Essa questão mobiliza a construção desse capítulo.

A seguir, apresentaremos uma revisão de literatura sobre o trabalho do psicanalista em instituições. Primeiro nas instituições de saúde, de educação e do poder judiciário e finalmente em instituições socioassistenciais.

Para essa revisão, foi realizada uma pesquisa em bases de dados científicas com as palavras-chave "trabalho do psicanalista", "inserção do psicanalista", "instituição", "instituições". Selecionamos os principais trabalhos, procurando destacar as intervenções em instituições socioassistenciais.

O critério de eleição dessas pesquisas era as que versassem diretamente sobre o trabalho de psicanalistas inseridos em instituições e os que apresentassem intervenções de psicanalistas fora do contexto tradicional, como intervenções comunitárias e grupais, e que estivessem orientados pela psicanálise do campo de Freud e Lacan, que é por onde conduzimos nossa atuação e analisamos os dados de nossas intervenções. Ao final, serão citadas algumas pesquisas que também puderam ser destacadas a partir de orientações diversas na psicanálise.

Cabe destacar que a divisão realizada é didática, uma vez que os textos serão debatidos entre si ao longo desses itens, além de problematizações pontuais relacionadas a prática cotidiana na instituição de acolhimento.

2.1 Intervenção psicanalítica em instituições de saúde

A maior quantidade de pesquisas nessa temática são as que tratam do trabalho e da intervenção de psicanalistas em instituições de saúde, principalmente em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) (FIGUEIREDO, 2005; CAMPOS, ROSA, & CAMPOS, 2010; SILVA & VIANNA, 2014), hospitais gerais (PINHEIRO & VILHENA, 2007; MORETTO & PRISZKULNIK, 2014; MORETTO, 2006) e na Atenção Básica em saúde (LAMY, 2003; MINATTI, 2004).

Na pesquisa de Figueiredo (2005) a autora oferece uma *contribuição da psicanálise ao trabalho em equipe no CAPS*, propondo uma assunção do lugar do analista através da proposta

de construção do caso clínico de *Carlos Viganó*, onde a equipe deve construir sobre o caso horizontalmente, conduzindo-se por aquilo que ele tem de ponto-cego, ou seja, pelo não saber sobre o sujeito a autora propõe que se deve compreender o caso e a construção dos dispositivos institucionais no CAPS, a saber, o Projeto Terapêutico Singular.

Interessante destacar o que a autora dispõe sobre o lugar da transferência no trabalho, devendo ser considerada para a diminuição de diferenças e incompatibilidades entre os pares que podem levar a exclusão e segregação no interior da equipe. "Não se pode trabalhar sozinho, isoladamente, mas a responsabilidade do ato se situa no um a um" (FIGUEIREDO, 2005, p. 45). Isso quer dizer que o psicanalista deve advertir-se da transferência e saber dela como uma condição premente às relações, procurando dissipar os efeitos nefastos das "rivalidades narcísicas" e "pequenas diferenças" que podem eliminar a diversidade na construção do caso, que está pautada pela multiplicidade de saberes. Ao invés disso, o fio condutor da intervenção deve ser o sujeito e a transferência que deve operar é a de sujeito suposto saber, como aqueles que ainda não sabem sobre o desejo de quem se apresenta no atendimento⁶.

A autora compreende as "rivalidades narcísicas" ou ainda o "narcisismo das pequenas diferenças" como aquelas *conversas de corredor*, *fofocas*, ou quaisquer formas de aliança na instituição que não servem para a construção do caso nem ao trabalho em equipe, mas que podem de alguma forma inviabilizá-lo (FIGUEIREDO, 2005).

Já no trabalho de Campos, Rosa e Campos (2010) o que está em jogo é a *intervenção* psicanalítica em grupos realizados também no ambiente do CAPS com pacientes do serviço. Nesse caso, os autores discutem as vicissitudes dessa modalidade de atendimento e as implicações da psicanálise frente ao discurso institucional, que tem por característica atravessar as intervenções.

A confusão de línguas que se promove no encontro entre psicanálise, psicoterapia, psiquiatria e o modelo assistencial e do cuidado parece ser o enodamento do trabalho em grupo nos CAPS, onde emergem tensões institucionais e demandas que não podem ser ignoradas pelo psicanalista.

Esses autores também problematizam a abordagem assistencial que é privilegiada nesses serviços, que, visando devolver a cidadania furtada do *louco* em seu longo processo de institucionalização antes da reforma psiquiátrica, terminam muitas vezes por acreditar que esse discurso pode ser capaz de dar conta de toda a demanda do sujeito, sobrepujando a clínica e sua

_

⁶ Quanto ao conceito de "sujeito suposto saber" da transferência em Lacan, consultar o item 4.3.2 – O pagamento do analista

terapêutica. "A armadilha está em acreditar que o trabalho de inclusão suprima o trabalho clínico que é feito com a demanda e o desejo" (CAMPOS, ROSA, CAMPOS, 2010).

Quanto ao trabalho do analista na instituição, os autores destacam que a sua especificidade deve ser a *problematização*, quando não, *a recusa dos saberes estabelecidos nos binômios saúde-doença, loucura-razão*, recuperando a dimensão singular do sujeito no trabalho em grupo. Cabe ao analista, portanto, problematizar os discursos institucionais que terminam por enredar os atendidos em posições fantasmáticas que impedem a invenção do sujeito.

Essa posição é corroborada por Abreu (2008) quando trata da *prática entre vários* como uma forma de inserção da psicanálise na instituição de saúde mental.

Nesse caso, a prática entre vários significa a direção do tratamento a partir da falta presente em todo discurso, na presença dela e na recusa em conduzir-se pelo discurso do mestre como ordenador da intervenção. Nessa modalidade, cunhada por *Antônio di Ciaccia*, conforme Abreu (2008), a aposta está centrada no sujeito, "na capacidade de produção do discurso, atrelada à posição da equipe que pode colaborar nesta direção" (p. 76).

Cabe dizer aqui o que significa essa direção do tratamento que mira no que é faltoso do discurso. Uma vez que a verdade em psicanálise é não-toda, ou seja, está sempre obturada pela falta estrutural do inconsciente, a visada do discurso institucional é tamponar essa falta no discurso. Uma das saídas para isso é o que recai na elaboração lacaniana sobre o discurso do mestre, que é quando o agente do discurso é tomado na posição de verdade toda, ou seja, de quem tem uma verdade que seja capaz de obturar a falta estrutural⁷.

Na prática entre vários, a ideia é que não haja alguém ocupando esse lugar, mas que seja possível se a ver com o que é faltoso. Nas instituições de saúde mental, isso pode se expressar em uma dificuldade para lidar com as crises de um paciente, por exemplo. É preciso um certo grau de invenção da equipe para isso, ou pode recair-se no discurso de que os pacientes são assim mesmo, "que não tem outro jeito", o que seria uma forma de mestria em relação a essa falta que se apresenta na instituição.

Para demover essas posições nos discursos institucionais, é preciso que o analista seja capaz de introduzir a dimensão da sua ética na psicanálise, que se sustenta, entre outras coisas, pela falta do objeto de desejo (LACAN, 1959-1960/2008). Uma vez que o analista sabe que o objeto de desejo não existe, muito menos não o tem, na instituição é preciso uma operação que seja capaz de introduzir isso que é da ordem da falta na construção do caso clínico. Essa pode ser a contribuição do analista em uma prática entre vários.

⁷ Retomaremos o debate sobre os discursos em Lacan no item 5.2 – Uma questão preliminar a escuta psicanalítica de crianças na instituição

Isso significa que o analista deve trabalhar para recuperar o estatuto da singularidade no ambiente institucional, o que significa capturar algo dessa relação entre a instituição e o sujeito, que permanece tamponada por certos discursos institucionais e poder colocar a trabalho, em movimento. De algum modo, é poder reconhecer no que o discurso institucional cala e no que ele faz falar nos seus atendidos (ABREU, 2008; CAMPOS, ROSA, CAMPOS, 2010).

Nesse sentido, Abreu (2008) nos ensina que os psicanalistas possuem o "dever ético" de se ocupar dos sofrimentos de nossa sociedade (p. 75). Isso quer dizer que, para escutar os sujeitos na instituição, é preciso atentar-se aos discursos, as posições no laço social, a política que opera naquele contexto e as condições sociais, econômicas e materiais que atravessam os sujeitos, sem tomá-las como um limite à intervenção e a direção do tratamento, mas ao contrário, inclui-las no manejo, reconhecendo-as como atravessamentos que podem encarcerar a subjetividade.

Ainda nessa pesquisa, vale destacar o que Abreu (2008) designou como *eixo de transmissão da prática entre vários* na instituição, que é quando, nas reuniões de equipe o analista é chamado a dizer de sua prática. "As reuniões clínicas têm o papel de enlace entre a política, a estratégia e a tática" (p. 79), pois é ali que o analista precisa formalizar sua clínica na instituição para transmiti-la a seus pares em equipe, sintetizando a sua tática, a estratégia e a política de seu trabalho.

Na esteira desse debate, a pesquisa de Minatti (2004) também é relevante para a construção do trabalho do analista em instituições. Nesse caso, a intervenção da autora deu-se em uma instituição que acolhe famílias de pessoas que vem a São Paulo realizar tratamentos médicos.

Aproximando-se bastante de nosso local de intervenção, a instituição em que a pesquisa foi realizada é mantida por uma ONG e sobrevive de doações e repasses vindo da iniciativa privada, mantendo as famílias que lá são acolhidas sejam por dias, meses ou até mesmo anos, a depender do quanto durem o tratamento de seus parentes.

Apesar disso, essa instituição é mais atravessada pelo saber médico e da relação saúdedoença como organizador de seu discurso e de suas práticas do que pelo discurso socioassistencial (MINATTI, 2004).

Dessa relação presente na instituição é que a autora pode delimitar o campo do psicanalista, que era para onde estava endereçada as demandas adjacentes as questões da doença, como o choro, o pedido de ajuda, o desequilíbrio emocional frente ao infortúnio. Nesse caso, se a doença era o que garantia o laço dos sujeitos com a instituição, o aparecimento da

subjetividade parecia não encontrar lugar na instituição. Sem encontrar ressonância, produzia o emudecimento das pessoas atendidas.

O trabalho de uma psicanalista que esteve inserida em um serviço de atenção à saúde escolar (LAMY, 2003) também corrobora esse dado, relatando que os encaminhamentos ocorriam ao "setor de psicologia" quando não se encontrava "nada" nos pacientes, mas restavam os sintomas. Ao analista endereçavam-se os restos da doença que não podem ser sustentados pelo discurso médico – cabendo ao analista supor aí, o aparecimento do sujeito (LAMY, 2003; MINATTI, 2004).

Com isso, a forma como os atendimentos ocorriam no serviço em que Sueli Minatti (2004) construiu sua intervenção exigiram invenção por parte da psicanalista. "Houve momentos de atendimentos feitos nos corredores, à beira do tanque de lavar roupa, da pia de lavar louça, do fogão, à beira da cama" (p. 30).

Esse deslizar do psicanalista pelos diferentes locais da instituição assemelha-se a intervenções que são construídas nos serviços de acolhimento, uma vez que, estando inserido na dinâmica de uma casa-instituição, a preservação de uma sala para atendimentos é quase impossível. O que cabe ao analista é a capacidade de reconhecer esses aparecimentos da singularidade, dos sujeitos que emergem entre as pessoas, que se destacam do discurso institucional nesses diversos locais, e ali ser capaz de fazer borda a essa emergência através da oferta de escuta.

Contudo, Minatti (2004) destaca que esse reconhecimento só era possível a partir do endereçamento de uma demanda ao analista. Em certo caso atendido, a autora relata que a senhora que a procura diz que já sabia que o serviço oferecido pela psicanalista "não servia para nada", mas.... (p. 31).

Nesse "mas" é que a analista reconhece a demanda do sujeito, sobre algo que resiste em ser escutado, travestido em um mas, sobre algo que pode ser dito. Também um "mas" que fala de algo que produz sofrimento, mas é de outra ordem, para além da relação saúde-doença estabelecida na instituição.

Frente a demanda, portanto, cabe ao analista não responder de pronto, mas criar condições para fazer dela uma questão. Produzir uma questão sobre a demanda - "Mas?" – Pode ser uma forma de intervenção. Reendereçar a demanda ao sujeito, produzindo um enigma em torno disso, faz um giro sobre o saber e abre a polissemia da palavra, o que já é outra forma de intervenção (MINATTI, 2004).

A partir disso, o movimento que se instala entre a demanda e o sujeito é, segundo Minatti (2004), aquilo capaz de produzir o campo psicanalítico na instituição. A partir da suposição dos

sujeitos sobre o que é o psicanalista (demanda) – alguém que ouve, que escuta o inaudível, *que não serve, "mas"* – e a escuta, é que o psicanalista faz emergir não apenas o sujeito, mas também o seu campo na instituição.

Sobre isso, as pesquisas de Tourinho Moretto (MORETTO, 2006; MORETTO, PRISZKULNIK, 2014) também conferem importância sobre a relação do psicanalista com a demanda no trabalho institucional, mas nesse caso, além da demanda dos sujeitos atendidos, cabe o reconhecimento da demanda da equipe sobre o seu saber-fazer para constituição de seu campo.

Com isso, as autoras estabelecem uma diferença entre encaminhamento e demanda, a saber que, nem sempre o encaminhamento contém uma demanda ao analista. Aquilo que resta da cena médica – a subjetividade – pode ser encaminhado ao psicanalista na instituição, mas para constituir uma demanda depende que haja também na equipe um desejo de "querer saber sobre isso", ainda que através do psicanalista (MORETTO, PRISZKULNIK, 2014).

Assim sendo, se a equipe encaminha a questão da subjetividade ao psicanalista como desejo de não querer saber sobre isso, de expulsar da instituição qualquer rastro da subjetividade, isso constitui apenas o encaminhamento e não a demanda. Ainda que o analista possa atender o paciente, na equipe a sua posição permanece adjacente e seu saber excluído.

Isso estabelece uma relação dialética entre o analista e a demanda que depende, não apenas do seu fazer, mas também da transmissão do seu saber a equipe. O saber do analista é o não saber sobre o sujeito, que se presentifica no reendereçamento da demanda como forma de questão ao sujeito atendido, que é parte do seu fazer. Disso decorre a relação entre a transmissão do analista e o desejo da equipe: se for possível reconhecer na equipe o desejo de saber sobre a demanda, o trabalho do analista pode acontecer na instituição, do contrário, o analista permanece excluído do discurso institucional (MORETTO, 2006; PRISZKULNIK, 2014).

Com isso, a autora nos adverte que a posição do analista na instituição só pode se constituir *a posteriori* de seu trabalho. É no cotidiano da instituição, na relação com a equipe e com as práticas institucionais no encontro com o saber do psicanalista, que ele pode se inserir, ou não, na equipe de trabalho.

Essa posição também corrobora a prática entre vários (ABREU, 2008), pois coloca o trabalho do analista em interdependência com os outros profissionais e a própria instituição, o que quer dizer que, nesse âmbito, o analista não pode trabalhar sozinho.

Ainda sobre o trabalho do psicanalista em equipes de saúde, Moretto (2006) em sua tese de doutorado tem como um dos objetivos a formalização teórica do processo de inserção e

construção do lugar do analista nessas equipes, sendo um dos poucos trabalhos que trata da formalização do lugar do psicanalista em instituições.

Nesse caso, a autor propõe uma formalização do trabalho pela descrição do processo de entrada e de inserção do psicanalista na equipe de trabalho, e pela conceituação teórica dele, estabelecendo uma diferença entre a entrada e a inserção do analista na equipe.

Essa diferença será retomada no capítulo sobre a formalização do trabalho do analista na instituição de acolhimento, cabendo destacar aqui que, segundo essa autora, o trabalho do analista na instituição depende, não apenas da demanda dos sujeitos atendidos, mas também da demanda endereçada pela equipe (MORETTO, 2006).

2.2 O psicanalista, a cena escolar e a cena jurídica

Reunimos nesse item os trabalhos encontrados sobre a intervenção no âmbito escolar e a pesquisa de Miranda Júnior (2009), que foi o único trabalho que nos deparamos sobre a *práxis do psicanalista nos tribunais*. Esses trabalhos estão agrupados didaticamente, uma vez que temos apenas um trabalho sobre a prática psicanalítica nos tribunais.

O trabalho de Mohr (2011), apesar de ter como foco *a construção do atendimento individual* a partir de um núcleo de atendimento a alunos contra evasão escolar, tem um importante debate sobre a relação do psicanalista com as instituições.

O autor destaca que, desde o início de sua intervenção nesse núcleo, a instituição escolar deixava claro "que ali não se fazia psicanálise" (MOHR, 2011, p. 10). De acordo com a sua análise, essa resistência tinha a ver com o desejo de homogeneização da instituição sobre a infância, o ensino, e os saberes que ali circulavam, que terminava ameaçado pela emergência do sujeito promovida pela escuta psicanalítica.

Realizar a escuta psicanalítica das crianças e adolescentes que eram encaminhados a esse núcleo terminava por promover um questionamento sobre o *status quo* do discurso institucional, que resistia em reconhecer as singularidades e apontava respostas prontas a partir da lógica do "mau-funcionamento" da máquina-criança, que segundo o autor, relaciona-se aos problemas de aprendizagem que são encontrados na nosologia médica. Com isso, ele reconhece uma permeabilidade entre discurso escolar e saber médico que podia ser identificada pela atuação do psicanalista naquele contexto.

Como então era possível produzir a intervenção, sem abrir mão da ética da psicanálise que resiste ao enquadramento dos sujeitos em funcional ou disfuncional ou na promoção da homogeneidade, buscando fazer emergir o singular? O que Mohr (2011) nos aponta é que cabe

ao analista, assumir a sua posição de *um entre vários* que é capaz de reconhecer o não saber sobre o sujeito.

Esse desafio se materializava na necessidade e dificuldade de transmitir o saber do psicanalista às equipes educacionais que faziam a demanda de atendimento, correndo o risco de, em muitas ocasiões não ser ouvido. Assim sendo, ele aponta que, a possibilidade de trabalho do psicanalista na construção do atendimento individual na escola é a de correr o risco sobre o sujeito. É, portanto, não apenas aventurar-se no advento do sujeito, mas ser capaz de transmitir o saber sobre o singular (MOHR, 2011).

Segundo o autor, que retoma a noção do *entre vários* para o analista frente a equipe escolar, era preciso transmitir algo da singularidade as equipes escolares na tentativa de romper essa hegemonia da criança "funcional" e "disfuncional" no contexto escolar, uma vez que, a leitura psicanalítica dos transtornos de aprendizagem aponta para uma produção do sujeito e não uma patologia de ordem orgânica ou comportamental, por exemplo.

O que se pode ver na pesquisa de Mohr (2011) é que o trabalho do analista frente a instituição produziu furo no discurso e na lógica institucional. Cabe a ele, na interlocução com as equipes de trabalho, ser capaz de sustentar sua ética e criar as possibilidades de trabalho que não apenas contornem a falta inerente ao discurso, mas que possa se a ver com ela. Com isso, a invenção do analista é ferramenta privilegiada nesse tipo de atuação, não apenas no manejo dos casos, mas da relação dele com as equipes.

Nessa esteira, o debate de Stazzone (1997) sobre o que o psicanalista deve fazer na escola contribui para compreensão desse tensionamento entre o trabalho do psicanalista e o discurso institucional, quando provoca: "a instituição é impossível?" (P. 50), aludindo aos três impossíveis delimitados por Freud – educar, curar, governar – evidencia que haverá sempre um impossível entre o fazer do analista e a instituição. Isso porque, o analista não pode e não deve responder a demanda institucional. Se o encaminhamento é sobre o "aluno disfuncional", não cabe ao analista ratificar essa posição, mas saber que dela deriva uma "cola imaginária" – conforme Figueiredo (2005) – que marginaliza o sujeito e recobre as contradições do discurso institucional. Essa colagem dos indivíduos ao instituído é produtora de adoecimentos e de encarceramento das possibilidades de atravessamento dessa identificação.

O que a escuta analítica deve promover nesse sentido, é o descolamento dessas identificações pelo reconhecimento do sujeito na cena social, ainda que com isso haja o aparecimento do real da instituição na forma de não saber (STAZZONE, 1997; MOHR, 2011).

Mobilizadas pelo mesmo pressuposto, temos a intervenção de Coutinho e Rocha (2007), que se baseou em promover a escuta psicanalítica de adolescentes através de grupos realizados em escolas no município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro.

Diferentemente da proposta de Mohr (2011) que promovia a escuta individual de alunos através de um núcleo, a pesquisa-intervenção dessas autoras realizou-se dentro do espaço escolar com a criação de grupos de adolescentes. Cabe salientar que essas psicanalistas não estiveram inseridas na escola como funcionárias, mas adentraram o espaço institucional como pesquisadoras, mobilizadas pela psicanálise.

Enquanto Campos, Rosa e Campos (2010) encaram os grupos na instituição como um espaço privilegiado do aparecimento das tensões institucionais, realizando uma psicanálise de grupos, Coutinho e Rocha (2007) entendem o grupo como dispositivo facilitador da intervenção em psicanálise, pois ainda que seja no grupo, visa o individual e o singular.

As autoras ressaltam que ainda que se esteja operando através de um grupo, o foco da intervenção é a clínica psicanalítica, que fora do *setting* tradicional sustenta-se pela escuta dos sujeitos a partir de um lugar de suposto saber sobre eles. Desse modo, o trabalho em grupo serve como suporte da escuta psicanalítica na escola, uma vez que, o que está em jogo é a transferência dos adolescentes com as analistas que se colocam na posição de endereçamento das demandas.

Quanto as intervenções realizadas, as pesquisadoras se depararam no grupo com diversas significações dos adolescentes sobre eles mesmos e sobre a realidade que estavam profundamente atravessadas pelas condições materiais e de subsistência naquele local. A escola localizava-se em uma periferia da cidade, e a forma como os jovens se apresentaram as psicanalistas era atravessado por representações — principalmente midiáticas — do que é a vida na periferia.

O que as autoras perceberam é que a escuta psicanalítica nesse contexto serviu para questionar essas posições assumidas pelos adolescentes no laço social, podendo retirá-los de uma posição subjetivamente cristalizada para uma posição mais desejante e menos capturada por esses lugares. O reconhecimento do sujeito que havia entre essa gama de identificações, produziu reflexões e construção de novos saberes sobre si entre os adolescentes, transformando, o que estava cristalizado, em questões⁸ (COUTINHO, ROCHA, 2007).

⁸ Nos deparamos com um dado similar em nossa pesquisa a partir do estudo dos discursos institucionais e de como foi possível perceber que havia uma captura das crianças e adolescentes no interior desse discurso. Esse debate está esmiuçado no capítulo cinco, item 5.2 – Uma questão preliminar a escuta psicanalítica de crianças na instituição.

Para essas autoras, o trabalho do psicanalista nesses grupos trata de reconhecer essas posições identificatórias e problematizá-las junto aos adolescentes, fazendo aparecer o sujeito.

Finalmente, temos a tese de Miranda Júnior (2009) que pesquisou os limites e possibilidades da atuação de psicanalistas no tribunal de família, a partir da experiência de casos em que a intervenção psicanalítica foi possível.

A principal questão articulada pelo autor trata da relação entre a psicanálise e a instituição jurídica, materializada no problema sobre a verdade que recai sobre os casos.

Enquanto a institução jurídica solicita algo de uma verdade *positiva* sobre o sujeito, baseado em demandas tais como se a família pode ou não ficar com a criança, se o pai ou a mãe tem condições de cuidar, etc, a psicanálise opera na contramão disso, sabendo que a verdade está sempre barrada pelo desejo e que não se pode captar por inteiro. O saber sobre o inconsciente adverte o psicanalista de que a verdade é não toda.

Articular esse saber na cena jurídica é um grande desafio, uma vez que a demanda do direito é sempre uma demanda pela verdade inteira do caso. O que Miranda Júnior (2009) propõe, é que na atuação nos tribunais o psicanalista deve ser capaz de *manejar* a verdade do direito e a verdade do sujeito que se interpõe nos atendimentos. Para isso, é preciso ser capaz de abrir a possibilidade da escuta e da palavra nas entrevistas que realiza.

Nesse sentido, *a práxis psicanalítica nos tribunais* não se enseja de antemão, mas vai sendo construída no caso a caso. O recurso inicial são as entrevistas, e daí desdobram-se, a partir do que pode ser identificado como demanda, as outras intervenções que podem ser realizadas.

Miranda Júnior (2009) mantém a posição sobre demanda supracitada nas pesquisas de Figueiredo (2005), Minatti (2004) ou Moretto (2006), no sentido de que, a demanda inicial não deve ser *respondida* pelo analista, mas deve ser *manejada* no sentido de uma questão que se endereça ao sujeito.

O autor ressalta que nesse âmbito, não cabe ao analista ignorar ou simplesmente abandonar os imperativos da norma jurídica, mas manejá-los na direção de uma separação deles do sujeito que se apresenta para o atendimento na vara de família: é preciso manter uma relação crítica e singular com esses significantes, reconhecendo seu atravessamento sobre as falas do sujeito, e mais do que isso, atentar para a forma como o sujeito se articula em relação a esses significantes.

Essa relação entre o psicanalista e a norma jurídica fica evidente na elaboração de Miranda Júnior (2007) sobre o relatório que precisa ser entregue a autoridade judiciária sobre o caso. Esse documento tem por premissa o diagnóstico e a avaliação do profissional, falando

objetivamente àquele litígio que se propõe. Contudo, quando se escuta o sujeito numa perspectiva do reconhecimento do sofrimento e do inconsciente, essa relação se tensiona e é preciso refazer o percurso de elaboração dos relatórios.

O que deve incidir nesse documento a partir dessa ótica é um caráter *ensaístico*, que não abre mão do rigor, mas se conduz pelo não-saber sobre o sujeito que emerge na própria construção do caso. Deve se construir um texto com sequência lógica, objetivo, apropriado mais da linguagem corrente do que de termos técnico-científicos e que não necessariamente contenha o caminho da intervenção que o psicanalista realizou, mas que traga, por exemplo, o resultado dela que interessa ao caso.

Assim, o que será escrito é fruto de um cálculo feito na interface discursiva. O que se afirma e o que não pode ser concluído são frutos de um trabalho que articula a leitura clínica, na qual se evidenciam as questões de cada sujeito, com as intervenções do psicanalista e o enderaçamento deste escrito para os operadores do direito e para os próprios sujeitos (MIRANDA JÚNIOR, 2009, p. 216).

Até aqui é possível perceber algumas questões comuns aos psicanalistas que atuam em instituições. A emergência da subjetividade no contexto institucional como demanda ao psicanalista é um tema recorrente nas pesquisas, bem como, a recusa da instituição no reconhecimento dessa subjetividade.

A gama de discursos que circula nas instituições também são atravessamentos que interessam ao psicanalista, uma vez que participam do enodamento entre sujeito e instituição. Mais do que saber deles, o psicanalista deve advertir-se dos discursos que circulam nessas práticas na construção da sua intervenção.

Nas pesquisas em saúde, se verifica uma preocupação recorrente com a relação do analista e a equipe, reconhecendo-o como um agente do discurso institucional enquanto membro de uma equipe, considerando inclusive, as relações transferenciais que se estabelecem entre os pares a partir do tensionamento de saberes.

No ambiente escolar e jurídico essa questão não aparece. O que se percebeu é que existe um tensionamento maior nessas instituições sobre o saber psicanalítico, havendo em alguns casos, uma tentativa constante de expulsão e de recusa a presença do discurso analítico.

Isso posto, apresentaremos agora as intervenções psicanalíticas realizadas no âmbito de instituições socioassistenciais e da assistência social, destacando o trabalho do psicanalista nesse contexto de atuação.

2.3 A psicanálise nas instituições socioassistenciais

Conforme dito, em nossa pesquisa bibliográfica tivemos dificuldades em encontrar trabalhos que versem sobre a prática psicanalítica em serviços socioassistenciais. Reuniremos a partir daqui as pesquisas disponíveis que concernem ao nosso tema.

Começamos pelo trabalho de Scarparo, *em busca do sujeito perdido* (2008) que tratou da atuação do psicanalista na assistência social. A autora esteve inserida na Secretaria de Assistência Social do município de Porto Alegre, de onde pode atuar de forma interdisciplinar em diversos equipamentos da assistência social e da saúde mental.

A pesquisa de Scarparo (2008) tem por premissa o resgate do sujeito pela escuta nos que ela reconhece como ambientes demasiadamente burocratizados da assistência social. Foram em atividades burocráticas, como a inclusão em um programa de bolsa-família, por exemplo, que a autora identifica possibilidades de escuta, que quando colocadas, foram capazes de trazer o sujeito a cena.

Isso é o que a autora promove ao longo de sua pesquisa-intervenção, através de diferentes dipositivos. A ida dos *usuários* dos serviços aos CRAS, as entrevistas de encaminhamento e as visitas domiciliares vão se tornando espaços possíveis da intervenção do psicanalista através da escuta das histórias de vida, produzindo narrativas sobre o mal-estar e o sofrimento.

O texto de Scarparo (2008) oferece importantes indicações na montagem dos casos que destaca como "crônicas da vida cotidiana", extraídos da prática no cotidiano socioassistencial. A partir da reflexão entre Rinaldi, Dolto, Mannonni e outros autores da psicanálise que ocuparam-se da intervenção psicanalítica em instituições, a autor propõe a invenção de um dispositivo clínico na assistência social, apontando um resgate do estatuto da clínica, uma vez que esta parece recalcada nesse âmbito.

Esse recalcamento, segundo a autora, tem suas raízes no movimento de desinstitucionalização da loucura e da pobreza no Brasil, que tem como efeito a produção do modelo *psicossocial* em detrimento do modelo clínico. A clínica parece palavra proibida dali em diante.

O movimento pela desinstitucionalização não é sem importância, uma vez que o Brasil teve uma prática secular de institucionalização do *problema social*. O que está em jogo é que, nesse bojo, existe uma recusa pela clínica que termina por excluir a possibilidade de escuta dos sujeitos.

Desse modo, a autora recupera o estatuto da clínica como aquela relação entre o sujeito falante e aquele que o escuta, partindo com Lacan, citado por Scarparo (2008) de que, toda fala

merece resposta. Assim sendo, as intervenções conduziam-se pela fala dos sujeitos e seu entrelaçamento com as condições precárias de subsistência e as histórias de vida.

A autora resgata o pensamento de *Françoise Dolto* no que concerne a clínica de crianças, uma vez que, do mesmo modo que a criança é levada pelos pais para o atendimento, os sujeitos atendidos em suas intervenções não procuraram por um atendimento psicanalítico, mas tinham seu enlace com as instituições assistenciais pelas condições sociais de miséria, abandono ou violência.

Coube aí uma intervenção que busque o reconhecimento do sofrimento psíquico nas demandas socioassistenciais, que fosse capaz de promover uma construção de narrativas do sujeitos de seu mal-estar a partir da intervenção da psicanalista.

Da mesma forma que a criança chega ao atendimento enredada pelo discurso dos pais, os sujeitos atendidos nesse âmbito vinham *soldados* a suas condições de subsistência como única possibilidade de vida. As intervenções, portanto, visavam reestabelecer o subjetivo, destacando elementos do que podia ser escutado que relacionavam-se ao sofrimento (SCARPARO, 2008).

Nessa esteira, o trabalho de Heloísa Rogone (2006) também traz indicações que interessam ao nosso tema de pesquisa, a partir das intervenções que construiu em um grupo de crianças atendidas em uma instituição assistencial.

As crianças encaminhadas ao grupo carregavam o *diagnóstico* social de *crianças de risco*, e a partir dessa significação, se comportavam como tal. No início do trabalho proposto, os grupos eram caóticos, marcados pela irrupção constante de brigas entre as crianças, gritos e tentativas de quebrar o espaço, levando os coordenadores a ter que conter as crianças fisicamente em diversos momentos.

Com o tempo, esse espaço caótico de representações sobre o risco passa a ser ocupado por brincadeiras e utilizações não destrutivas dos materiais disponíveis como brinquedos, lápis de colorir, tintas, entre outros. O que Rogone (2006) demarca é que, desde o início como coordenadora do grupo, a postura era de não identificar-se com o discurso do mestre, que ela identifica como a mera reprodução das regras institucionais e imposições de comportamento as crianças, mas ao contrário, suportando os atos iniciais para que algo da subjetividade pudesse aparecer durante os grupos.

Isso fez com que os espaços fossem se transformando em lugares de fala, de narrativa de histórias por parte das crianças, que encontravam na coordenadora uma figura de reconhecimento dessas histórias. Essa transferência dirigida ao Outro/analista no grupo servia

para o manejo das situações que apareciam, construindo questionamentos dos referenciais trazidos pelas crianças.

O que é fundamental nesse trabalho, é que as intervenções eram construídas a partir da escuta das crianças. Eram suas falas, narrativas, questionamentos e atuações no grupo que norteavam a intervenção, e não os imperativos institucionais que atravessavam a coordenação.

A autora destaca que, a partir da conceituação lacaniana dos quatro discursos, o que era decisivo nos grupos era o discurso de analista assumido pela coordenadora, numa posição de não-saber de antemão sobre o sujeito, permitindo que as significações e as construções do grupo abrissem a polissemia da palavra, reconstituindo o laço das crianças com a instituição e com a noção de *risco* que as levou até esse lugar (ROGONE, 2006).

Isso pode ser reconhecido pela psicanalista na diminuição do que ela identifica como as atuações das crianças em formas de destruição do espaço, por exemplo. Com o tempo já não era mais necessário conte-las fisicamente, fazendo com que a palavra passasse a ter um outro efeito, que não estivesse atravessada pela noção de risco. Abrir a polissemia da palavra nesse sentido, é possibilitar outro tipo de reconhecimento que não esteja mediado por aquele que levava as crianças a participação no grupo.

Ainda nesse âmbito, temos a pesquisa de Paula e Paiva (2015) sobre a atuação de psicanalistas nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), que realizam uma retomada da noção de mal-estar em Freud para pensar a inclusão do discurso da psicanálise nessas instituições.

Aponta-se com isso uma problematização do discurso da assistência social calcada na noção de *garantia de direitos*, uma vez que, essa mesma noção pode tornar-se uma armadilha que sobrepuja o sujeito, a partir de uma ideia de bem comum, o que também é demonstrado em pesquisas sobre a atuação de psicanalistas no CAPS, anteriormente citadas. Desse modo, o psicanalista precisa ser capaz de atentar aquilo que escapa a essa lógica e permanece como "resto" na instituição, que é o que versa sobre o sujeito.

As autoras também trazem a noção de *prática entre vários* para esse trabalho, sustentando que o psicanalista deve esforçar-se para transmitir as equipes multidisciplinares o saber que ele constrói a partir do trabalho que faz com a subjetividade.

Sobre essa temática, cabe citar também a pesquisa de Benelli (2014) que trata da atenção psicológica na assistência social. Nesse caso, o autor explorou os diferentes paradigmas éticos presentes nas instituições socioassistenciais em face da *práxis* do psicólogo nesses contextos, apontando que, a psicanálise pode ser, entre essas possibilidades, o saber capaz de ensejar a cidadania sem a tutela, permitindo o aparecimento do sujeito. O autor destaca que a opção pela

ética da psicanálise é aquela capaz de produzir um *sujeito singularizado*, que está implicado subjetivamente com os atravessamentos institucionais e com as contradições e com isso, é capaz de metabolizar e superar esses conflitos (BENELLI, 2014).

Retomaremos a pesquisa de Benelli (2014), bem como outros trabalhos desse autor, no capítulo três, ao tratarmos das problemáticas em torno da garantia de direitos.

Outra pesquisa importante nesse âmbito é o trabalho de Bartolomeu (2017) que tratou do *trabalho do psicanalista na Política de Assistência Social* através de sua inserção em diferentes serviços socioassistenciais como psicólogo e como pesquisador participante, em um núcleo de convivência para idosos e em um grupo de trabalho de desacolhimento por maioridade de adolescentes em abrigo, respectivamente.

Essa pesquisa assemelha-se ao nosso objeto de estudo no sentido de que tratou da experiência de um psicanalista inserido no quadro funcional de uma instituição socioassistencial. Dentre os diversos atravessamentos que o autor destaca, figura as dificuldades de atuação impostas pela burocratização dos serviços, materializada no cargo de *técnico* que é atribuido aos psicólogos neles contratados.

O encontro entre burocratização e as situações extremas que se apresentam nesses serviços, ligadas principalmente as condições precárias de subsistência, tendem a produzir uma paralisia nas equipes de atuação, donde não parece haver "saídas" para os casos apresentados. Diante disso, o autor apresenta a *psicanálise implicada* e as intervenções "clínico-políticas" da psicanálise como uma possibilidade de atuação diante de um gozo mortífero, que produz o emudecimento dos sujeitos na cena social.

Promovendo também a escuta dos sujeitos nos diferentes espaços como a visita domiciliar, as entrevistas no serviço, o psicanalista pode propor diversas intervenções que ao mesmo tempo que faziam interlocução à política do serviço, de ser um Núcleo de Convivência e de Fortalecimento de Vínculos para Idosos, tinham a ver com as demandas que eram suscitadas pelos sujeitos atendidos. O que as propostas realizadas colocavam em jogo, era a escuta do sujeito como fio condutor da intervenção (BARTOLOMEU, 2017).

Nossa pesquisa assemelha-se a desse autor, uma vez que também trata de um psicanalista inserido na equipe de um serviço socioassistencial. O que difere é que tratamos exclusivamente dos serviços de acolhimento institucional e não da política de assistência social amplamente.

Uma pesquisa também recente sobre o trabalho de psicanalistas na assistência social é o artigo de Susin e Poli (2016), que trata de uma intervenção realizada por psicanalistas em um CREAS da cidade de Porto Alegre. Aqui a intervenção deu-se com a população de uma vila

(Vila Chocolatão) no centro da cidade que iriam ser removidos para outra região por ocasião da reintegração de posse do local.

O que a pesquisa demonstrou como possibilidade de trabalho foi a construção de narrativas com os sujeitos atendidos sobre as vivências na antiga vila, que estava marcada intensamente pelas vicissitudes e histórias de vida de indivíduos, famílias e a comunidade. Narrar nesse caso, era poder transmitir as experiências subjetivas em seu estatuto político, atravessadas por aviltamentos e o abandono institucional pelas políticas públicas.

Sobre o encontro entre a psicanálise e a assistência social, as autoras também destacam que interessa nesse campo pensar "como as práticas no campo da assistência social podem contribuir, através das interrogações que suscitam, com a teorização e com a clínica psicanalítica, e inversamente como a psicanálise pode auxiliar o trabalho nas políticas públicas" (SUSIN, POLI, 2016, p. 205).

Outro trabalho da mesma autora que possui importância nessa pesquisa é o livro *Clínica da exclusão* (POLI, 2005a), que trata de atendimentos realizados no consultório pela psicanalista de adolescentes advindos de instituições de acolhimento.

A partir de uma proposta nomeada como *clínica do laço social*, a autora propõe, *grosso modo*, uma clínica que seja capaz de articular o gozo e as questões políticas e sociais que atravessam os sintomas numa análise. Nesse caso, está em jogo a instituição de acolhimento como lugar de alienação e de repetição da exclusão experimentada por adolescentes apartados do convívio familiar.

Com isso, Poli (2005a) desenvolve um intenso percurso através da teoria psicanalítica e de casos clínicos que delimitam a relação da psicanálise com a instituição.

Também no âmbito da intervenção psicanalítica em instituições socioassistencias diversas temos a pesquisa de Mexko (2017), *Psicologia e assistência social: contribuições da psicanálise de Freud e Lacan e do materialismo histórico*. Aqui a autora esteve inserida em serviços diversos da assistência social através da Secretaria de Assistência Social de um município do interior de São Paulo, donde surgiu a problematização apresentada em sua dissertação com relação aos saberes institucionais na assistência e o laço social, identificando as diferentes posições ocupadas pelos diversos sujeitos que atravessam esses serviços.

Quanto a atuação do psicólogo orientado pela psicanálise, a autora prevê que ele deve ofertar uma escuta "que possibilita o sujeito começar a se haver com seu sintoma e sua falta-a-ser" (p. 110). Nesse trabalho percebe-se um enfoque na noção de responsabilidade do sujeito pelo sofrimento e pelo sintoma, legando ao psicanalista o papel de apontar ao sujeito o caminho

para assumir-se em seu desejo e como autor de sua própria história. Para isso, a autora demarca a diferença radical da psicanálise e o discurso socioassistencial.

Enquanto no último, oferta-se uma série de identificações as quais o sujeito pode adentrar, revestir-se delas como *coitado*, *assistido*, *impossibilitado*, *etc*, a psicanálise deve ir na contramão disso, apontado para o desalojamento do sujeito dessas identificações imaginárias com a pobreza e a exclusão social (MEXKO, 2017).

Quanto aos trabalhos que tratam da intervenção em serviços de acolhimento institucional, encontrou-se poucas referências de pesquisas orientadas pela psicanálise de Freud e Lacan, ou mesmo em outras vertentes da psicanálise. Citaremos agora as pesquisas que versam sobre o acolhimento institucional pela ótica psicanalítica e que contribuem a delimitação do objeto dessa pesquisa.

Na pesquisa de Souza e Cunha (2011) os autores realizam uma *leitura psicanalítica do acolhimento institucional*, problematizando a noção de família nos discursos oficiais e em falas de profissionais coletadas na pesquisa de Souza (apud Souza e Cunha, 2011).

A esperança na família que trata os autores, tem a ver com a tentativa de reprodução do modelo familiar no interior da instituição de acolhimento. Os depoimentos colhidos de profissionais apontavam que muitos se "sentem" como familiares das crianças e adolescentes, colocando-se nessa posição por identificação a uma noção específica de família, atrelados a ideais de amor e filiação com as crianças e adolescentes acolhidos.

Isso ocorre, pois existe um imaginário social sobre o que é uma *família ideal*, que acaba sendo rompido pela medida de acolhimento institucional. O sentimento desses profissionais atende a isso, mas produz uma contradição em relação a própria política de atendimento, que estabelece o acolhimento institucional como uma medida provisória com vistas ao retorno familiar⁹.

Através dessa leitura crítica pela psicanálise, os autores propõem que a afetividade no acolhimento institucional deve orientar-se por outra via, apontando a *fraternidade*, conforme Birman citado por Souza e Cunha (2011), como uma possibilidade de saída dessa atuação familiar do abrigo. Nessa orientação, as relações na instituição estão marcadas pela horizontalidade e não pela verticalidade imposta pela dissimetria das relações familiares.

Como dissemos, nossa pesquisa também encontrou trabalhos fora do campo lacaniano que merecem destaque, pois tratam da intervenção de psicanalistas nessas instituições. Por não se tratar de nosso objeto, apenas as citaremos em seus pontos fundamentais.

⁹ Os detalhes sobre a política atual de atendimento serão esmiuçados no capítulo seguinte.

Já o trabalho de Cruz (2013) sobre a *evasão em situação de abrigo* realiza uma leitura psicanalítica a partir de Winnicott sobre as motivações psíquicas da evasão de instituições de acolhimento. Nesse caso a pesquisa surgiu da experiência da autora como *educadora social* em um desses serviços. Em sua análise, ela estabelece uma relação entre a tendência antissocial em Winnicott¹⁰ e a evasão do serviço de acolhimento, dispondo sobre as condições da instituição que favorecem ou não esse comportamento.

Nessa esteira também vale citar o trabalho de Nakagawa et al (2014) sobre a função paterna em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes: contribuições de D. W. Winnicott, que trata da intervenção realizada pelos autores em um serviço de acolhimento com profissionais e voluntários da instituição, visando o cuidado psíquico deles a fim de desenvolver habilidades concernentes a função materna e função paterna nesses serviços.

Ainda que esteja distante de um ambiente familiar, os autores destacam que o cuidado com a saúde mental dos trabalhadores pode produzir efeitos de maternagem nesse ambiente, considerados fundamentais para o desenvolvimento saudável de crianças na primeira infância (NAKAGAWA, et al, 2014).

Nas pesquisas de Guedes (2013) e Guedes e Scarcelli (2014) o que está em jogo é uma leitura psicanalítica do cotidiano institucional nos abrigos, a partir da experiência de Carina F. Guedes (2013) que esteve inserida como psicóloga em um serviço de acolhimento institucional.

A autora trata as cenas do cotidiano a partir de um "mosaico de cenas", destacando que a multiplicidade discursiva da instituição impede a constituição de uma unidade, uma vez que "contradições, lacunas e excessos participam de sua constituição e são parte do que confere complexidade ao cotidiano das instituições" (GUEDES, SCARCELLI, 2014, p. 64).

Com essas cenas a autora estabelece uma relação entre o universal e o singular dos abrigos, evidenciando as tensões entre o discurso institucional e os saberes cotidianos dos sujeitos envolvidos, sejam acolhidos ou profissionais do serviço.

Também interessa o percurso que as autoras traçam em relação a vivência na instituição, constituindo uma espécie de narrativa sobre sua própria prática. As angústias, os medos, as paralisias, bem como, as possiblidades, vicissitudes e encaminhamentos se materializam em suas cenas institucionais e possibilitam ao leitor mergulhar na prática desenvolvida por ela em sua atuação.

-

¹⁰ Por não fazer parte do escopo de trabalho em dessa pesquisa, não nos deteremos na teoria sobre a tendência antissocial em Winnicott. Sobre isso, consultar o livro *Privação e Delinquência* desse autor. (WINNICOTT, 1999).

A análise das autoras deu-se pela metodologia de análise dos discursos na psicanálise, buscando evidenciar, fundamentalmente, as posições ocupadas pelos diferentes sujeitos no discurso institucional, bem como, a aderência a essas posições que são empuxadas pelo cotidiano (GUEDES, SCARCELLI, 2014).

O trabalho de Boesmans (2015) também foi motivado pela intervenção em serviços de acolhimento, primeiro através da extensão universitária, posteriormente, como trabalhadora na Secretaria de Assistência Social do Estado do Ceará. Sua pesquisa trata do *paradoxo entre o interesse da criança e a aplicação da lei à luz da psicanálise*, realizando uma análise documental nas guias de acolhimento das crianças acolhidas em uma instituição no município de Fortaleza sobre as motivações do acolhimento institucional.

Sua pesquisa evidencia diversas contradições entre a doutrina de proteção integral à criança e adolescente estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a aplicação da medida de acolhimento, distanciando-se do que a lei considera como o *interesse da criança* na execução dessa medida.

Além disso, a autora também corrobora nosso dado de pesquisa sobre a escassez de produções sobre o acolhimento institucional no Brasil, principalmente de estudos psicanalíticos sobre o tema que possam destacar a relevância da psicanálise para o cuidado de crianças nos abrigos (BOESMANS, 2015).

Já Kuabara, Klipan e Abrão (2016) realizaram uma pesquisa que vale ser citada na interface da psicanálise com o acolhimento familiar, modalidade em que a criança suspensa do poder familiar é encaminhada a outra família que a mantém sob guarda enquanto dure a medida de proteção.¹¹

Para esses autores o enfoque era *o estabelecimento de relações objetais em situação de acolhimento*, identificadas através de entrevistas realizadas com crianças que estavam em acolhimento familiar. A inserção deles nessa modalidade de acolhimento se deu pela realização da pesquisa.

Amparados principalmente por *Bowlby, Spitz e Winnicott*, os autores estabelecem que as relações objetais têm a ver com os afetos dispensados na relação mãe-bebê nos primeiros meses de vida, produzindo um ambiente estável e seguro para o desenvolvimento da criança.

Interessava aos autores investigar a existência dessas relações entre as crianças e as famílias acolhedoras através de suas falas, coletadas em entrevistas pelo método de associação

¹¹ Sobre a modalidade de acolhimento familiar, vide capítulo três, item 3.3.1 – parâmetros fundamentais da garantia de direitos no Brasil

livre, no qual a criança era convidada a falar livremente durante a sessão de entrevista com o pesquisador.

Eles apontam os diversos sentimentos de *apego* e *afetividade* das crianças para com as famílias acolhedoras, principalmente em falas de crianças que dizem "preferir a família acolhedora" à família de origem. Também foram identificadas as condutas *antissociais*, principalmente por parte de adolescentes acolhidos nessa modalidade (KUABARA, KLIPAN & ABRÃO, 2016).

Outro estudo similar foi realizado por Sá, Jurdi e Panciera (2017) sobre o desenvolvimento infantil de bebês abrigados em um serviço de acolhimento institucional da cidade de Santos, onde atuaram, além de estudantes de psicologia, alunos dos cursos de fisioterapia, terapia ocupacional, nutrição e serviço social através de um projeto de extensão multidisciplinar de uma universidade da região.

Esse estudo também esteve amparado na teoria do desenvolvimento de *Donald W. Winnicott* e tinha um enfoque na intervenção através de oficinas lúdicas, ao invés de uma proposta clínica. Com isso, a pesquisa apontou que, ainda que no ambiente institucional o bebê esteja ausente da figura materna, existem provisões institucionais que podem compor um ambiente favorável ao desenvolvimento infantil. Além disso, as autoras apontam para a necessidade de melhor formação e contratação de profissionais especializados para lidar no cotidiano da primeira infância nos abrigos (SÁ, JURDI & PANCIERA, 2017).

Além dessas pesquisas, o trabalho supracitado de Bartolomeu (2017) também conta com uma intervenção no acolhimento institucional como pesquisador-participante em um grupo de trabalho sobre o desacolhimento por maioridade. Nesse caso, o autor descreve que a atuação do psicanalista percorreu a proposta anteriormente citada de *construção do caso clínico*, onde a equipe toda ocupa o lugar de não-saber sobre o caso, para, a partir do furo no saber institucional propor a intervenção.

Assim sendo, o grupo de trabalho sobre desacolhimento por maioridade foi parte da intervenção proposta pelo analista, constituindo um espaço onde a equipe do serviço de acolhimento poderia discutir os casos de adolescentes que estivessem próximos a saída da instituição por maioridade. Para realizar a intervenção nesse sentido, o autor destaca que deve se considerar, fundamentalmente, a relação do sujeito com o Outro, ou seja, a posição dele no laço social e na instituição e por intermédio da escuta, promover um acompanhamento singularizado do caso que seja capaz de refazer os enodamentos dessa relação (BARTOLOMEU, 2017).

2.4 O trabalho do psicanalista em instituições: delimitação do objeto de estudo

Até aqui, é possível reconhecer, que independente de onde o psicanalista intervenha, é preciso observar a ética da psicanálise na direção do tratamento, sem abrir mão da escuta como seu principal instrumento frente as tensões institucionais e ao mesmo tempo, ser capaz de articular o seu campo na instituição.

No texto sobre a direção do tratamento, Lacan observa que o analista conduz, não pelo seu ser, mas pela sua *falta-a-ser* (LACAN, 1958/1998). Uma das primeiras disposições sobre isso a partir da leitura dessas intervenções, é que a psicanálise não deve ser um discurso que venha a sobrepujar os outros saberes, pois reconhece-se também como um discurso *furado* pelo laço social. Como lembra Miranda Júnior (2009), não há verdade toda, especialmente em psicanálise.

Retomaremos esse tema ao longo do capítulo quatro para desenvolver o modo como se deu nossa atuação como analista no serviço de acolhimento. A questão da falta-a-ser e da ética da psicanálise assumem um ponto essencial para nosso debate.

Para isso, o analista precisa ser capaz de afastar-se da *confusão de línguas* (CAMPOS, ROSA, CAMPOS, 2010), articulando práticas na instituição que possam ser transmitidas a equipe sobre o singular, sobre o sujeito. O analista tem o papel de dar notícias da subjetividade, seja para evidenciar o furo da instituição nas práticas mais alienantes do sujeito, seja para tentar operar a direção do tratamento no sentido do sujeito (ABREU, 2008; LAURENT, 1999).

Como nos ensina Laurent (1999) em *O analista cidadão*, o analista inserido na *polis* e nas coletividades deve ser capaz de transmitir aquilo que da singularidade serve para humanidade. Trata-se, portanto, de um exercício de transmissão da psicanálise a não-psicanalistas, para que possam a partir dela perceber outras modalidades de intervenção e de reconhecimento do outro.

Das pesquisas citadas até agora, a tensão presente entre a instituição e a psicanálise é um dos elementos mais preponderantes, quanto ao seu manejo e seu atravessamento. Paulo Endo (2016) nos lembra que, nem mesmo no consultório o analista trabalha sozinho – ainda que muitos acreditem que sim – mas é no campo institucional que a psicanálise é colocada a prova, *nos limites do analisável*.

Isso faz com que algumas intervenções insistam na reprodução do modelo clínico individual para operar nas instituições, como as indicações de Mohr (2011), Stazzone (1997) ou Lamy (2003). Não se trata aqui de realizar uma dissimetria entre as pesquisas que não tentam reproduzir o modelo clínico tradicional nas instituições daquelas que assim o pretendem, mas

de apontar que, tanto a literatura sobre o tema quanto a nossa experiência tem demonstrado que é preciso certo grau de invenção para orientar-se pela psicanálise em contextos diversos à clínica tradicional.

Nesse sentido, Rosa (2004) nos lembra que é na relação com o campo institucional que muitas vezes a psicanálise depara-se com seus limites e *fracassa* em propor uma intervenção quando insiste na *prática tradicional* como única possibilidade. "O desafio é construir uma prática clínica que considere os laços sociais, expressos como laços discursivos na instituição" (ROSA, 2004, s/n).

Percebe-se que trabalhos como os de Miranda Júnior, Figueiredo (2005), Moretto (2006), Minatti (2004), Abreu (2008) foram capazes de construir essa articulação entre clínica e laço social, quando dispõe a intimidade entre a demanda dos sujeitos, da equipe e da instituição no seu aparecimento na cena social. A maioria desses trabalhos ocorreram no âmbito da saúde, o que talvez indique a necessidade de avanço sobre outros campos para construção de uma clínica psicanalítica desses novos espaços.

Quanto a atuação de psicanalistas em instituições socioassistenciais, cabe lembrar que, no âmbito internacional a atuação de psicanalistas em serviços para crianças e adolescentes não é recente. Stevens (1996) demarca que a atuação de psicanalistas em instituições de saúde mental para crianças na França antecede a própria psiquiatria infantil. Devemos lembrar também os trabalhos de *Françoise Dolto*, que datam desde os anos 1970 sobre suas intervenções em abrigos para criança também na França.

No Brasil, a primeira pesquisa que se tem notícia nesse âmbito é a de Sônia Altoé (1990/2008), que ao final dos anos 1980¹² estudou os abrigos ligados a antiga Fundação para o Bem-estar do Menor – FEBEM. Até esse momento, nosso enfoque deu-se nas pesquisas que ocorreram no período da garantia de direitos no Brasil, remetendo a esse trabalho no capítulo seguinte, quando da problematização das práticas atuais na sua relação com a história do acolhimento no país.

Sobre as pesquisas apresentadas, percebeu-se que há uma grande preocupação em relação ao desenvolvimento infantil e o ambiente asilar oferecido pelos abrigos, principalmente na primeira infância. Nos trabalhos de referencial *winnicotiano* (KUABARA, KLIPAN, ABRÃO, 2016; SÁ, JURDI, PANCIERA, 2017) percebe-se uma menor problematização do

-

^{12 &}quot;A pesquisa de Sônia Altoé ocorreu no início dos anos 80 e não no final. Os abrigos eram de uma associação filantrópica e não da FUNABEM que recebiam per capita da FEEM. Havia um pouco mais de amorosidade com as crianças por ser filantrópica; a distância com a FUNABEM permitia isso" – conforme informação da autora durante a banca de qualificação.

cotidiano institucional ou das práticas em torno da criança, inclusive naquelas em que o abrigo tende a reproduzir o modelo familiar.

O que podemos reconhecer nessas pesquisas é o apelo as relações objetais na instituição, na tentativa de construir relações de objeto *satisfatórias* para criança, recaindo a uma noção mais desenvolvimentista da psicanálise.

Nesse sentido, os trabalhos do campo de Winnicott, principalmente, nos abrigos institucionais são destacados devido a relevância de suas produções. Contudo, o que destacamos acima é aquilo que diferencia essas das nossas pesquisas.

Já nos textos de Souza e Cunha (2011) e Guedes e Scarcelli (2013) foi possível perceber maior problematização dos discursos e práticas institucionais, aproximando-se mais de uma proposta de *clínica do laço social*, levando em consideração as problemáticas sócio-políticas que atravessam os sujeitos na instituição.

Com exceção da pesquisa de Bartolomeu (2017), os trabalhos encontrados não se ocupam da função, lugar, trabalho ou inserção do psicanalista em instituições de acolhimento institucional, tendo como norte muito mais a aplicação da psicanálise na leitura desse contexto institucional.

O que há de singular em nossa pesquisa em relação as outras, é que nenhuma delas tratou do trabalho do psicanalista no serviço de acolhimento que esteve inserido como funcionário dessas instituições, como ocorre em pesquisas da área da saúde (ABREU, 2008; FIGUEIREDO, 2005; MORETTO, 2006).

Desse modo, o tema desse trabalho se insere num hiato existente em pesquisas no campo psicanalítico sobre o serviço de acolhimento institucional, oferecendo uma contribuição a esse debate a partir de uma perspectiva específica.

Cabe, portanto, delimitar os atravessamentos dessa prática. Qual psicanálise é possível diante dessas vicissitudes e atravessamentos institucionais de quem esteve inserido na instituição de acolhimento? A relação com a política pública e seus atores, a rede de serviços, bem como, a equipe e o cotidiano institucional devem ser colocados à baila para tratar das intervenções que foram possíveis desenvolver a partir disso.

Por essa experiência é que também se propõe a formalização do trabalho do analista nessas instituições, buscando o que há de singular nesse campo de atuação, na sua relação teórico-prática.

Antes disso, cabe delimitar alguns pontos que podem ser ressaltados a partir da bibliografia aqui reunida sobre o trabalho do psicanalista em instituições que dialogam com nosso trabalho e auxiliam nessa construção.

Um elemento comum a essas pesquisas é a escuta dos sujeitos no âmbito institucional. A especificidade de trabalho do psicanalista na instituição está relacionada a escuta do sujeito, reconhecendo o aparecimento do desejo na cena institucional. Não se trata de qualquer sujeito, mas sim do sujeito do inconsciente, dividido pelo desejo e pela linguagem que aparece nesse cotidiano, como na pesquisa de Minatti (2004), Moretto (2006) ou de Scarparo (2008). Cabe ao analista o reconhecimento desse aparecimento em sua prática, uma vez que o seu campo na instituição não está dado *a priori*, mas é preciso inventá-lo a partir daquilo que recolhe da subjetividade em sua escuta.

Para isso, o psicanalista inserido em instituições precisa conseguir identificar o laço que o sujeito faz com as instituições e com o social para produzir a intervenção. O manejo das questões institucionais só é possível a partir do reconhecimento das posições dos sujeitos no laço social. O lugar social legado a instituição é fonte de produções imaginárias que enredam os sujeitos, cabendo ao psicanalista advertir-se desses enodamentos.

O que se percebe nas pesquisas consultadas é que nem sempre os autores demonstram essas questões ou evidenciam essas posições, principalmente em relação as instituições. Acreditamos ser necessário maiores desenvolvimentos sobre a posição no laço social das instituições e como isso se relaciona com o mal-estar dos sujeitos nelas inseridos, uma vez que, muitas pesquisas apontam apenas os resultados obtidos, sem demonstrar a analítica empreendida que pode sistematizar esses dados.

Também faltam a essas pesquisas uma maior problematização sobre o lugar do psicanalista no laço social. Na medida que se trata do psicanalista inserido em instituições e contextos sociais diversos, quais são as implicações disso para a psicanálise e o saber psicanalítico? Quais questões específicas podem ser observadas a partir do lugar ocupado pelos psicanalistas no laço social?

Uma vez que nosso objeto de estudo é o próprio trabalho do psicanalista, nos interessa o debate sobre as práticas do psicanalista e a reflexão sobre a sua práxis. Nesse sentido o texto de Abreu (2008) trouxe questões sobre isso quando situa o psicanalista frente aos sofrimentos da sociedade, apontando para outros trabalhos como os de Laurent (1999) e Endo (2016) que suscitam essa problemática.

Ainda sobre os trabalhos no âmbito da saúde, outra contribuição que nos interessa é o debate sobre a posição do psicanalista frente as equipes de trabalho, pois consideram que ele é também um membro da equipe e desse modo, faz parte do discurso institucional. Assim sendo, para realizar a intervenção sem abrir mão de sua ética, o psicanalista deve advertir-se dos jogos

de identificação presente entre as equipes e das disposições transferenciais que recaem sobre os diferentes atores institucionais, que tendem a enredar também os trabalhadores.

Outro ponto de destaque é como os diferentes autores puderam criar o "campo analítico" no contexto institucional. Percebe-se que o analista precisa demarcar a singularidade de seu trabalho pela diferença com os outros saberes que comparecem no discurso institucional, que se assemelham em muito ao discurso do mestre, como aponta Rogone (2006).

Essa discursividade está atrelada, muitas vezes, a uma lógica *pedagogizante* dos indivíduos, principalmente de crianças, colocando-os numa posição eximida de qualquer saber. Assim sendo, o analista precisa ser capaz de apartar-se dessa lógica, constituindo um espaço no qual é possível reconhecer que o saber está no outro e mais do que isso, não está dado de antemão.

Nas instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, percebe-se um empuxo para esse lugar de mestria frente ao acolhidos, como algo que garante o discurso institucional e seu funcionamento normativo, recusando o aparecimento de elementos que sejam subjetivos e do reconhecimento do desejo da criança e do adolescente.

Sob o imperativo da norma jurídica, busca-se muitas vezes a resposta mais "eficaz" para o caso, baseada exclusivamente na opinião de técnicos da Vara da Infância, do médico do CAPS ou de técnicos da assistência social, legando ao vazio o discurso da criança e do adolescente em questão. Ao analista nesse contexto, cabe a recusa desse imperativo, trabalhando para produzir condições que possam fazer emergir seu campo na instituição, mobilizado pelo não saber de antemão sobre o sujeito. Pela escuta desses discursos em sua incidência sobre os acolhidos e as equipes é que o analista pode recolher efeitos de sua prática no campo institucional.

Nesse sentido, a pesquisa de Miranda Júnior (2009) traz importantes contribuições a prática psicanalítica nas instituições de acolhimento, uma vez que, também se tem nesses serviços uma estreita relação com o direito e a norma jurídica e um imperativo de resolução do caso baseado em uma verdade que seja toda sobre a criança ou a família. Desse modo, o psicanalista também pode, a partir da escuta dos sujeitos, produzir resistências ao Outro do direito, quando se coloca na tentativa de dominação do saber sobre o sujeito.

Quanto as pesquisas sobre a atuação de psicanalistas na assistência social, além de haverem poucos trabalhos de analistas inseridos nos diferentes estabelecimentos socioassistenciais, foi possível identificar que muitas pesquisas propõem apenas a crítica dos discursos, sem apontar para intervenções possíveis que possam ser realizadas nesse âmbito. Cabe pensar a partir disso sobre a responsabilidade do psicanalista implicado nesses contextos, se cabe a ele empreender apenas a crítica dos discursos predominantes nessas instituições ou se

deve somar a isso esforços para construção de campos de atuação e de produção de intervenções.

As pesquisas no âmbito da saúde demonstram a importância da construção de intervenções. Nosso trabalho é tributário da noção de que ao psicanalista implicado no social, cabe não apenas a crítica dos discursos, mas a invenção de práticas e intervenções possíveis à psicanálise nas instituições socioassistenciais.

Apesar disso, as pesquisas que possuem viés mais crítico oferecem importantes contribuições para o debate sobre os discursos que circulam nas instituições e as variadas formas de sofrimento que eles podem ensejar na sua incidência sobre os sujeitos.

A problematização sobre o cotidiano institucional também faz reconhecer que as instituições não incidem apenas na produção de sofrimentos e de mal-estar sobre os sujeitos, mas que também podem ser lugares de reconstrução de vínculos e de invenção de novas narrativas sobre os possíveis sofrimentos em jogo antes da institucionalização.

Desse modo, a instituição pode tornar-se um lugar possível a intervenção analítica, reconhecendo que, como qualquer outro discurso, as instituições também são *não-todas*, deixando rastros ou hiâncias – espaços nos quais o psicanalista sendo capaz de reconhecer, pode adentrar e produzir o seu fazer.

3 INSTITUIÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

A seguir apresentamos como as instituições socioassistenciais de atendimento a crianças e adolescentes se constituíram no Brasil. A literatura demonstra que houve um intenso percurso que antecede em muito a criação da Assistência Social como uma política pública sobre a institucionalização da infância empobrecida no país.

Com isso, temos três períodos fundamentais de assistência a infância no país: caritativo-filantrópico, menorista e de garantia de direitos.

Demonstraremos a seguir como as instituições de acolhimento se constituíram no Brasil através desses diferentes períodos históricos, bem como, a noção de "infância institucionalizada" formou-se através desse percurso histórico. Destacaremos o cenário atual da institucionalização através da descrição da política pública sobre os serviços de acolhimento em que estivemos inseridos, desde sua normativa até os autores que discutem criticamente o período atual da garantia de direitos.

O processo de institucionalização de crianças e adolescentes no país fora tão intenso que, por diversas vezes, a própria noção de infância confunde-se a de infância institucionalizada. Com isso, discutiremos ao final desse capítulo, os tensionamentos que se produzem entre a infância institucionalizada e a literatura psicanalítica sobre o tratamento de crianças na psicanálise lacaniana.

3.1 O período caritativo

Não é recente que a infância e adolescência no Brasil é encarada como um problema social. Nas missões jesuíticas no país, ainda no período colonial, figurava como um dos elementos centrais a catequização de crianças indígenas e negras como projeto para construção de uma educação que fosse europeia, branca e cristã para o país ainda em formação.

Segundo Ligia Costa Leite (2009), esse projeto é o que dá origem a primeira instituição para crianças no Brasil, ainda em 1551. Tratava-se de uma casa para abrigar meninos e meninas vindos da Europa com a missão de catequizar as crianças indígenas. O propósito de utilizar as crianças ensejava o aprendizado da língua indígena, que para eles parecia mais "fácil", criando o acesso que os padres adultos não conseguiam entre os pequenos curumins.

Esse movimento tinha no seu revés as crianças europeias que chegadas no Brasil, fugiam com as crianças indígenas e passam a habitar as ruas. Ao mesmo tempo, o movimento de

catequização continha em seu bojo a separação das crianças indígenas de suas famílias, para que prosseguissem a sua educação em instituições com características europeias. Fazia parte do processo de colonização do país, um projeto que se constituiu lentamente de institucionalização da infância (GUEDES, 2013; MARCÍLIO, 2003; LEITE, 2009).

As instituições que se formaram, portanto, tinham por objetivo abrigar as crianças europeias empenhadas na catequização dos curumins e também, recolher das ruas aqueles desviados, que junto das crianças indígenas formavam as primeiras populações de crianças de rua no Brasil. Esse processo culmina, em 1738 com a criação das casas de caridade para abrigar e educar as crianças "órfãs", baseado no modelo da roda dos expostos (LEITE, 2009).

De origem medieval, a roda dos expostos consistia no depósito anônimo de uma criança em uma roda que girava e a colocava dentro da instituição religiosa, deixando para trás seu passado e sua origem, sendo criada como uma "criança órfã", que não fossem as fugas que pudessem ocorrer das instituições, viveriam lá até a sua maioridade aos vinte e um anos de idade (SANTOS, 2007; MARCÍLIO, 2003).

Somava-se nesse período as crianças negras, paridas em solo brasileiro sob um regime escravocrata e o problema das "crianças enjeitadas", que eram aquelas geradas em relações fora do casamento ou em relações assimétricas entre senhores e escravas, por exemplo. O modelo da roda dos expostos serve, portanto, para manutenção da sociedade como estava dividida em castas, sem o risco de uma criança indesejada que poderia colocar em xeque o regime de poder escravocrata e colonialista.

Nessas instituições, as crianças tinham seu destino traçado desde a sua entrada: as meninas eram preparadas para o casamento ou para os afazeres domésticos; eram futuras cozinheiras, empregadas, bordadeiras, quituteiras, enquanto os meninos eram educados para o trabalho operário, recebendo a educação para a marcenaria, sapataria, a construção civil – os trabalhos braçais que eram exigidos pela sociedade na época (SANTOS, 2007; SANTOS, 2010).

Esse modelo prevalente de assistência a infância no Brasil até o final do século XIX, conhecido como período "caritativo", onde o destino de *crianças enjeitadas*, *pretas e indígenas* estava atravessado pela caridade religiosa que se dispunha assisti-los marca também a compreensão do que era infância e adolescência naquela época.

A pesquisa de Santos (2010) nos mostra que haviam as "crianças" – brancas, de origem nobre – que recebiam educação formal e podiam vislumbrar como futuro as universidades, fosse aqui, ou a continuidade dos estudos para tornarem-se "doutores" na Europa, e existiam as

"crianças enjeitadas", que pareciam não poder reconhecer outro destino que não fosse o trabalho braçal e o trabalho doméstico.

Essas pesquisas não demonstram qual era o recorte de gênero nas classes mais abastadas, uma vez que ele existia entre as crianças institucionalizadas, fazendo supor que houvesse também um predomínio de oferta de educação formal aos meninos, enquanto as meninas, também tinham como destino o casamento e o cuidado doméstico.

Esse modelo caritativo, entretanto, se vê em xeque no final do século XIX. Primeiro, pela superlotação e condições dessas instituições: estima-se que onze mil bebês foram abandonados nas rodas dos expostos somente nas cidades de São Paulo e Salvador, desde a sua criação em 1726. Ao final do século XIX, médicos sanitaristas denunciavam as condições insalubres em que viviam essas crianças sob o modelo da roda dos expostos, onde havia uma altíssima mortalidade infantil, chegando a 515 crianças mortas de 630 abrigadas, somente no ano de 1853 (MARCÍLIO, 2003; LEITE, 2009).

Depois, pelo fim da escravidão no país, que produzirá mudanças estruturais na sociedade brasileira, gerando diferenças sociais ainda maiores com o aumento da pobreza e o crescimento desordenado dos grandes centros urbanos (SANTOS, 2007; MARCÍLIO, 2003; ADORNO, 1990).

3.1.1 O fim da escravidão e a filantropia em cena

A escravidão no país marcava a assimetria da sociedade e garantia seu funcionamento ordenado entre os senhores e os escravos, entre a moral burguesa e os comportamentos periféricos. A imoralidade, a vadiagem e os delitos encontravam-se sob o julgo da posse do escravo pelo senhor e, portanto, no seu direito de morte e de vida sobre o escravo.

Com o fim da escravidão, se dissipa essa espécie de poder soberano que garantia a ordem social, dando lugar a um espaço urbano desordenado, marcado pelas idiossincrasias das populações pobres, negros pauperizados e pela chegada de imigrantes europeus que compunham o contingente das fábricas que iniciavam suas atividades na primeira metade do século XX no país (ADORNO, 1990; SANTOS, 2007).

Nesse cenário, surgem novas problemáticas que se interpõem ao ideal burguês de sociedade, que tinha como premissa a uniformidade da vida e dos costumes.

O surgimento dos cortiços e dos hotéis-cortiço na cidade de São Paulo e das primeiras populações de rua, o aumento da pobreza e o surgimento de uma classe trabalhadora pauperizada, que tinha como forma de subsistência o trabalho precarizado, organizado em

contratos de trabalho com vencimentos variáveis, que quando não, recebiam apenas a moradia, comidas, roupas usadas ou outros pertences que eram descartados pela elite como pagamento pelo trabalho, trazem em seu bojo o aumento da violência urbana na forma de roubos e furtos, ou ainda, da violência física como modo premente de resolução de conflitos entre pares (ADORNO, 1990).

Os jornais da época criam as primeiras "páginas policiais", que eram os noticiários sobre os crimes, sobre a vadiagem, e sobre o perigo que os pobres traziam a cidade. Não apenas da violência, mas também sanitários e de falta de higiene, colocando os cortiços como os locais privilegiados de disseminação das mais variadas infecções e doenças (ADORNO, 1990; NETTO, 1989).

Somavam-se a esse problema, a questão dos "menores vadios" que se espalhavam pela cidade:

Ao lado da criminalidade adulta, a presença de crianças nesse território é fonte de preocupações desde o último quartel do século XIX. Referências aqui e acolá aludem aos "menores vadios, mendigos e meninas prostitutas". Agentes policiais, a par de outras autoridades públicas e educadores, já discutiam a missão preventiva do Estado ao intervir nas áreas de aglomeração de população pobre de modo a evitar, ou pelo menos minimizar, a mendicância e o abandono de crianças (ADORNO, 1990, p. 17).

Ou seja, o fim da escravidão, somado ao *boom* demográfico na cidade de São Paulo, a chegada de imigrantes e a pauperização da classe trabalhadora dava contorno a outro problema, que era o das crianças abandonadas e dos "menores vadios", que não ocupavam mais o espaço contido das instituições de caridade, e sim permaneciam na marginalidade das cidades, cometendo pequenos delitos, principalmente de furto e roubo (NETTO, 1989).

Cabe, portanto, ater-se a esse momento histórico. Como ocorre um aparente salto entre a assistência caritativa às crianças pobres e o problema da criança marginalizada? Ou melhor dizendo, como a infância empobrecida constituí um problema social passível do controle policial e do ordenamento jurídico?

Analisando essa problemática, o historiador Luiz Roberto Netto (1989) aponta que o aumento da pobreza no início do século XX, impulsionado fundamentalmente, pela crise no trabalho experimentado pela classe trabalhadora, produzirá novas demandas a sociedade, que já não eram capazes de ser atendidas pelos serviços assistenciais oferecidos como a Roda dos Expostos, as casas de caridade e as amas-de-leite.

O problema da infância empobrecida, a que nos atemos, era apenas uma das tantas problemáticas que emergiram com a industrialização da sociedade brasileira. Santos (2007) e Santos (2010) apontam que essa também fora uma questão para a Inglaterra industrial no fim

do século XVIII, sobre os filhos dos trabalhadores, que ora marginalizados, incorriam nas práticas de delitos que eram observadas no Brasil um século depois.

Nesse caso, as crianças e adolescentes rapidamente eram incorporadas ao trabalho fabril, o que também ocorreu por aqui, mas que não pareceu lograr êxito no sentido de dirimir o problema das crianças pobres abandonadas (SANTOS, 2010).

Sem a disposição de serviços assistenciais, muito menos de políticas de Estado que pudessem assistir a infância desvalida que se constituía, fundamentalmente na cidade de São Paulo, o que recaiu sobre essa população fora a força policial, que visava reprimir os delitos que perturbavam a ordem e a almejada "paz social" no espaço urbano (NETTO, 1989).

Essa estratégia disciplinar encontrava seu entrave no próprio ordenamento jurídico da época, onde a infância e a adolescência não pareciam existir, ou seja, não haviam procedimentos legais que pudessem punir, encarcerar, institucionalizar ou medidas legais que previssem a adoção dessas crianças por outras famílias, legando a polícia a uma prática repressiva de "surras" correcionais quando essas crianças eram pegas, ou quando não, eram encarceradas a partir de uma generalização sobre o Código Penal que previam os delitos cometidos por pessoas adultas (NETTO, 1989).

As crianças da época, portanto, experimentavam o abandono institucional, legadas apenas a arbitrariedade da força policial e do entendimento sobre as leis que vigoravam até aquele período. O que não minorava o problema da violência e da pobreza, mas criava um cenário ainda mais caótico, que só deslegitimava o ordenamento burguês que visava restabelecer a ordem e a moral que se esvaia nas práticas daqueles que eram considerados delinquentes, vadios e marginais.

A força policial como tática disciplinar também não parecia surtir o efeito desejado, que era o de dirimir o problema das crianças de rua, uma vez que a população de crianças na rua era crescente. Era preciso ensejar uma prática de governo e de gestão dos pobres e da pobreza, por conseguinte, das crianças pobres, que marginalizadas, depunham contra o progresso social, para que pudessem ser incorporados a lógica da indústria e do trabalho como arrimo fundamental do desse progresso.

Os pobres, os delinquentes, os loucos, as crianças abandonadas deviam ser fonte de *tutela*, afinal. A lógica de que essas pessoas precisam ser tuteladas, assistidas, institucionalizadas, esquadrinhadas pelos diferentes saberes é que dá o contexto necessário para que figure como estratégia de governo a filantropia.

A gestão filantrópica da pobreza urbana somente tornou-se factível no horizonte político quando foi inventado o estatuto da tutela. A presença dos pobres – trabalhadores da economia informal, delinquentes, vadios, alienados mentais,

prostitutas, *crianças abandonadas*, velhos – impossibilitados de se transfigurarem em força de trabalho assalariada livre, reclamava o emprego de táticas exclusivas de "enclausuramento" que, se estavam em aberta contradição com princípios liberais humanitários, restabeleciam e reconciliavam as relações entre as populações e o mundo das coisas, das normas e dos sentimentos. A emergência da filantropia higiênica, na cidade de São Paulo, no período enfocado, buscou fixar modalidades *sui generis* de relações hierárquicas entre micropoderes, constituindo a trama do complexo tutelar, introduzindo uma nova arte de administrar a cidade e fazendo com que o Estado se governamentalizasse. Foi, portanto, por intermédio da nova assistência que se vislumbrou, finalmente, a possibilidade de consolidação do social (grifo nosso). (ADORNO, 1990, p. 17).

Para "consolidar o social" na época foi preciso categorizar a criança abandonada, como uma fonte de estratégias de governo e de administração dos mais diversos saberes. Compareciam a psicologia, a medicina social, a psiquiatria, o saber jurídico para dizer de sua delinquência e das suas formas de "salvação". Seria possível, afinal, assumir um novo empreendimento de moralização, educação e preparação para o trabalho dos mais jovens em uma sociedade que parecia mergulhada em um difícil cenário de pobreza, crises e pauperização crescente?

Teremos para isso, a criação de uma nova categoria que desliza da criança enjeitada para o "menor abandonado" com a criação do código de menores de 1927, como marco da primeira política de Estado voltada a infância e adolescência no Brasil. Cabe agora analisar seus efeitos e suas consequências para o cenário de políticas e de institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil.

3.2 "Da criança abandonada a figura do menor" – o período menorista

Aos dezenove dias do mês de novembro de 1937 uma fumaça negra cobria o céu da cidade de Salvador. Por ordem do *sr. Capitão de Corveta Garcia D'Ávila Pires de Carvalho e Albuquerque* eram incinerados diversos livros, considerados "propagandistas do credo vermelho", aos quais constavam entre eles, a obra "Capitães de Areia" do escritor Jorge Amado.¹³

Capitães de Areia expunha o delicado problema que nos será conhecido: a questão das "crianças ladronas" que perturbavam a ordem na cidade de Salvador. Os "menores" da obra de Amado (1989) ilustram, não apenas a vida das crianças e adolescentes "abandonados à própria

¹³ Conforme transcrição da ATA ordenando a queima dos livros em Salvador. Disponível em: http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/ditadura-vargas-incinerou-em-praca-publica-1640-livros-de-jorge-amado/

sorte" que ocupavam as ruas dos centros urbanos brasileiros, mas também o tratamento que lhes era oferecido pelas autoridades judiciais, pela polícia, os jornais — a forma como os diferentes saberes compareceram para governar a "infância desvalida" nesse período. Não obstante, sua constituição histórica nos interessa uma vez que os ecos dessas práticas ainda surgem no cenário atual de atendimento a crianças e adolescentes, como nos Serviços de Acolhimento Institucional.

Falamos até esse momento em "estratégia de governo" da infância empobrecida como aquilo que produzirá a categoria do menor. Cabe, portanto, explicitar o que são essas estratégias e quais foram as táticas¹⁴ utilizadas para que elas pudessem ser implementadas, bem como, o contexto sócio histórico que deram condições para o surgimento desse dispositivo.

A noção de governo a que nos referimos tem seu escopo teórico fundamental na obra de Michel Foucault, quando se dedica ao tema da *governamentalidade*, como uma forma de poder que enseja procedimentos específicos e "técnicas de governo" que visam, fundamentalmente a administração da população (FOUCAULT, 1978/2008).

Ocupando-se da sua analítica do poder, o filósofo francês depara-se com uma estratégia que vigorou a partir do século XVII, fundamentalmente, com o crescimento demográfico na Europa que visava constituir um "governo dos vivos", através da noção de população, que surgiria nesse bojo.

A população era, portanto, onde congregava-se os problemas políticos, econômicos, sociais, sanitários sobre o "acúmulo dos homens" nas grandes cidades. A sociedade já não dispunha de um *lócus* organizador do poder que fosse a figura do Soberano, como aquele que detinha o poder sobre a morte e a vida dos homens. Sobrepujavam-se diferentes táticas disciplinares, que não deixavam de existir frente a governamentalidade, mas que não expressavam as necessidades prementes da vida nos centros urbanos.

A governamentalidade expressou-se como a criação de tecnologias que fossem capazes de governar os vivos. Nesse interim, Foucault (1978/2008) explicita que uma das táticas centrais que será adotada é a retomada do pastorado cristão como uma técnica de governo das populações, equiparando-a a noção de rebanho, como aquele *corpus* social que pode ser administrado, governado pelo Pastor.

Com isso, Foucault explicita que o pastorado vai designar toda uma rede de submissões que desemboca nesses processos de *sujeição – subjetivação – individualização*, primeiro do

-

¹⁴ Referimo-nos a estratégias e táticas de governo aqui no sentido estrito da analítica foucaultiana do poder, e não no sentido da direção do tratamento de Lacan. A similaridade terminológica entre esses dois autores será debatida no capítulo quatro, item 4.2 – Tática, estratégia e política: um vocabulário de guerra.

pastorado e depois de toda a sociedade ocidental. "É, portanto toda a história dos procedimentos da individualização humana no Ocidente que está envolvida na história do pastorado. Digamos ainda que é a história do sujeito" (FOUCAULT, 1978/2008, p. 243).

Essas tecnologias tinham por característica incidir sobre os corpos através da medicina social, do controle de natalidade, da contagem dos mortos, das vacinas, das medidas higienistas, das estimativas demográficas, enfim, de toda a criação de procedimentos e saberes que fossem capazes de *arrebanhar* a população através de uma multiplicidade de micropoderes que se espalhavam no tecido social.

Para Foucault (1976/2017), o suporte dessa transformação residia na "preservação, manutenção e conservação da 'força de trabalho'" (p. 303). Ou seja, gerir a população relacionava-se de forma direta com a administração do contingente de trabalho, existente e vindouro. Em uma sociedade em franca industrialização, a força de trabalho tornava-se elemento crucial para o seu desenvolvimento a partir desse modelo.

Governar os vivos, portanto, relacionava-se também com o abandono de táticas disciplinares que visassem apenas as condutas ou a formação moral dos indivíduos. Era preciso administrar seus corpos, atravessa-los por procedimentos, esquadrinha-los através de saberes que fossem científicos e positivos. Dentre essas estratégias, privilegiou-se o governo da infância e das famílias.

Ao problema "das crianças" (quer dizer de seu número no nascimento e da relação natalidade mortalidade) se acrescenta o da "infância" (isto é, da sobrevivência até a idade adulta, das condições físicas e econômicas dessa sobrevivência, dos investimentos necessários e suficientes para que o período de desenvolvimento se torne útil, em suma da organização dessa "fase" que é entendida como específica e finalizada). Não se trata, apenas, de produzir um melhor número de crianças, mas de gerir convenientemente essa época da vida (FOUCAULT, 1976/2017, p. 304).

Não apenas os problemas das cidades e da industrialização no Brasil do início do século XX colocavam em xeque o modelo caritativo de assistência a infância, mas intelectuais da época, juristas, jornalistas e médicos já veiculavam críticas a esse modelo, principalmente pela sua falta de "rigor científico" no tratamento da infância e por sua falibilidade em adotar "apenas" estratégias de formação moral e religiosa, sem atentar para os problemas dos corpos, da saúde, da higiene pessoal e da preparação para o trabalho fabril (ALVAREZ, 1989; MARCÍLIO, 2003).

A formação para o trabalho oferecida no modelo caritativo não parecia suficiente para o modelo industrial. O maior desafio que emergia nas franjas do Código de Menores de 1927 era a preparação civil e moral desses jovens que desembocasse em uma preparação dócil para

o trabalho nas fábricas, o que exigiria maior disciplina e rigor em seu tratamento (ALVAREZ, 1989).

A análise de Marcos Alvarez (1989) sobre a emergência do código de menores de 1927 nos mostra que as décadas que antecederam a promulgação dessa lei foi marcada por intensas produções e debates – no campo intelectual, público, jurídico – sobre as condições em que eram tratadas a infância empobrecida no Brasil, evidenciando principalmente, a falência do modelo que vigorava até aquele período e as necessidades que se faziam urgentes na assistência as crianças abandonadas.

Esse debate marcava como necessidade ao atendimento a infância no Brasil, a educação formal, a formação moral e cívica dos infantes, a preparação para o trabalho, a prevenção de doenças e do comportamento delinquente ou desviante. Em relação aos crimes que eram cometidos por esses "desvalidos", urgia-se por um código de correções, que extrapolasse a noção de punição do Código penal dirigido aos adultos e pudesse ensejar correção e educação na mesma medida (ALVAREZ, 1989).

As necessidades apontadas desembocam, no plano jurídico, no Código de Menores de 1927, donde advirá a noção de "menor", que vigora até os anos de 1990 com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA no país.

O Código de Menores respondia o anseio da sociedade Civil e do debate intelectual que se constituía em torno do tema. Tratava de uma forma de governo da infância até a maioridade; estabelecia suas penalidades, correções e também as medidas que deveriam ser adotadas no caso do abandono, introduzindo a noção de *risco* em relação a infância – o jovem em risco, fosse pelo abandono, fosse pela sua conduta de risco cometendo delitos – deveria ser encaminhado as instituições socioassistenciais que deveriam abriga-lo pelo período que fosse determinado pelo juiz de menores (ALVAREZ, 1989).

Ainda que já naquela época o entendimento jurídico sobre o abrigamento de crianças fosse moderno no sentido de evitar ao máximo a medida de institucionalização, o que se viu acontecer no Brasil nesse período fora justamente o contrário: o Código de Menores criou o terreno para a super-institucionalização de crianças e adolescentes no país durante quase noventa anos.

Uma institucionalização muito mais ampla do que a das antigas formas (como a dos expostos) alcança todos os menores em *estado* ou *em perigo de abandono*, aumenta efetivamente a clientela para todo o contingente de crianças das classes pobres e, virtualmente, para todas as crianças da sociedade. Uma institucionalização que tem em seu horizonte, não apenas assistir gratuitamente os desafortunados, mas, sobretudo, combater a delinquência, fruto do abandono, e criar, assim, cidadãos saudáveis, tanto moral como fisicamente (ALVAREZ et al., 2009, p. 9).

Desse modo, o Código de Menores produziu um dispositivo de poder que fez emergir uma nova categoria de crianças no país: os "menores". Essa estratégia tinha sucesso em implementar uma governamentalidade sobre a infância pobre, um gerenciamento da "infância desvalida" que estava marcada pela institucionalização, fosse nas instituições correcionais, fossem nos "orfanatos", que se constituíram como verdadeiros depósitos de crianças durante todo o período de vigência do Código.

Isso sustentava-se sob uma lógica que terminou por encarcerar a identidade social dessas crianças como "eternos delinquentes", onde aqueles que não tivessem cometido delitos, deveriam ir para os abrigos para receber a educação adequada e os que já os tivesse cometido, encaminhados a instituição correcional para reaver seu desvio de conduta.

Na prática, como isso pode se operacionalizar? Através do rigoroso controle das condutas, da moralidade e dos corpos dos *menores* e de suas famílias, que se deu não apenas na criação de leis, mas no espraiamento político na sociedade sobre a questão da *menoridade*.

Nas transcrições de notícias da época sobre os "Capitães de Areia", o Juiz de Menores pronuncia-se ao jornal sobre as fugas dos menores dos internatos: "fogem e se tornam ainda mais perversos, como se o exemplo que houvessem recebido fosse mau e daninho. Por quê? Isso é um problema que *aos psicólogos* cabe resolver e não a mim, simples curioso da filosofia" (AMADO, 1989, p. 17).

A fala do juiz nos leva a um jogo de poder-saber que se instalava sobre a infância empobrecida e se inscrevia em uma lógica de leis, códigos, processos, diagnósticos – uma verdadeira nosologia dos menores que haveria de se constituir a partir dessa época.

Comparecem o saber jurídico, o médico, pedagógico e o psicológico para atravessar as condutas e os corpos das crianças que haveriam de ser institucionalizadas no período menorista.

O que Rizzini e Rizzini (2004) e Marcílio (2003) nos mostram é que, até os anos 1940, permaneceu uma efervescência intelectual e social nos diversos campos do saber sobre a questão do menor, ilustrada na obra de Jorge Amado – a demanda entre os diferentes saberes dá condições para que, na ditadura Varguista de 1941 crie-se um modelo realmente intervencionista no Estado que fez com que um enorme contingente de crianças fosse parar nos *orfanatos* e nas casas de correção.

Não por acaso, esse texto inicia-se com a *incineração* dos livros de Jorge Amado. A "exposição" que seus Capitães de Areia faziam do Brasil já não cabiam no *Estado Novo*. Era preciso recuperar a Ordem e combater a subversão em todas as frentes. Nas escolas, falava-se sobre o "perigo do comunismo e a criança" e as instituições ocupavam-se de forma mais intensa com a formação cívica dos infantes, a fim de combater "o mal pela raíz". Esse contexto

produzirá a primeira grande leva de institucionalização de crianças e adolescentes no país através do SAM – Serviço de Assistência aos Menores (RIZZINNI, RIZZINI, 2004; MARCÍLIO, 2003).

O SAM tem sua fundação no governo Vargas em 1941, e contava inicialmente com 33 educandários, que já eram instituições de asilamento dos menores. Dez anos depois, ele contava com aproximadamente 300 estabelecimentos que eram "particulares" e recebiam verbas *per capita* do Estado para o cuidado dos menores.

Segundo Rizzini e Rizzini (2004) essa era uma das principais razões da superlotação desses serviços – a corrupção política em torno das verbas que eram destinadas por número de crianças e adolescentes internados no serviço.

Ainda que tivesse a proposta de atender as demandas das crianças pobres e de suas famílias, foi em relação aos delinquentes que o SAM fez fama. Considerado uma *escola do crime* pela sociedade da época, os menores que lá eram abrigados passavam a carregar uma identidade social temida – a de eternos *transviados*. Podemos marcar aqui a efetivação daquilo que o Código de Menores trouxe em seu bojo: a cristalização de uma identidade sobre as crianças e adolescentes empobrecidos como irrecuperáveis (RIZZINI, RIZZINI, 2004).

Alvo de diversas críticas, nos anos 1950 o SAM já parecia um modelo que deveria ser ultrapassado na sociedade brasileira. Se ele era considerado uma *escola do crime* pela sociedade em geral, a sua manutenção era perpetuar o "problema social" dos menores desvalidos, das crianças órfãs, das "crianças ladronas".

Novamente sob a tônica de restaurar a Ordem e os bons costumes na sociedade, o golpe militar de 1964 que instaurava uma ditadura no país cria uma nova diretriz de atendimento as crianças e adolescentes pobres que era a Política Nacional de Bem-estar do Menor – PNBEM e sob a sua ótica a Fundação Nacional de Bem-estar do Menor – FUNABEM, que permaneceria até a reabertura democrática do país, em 1988.

A PNBEM tinha como centro a "valorização da família" e a internação em último caso. A proposta era de intervenção no seio familiar a fim de prevenir os comportamentos delinquentes ou mesmo as condições que acreditava-se colocar uma criança em *perigo* ou *risco*. A moralidade, o civilismo e o "combate ao comunismo" eram princípios norteadores da PNBEM e da FUNABEM (RIZZINI, RIZZINI, 2004; MARCÍLIO, 2003).

Ainda que a proposta fosse de não internação, não foi o que a prática demonstrou. Ao contrário, a pesquisa de Mário Altenfelder em 1966 citado por Rizzini e Rizzini (2004) contabilizou cerca de 83 mil *menores* institucionalizados no Brasil naquela época.

Ocorria que, a perambulação de crianças e adolescentes pelas ruas, como de quaisquer pessoas, era perturbador a Ordem que se instalara no país, produzia o "temor" a sociedade em geral e abria as portas a "subversão" pela *praga comunista*. Era preciso, literalmente, limpar as ruas das crianças e adolescentes. Isso fez com que nesse período, fossem criados muitos abrigos no interior dos estados para direcionamento das crianças que eram tiradas das capitais, donde raramente conseguiriam reencontrar suas famílias ou retornar ao território de origem (RIZZINI, RIZZINI, 2004).

Para as crianças, o que pode se inventar nesse modelo foi a criação dos Internatos-Prisão, conforme nomeou a pesquisa de Sônia Altoé (2008) que entre os anos de 1980 - 1988 estudou sete desses internatos que eram ligados ao Estado e recebiam verbas pela FUNABEM.

Seguimos com essa autora, sobre o *modus operandi* dessas instituições:

Por viver dentro de um estabelecimento cuja abertura para o mundo é quase inexistente, limitando suas possibilidades de relações sociais, a criança e o jovem ficam aprisionados dentro de uma dinâmica institucional que os faz se sentirem perdidos, desprotegidos, abandonados e também angustiados frente à possibilidade de enfrentar o mundo externo que lhes é desconhecido. Esta angústia surge durante a fase de internação e se intensifica na fase de desligamento do internato. Além do constrangimento do espaço, ficam sujeitos a humilhações, castigos, violência física e sexual. Não tendo como escapar à prática de controle e submissão, vivem dentro de uma faixa tão estreita de possibilidades que facilmente são considerados "infratores" (ALTOÉ, 1990/2008 p. 291).

Por conseguinte, o que esse modelo teve sucesso em implantar foram estratégias de governo da infância empobrecida que produziam a sujeição das crianças e adolescentes pelo domínio de suas condutas e de seus corpos em instituições que funcionavam como instituições totais, ou seja, com pouquíssimo contato com o mundo exterior. Dentro dos internatos as crianças estudavam, haviam hospitais e toda a "assistência" necessária a criança, minimizando o seu contato com outros adultos que não fossem os profissionais do serviço, ou outras crianças e adolescentes que não fossem outros internos.

Cabe lembrar que, como Foucault mesmo demonstra (1978/2008), toda estratégia de poder e dominação produz *resistências*. Haviam as fugas, as rebeliões, as tomadas do Serviço pelos internos, mas que eram dirimidas pela forte repressão militar no interior dessas instituições.

O que não se supõe aqui é que havia uma estratégia de governo capaz de governar todo o sujeito – toda a infância ou a adolescência, mas sim que, foi através dessas estratégias de governo, do espraiamento desses micropoderes pela sociedade, ao mesmo tempo, pelo clamor de certos setores da sociedade sobre a problemática das crianças desvalidas, abandonas, órfãs ou ladronas que instituiu-se na sociedade brasileira uma série de micropoderes – institucionais,

políticos – atravessados pelos mais diversos saberes – jurídicos, médicos, psicológicos – que foram capazes de produzir uma categoria social e uma instituição.

A categoria social produzida era a do menor. Cristalizada sobre o binômio criança pobre-delinquente, digna de uma outra educação as quais apostara-se, devesse ser institucional e vigiada pelo Estado, donde daí, também pode intervir melhor sobre seus corpos. Não obstante, esse período foi profuso na criação de manuais de conduta cívica e moral para crianças e adolescentes, sobre comportamento sexual, principalmente sobre como evitar doenças e sobre a higiene do corpo.

O menor é, portanto, o deslizamento social da criança abandonada, a qual merecia um batismo, uma educação religiosa e uma salvação de sua alma para uma figura, em que, não bastasse comparecer a educação religiosa, somente seu estudo e controle pelos diversos saberes seriam capazes de detê-la.

O percurso histórico que demonstramos também é efetivo na criação de uma instituição. Se a instituição é um produto das relações socio-históricas entre indivíduos, grupos e coletividades que emergem com aquelas já existentes, mediando, poderes e saberes sobre os sujeitos, essas interações sociais demonstradas é que puderam produzir a instituição de abrigamento/acolhimento para crianças e adolescentes (BENELLI, COSTA-ROSA, 2013; ALTOÉ, 1990/2008).

Agora, se produziu-se nesse período a figura do menor, houve também uma produção sobre quem eram as famílias dessas crianças. Nesse tensionamento de saberes-poderes sobre a infância empobrecida que subjaz o menor, qual posição foi legada as famílias e como essas intervenções se impuseram sobre elas? Cabe, portanto, demonstrar no interior desse percurso histórico o lugar das "famílias de menores" frente a esse processo de institucionalização da infância.

3.2.1 Famílias de menores

Conforme dito, desde que a infância foi tomada como objeto de governo, a família estava em cena como o *lócus privilegiado* dessa intervenção — era preciso conhece-la em seu funcionamento, seus detalhes, sua dinâmica, e como sua operação relacionava-se as condutas das crianças as quais se pretendia governar (FOUCAULT, 1976/2017).

Antes do período menorista, as famílias das crianças enjeitadas eram tratadas como "desconhecidas", ou simplesmente ignoradas. No caso de crianças indígenas ou negras, a noção de família nuclear não lhes recaía. Para os enjeitados, não importava sua origem, uma vez que

a sua colocação na roda dos expostos marcava a condição social na qual teria sido gerado, onde não caberia o reconhecimento familiar.

Para Santos (2010) a questão das famílias só é colocada a baila, primeiro na Europa, depois no Brasil, quando o abandono de crianças toma proporções que imputam ao Estado uma necessidade de administração desse tipo de conduta, uma vez que haviam milhares de bebês que eram deixados nas rodas dos expostos.

Essa autora também demonstra que a própria noção de abandono de crianças nesse período é problemática, uma vez que, muitas das crianças que eram deixadas traziam consigo bilhetes com seu nome, a data de batismo, ou mesmo formas de identificação que poderiam possibilitar, no futuro, que aquele familiar a pudesse ver novamente (SANTOS, 2010, p. 67).

Nesses casos, a roda dos expostos servia também para proteger a criança de possíveis perseguições oriundas da não-aceitação social de sua concepção. No período escravagista no Brasil, mulheres negras também fizeram uso desse mecanismo na expectativa de que, os filhos ali deixados poderiam ser criados como livres (SANTOS, 2010; SANTOS, 2007).

Apesar de, somente no período *menorista* as famílias tornarem-se objeto de intervenção do Estado em relação a infância empobrecida, antes disso elas já eram tomadas como um problema para a educação dos infantes. "A ideia de proteção à criança era antes de tudo proteção contra a família" (RIZZINI, RIZZINI, 2004, p. 39).

Essa noção que nasce junto a assistência a infância no Brasil toma corpo durante o período que marcou mais severamente as crianças pela institucionalização. Durante a existência da FUNABEM, muitas famílias buscavam as instituições para o internamento dos filhos, fundamentalmente, pela falta de condições materiais de subsistência e de criação dos filhos.

O que era propagandeado pelo Estado na época a respeito da FUNABEM era que se tratava de uma instituição capaz de suprir as crianças e adolescentes materialmente e socialmente, oferecendo acesso à educação e saúde de qualidade. Isso fazia com que as famílias se apropriassem dos mecanismos necessários a internação, sendo que, nesse período, a maior parte das internações era de crianças entre seis e dez anos de idade, ainda na fase de educação escolar básica (RIZZINI, RIZZINI, 2004; MARCÍLIO, 2003).

Ainda que a condição material fosse prevalente na busca das famílias pela internação dos filhos, as pesquisas realizadas pela própria FUNABEM as apontavam como famílias "disfuncionais e desajustadas", que desejavam livrar-se dos seus filhos, por enveredarem-se em relações extraconjugais, ou ainda, através de uma leitura profundamente moralista das mulheres solteiras que deixavam seus rebentos na instituição.

Contraditoriamente, essas mesmas pesquisas demonstravam que a maioria das famílias que buscavam a internação dos filhos eram compostas de mães solteiras e com pais desconhecidos, ou seja, que não haviam se responsabilizado pelo nascimento da criança (RIZZINI, RIZZINI, 2004).

Contudo, o que prevaleceu nessa ótica era o entendimento dessas famílias como "desestruturadas, disfuncionais ou desajustadas". Essa era a forma como a nosologia jurídico-psicológica da época classificava as famílias das crianças institucionalizadas, colocando-as sob o foco de intervenção da ética da tutela, presente desde o início do século na filantropia emergente nos grandes centros urbanos (ADORNO, 1990; RIZZINI, RIZZINI, 2004).

No caso das famílias, a ética da tutela operava apenas no sentido de criar as vagas de internamento que eram solicitadas, compreendendo que essas famílias não tinham as condições necessárias para a educação adequada das crianças, devendo legá-las ao cuidado do Estado. Não havia no período nenhum tipo de atendimento ou acompanhamento das famílias, ou mesmo políticas que visassem dirimir a situação de empobrecimento material e de precariedade.

O que se sobrepunha a essas famílias, na realidade, eram as contradições impostas pelo avanço do capitalismo industrial desde o início do século e a lógica do trabalho, que contribuiu severamente para o aumento da pobreza e da pauperização das classes trabalhadoras, destacando-se aqui, a condição da mulher, que legada quase que exclusivamente aos trabalhos domésticos, além dos baixos salários, tinham muitas vezes a obrigação de dormir no emprego, sendo dissuadidas pelos patrões e pelas condições de trabalho a deixas os filhos nas instituições (RIZZINI, RIZZINI, 2004; SANTOS, 2007).

Essa contradição entre o avanço do capitalismo e o mundo do trabalho serve para problematizar, inclusive, a própria noção de abandono de crianças. Conforme Santos (2010), tratar a institucionalização de crianças pobres como "abandono de crianças" é uma forma de escamotear as contradições a que essas famílias estavam expostas.

Nesse momento, instaura-se um movimento dialético, afinal, como é na família e por meio dela que a propriedade transforma-se em patrimônio estável e seguro, se não há propriedade, não há família e, se não há família, não há moral para se preservar o núcleo familiar e o direito à propriedade. Pensando sobre isso, a família da qual a criança faz parte, pelo fato de vivenciar a ausência de propriedade e o estado de empobrecimento que se instaura dia-a-dia em decorrência do sistema capitalista de produção, chega a um ponto tão conflitante, que as bases de sua estrutura, bem como os laços que foram criados em seu interior se rompem de modo implacável. Portanto, embora o modelo de família nuclear teoricamente exista e imponha regras, determinando aos pais, por exemplo, a obrigação de garantir de modo seguro a vida material de seus filhos, na prática esse modelo falha, pois se os pais não têm condições de suprir as necessidades básicas dos filhos, 'são acusados de abandoná-los' (SANTOS, 2010, p. 69).

Essa compreensão também serve para o entendimento das famílias como desajustadas ou disfuncionais. O discurso da "disfunção familiar" e do desajuste servia como justificativa as questões materiais e do empobrecimento a partir de uma lógica político-jurídica liberal que avançava com o capitalismo crescente e que era capaz de enredar as próprias famílias, que creditadas nessa lógica, buscavam um "lugar melhor" – a FUNABEM – para que seus filhos fossem assistidos material e socialmente.

O que vale demarcar aqui é que as *famílias de menores* não recebiam nenhum tipo de atendimento especializado, que não fosse a sua categorização em ajuste ou desajuste, funcional ou disfuncional. Uma família disfuncional era aquela que não era capaz de qualificar seus filhos para a lógica do trabalho, de docilizar seus corpos e aplacar seus ânimos. Para isso, as instituições ofereciam um extenso saber-fazer sobre os corpos e condutas das crianças pobres.

Contudo, a condição de pauperização da classe operária da época exibia um contrassenso a lógica de *superinstitucionalização*. Como é possível dizer que uma família era disfuncional e desajustada, se as condições mínimas de subsistência não lhe eram oferecidas? Mais do que isso, se a oferta do Estado era de que, somente nas instituições seus filhos encontrariam a educação necessária.

Afinal, as crianças burguesas também tinham suas instituições — os colégios internos, liceus, externatos europeus — porque não haveria de ser uma necessidade a criança empobrecida a oferta de uma instituição?

Destarte, muito distante dos liceus e externatos da elite, os internatos e externatos *menoristas* ofertavam apenas uma educação virtual, baseada exclusivamente em princípios moralizantes das classes mais pobres, na punibilidade das crianças e adolescentes e no comedimento da delinquência, que era subjacente ao *menor*.

A história não parece deixar dúvidas: esse modelo lega uma herança amarga ao Brasil de superinstitucionalização de crianças e adolescentes pobres, pretos, indígenas, periféricos, marginalizados, cria um enorme contingente institucional e um imbróglio político-social que ainda luta para ser desfeito.

3.3 A garantia de direitos no Brasil

Em nossa pesquisa sobre a história da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, algo que pode ser notado desde a criação do código de menores até hoje é que o campo da assistência a infância sempre foi um território de intensa problematização. Os diversos

saberes, as lutas sociais e as mobilizações da sociedade civil compuseram o cenário precedente ao impulso que levou a criação ou a substituição dessas políticas de atendimento.

Com o Código de Menores e o período *menorista* não foi diferente. Após a reabertura democrática do país em 1985 as práticas que se instalaram na assistência a infância no Brasil sofreram intensa problematização e principalmente, mobilização por parte de setores de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

O que era crucial nesse momento, era que o fim da ditadura permitia mobilizações organizadas da sociedade civil e inclusive de internos das instituições que permaneceram silenciados pelos 20 anos de regime autoritário. Essas manifestações no campo social demonstravam a falência desse modelo e expunham o cenário de institucionalização massiva de crianças e adolescentes pobres (RIZZINI, RIZZINI, 2004).

Diversas pesquisas também demonstravam as consequências negativas desse modelo asilar de assistência a infância, como a de Sônia Altoé (1990/2008) anteriormente citada, ou ainda Rizzini e Guirado (apud Rizzini e Rizzini, 2004), entre outros autores que puderam evidenciar as contradições dessa forma de atuação do Estado.

A pauta de reivindicações pelos direitos de crianças e adolescentes nesse momento clamavam por um novo reconhecimento da criança e adolescente, por outra forma de atendimento que não privilegiasse o modelo asilar e por uma assistência a infância que pudesse abarcar as contradições socioeconômicas experimentadas pelas suas famílias, depondo a noção de abandono que era vigente (RIZZINI, RIZZINI, 2004).

Pela primeira vez também se colocava em xeque a noção de *menor*, do abandono e da orfandade. Ainda nos anos 1980, essas iniciativas contribuíram para a abertura de algumas dessas instituições, tornando-as centros de convivência e clubes onde as crianças, antes internadas, experimentavam um regime em meio aberto de maior convivência social e comunitária (RIZZINI, RIZZINI, 2004).

O primeiro marco legal da reabertura democrática que encaminhava a política nacional para a construção de um estado de bem-estar social foi a constituição de 1988, que entre outras coisas, em seu artigo 227¹⁵ incluiu a proteção à criança e ao adolescente como dever do Estado na garantia de seus direitos fundamentais (BRASIL, 1988/2017).

_

¹⁵ É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988/2017; p. 172).

A continuidade desse processo de problematização do campo desemboca, em 1990 com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que leva a uma mudança radical em relação a compreensão da assistência a infância.

O que é novidade nesse Estatuto em relação as outras políticas implementadas, é a adoção da criança e do adolescente como sujeito de direitos e de deveres, atravessados, portanto, por um imperativo de garantia de direitos e de cidadania. Abandona-se o termo *menor* na construção dessa política, numa tentativa de diminuir a assimetria entre as crianças e adolescentes de diferentes classes sociais e coloca em jogo uma novidade no campo jurídico, que era a *doutrina da proteção integral* à crianças e adolescentes (BRASIL, 2014).

Grosso modo, a doutrina da proteção integral preconiza a criança e ao adolescente os direitos fundamentais garantidos na constituição de 1988 como o acesso a saúde, educação, lazer, moradia, alimentação, profissionalização, cultura, entre outros, e coloca-os como dever da família, do Estado e da sociedade. Nessa doutrina, inclui-se também a prevalência dos interesses da criança e do adolescente nas decisões que concernem a sua vida, principalmente no âmbito jurídico. Podemos citar como consequência elementar dessa doutrina, a inclusão da escuta das crianças e adolescentes nos processos de adoção, litígios de guarda, entre outros (BRASIL, 2014).

Uma vez que é esse Estatuto que orienta até hoje o trabalho socioassistencial com crianças e adolescentes no país, cabe destacar alguns pontos dele concernentes a essa pesquisa, além de outros marcos legais fundamentais na política de atendimento a infância.

3.3.1 Parâmetros fundamentais da garantia de direitos: cenário atual da política de institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil

Com a doutrina da proteção integral, o ECA introduz no cenário das políticas de atendimento as crianças e adolescentes a noção de violação de direitos, como sendo quando, os direitos constitucionais garantidos encontram-se ameaçados ou violados, seja pela conduta do infante, seja pela ausência de proteção no seu âmbito de convivência.

Vale demarcar que com o ECA, pela primeira vez as medidas de proteção e as medidas que são tomadas ao adolescente que cometa ato infracional, conhecidas no Estatuto como *medidas socioeducativas*, são tratadas em separado e tem encaminhamentos diferenciados, não prevalecendo a institucionalização como primeiro recurso a ser adotado (BRASIL, 2014; RIZZINI, RIZZINI, 2004).

Serão, portanto, pelas medidas de proteção ou medidas socioeducativas que uma criança ou adolescente pode ser encaminhado a uma instituição atualmente, de acolhimento no primeiro caso, ou as fundações no segundo, como o Centro de Atendimento Socioeducativo e Assistencial – Fundação CASA.

Em nossa pesquisa, estivemos implicados com as medidas de proteção as crianças e adolescentes encaminhadas aos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes – SAICAs.

Conforme o artigo 98 do Estatuto, "as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III – em razão de sua conduta." (BRASIL, 1990/2014, p. 108).

Reconhecidos os casos de violação a esses direitos, figuram as seguintes medidas de proteção à criança e ao adolescente:

I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II - orientação, apoio e acompanhamento temporários; III - matrícula e freqüência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; VII - abrigo em entidade; VIII - colocação em família substituta. Parágrafo único. O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade (grifos nossos) (BRASIL, 1990/2014, p. 110).

Ou seja, antecede a medida de acolhimento em instituição uma série de encaminhamentos que possam ser tomados a fim de dirimir a situação de violação.

Cabe destacar também, que no Art. 23 do ECA explicita-se que "a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar" (BRASIL, 1990/2014, p. 74).

Assim sendo, o que o ECA estabelece formalmente produz uma grande cisão com o que fora apresentado no período menorista. Há um tempo determinado para o acolhimento institucional, que não deve ultrapassar os dois anos; figuram pelo menos sete outras medidas que possam ser tomadas em detrimento do acolhimento institucional e, explicitamente, declara que a condição material dos pais ou responsáveis não deve motivar a institucionalização.

Estima-se que os antigos *orfanatos* tenham sido todos desativados ao longo dos últimos anos, contudo, não existem pesquisas estatísticas que possam evidenciar isso (RIZZINI, RIZZINI, 2004; GLENS, 2010).

Além da mudança decisiva sobre o tempo de acolhimento, o Estatuto também prevê as condições nas quais esses serviços devem operar de modo a favorecer a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes acolhidos:

As entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios: I - preservação dos vínculos familiares; II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem; III - atendimento personalizado e em pequenos grupos; IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação; V - não desmembramento de grupos de irmãos; VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; VII - participação na vida da comunidade local; VIII - preparação gradativa para o desligamento; IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo. (BRASIL, 1990/2014, p. 103).

O que se pode ver privilegiado nesse caso, é a convivência familiar em detrimento da longa institucionalização e do alijamento de relações sociais e dos vínculos comunitários de crianças e adolescentes acolhidos.

Apesar disso, ainda havia um hiato entre o que determina essa política pública e a sua efetivação no campo prático. Nos anos 1990 o país ainda não dispunha de um sistema que pudesse organizar as novas ações de acolhimento institucional. O escopo fundamental da política pública para que essa mudança ocorresse só ganhou corpo a partir de 2005 com a promulgação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que terminou por incorporar em um sistema único e descentralizado os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes e os Serviços para o cumprimento de Medida Socioeducativa.

A assistência social no Brasil, a exemplo da assistência a infância, também caminhou a passos lentos para tornar-se uma política pública. Como já foi apontado, a filantropia sempre foi o modelo de assistência aos pobres e *desamparados* socialmente, colocando no mesmo bojo *delinquentes, loucos, marginais, pobres, andarilhos* como objeto de intervenção filantrópica (ADORNO, 1990).

O primeiro marco legal da seguridade social no Brasil deu-se em 1993 com a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, que determinava o atendimento as necessidades básicas dos cidadãos através dos seguintes objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Parágrafo único. A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. (grifos nossos) (BRASIL, 1993, p. 6).

Essa mesma lei também dispunha sobre a criação de um Sistema Único de Assistência Social, que pudesse efetivar seus objetivos em todo território brasileiro, de forma descentralizada e participativa e que pudesse alcançar na forma de uma política pública os que dela necessitam (BRASIL, 2005).

Assim sendo, as lutas sociais, principalmente através das conferências de assistência social, enveredavam esforços na criação desse Sistema. Na IV Conferência de Assistência Social em 2003, encaminhou-se como principal deliberação a construção e implementação de um sistema único de assistência social, levando, em 2004, a promulgação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS e da Norma de Operação Básica dos Serviços Socioassistenciais – NOB-RH/SUAS (BRASIL, 2005, p. 13).

No SUAS, portanto, serão incorporados os serviços de assistência a infância no modelo de garantia de direitos, através de sua organização em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de média e alta complexidade (BRASIL, 2005).

Cabe destacar aqui do que se tratam as complexidades por onde operam o SUAS dispostas na Norma de Operação Básica, pois será a partir dela que os psicólogos poderão se inserir no sistema de garantia de direitos a crianças e adolescentes.

A proteção social básica (PSB) deve atuar na prevenção das violações de direitos, direcionando-se a populações vulneráveis através de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças, adolescentes, mulheres, pessoas com deficiência – quaisquer populações que sejam ensejadas como vulneráveis pela sua condição de moradia, de subsistência ou mesmo pela fácil exposição a condições de violação.

Na Proteção Social Básica também estão inclusos os programas de transferência de renda e Benefícios de Prestação Continuada. A unidade Estatal que organiza a rede da PSB é o Centro de Referência em Assistência Social – CRAS (BRASIL, 2005).

A Proteção Social Especial (PSE) de média e alta complexidade abrange o atendimento aos indivíduos que já tenham sofrido violação de direitos, seja pela violência, pela exposição a condições impróprias de subsistência ou mesmo pela pobreza ou miséria do grupo familiar. Na média complexidade, compreende-se o atendimento a indivíduos que tenham sofrido a violação de direitos, mas que não tiveram em decorrência dela, seus vínculos familiares e comunitários rompidos, como por exemplo, os Serviços de Medida Socioeducativa em Meio Aberto – MSE/MA, que atendem os adolescentes egressos na fundação CASA no acompanhamento do cumprimento da medida socioeducativa estabelecida pelo juízo (BRASIL, 2005).

Já na PSE de Alta complexidade estão compreendidos os serviços de atendimento a populações que, por ocasião da violação de direitos, tiveram seus vínculos familiares e

comunitários rompidos. Aqui abrange-se os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, bem como, Serviços de Acolhimento Especial para mulheres com filhos, para mulheres Transsexuais, Serviços Especializados para Acolhimento de Famílias, populações de rua, entre outros. A unidade estatal que congrega essa rede de serviços são os Centros de Referência Especializados em Assistência Social - CREAS (BRASIL, 2005; SMADS, 2010).

Na cidade de São Paulo, além das legislações nacionais que organizam o SUAS, observa-se as portarias 46/2010 e 47/2010 da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS que dispõe sobre a rede de serviços socioassistenciais no município, que se dá, fundamentalmente, pela celebração de convênios entre a prefeitura e entidades não-governamentais, organizações civis e entidades religiosas (SMADS, 2010).

Após a promulgação da PNAS, instituindo o SUAS em todo território nacional, diversos documentos foram publicados no sentido de avançar nas políticas que compreendam a institucionalização de crianças e adolescentes.

Vale destacar que desde a criação do SUAS, sua expansão no território nacional ainda caminha, havendo muitos municípios do país que não contam com unidades CREAS. O Censo SUAS de 2016 16 divulgou que existem 2521 CREAS em todo país, concentrados principalmente na região nordeste (967 unidades).

Quanto a política de acolhimento institucional, em 2009 é publicado o documento Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes através de uma resolução conjunta do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescentes – CONANDA e o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que tem por finalidade, "regulamentar, em todo território nacional, a organização e a oferta de Serviços de Acolhimento Para crianças e Adolescentes no âmbito da política de assistência social" (BRASIL, 2009, p. 18).

Somado ao ECA, esse documento orienta e organiza a política de acolhimento para crianças e adolescentes e o atendimento das instituições que oferecem esse serviço. Desse documento, destacaremos também pontos relevantes que norteiam o trabalho desenvolvido nesses serviços.

3.3.2 Orientações técnicas aos serviços de acolhimento institucional

¹⁶ Disponível para consulta através do site:

Quanto aos tipos de serviços de acolhimento que são ofertados no território nacional, o documento traz as seguintes modalidades: Abrigo Institucional, Casa-lar, acolhimento em família acolhedora e república (BRASIL, 2009).

O abrigo institucional compreende os serviços que ofertam até 20 vagas para crianças e adolescentes, de 0 a 17 anos e 11 meses, sem distinção de gênero. Os abrigos devem ofertar vagas proporcionais para as diferentes faixas etárias e sexo, garantindo a heterogeneidade de sua população. Também se orienta que os abrigos não devem ofertar vagas a partir de demandas específicas como crianças com deficiência, que vivam com HIV, entre outras que possam produzir a estigmatização ou a exclusão desses grupos específicos (BRASIL, 2009).

Quanto as casas-lares, são serviços que ofertam até 10 vagas para crianças e adolescentes, preferencialmente para grupos de irmãos, visando manter os vínculos familiares de grupos que estejam acolhidos.

O acolhimento em família acolhedora compreende uma modalidade não institucional de acolhimento para crianças e adolescentes, onde permanecem, durante o tempo da medida de proteção estabelecida, acolhidos em uma família diferente da família de origem, assistidos por equipe técnica da instituição que oferte o serviço, além da equipe técnica do juízo e do Sistema de Garantia de Direitos. No Brasil, as iniciativas de acolhimento em famílias acolhedoras ainda são tímidas, prevalecendo as modalidades de acolhimento institucional.

Finalmente as repúblicas são serviços que recebem egressos de Abrigos e Casas-lares que tenham sido desacolhidos em função da maioridade, sem possiblidade de reintegração familiar, podendo permanecer até os 21 anos no serviço, assistidos por equipe técnica competente e mantidos provisoriamente com recursos dos Estado. O escopo de trabalho das repúblicas visa a autonomia dos adolescentes, para que possam prosseguir após o período de acolhimento institucional (BRASIL, 2009).

A instituição em que estivemos inseridos no desenvolvimento dessa pesquisa são as de Abrigo Institucional.

Quanto aos princípios norteadores do atendimento nesses serviços, o documento destaca a excepcionalidade do acolhimento institucional, privilegiando a convivência familiar, colocando essa medida como último recurso na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. "Antes de se considerar a hipótese do afastamento, é necessário assegurar à família o acesso à rede de serviços públicos que possam potencializar as condições de oferecer à criança ou ao adolescente um ambiente seguro de convivência" (BRASIL, 2009, p. 24).

A noção de seguridade social da família permeia toda a construção desse documento e a coloca como *lócus* privilegiado dessa intervenção. A premissa é que haja um intenso trabalho

com o grupo familiar, de encaminhamento ao Sistema de Garantia de Direitos antes que se encaminhe a possiblidade do afastamento do convívio familiar.

Outro ponto crucial dessas Orientações trata da preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. A proposta é minimizar o desenraizamento da criança e do adolescente de sua família e de seu território de origem, de seus valores culturais e sociais, através de um atendimento que seja personalizado e individualizado. O documento também prevê que crianças e adolescentes com vínculo de parentesco não devem ser afastados ou encaminhados a diferentes instituições de acolhimento (BRASIL, 2009, p. 27).

Quanto as orientações metodológicas, cabe também destacar alguns pontos que tangenciam a nossa prática nesses serviços.

Conforme determinado no ECA, na chegada da criança ou adolescente no Serviço de Acolhimento, deve se elaborar o Plano Individual de Atendimento – PIA, a ser encaminhado em no máximo 30 dias a Vara da Infância e Juventude que supervisiona o serviço. Esse plano deve conter "estratégias e ações a serem desenvolvidos tendo em vista a superação dos motivos que levaram ao afastamento do convívio e o atendimento das necessidades específicas de cada situação" (BRASIL, 2009, p. 33).

Esse plano deve ser elaborado em parceria com o Conselho Tutelar, a equipe técnica do juízo e com a equipe do CREAS da região do serviço, compreendendo as necessidades da criança e da família de origem, fundamentalmente, realizando a escuta da criança e da família.

Além do PIA, o documento orienta que, logo que tenha ocorrido o acolhimento, se dê início ao acompanhamento da família de origem pela equipe do serviço, promovendo visitas domiciliares, entrevistas individuais e encaminhamento ao Sistema de Garantia de Direitos.

Esse acompanhamento é destacado, pois a sua precocidade minimiza o tempo do acolhimento institucional, ou mesmo cria condições para reavaliar a sua real necessidade (BRASIL, 2009, p. 37).

Os encaminhamentos também fazem parte da metodologia dos Serviços de Acolhimento, preconizando a articulação intersetorial do serviço com as diferentes políticas públicas de assistência social, saúde, educação, cultura e lazer.

Uma vez que o abrigo institucional visa a garantia de direitos, deve se garantir o acesso das crianças e adolescentes, bem como de suas famílias, por intermédio do abrigo, as políticas de atendimento que se façam necessárias ao caso encaminhado. Para isso, são realizadas reuniões interesetorias e estudos de caso com os diferentes atores das políticas de atendimento para que se proceda os encaminhamentos necessários.

Outro ponto que organiza os Serviços de Acolhimento são os Projetos Políticopedagógico dos serviços, onde deve constar o escopo de trabalho daquela instituição, suas
especificidades, idiossincrasias, necessidades e enfrentamentos para garantir o atendimento às
crianças e adolescentes acolhidos. Desde a recepção no acolhimento, até o desenvolvimento de
atividades e preparação para o desligamento do serviço devem constar no projeto políticopedagógico. Orienta-se que a sua construção se dê de maneira horizontal no serviço, com a
participação de todos os atores: equipe do serviço, crianças e adolescentes acolhidos, famílias
e a Organização Social gestora (BRASIL, 2009).

Finalmente, traz-se a definição específica do serviço de Acolhimento na modalidade de *Abrigo Institucional*, onde estivemos inseridos.

Quanto a localização, o Abrigo Institucional deve estar localizado próximo a região de origem da criança ou adolescente acolhido, facilitando o acesso da família ao serviço. A arquitetura da instituição deve ser o mais próximo de uma casa, sem fachada específica ou identificação, com separação apenas dos dormitórios por faixa etária e sexo, garantindo o acesso dos acolhidos a todos os ambientes da casa (BRASIL, 2009).

α 1 '	1 1	1 1/1	C •	1 1 '
Section about a	aniadro de recurçõe	hilmanoe hacico	para o funcionamento) do abrigo:
DUBUU ADAIAD U	J duadio de recuisos	numanos basico	Dara O Tuncionament	i uo aurigo.

Função	Carga Horária Semanal	Número
Gerente de Serviço	40h	1
Técnico (assistente social)	30h	1
Técnico (psicólogo)	40h	1
Orientador socioeducativo	12x36h	4 e 1 folguista
diurno		
Orientador socioeducativo	12x36h	4 e 1 folguista
noturno		
Cozinheiro	40h ou 12x36h	2
Agente operacional	40h ou 12x36h	3

Tabela 1: Quadro de Recursos Humanos do Abrigo Institucional (SMADS, 2010)

Como os abrigos funcionam 24h por dia, os orientadores socioeducativos revezam-se em plantões de 12x36h. Além desses profissionais, as Orientações técnicas, bem como a Resolução 76/2011 do Ministério Público orientam a contratação de outros profissionais, caso haja necessidade, como o pedagogo, na função de *técnico especializado* (BRASIL, 2009; CNMP, 2011).

3.3.3 Problematizações em torno da garantia de direitos

Conforme visto, a história das instituições para crianças e adolescentes no Brasil trata de um percurso sinuoso, que por vezes confunde-se com a própria noção de infância no país, tamanha foi a institucionalização em determinados períodos históricos.

As instituições para crianças e adolescentes constituíram não apenas estratégias de governo da infância empobrecida e de suas famílias, mas produziram discursos que, espalhados pelo tecido social brasileiro, revelaram concepções de infância e adolescência severamente marcadas pelas diferenças entre as classes sociais, recortando as histórias e os destinos das crianças que estavam atravessadas pela institucionalização, fosse pelo seu comparecimento real ou apenas pela sua possibilidade.

É inegável que o período da garantia de direitos muito avançou na política de atendimento que se tinha a infância, que estava baseada fundamentalmente, na institucionalização como resolução dos conflitos e das contradições, advindas muitas vezes das condições econômicas, sociais e de trabalho que suas famílias estavam expostas.

Ao mesmo tempo, não se pode negar a necessidade de problematização em torno das práticas atuais que envolvem a institucionalização da infância. No cotidiano dos serviços, bem como, pela literatura sobre o tema, é possível perceber que as diversas práticas desses diferentes modelos de cuidado a infância se entrecruzam, constituindo o bojo para atuação dos profissionais dos serviços atuais.

Pode se destacar, de antemão, que após a promulgação do ECA, ocorre um decréscimo das pesquisas sobre infância institucionalizada, conforme Rizzini e Rizzini (2004) e Glens (2010). A hipótese desses autores é de que, a publicação dessa nova lei, posteriormente, a constituição do SUAS, produziu uma "sensação" de que o problema da institucionalização havia sido resolvido no país.

O relatório do Ministério Público Federal sobre os serviços de acolhimento, mostrou em 2011 a existência de 45.569 vagas em Abrigos para crianças e adolescentes. Desse número, pelo menos 22 mil estão no Sudeste (CNMP, 2011).

Conforme o Raio-X da SMADS de fevereiro de 2017, na cidade de São Paulo existem 2.385 vagas de acolhimento para crianças e adolescentes, distribuídas em 125 instituições que são administradas de forma indireta através de *parcerias público-privadas* com Organizações Sociais, Entidades religiosas e do terceiro Setor (SMADS, 2017).

Vale destacar que esse é o modelo adotado desde o início do século para a prática socioassistencial no Brasil. Através do repasse de recursos do Estado, Entidades religiosas,

Organizações Não-Governamentais e Entidades do Terceiro Setor ficam a cargo de executar as políticas de assistência social, o que dificulta realizar uma real transição dos modelos caritativos e filantrópicos para o paradigma da garantia de direitos, uma vez que, muitas dessas Entidades, operam através desse sistema desde o início do século.

Ainda que o ECA, bem como o SUAS, preconize a capacitação das Entidades que ofertem os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, o que o cotidiano demonstra é que prevalece a lógica da caridade, do *fazer o bem*, do clientelismo e dos favores dos mais ricos para os mais pobres (BENELLI, COSTA-ROSA; 2012; BENELLI, COSTA-ROSA, 2013).

Isso ocorre porque os discursos e práticas discursivas não se sobrepujam simplesmente no tecido social, mas são compostos de diferentes disposições, condutas e formas de governo que tem na história dessas práticas o seu material privilegiado de formação. Ao mesmo tempo, as formas de governo, produzem condutas e *contracondutas* que se disseminam na medida que a história se costura a política, a economia e aos diferentes saberes que nela comparecem.

Nessa esteira, retorna ao cenário da institucionalização de crianças e adolescentes saberes-poderes como a figura do *menor*, encarnada nos diversos projetos de lei que são apresentados desde a promulgação do ECA que pedem pela redução da maioridade penal, alegando o excessivo protecionismo do Estado aos *delinquentes* através desse Estatuto, a revés das décadas de abandono institucional experimentado por crianças e adolescentes pobres no Brasil (RIZZINI, RIZZINI, 2004; ALVAREZ, et al, 2009).

Ou ainda, na emergência da *criança abandonada* nas diversas práticas no cotidiano de serviços de atenção à infância, quando lançam mão da filantropia como modelo premente para construção dos serviços, de suas práticas socioeducativas ou de seus planos político-pedagógicos (BENELLI, COSTA-ROSA, 2013).

Assim sendo, o que Benelli e Costa-Rosa (2012; 2013) demonstram é que no campo atual da assistência social, diversos paradigmas se aglutinam nas práticas institucionais e no cotidiano dos serviços, oriundos de diferentes formas de poder-saber que se formaram ao longo da história, onde as instituições para crianças e adolescentes confundiram-se a própria noção de infância.

Esses autores apontam que o modelo caritativo, oriundo das práticas religiosas, o filantrópico, oriundo da *condescendência* das elites para os mais pobres e o da garantia de direitos ou socioeducativo permanecem em constante tensão nos serviços socioassistenciais e tem maior ressonância nas práticas relacionadas a infância e adolescência.

Nesse caso, há uma prevalência do modelo filantrópico, produzindo uma *adaptação* social ortopédica na assistência a infância e adolescência no Brasil, que é quando a assistência social falha em promover a transformação social e efetivação dos direitos e logra em gerenciar a pobreza e o problema social de acordo com o discurso das classes dominantes (BENELLI, COSTA-ROSA, 2013).

Práticas como a supervalorização da capacitação de adolescentes institucionalizados para o trabalho em redes de *fastfood* ou em cargos subalternizados, ou as excessivas entregas de brinquedos e presentes nas comemorações de dia das crianças ou natal revelam a pregnância da filantropia no cotidiano dos serviços. Em sua outra face, a filantropia oferta a esses adolescentes o clamor pelo recuo de políticas como o ECA, deixando em suspenso aqueles que não podem ser alcançados por essas táticas de governo.

O que se percebe com isso é que existe uma grande dificuldade de tornar crianças e adolescentes *sujeitos* de direitos e deveres. Ainda que as Orientações Técnicas prezem pela horizontalidade na construção das políticas públicas e pela *escuta qualificada* de crianças e adolescentes acolhidos, não existem balizes técnicas para a realização dessas escutas e atendimentos, o que distancia os profissionais de práticas que possam colocar em jogo o desejo dessas crianças e adolescentes.

O discurso oficial da Assistência Social é profundamente lacunar, parecendo visar mais a produzir efeitos simbólicos que deem legitimidade ao Estado e ao governo do que a incidir concreta e eficazmente na transformação da realidade (BENELLI, COSTA-ROSA, 2013, p. 288).

Esse *modus operandi* tem sua eficácia no cotidiano dos serviços pela falta de capacitação das equipes dos serviços, da ausência de espaços para reflexão e pela alta burocracia implicada no SUAS. Tanto a equipe técnica de assistentes sociais e psicólogos quanto os educadores sempre possuem exigências acima da média propostas pelas políticas públicas e pelos órgãos fiscalizadores que raramente seriam atingidas, principalmente pelos recursos que lhes são ofertados.

Nesse cenário, o distanciamento do modelo da garantia de direitos tem uma de suas raízes na falta de oferta de capacitações e de um amplo debate com os trabalhadores sobre essas diferenças, bem como, os seus impactos diversos no atendimento aos usuários dos serviços (BENELLI, COSTA-ROSA, 2013; BENELLI, 2012).

A própria inserção dos psicólogos em contextos sociais e comunitários é problemática. Yamamoto (2007) e Bock (2010) apontam que essa inserção se dá a partir da pressão econômica produzida nessa classe profissional devido a mudanças sociais que colocam em decréscimo a prática do consultório particular, reduzindo a sua procura, somado a um alto número de psicólogos entrando no mercado.

A assistência social, bem como a saúde ou a educação foram campos explorados pelos psicólogos não porque haviam pesquisas sobre essas práticas ou pela necessidade de debate sobre novas práticas para os profissionais *psi*, e sim por questões empregatícias para garantir a manutenção da profissão no país.

Yamamoto (2007) aponta que o discurso sobre o "compromisso social" da psicologia é posterior a entrada dos psicólogos no campo assistencial, estando marcado por um imenso hiato de produções acadêmicas e científicas na área, uma vez que a psicologia permanece, até esse período, "servindo as elites", conforme aponta Bock (2010), voltando-se exclusivamente para as práticas de consultório, sem considerar questões sociais que se interpõe a prática profissional nessas instituições.

No SUAS especificamente, os psicólogos podem se inserir conforme o que é determinado pela NOB/RH quanto a formação das equipes dos serviços, instituindo a presença do psicólogo em praticamente todos os estabelecimentos da assistência social no Brasil (BRASIL, 2005).

É, portanto, através do cargo de psicólogo que muitos psicanalistas se inserem nesses contextos institucionais, o que traz no seu bojo as diversas problemáticas aqui apontadas. A questão da garantia de direitos, bem como, a história da institucionalização de crianças e adolescentes no país; o *modus operandi* da inserção de psicólogos no contexto social, muito distante de mobilizações efetivas quanto a política e a sociedade são questões que recaem ao psicanalista nesse cotidiano profissional.

Retomaremos essa problemática no capítulo cinco, quando tratarmos da questão preliminar sobre a escuta da criança no acolhimento institucional.

4 A DIREÇÃO DO TRATAMENTO EM LACAN: TÁTICA, ESTRATÉGIA E A POLÍTICA DA PSICANÁLISE

Até esse momento foi possível demonstrar a diversidade de intervenções que foram realizadas por psicanalistas em âmbito institucional, bem como, as problemáticas que envolvem a inserção dele em Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes. Conforme dito, elegemos para tratar disso as noções de tática, estratégia e política em Lacan como um operador capaz de oferecer uma formalização possível ao trabalho do psicanalista em instituições.

Assim sendo, apresentaremos a partir de agora o conceito de tática, estratégia e política e o contexto de sua produção na direção do tratamento de Lacan; a formalização da instituição de acolhimento e do trabalho do psicanalista nesses serviços através dessa conceituação, montando a cena institucional e finalmente, apresentaremos as intervenções que puderam ser realizadas a partir disso com as vinhetas clínicas que foram escolhidas como casos paradigmáticos dessa conceituação.

4.1 Contexto histórico da direção do tratamento

Para, finalmente, apresentar a noção de tática, estratégia e política tal qual foi conceituada na teoria lacaniana, é preciso introduzir a problemática histórica e política na qual está envolvida, uma vez que, é no texto da direção do tratamento que Lacan fará uma das mais importantes críticas desde o seu retorno a Freud, aos rumos que a psicanálise havia tomado até aquele momento.

Desde o início de seu seminário, em 1953, Lacan identificava, a partir do seu retorno a Freud, um descaminho das proposições fundamentais da psicanálise, bem como de sua técnica, através de uma interpretação sobre a obra freudiana que desembocou no ficou conhecido como psicologia do Ego¹⁷.

_

¹⁷ Quanto a psicologia do Ego, podemos citar que: Enquanto Freud, em 1923, afirmou a primazia do inconsciente sobre o consciente e provocou uma reviravolta no campo de estudo das pulsões com a introdução da pulsão de morte, os partidários da Ego Psychology sustentam uma postura que vai em sentido contrário a esse descentramento. Segundo eles, o eu se autonomiza (e se torna um eu autônomo) ao controlar suas pulsões primitivas, o que lhe permite conquistar sua independência frente à realidade externa. A autonomia, contudo, permanece relativa: do lado das pulsões, o eu busca uma garantia contra a escravidão do meio ambiente. Pelo lado do ambiente, ele reivindica essas mesmas garantias contra as exigências do isso. A adaptação do eu à pressão dupla do isso e da realidade passa por um meio termo que assegura o equilíbrio necessário à expansão da vida humana. Mas, se o eu tende a se ajustar para realizar sua autonomia, a identificação deixa de ser um processo inconsciente para se transformar num modo imitativo de comportamento. A teoria da sexualidade também sofre uma torção: despejada na sublimação, a libido assegura uma dessexualização das pulsões agressivas. Quanto mais forte é o eu, mais ele reforça seu quantum de energia neutralizada. Quanto mais ele é fraco, menos funciona a neutralização (ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 170-171).

No texto da direção do tratamento, Lacan situa essa problemática principalmente em relação a máxima freudiana "Wo es war, sol Ich werden" onde traduziu-se "muito simplesmente por: O Eu deve desalojar o Isso" (LACAN, 1958/1998, p. 591). A partir disso, o entendimento dos psicólogos do Ego (situados principalmente nos EUA) e da escola inglesa de psicanálise, será de que, para desalojar o Isso cabe o fortalecimento do Eu-fraco do paciente pelo Eu-forte do analista. Nessa compreensão, o final de análise tinha a ver com um fortalecimento do Eu do paciente que desembocava sempre em uma "identificação do sujeito com o analista" (LACAN, 1958/1998, p. 620).

Landi e Chatelardi (2015) nos lembram que esse tipo de condução do tratamento acabava por nomear o objeto da demanda, indo na contramão daquilo que Lacan situa no Seminário VII – A ética da psicanálise – como o cerne da descoberta freudiana, como uma "orientação do referenciamento do homem em relação ao real" (LACAN, 1959/2008, p. 23).

Ainda nesse sentido, em relação ao final de análise na escola inglesa, Lacan retoma a questão dos três registros e o sujeito em Freud, enunciando que não é possível escutar ou mesmo reconhecer o sujeito quando não se distingue o simbólico, imaginário e o real (LACAN, 1958/1998, p. 620).

Isso quer dizer que, a partir da compreensão lacaniana sobre o real, simbólico, imaginário, uma vez que o tratamento tem a ver com uma orientação em relação ao real, não é possível que o analista nomeie o objeto que está em jogo na demanda, pois isso implica numa relação imaginária com o paciente. Assim sendo, o retorno a Freud promovido por Lacan colocava em xeque as proposições psicanalíticas da época que pareciam crer ser possível, a partir de uma relação objetal, *curar* o paciente de seu mal-estar.

Interessa que, nesse ponto de virada entre Lacan e os freudianos contemporâneos a ele, o que acaba por ficar em jogo é a questão do poder no interior da relação analítica. A problemática teórica mencionada até aqui constituía a primeira parte da questão que o autor esteve as voltas no texto de 1958. A outra problemática que ensejava o tema do poder na relação anatítica relacionava-se a *standardização* dos tratamentos (LANDI, CHATELARDI, 2015; CHECCHIA, 2012; LEDO, 2017).

Na época essa *standardização* do ensino de psicanálise caracterizava-se como a valorização de um único modelo possível de prática analítica que estivesse confinado ao *setting* tradicional, tendo como premissa o uso do divã, tempo rígido de sessão entre 45-50 minutos, até mesmo um controle rigoroso da aparência do analista e de seu consultório, como sendo essas as condições fundamentais ao tratamento (CHECCHIA, 2012; LANDI, CHATELARDI, 2015; LACAN, 1958/1998).

Nesse período, Lacan já praticava as *sessões curtas* – fora do tempo de 50 minutos – as custas de reprimendas da Sociedade Psicanalítica de Paris, onde esteve até 1953. Desse modo, os anos 1950 estiveram marcados no interior do ensino de Lacan por uma intensa crítica as sociedades de psicanálise da época, bem como os seus métodos. Esse período de "querela dos métodos" nos interessa, pois consideramos que a tática, estratégia e política tem sua importância como uma resposta a essa questão que se instalou na psicanálise da época em torno da prática e do ensino de Jacques Lacan.

4.1.1 A querela dos métodos

Assim sendo, devemos retomar brevemente o percurso de Lacan até aquele momento, bem como, o que teoricamente havia sido alvo de crítica nesse texto.

A entrada de Lacan na teoria psicanalítica tem início com sua tese de doutoramento intitulada *Da psicose paranoica e suas relações com a personalidade*, de 1932. Considerada um marco na psiquiatria da época, ele empreende a sua análise a partir da psicanálise e sob forte influência do surrealismo, propondo uma nova modalidade *técnica* para o tratamento das psicoses (CHECCHIA, 2012).

No mesmo ano, Lacan procura realizar sua análise pessoal com Rudolph Loewestein, um dos psicanalistas mais renomados da França na época. Um polonês, considerado "cidadão do mundo" que havia se formado em medicina em Berlim e fora analisado por um dos analisandos de Freud.

Em cartas entre Loewestein e Marie Bonaparte, outra figura importante na psicanálise francesa da época, Loewestein descreve Lacan como um analisando que possuía um forte "desvio de caráter" e uma "super-estima" de sua capacidade intelectual, não estando apto, na sua opinião, ao exercício da psicanálise.

Nesse período, em 1938, Lacan já era membro da Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP) e após os seis anos de análise, não recebe a alta pelo seu analista muito menos seu aval para praticar a psicanálise. Para Loewestein Lacan havia interrompido compulsoriamente o tratamento, ainda que tenha estado por um tempo muito maior em análise do que se praticava na época. Com as sessões mais frequentes, as análises duravam em média dois anos (CHECCHIA, 2012).

Loewestein era um didata da Sociedade Psicanalítica de Paris e mantinha a rigidez no tempo de sessão, estabelecido arbitrariamente em 45 minutos e na sua técnica de interpretação,

que se baseava principalmente no "fortalecimento" do eu-fraco do paciente a luz do eu-forte do analista (CHECCHIA, 2012).

Lacan era bastante avesso a esse modelo e na época já propunha mudanças concernentes ao tempo de sessão, considerando que podia ser variável a depender da sessão e da demanda do paciente.

Quanto ao cenário de produção do texto de 1958, cabe destacar que a passagem de Lacan pela SPP não fora estável, mas esteve marcada por diversos conflitos na oposição do psicanalista as tentativas de "burocratização" da psicanálise e posteriormente, de tornar a psicanálise uma prática exclusiva de médicos, indo na contramão da proposta de Freud sobre a análise leiga¹⁸.

Em suma, Lacan assume a presidência da SPP em 1953, sob as acusações de insurgência do antigo presidente e de voltar-se contra os *mestres* da escola através da sua proposta de sessão curta (fora dos 45 minutos estabelecidos) e pelas variações no número de sessões semanais que eram praticadas pelos didatas. No mesmo ano, um grupo de psicanalistas funda a Sociedade Francesa de Psicanálise (SFP), para onde Lacan é convidado, rompendo com a SPP (CHECCHIA, 2012; RAMOS, 2011).

Aqui é possível notar que as questões impostas pela SSP a Lacan, não remetiam apenas as mudanças propostas na técnica psicanalítica, mas o quanto essas mudanças tinham o potencial de demover os lugares de poder que haviam se estabelecido nas sociedades de psicanálise após a morte de Freud.

Lacan opunha-se a burocracia e ao classicismo das sociedades e essa perturbação não foi aceita passivamente. Durante sua estada na SFP, os psicanalistas membros não conseguiram o reconhecimento pela Associação Internacional de Psicanálise (IPA), sendo que em 1961 a condição para filiação da SFP era a saída de Lacan. Em 1963 Lacan rompe também com a SFP e o seu ato de ruptura será tema no seu seminário em 1964 (Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise) quando trata da sua *excomunhão*, logo na primeira aula desse ano (LACAN, 1964/2008).

Quanto ao Seminário XI – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise – a questão política que envolveu sua saída da SFP torna-se central, uma vez que seu plano era apresentar um ensino sobre "Os nomes do Pai" naquele ano. Sua saída compulsória da Sociedade implica nesse seminário, em que realiza um recenseamento de seu ensino até aquele momento e suas principais descobertas, situadas em relação a obra freudiana (LACAN, 1964/2008).

_

¹⁸ Freud, S. (1926) A questão da análise leiga. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XX. Rio de Janeiro: Imago Editora; 1976. pp. 203-93

Voltando ao texto da direção do tratamento, podemos considera-lo como um ponto nevrálgico da crítica lacaniana aos didatas da época em seu modelo *standard* da psicanálise e ao método de análise que vinha sendo praticado. A exposição que Lacan faz desse modelo termina por demonstrar o exercício de poder que estava em jogo naquele período no interior dos tratamentos analíticos e das sociedades de psicanálise, ao mesmo tempo que denota o distanciamento da teoria freudiana a partir de seu ensino, que conforme dito, tinha mais a ver com situar o sujeito em relação ao real do que estabelecer uma relação imaginária e contratransferencial com o paciente (CHECCHIA, 2012; LACAN, 1958/1998).

Ou seja, não por acaso o texto de 1958 tem no seu título "os princípios do seu poder", uma vez que, o poder das sociedades de psicanálise sobre a teoria, os analistas e os analisandos era um dos alvos colaterais da crítica lacaniana. "Pretendemos mostrar como a impotência em sustentar autenticamente uma práxis reduz-se, como é comum na história dos homens, ao exercício de um poder" (LACAN, 1958/1998, p. 592).

Entre as consequências desse modo de atuação, Lacan aponta que ele termina por "pavimentar o *american way* de chegar lá", em uma crítica as psicologias norte-americanas e inglesas, que serviam a um ideal de felicidade, de *happiness* como algo possível de ser atingido (LACAN, 1958/1998, p. 597).

A problematização em torno da felicidade tomará mais corpo no seminário do ano seguinte, A ética da psicanálise, em que Lacan trata da felicidade como parte da demanda que o analisando direciona ao analista, ao qual, como é o conceito de demanda, não deve ser respondida como tal – o que seria nomear o objeto perdido da divisão subjetiva (LACAN, 1959-1960/2008).

Assim sendo, o que estava em jogo naquele momento é que os analistas conduziam pelo seu ser. O ser do analista torna-se fruto de problematização para o autor no texto de 1958 e será através da tática, estratégia e política que Lacan responderá a isso, enunciando que a direção do tratamento se opera, muito mais pela falta-a-ser, do que pelo ser do analista (LACAN, 1958/1998; LANDI, CHATELARDI, 2015).

Com isso, temos em torno dessa conceituação duas problemáticas fundamentais: o modelo *standard* das análises que eram conduzidas e o problema da direção do tratamento em torno do ser dos analistas que se constituiu pela psicologia do Ego.

4.2 Tática, estratégia e política: um vocabulário de guerra

Será, portanto, em torno dessas problemáticas que Lacan irá desenvolver as noções de tática, estratégia e política na direção do tratamento. Elas são situadas aqui pois constituem questões atuais quando pensamos a psicanálise nas instituições e em suas modalidades extensivas. A posição lacaniana é radical nesse texto: não são os modelos definidos de análise pelas sociedades que garantem o seu acontecimento, mas sim, o lugar que o analista constitui frente a demanda do outro (LACAN, 1958/1998).

Quanto a tática, estratégia e política é interessante notar que isso não foi debatido extensivamente na obra lacaniana, mas só é citado nesses termos no texto da direção do tratamento. Ledo (2017) observa que, apesar disso, esse texto conserva sua atualidade no pensamento lacaniano e contém princípios que não serão abandonados no desenvolvimento teórico do autor. Não por menos, o que Lacan situa em torno da direção do tratamento permanece como orientação a todo praticante da psicanálise no campo freudolacaniano (LEDO, 2017).

Em nossa pesquisa, procuramos situar o quanto possível o desenvolvimento teórico da tática, estratégia e política, seu enraizamento epistemológico e suas implicações na prática psicanalítica nesse campo. Ao mesmo tempo que o tema é pouco debatido na obra lacaniana, apenas pesquisas recentes têm lançado mão dele na discussão sobre o trabalho do psicanalista fora do contexto clínico tradicional, como Ledo (2017); Estevão e Metzger (2015); Landi e Chatelardi (2015), além do trabalho de Marcelo Amorim Checchia (2012) que em seu recenseamento da política na obra de Jacques Lacan terminou por abordar essas noções.

A primeira questão que chama atenção é a própria linguagem da tática, estratégia e política, uma vez que são retiradas do vocabulário militar de Carl Von Clausewitz – militar prussiano do século XIX que escreveu a obra *Da Guerra*, onde apresenta a tática, estratégia e política como parte da teoria de guerra.

Contudo, Lacan não cita Clausewitz no texto da direção do tratamento. Como então é possível saber se é essa a influência de Lacan?

Lacan era um conhecedor de Clausewitz, principalmente de seu livro *Da guerra*. Checchia (2012) apresenta pelo menos dois textos em que ele irá citar diretamente essa obra – O comentário sobre a *Verneinung* de Jean Hippolyte em 1954 e no Seminário 15 (o ato analítico) em 1967-1968.

Para Castro (2005) o tema da guerra será de interesse singular no Seminário 15 – O ato analítico, onde Lacan irá relacionar a própria guerra com a dimensão do ato e da implicação subjetiva, com citação direta a obra de Clausewitz. Contudo, a autora discute que a influência

do texto *Da guerra* na obra lacaniana é extensiva, e pode ser localizada mesmo quando não há citação direta a esse autor.

Checchia (2012) nos lembra que o vocabulário de guerra não é exclusividade da obra lacaniana, mas que, em diversos momentos do texto freudiano identifica-se as palavras militares como tática, estratégia ou mesmo guerra e campo de guerra. Para esse autor, essa é a principal referência para que Lacan recorra ao pensamento militarista para pensar a clínica.

Ao passo que é possível esclarecer a influência de Clausewitz na absorção dos termos da tática, estratégia e política, isso nos coloca a questão de como o vocabulário da guerra pode ser incorporado a clínica psicanalítica e nos dar as coordenadas dela como uma *direção de tratamento*. Ainda que isso não se esclareça no texto lacaniano, nossa pesquisa nos leva a um salto doze anos após o texto da direção do tratamento para um autor que também assumiu o vocabulário de guerra no interior de sua teoria – o filósofo e epistemólogo Michel Foucault (CHECCHIA, 2012).

4.2.1 Do vocabulário da guerra a questão do poder: uma resposta a querela dos métodos?

Conforme dito, no desenvolvimento da direção do tratamento, Lacan via-se com duas questões fundamentais: a *standardização* das sessões de psicanálise e o problema teórico na admissão da teoria freudiana após a sua morte, reconhecido como a psicologia do ego, onde incluía-se até mesmo o analista de Lacan, Rudolph Loewestein, a quem ele também não poupou críticas.

Não por acaso, o texto da direção do tratamento trata *dos princípios do seu poder*, uma vez que, o que essas questões colocavam era sobre um exercício de poder que recaía sobre a prática analítica. Conforme o próprio Lacan, como a práxis psicanalítica havia se tornado "um exercício de poder" (LACAN, 1958/1998, p. 592).

Nessa esteira, Michel Foucault em sua fase genealógica irá se ocupar da problemática do poder no interior da história – a história dos homens, do sexo, das populações, dos costumes – sua extensa obra trata, principalmente, do exercício do poder e das diferentes práticas dele a partir daquilo que nomeou como técnicas de governo, biopoder ou governamentalidade (FOUCAULT, 1971/2017).

Interessa-nos que nesse período da obra foucaultiana, o que o autor utilizará como dispositivo para analítica do poder será o vocabulário de guerra de Clausewitz. "O que me parece certo é que, para analisar as relações de poder, só dispomos de dois modelos: o que o

direito nos propõe (o poder como lei, proibição, instituição) e o modelo *guerreiro ou estratégico* em termos de relações de forças" (FOUCAULT, 1977/2017, p. 360. Grifos nossos).

Cabe lembrar que esse autor terá uma relação de tensão com a psicanálise em diversos momentos: durante a arqueologia (até 1970), a crítica foucaultiana incide de forma menos direta sobre a psicanálise, chegando a citá-la em *As palavras e as coisas* como um campo de saber capaz de sustentar a crítica sobre o sujeito e sobre o Eu, cara as ciências humanas. Na *Arqueologia do saber*, a psicanálise ocupa para ele o papel de demover o sujeito de sua centralidade e recoloca-lo em relação ao seu desejo (FOUCAULT, 1966/2008; 1969/2008).

No período da genealogia, quando o autor se volta com mais intensidade para analítica do poder no interior das instituições e dos campos de relação, que é quando incorpora o vocabulário de guerra, ele terá críticas mais insidiosas a psicanálise, como a que apresenta na *História da Sexualidade – A vontade de saber*, comparando a psicanálise a uma técnica confessional e que culmina numa disciplina dos sujeitos e dos corpos (FOUCAULT, 1976/2012).

Por não ser o objeto desse trabalho, não nos deteremos na relação entre Foucault e a psicanálise, valendo apenas lembrar os momentos de sua obra em que a psicanálise é citada. O que importa dizer sobre isso é que, em nenhum momento Foucault irá criticar a psicanálise interiormente, em seus constructos teóricos, muito menos sua incidência clínica. O que interessa ao autor é analisar a psicanálise quando ela se converge em uma estrutura de poder no interior das sociedades capitalistas e revela-se como um mecanismo de disciplina, de controle e de poder sobre as subjetividades e sobre os corpos (FOUCAULT, 1979/2017).

É nesse ponto que encontramos convergência entre a crítica foucaultiana e o Lacan da direção do tratamento: quando tomam a psicanálise em sua conjuntura como um exercício de poder, bem como a implicação desse exercício nas subjetividades e especificamente em Lacan, para a direção do tratamento.

Será, portanto, através da linguagem militar de *táticas e estratégias* que Foucault poderá empreender a genealogia da história e promover o reconhecimento das relações de poder no interior das instituições, incluindo aí a psicanálise. Para Lacan, a admissão desse vocabulário é que permite uma saída ao ponto em que a psicanálise se encontrava entre as delimitações das sociedades de psicanálise e da leitura que vinha sendo feita da teoria freudiana, terminando em uma psicanálise que fosse adaptativa.

A semelhança é que em Lacan o vocabulário da guerra é utilizado para subverter as posições de poder que pareciam estabelecidas na relação analítica, fruto da burocratização da psicanálise e suas instituições e da tentativa de torná-la uma disciplina médica. O que parece é

que, as noções de tática e estratégia em Lacan e em Foucault se encontram na medida que engendram as possibilidades de resistência a alguma forma de poder.

Em Foucault, pela demonstração ampla durante toda sua obra na analítica do poder de como as formas que pareciam instituídas de poder estavam agenciadas por diferentes jogos de forças que emanam assimetricamente. Em Lacan, pela demonstração dos riscos na nomeação do objeto e da relação Eu-forte Eu-fraco que terminavam por sobrepujar o aparecimento do sujeito na relação analítica.

Com isso, o que procuramos sustentar na convergência entre esses autores é que, a admissão do vocabulário da guerra na direção do tratamento parece servir para o tensionamento que ficou conhecido como *a querela dos métodos* entre Lacan e os freudianos de sua época. Uma vez que o autor identifica na psicologia do Ego um exercício de poder no interior da relação analítica, a sua desmontagem fica a cargo do desenvolvimento teórico em torno desse vocabulário.

Isso posto, cabe finalmente apresentar a tática, estratégia e política, tal qual Lacan a compreendeu.

4.3 Tática, estratégia e política como direção do tratamento

Como dissemos, Lacan buscava uma saída para aquilo que se praticava como psicanálise na época e ao modelo *standard* das sociedades. O vocabulário de guerra serve, portanto, para subverter a lógica de poder que havia se estabelecido nas análises que estavam sendo conduzidas.

O que chama atenção na tática, estratégia e política, tal como é concebida por Clausewitz, é a subordinação desses princípios entre si. É a partir daí que Lacan irá desenvolver a direção do tratamento baseada nesse vocabulário.

Comecemos pela tática. Lacan enuncia que "o analista é menos livre em sua estratégia do que em sua tática" (LACAN, 1958/1998, p. 595).

A compreensão lacaniana atrela a tática a escolha livre do psicanalista quanto ao número de intervenções, local de intervenções, configuração do *setting*, seja ele o consultório ou qualquer outro local. Conforme o autor:

Ou, dito de outra maneira, sempre livre quanto ao momento, ao número e também à escolha de minhas intervenções, a tal ponto que a regra parece ter sido inteiramente ordenada para não atrapalhar em nada meu trabalho de executante, ao que é correlato o aspecto de "material" sob o qual minha ação aborda aqui o que ela produziu (LACAN, 1958/1998, p. 594).

Ou seja, a tática são os recursos técnicos e operacionais que o analista pode colocar em jogo para que uma análise aconteça. Tal qual na guerra, a escolha das posições, das armas, dos combatentes e dos soldados, o analista goza da liberdade tática para montar a cena onde a análise irá ocorrer.

Estevão e Metzger (2015) nos lembram que a tática se encontra no nível da interpretação, e vai na direção de uma resposta de Lacan a *standardização* das sessões de análise. É também aquilo que situa a análise no nível do sujeito, uma vez que exige do analista uma reinvenção a cada analisante, a cada intervenção, a cada nova entrada em instituições diferentes. Desse modo, coloca *a priori* apenas os elementos que possam se constituir essenciais ao acontecimento de uma análise ou de uma intervenção do psicanalista.

Contudo, ainda que o analista seja livre em sua tática, não significa que "vale tudo" ou "fazer qualquer coisa" constitua o nível tático ou o lugar da interpretação na análise. Ao contrário, a escolha tática aumenta a responsabilidade do analista quanto as suas intervenções, uma vez que não basta uma resposta imaginarizada para sustentar a intervenção, como a rigidez no tempo de sessão ou ainda, tomar o divã como única possibilidade de intervenção analítica (ESTEVÃO, METZGER, 2015; LEDO, 2017).

Quanto a interpretação, Lacan nos diz que deve ser algo que "possibilite a tradução – precisamente aquilo que a função do Outro permite no receptáculo do código" (LACAN, 1958/1998, p. 599) ou seja, deve ser algo que seja capaz de revelar a dimensão do Outro que habita a linguagem do sujeito falante.

Considerando que o *inconsciente é discurso do Outro* (LACAN, 1958/1998; 1960/2008), a interpretação deve ser capaz de revelar a alienação que se promoveu na constituição do sujeito em relação ao discurso que o funda. Retomaremos essa proposição adiante para tratar do Outro na cena institucional. Interessa-nos compreender que a tática não se trata de qualquer intervenção, mas que presta sua subordinação a estratégia, que é aquilo que dá as coordenadas da tática – o próprio objetivo da guerra no posicionamento do campo de batalha (ESTEVÃO, METZGER, 2015).

Se o analista é menos livre em sua estratégia do que na tática, é porque a estratégia é compreendida por Lacan nesse cenário como a transferência que se estabelece na relação analítica. "Quanto ao manejo da transferência, minha liberdade, ao contrário, vê-se alienada pelo desdobramento que nela sofre minha pessoa, e ninguém ignora que é aí que se deve buscar o segredo da análise" (LACAN, 1958/1998, p. 594).

Compreendamos essa afirmação de Lacan a respeito da transferência. Nesse ponto, o autor irá debater a situação analítica e como a transferência vinha sendo compreendida até

aquele momento. Conforme dito, a psicologia do Ego, ao colocar o Eu do analisante como algo a ser "fortalecido" pelo Eu do analista, inseria na relação analítica a contratransferência como um elemento da interpretação. Nesse mesmo texto, Lacan irá ilustrar através de comentários sobre proposições psicanalíticas da época como a contratransferência tornou-se elemento central da relação analítica. A respeito de Ferenczi, por exemplo, irá dizer: "Não chega esse autor ao extremo de articular que a conclusão da análise só pode ser atingida na declaração que o médico faz ao doente do abandono que ele mesmo está em vias de sofrer?" (Ibid., p. 619).

Ou seja, em vários momentos o analista colocava-se lado a lado do analisante na transferência. Para o autor isso tinha como base a compreensão da relação analítica como uma relação de dois, donde caberia ao analisante, suportar as fantasias do analista, por exemplo (ibid, p. 595).

Nesse sentido, a posição do analista na transferência é de não fazer um par na relação com o analisante, mas situar-se na posição de um terceiro que participa taticamente, apontando para o significante da interpretação. "É esse o vínculo, digamos, de abnegação, imposto ao analista pelo cacife da partida na análise" (LACAN, 1958/1998, p. 595).

Ledo (2017) retoma o esquema L de Lacan no seminário *A carta roubada* para explicar a relação "a três" proposta por Lacan na direção do tratamento. Enquanto por um lado o analista é convocado imaginariamente (eixo imaginário) a fazer par na demanda do analisante, por outro é convocado como dessemelhante, no eixo simbólico, onde não está em jogo a contratransferência. É, portanto, a partir do eixo simbólico que o analista deve responder, referenciando o sujeito ao Outro da sua demanda que aponta para o lugar onde esteve alienado.

Como saída, Lacan irá utilizar a metáfora do jogo de bridge para tratar da posição do analista na transferência, associando-a a posição do "morto" nesse jogo.

A pesquisa de Ledo (2017) nos ilustra o jogo de bridge nesse ponto:

O jogo começa com um "leilão". Nesta fase, cada dupla estabelece o objetivo de vencer um número específico de rodadas. Para cumpri-lo, o jogador depende das cartas que tem na mão, mas também do cálculo das combinações que podem ter seus parceiros. Um dos parceiros poderá sair do jogo, sendo denominado "morto" e colocará a mostra suas 13 cartas. O parceiro do morto joga sozinho, pois escolhe cartas do morto para completar sua jogada. Deste modo, o morto auxilia o seu parceiro, sustentando a continuidade do jogo, sem participar com o seu "ser" dele (LEDO, 2017, p. 80).

Desse modo, quanto a estratégia, que é o próprio manejo da transferência, Lacan é diretivo: "mas o que há de certo é que os sentimentos do analista só têm um lugar possível nesse jogo: o do morto" (LACAN, 1958/1998, p. 595).

Ainda sobre isso, Landi e Chatelardi (2015) enunciam que *desimaginarizar* a relação analítica trata-se de uma resposta do analista que possa subverter a questão colocada na demanda inicial de "o que ele quer de mim" para um "quem sou eu", rompendo a relação imaginária e apontando para o real do inconsciente.

Isso significa que as táticas do analista só fazem sentido se estiverem subordinadas a transferência, quando, ocupando o lugar de morto do jogo de bridge, o analista é capaz de ouvir o analisante na sua dimensão inconsciente, ao qual, conforme dito, remete ao discurso do Outro que constitui o sujeito. As táticas analíticas só fazem sentido na relação transferencial que se estabelece.

Como no caso que será narrado adiante¹⁹, o "jogar futebol" com o menino constituía uma tática, mas que fazia sentido a partir da relação transferencial estabelecida. É a criança que convida: joga futebol comigo? Ao que o analista vê ali a possibilidade de escutá-lo. Isso ilustra para nós o que enseja a tática e a estratégia.

Nessa esteira, Lacan aponta que, na relação analítica não há espaço para o ser do analista. Adiante ele dirá que, se o ser do analista entra em jogo, a relação analítica se transforma sem saber quem a conduz. Daí advém o terceiro termo da enunciação: a política, donde a tática e a estratégia permanecem subordinadas.

4.3.1 A política da falta-a-ser

Seguimos com Lacan a esse respeito: "o analista é ainda menos livre naquilo que domina a estratégia e a tática, ou seja, em sua política, onde ele faria melhor situando-se em sua falta-a-ser do que em seu ser" (LACAN, 1958/1998, p. 596).

Pudemos demonstrar até esse momento do que tratava-se conduzir pelo seu ser uma análise, através, principalmente, do uso da contratransferência no manejo analítico. Na recusa dessa preposição, o autor aponta para a falta-a-ser do analista como a política que subordina o tratamento – que é a própria ética da psicanálise.

A questão da política da falta-a-ser como ética será retomada no Seminário VII – A ética da psicanálise, quando Lacan se propõe a "completar e retificar algumas das coisas que aí estão contidas" (Ibid., p. 341), no caso, em relação ao texto da direção do tratamento, nomeado por Lacan como um *texto apressado*, composto entre um seminário e outro.

¹⁹ Transformando atos em palavras

Interessa-nos o debate que se constituí em torno da falta-a-ser a partir de três questões fundamentais: o problema dos bens no interior da ética; a dimensão trágica da experiência analítica; e a demanda de felicidade na relação com a falta-a-ser. Finalmente, apresentaremos o que Lacan coloca como resposta a esse "esvaziamento" da dimensão do ser do analista numa análise, dimensionando com que parte o analista entra no *capital* do tratamento.

É possível dizer que Lacan coloca em contraste duas concepções ético-morais distintas quando trata da função do bem e depois da dimensão do trágico na experiência, uma vez que, ou trata-se da conservação dos bens, ou da precipitação do herói na dimensão trágica. Tratemos primeiro do problema dos bens.

A questão dos bens será retomada, portanto, a partir da crítica que Lacan inicia no texto da direção do tratamento sobre o *american way* de se chegar ao *happiness*, como uma filosofia moral presente, principalmente no estilo de vida norte-americano que terminou por impregnar a psicanálise de que é possível alcançar relações objetais satisfatórias e com isso, a própria felicidade (LACAN, 1958/1998).

Assim sendo, a indicação no seminário da ética sobre isso é que, a conservação e aquisição dos bens nas trocas realizadas pelos homens termina por ocultar o problema do falo na castração, de que, no fim das contas, ninguém pode portá-lo. "Algo se esconde aí atrás, que é sempre, pelo que parece o danado desse falo" (LACAN, 1959-1960/2008, p. 271).

O que o autor pretende demarcar aqui é um problema que se coloca na dinâmica dos bens quando eles passam a ocupar esse lugar de falo para o sujeito, prenunciando a existência do objeto de desejo.

Está em jogo desde o início do Seminário VII a retomada do que Lacan chamou de *ascese freudiana* no que referencia o homem ao real – precisamente a inexistência do objeto de desejo (Ibid., p. 23).

Moisés (2008) e Santoro (2006) nos lembram que o objeto de desejo de que fala Lacan nesse momento, que posteriormente dará origem ao conceito de objeto *a*, trata-se de um objeto *negativo*, uma vez que é apenas um resquício mítico da castração como se algo tivesse sido perdido, e por consequência lógica, pudesse ser encontrado. Nessa perspectiva o objeto é primeiro perdido, para depois ser inexistente.

Os bens, entretanto, dimensionam a possibilidade de obter o objeto, o que para Lacan é um problema da ética que concerne ao analista, uma vez que deve assumir uma posição que recusa a lógica do bem. Os bens, nesse sentido, não são apenas os bens materiais, mas o bem do outro como algo que pode ser desejado por ele, ou mesmo a felicidade (*happiness*) que poderia ser entregue a alguém.

Aqui se recoloca a questão da posição dos bens em relação ao desejo. Todas as espécies de bens tentadores se oferecem ao sujeito, e vocês sabem que imprudência haveria se deixássemos colocarmo-nos na postura de ser para ele a promessa de todos os bens como acessíveis, a *via americana* (LACAN, 1959-1960/2008, p. 262).

Com isso, Lacan coloca a questão dos bens para o analista, como algo que não se pode oferecer ao sujeito, uma vez que o bem termina por suturar a falta no outro, levando o analista a uma posição de bem-fazer.

Assim sendo, o bem-fazer expressa-se em responder a "demanda de felicidade" que o paciente faz ao analista, terminando por dirigir o analisante e não o tratamento.

Nesse sentido, Lacan enuncia:

A cada instante temos de saber qual deve ser nossa relação efetiva com o desejo de fazer bem, *o desejo de curar*. Temos de contar com ele como algo suscetível de desencaminhar-nos e, em muitos casos, instantaneamente. Diria mais – poder-se-ia de maneira paradoxal, ou até mesmo decisiva, designar nosso desejo como um não-desejo de curar. Essa expressão não tem outro sentido senão o de nos alertar contra as vias vulgares do bem, tal como elas se oferecem a nós tão facilmente em seu pendor, contra a falcatrua benéfica do querer-o-bem-do-sujeito (LACAN, 1960/2008, p. 262 – grifos nossos).

Aqui parece ficar aos analistas uma advertência quanto ao bem, no sentido de saber de sua relação com isso que pode se expressar por desejar o bem ao analisante. No capítulo seguinte, retomaremos essa proposição para comentar a questão do bem nas instituições e como o analista deve se situar em relação a isso, uma vez que, conforme demonstramos no capítulo anterior, existe na assistência social uma forte dimensão do *bem-fazer* ou ainda do *bem-querer* as crianças e adolescentes acolhidos.

Diametralmente, no mesmo seminário Lacan irá retomar a tragédia para tratar da questão do desejo e da experiência analítica. Através da *Antígona* de Sófocles, Lacan apresenta uma subversão do paradigma ético para finalmente retomá-lo pela via da falta-a-ser – do sujeito e do analista.

Por tratar-se de um tema extensivo, iremos situar apenas a questão ética que Lacan destaca na peça de *Antígona*, sem pormenorizar os detalhes dela.

Vale lembrar, a *Antígona* de Sófocles é a continuação do *Édipo*, sendo ela a filha incestuosa do pai morto, que tem no seu problema central, o enterro de seu irmão. Creonte, o rei de Tebas, havia proibido o enterro ritualístico daqueles que tivessem se oposto a ele como rei, colocando o irmão de Antígona em desgraça – morto e sem direito aos rituais fúnebres (LACAN, 1959-1960/2008).

O que ocorre é que Antígona insiste em cumprir os rituais mandados pelos deuses no enterro do irmão, que fora condenado a sua *segunda morte*, de ser comido pelos animais. Sua desobediência custa a própria vida, sendo condenada a ser enterrada viva em uma caverna.

Interessa a Lacan, entre outros, o momento do enterro, onde Tirésias, o cego – oráculo de Tebas – tenta interromper Creonte na condenação de Antígona pois isso colocaria o reino em desgraça (Ibid, p. 317; p. 332) e ao interceder por ela, reconhece nela a beleza de uma semideusa. A heroína, como nomeia Lacan, recusa a intercessão e em seu canto final, assume para si a morte como efeito de ter seguido o desejo de enterrar o irmão conforme a vontade dos deuses.

É aí, nesse momento da morte de Antígona que Lacan irá situar o questionamento: *agiste conforme o teu desejo?* (LACAN, 1959-1960/2008).

O que se pode extrair sobre a ética, dessa terrível cena em que Antígona admite o seu destino nefasto, ou ainda, sobre a dimensão desejante do sujeito? Para Lacan, nessa cena em que a beleza de Antígona é evocada, o que está em jogo é a própria pulsão de morte, encarnada na personagem quando declara "estou morta e quero a morte" (Ibid., p. 332).

A beleza de Antígona tem um "efeito de cegamento" sobre o público, fazendo apenas entrever a sua identificação absoluta a pulsão de morte. "Antígona leva até o limite a efetivação do que se pode chamar de *desejo puro*, o puro e simples desejo de morte como tal" (Ibid., p. 333).

Mais adiante, podemos compreender que o desejo é fruto da divisão subjetiva que se promoveu na relação com o significante que veio do campo do Outro e funda o sujeito. Dessa divisão, dessa ruptura e ambivalência entre eu e Outro é que se situa a dimensão do desejo. (Ibid., p. 371).

O desejo, portanto, coloca em relevo a inexistência do objeto que decai logicamente da divisão subjetiva e que possui intrínseca relação com a pulsão de morte. A pesquisa de Moisés (2008) orienta nesse sentido que há, desde Freud, uma relação estabelecida entre desejo e morte. Em Lacan isso se esclarece na medida que a energia psíquica investida no objeto faltoso dá origem ao real, marcando a impossibilidade desse objeto.

A peça de Antígona serve como metáfora para uma ultrapassagem dessa barreira. Nasio (1992) nos lembra que, de certa maneira, o incesto representa para o neurótico o objeto da pulsão, como se no ato incestuoso pudesse estar satisfeito plenamente — o que não passa de um engano. Antígona é fruto da relação incestuosa de seu pai e a perpetua pela paixão por seu irmão (LACAN, 1959-1960/2008).

O que Lacan pretende extrair como paradigma ético da peça de Antígona é, primeiro, a existência do traço *heroico* de Antígona no sujeito do inconsciente, que se precipita na pulsão de morte em sua relação com o desejo. Antígona termina por cumprir um destino particular, enraizado na sua história familiar que a leva até a morte. Essa é a metáfora sobre o inconsciente

em Lacan: "o desejo nada mais é do que aquilo que suporta o tema inconsciente, a articulação própria do que faz com que nos enraizemos num destino particular" (Ibid., p. 374).

Ou seja, remete ao real do inconsciente, naquilo que o sujeito não é capaz de despor ou simplesmente abrir mão. Com isso, Lacan aponta através do *brilho de Antígona* aquilo que o analista entreve na sua escuta do inconsciente.

Com efeito, a interpretação de Moises (2008) nos auxilia no percurso lacaniano até a falta-a-ser como a política do analista. Ele relembra que, a posição de Antígona em não "abrir mão do seu desejo" pode colocar ao analista a possibilidade de um *gozo do trágico*, transformando a experiência analítica em uma sádica e perturbadora empreitada na direção da pulsão de morte. Nos parece claro que não era essa a intenção de Lacan em sua retomada de Antígona.

Na outra faceta da conservação dos bens como sutura para falta, apontar Antígona como um modelo ético de atingir um *desejo puro* conduz para a exacerbação insustentável da demanda que tem como destino a morte (MOISÉS, 2008).

Por assim dizer, não exatamente a morte física, mas um desarvoramento do sujeito na dimensão trágica do gozo, onde a morte é a única possibilidade de satisfação – encontro irremediável com o real do objeto, que é a própria cessação do desejo.

Conforme Moisés (2008), "toda a possibilidade da ética de Lacan – tornar o sujeito responsável pelo seu desejo – só pode ser levada a cabo com a escuta do inconsciente pelo analista; escuta que depende da manutenção deste desejo inumano" (p. 104).

Desse modo, a dimensão trágica aponta para a falta-a-ser no sentido de que, também não cabe ao analista o *desejo puro* de Antígona, o que seria cair no engodo da própria satisfação pulsional. A partir disso que Lacan articula a questão da falta-a-ser no Seminário VII em sua relação com a demanda de felicidade e a promessa analítica.

É, portanto, entre o problema dos bens e a dimensão trágica que a falta-a-ser do analista se situa. Lacan (1959-1960/2008) enuncia que, no início de uma análise está a demanda de felicidade pelo analisante. "O que nos demandam, é preciso chama-lo por uma palavra simples, é a felicidade" (p. 342).

Será, portanto, no seminário da ética que Lacan poderá situar novamente a descoberta freudiana sobre o inconsciente em sua relação com o objeto de desejo, marcando a impossibilidade de responder a demanda daqueles que buscam o tratamento. Disso se trata a falta-a-ser no analista. Conforme o autor:

Eis o que convém relembrar no momento em que o analista se encontra em posição de responder a quem lhe demanda a felicidade. A questão do Bem supremo se coloca ancestralmente para o homem, mas ele, o analista, sabe que essa questão é uma

questão fechada. *Não somente o que se lhe demanda, o Bem supremo, é claro que ele não o tem, como sabe que não existe*. Ter levado uma análise a seu termo nada mais é do que ter encontrado esse limite onde toda a problemática do desejo se coloca (LACAN, 1959-1960/2008, p. 351 – grifos nossos).

Retomando a questão de Antígona, Lacan assevera que, o que o paciente deve conquistar da análise é "aceitação de algo que começou a se articular antes dele nas gerações precedentes, e que é, propriamente, falando, a *Até*. Essa *Até*, não é por não atingir sempre o trágico da *Até* de Antígona que ela seja menos parente da desgraça" (Ibid., p. 352).

A Até de que trata Lacan é a palavra grega para desgraça, mas também para destino. Remete a transmissão familiar e também o campo do grande Outro que funda o sujeito do inconsciente, como aquilo que "começou a se articular antes dele". A análise aponta para essa dimensão do sujeito no sentido de implica-lo na cena. Essa é a política da falta-a-ser no que concerne a dimensão trágica.

Sobre os bens, transmutado no ideal de felicidade ou de bem supremo, o analista se situa claramente, não apenas como quem não o tem, mas como quem também sabe que não existe. Nesse sentido a proposição ética lacaniana é clara: o analista não oferece o objeto, não nomeia o objeto – ele se oferece como objeto na transferência por onde o sujeito se situa na dimensão de seu próprio desejo.

Segundo Landi e Chatelardi (2015), "a dimensão ética da análise situa-se, portanto, no reconhecimento do desejo inconsciente por parte do analisante, possibilitada pelo lugar de *objeto* ocupado pelo analista" (p. 163 – grifos nossos).

Assim sendo, a demanda de felicidade é o que situa a falta-a-ser, primeiro do analista, depois do analisante, entre o problema dos bens e dimensão trágica. Nessa articulação, se o analista se oferece como objeto na transferência para colocar em jogo a dimensão desejante do inconsciente, é na direção do tratamento que Lacan nos dará as indicações sobre como o analista *paga* pelo tratamento junto aquele que lhe demanda, longe da oferta do objeto ou de estabelecer relações objetais satisfatórias.

4.3.2 O pagamento do psicanalista

Conforme indica o próprio autor, ainda no seminário da ética, o analista encontra-se *despossuído* de sua pessoa quando situa-se na falta-a-ser. Ora, mesmo que despossuído, resta ao analista a sua contrapartida no *jogo* da análise, ou ainda, da escuta analítica, aos quais ele enumera:

- Pagar com palavras, sem dúvida, se a transmutação que elas sofrem pela operação analítica as eleva a seu efeito de interpretação;

- mas pagar também com sua pessoa, na medida em que, haja o que houver, ele empresta como suporte aos fenômenos singulares que a análise descobriu na transferência;
- e haveremos de esquecer que ele tem que pagar com o que há de essencial em seu juízo mais íntimo, para intervir numa ação que vai ao cerne do ser. (LACAN, 1958/1998, p. 593).

Portanto, a contrapartida do analista nesse jogo consiste em suas palavras, sua pessoa e seu juízo.

Nessa esteira, Lacan assevera que o tratamento, com o tempo, consiste em "fazer o paciente esquecer que se trata *apenas* de palavras" (ibid, p. 592 – grifo nosso), ou seja, em psicanálise, palavras não são apenas *palavras*.

Quando ele situa a ética do desejo a partir da tragédia, o autor termina dizendo que a única coisa da qual o sujeito pode ser culpado é por ter "cedido de seu desejo" (LACAN, 1959-1960, p. 373). O desejo, pode ser compreendido aqui como a dimensão inconsciente que se entreve no discurso de Antígona. É o aparecimento da palavra que por efeito do recalque, permaneceu emudecida, imanente a linguagem.

No Seminário XI – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise, Lacan retoma suas principais proposições até o ano de 1964, quando enunciou esse seminário, através dos conceitos de inconsciente, transferência, pulsão e repetição. Ainda que o conceito de inconsciente seja demasiadamente extenso, o trecho seguinte alude ao que pretendemos demonstrar: "o inconsciente, são os efeitos da fala sobre o sujeito, é a dimensão em que o sujeito se determina no desenvolvimento dos efeitos da fala, em consequência do que, *o inconsciente está estruturado como uma linguagem*" (LACAN, 1964/2008, p. 147 – grifo nosso).

Ainda nesse seminário, o autor também dirá que "a presença do psicanalista [...] deve ser incluída no conceito de inconsciente" (Ibid., p. 127).

Isso aponta para o que ele enuncia na direção do tratamento de que palavras não são apenas palavras, mas são exatamente daquilo que trata a psicanálise. Se o inconsciente está estruturado como uma linguagem, é na linguagem que o analista opera – linguagem essa do inconsciente que manifesta seus efeitos na relação analítica pela transferência.

Dito de outro modo, é preciso que o analista utilize suas palavras com a precisão de extrair, a partir da escuta do paciente, aquilo que aponta para a dimensão desejante do sujeito do inconsciente.

Que palavras são essas? *A priori*, tudo que se diz na relação analítica, mas principalmente, os tropeços de fala, os *atos falhos*, os chistes, ou tudo aquilo que *joga* com a dimensão da linguagem.

No cotidiano institucional é comum que as palavras sejam jogadas *ao leu*, como se tivessem pouca importância. Aquilo que se diz para crianças e adolescentes ou o que se diz deles entre os pares é considerado como sem efeito. Ou ainda, as palavras são tratadas de forma moralizante, como quando uma criança ou outra, sem motivo aparente "xingava" um profissional ou lhe era grosseiro, levando a concepções como "falta de educação", "falta de respeito", entre outros, mas nunca um questionamento sobre aquele comportamento.

O analista nesse lugar deve estar advertido sobre a dimensão da palavra que carrega o sujeito do inconsciente, cabendo arguir porque aquela criança dirige-se a ele de determinada maneira, ou porque um profissional deixa "escapar" uma palavra preterida no contexto institucional.

Esse excerto institucional nos mostra que, situar o sujeito em sua dimensão desejante pela palavra é também torna-lo responsável por aquilo que diz. Conforme já dito, Lacan também nos lembra que "o inconsciente é o discurso do Outro" – assim sendo, situá-lo na dimensão desejante é apontar para o sujeito naquilo do campo do Outro onde esteve alienado.

Por conseguinte, ele prossegue, que o analista paga com sua pessoa. No Seminário XI, conforme citamos, Lacan propõe incluir a *presença do analista* no conceito de inconsciente – é daí que ele trata da pessoa do analista como contrapartida no tratamento.

De volta ao Seminário VII ele nos diz: "ele paga com sua pessoa pelo seguinte – pela transferência ele é literalmente despossuído dela" (LACAN, 1959-1960/2008, p. 341).

A pessoa do analista, portanto, é aquilo que o analista paga de seu próprio corpo, de sua presença como empréstimo ao sujeito para suporte dos fenômenos transferenciais. É preciso que haja um corpo e uma presença para onde se dirige a demanda que o sujeito enuncia o tratamento ou na escuta analítica. Na instituição, o corpo do analista como empréstimo aos fenômenos transferenciais toma grande vivacidade, na medida em que ele está presente no cotidiano institucional, em um *corpo a corpo* diário com as equipes e os acolhidos.

Sobre isso, é preciso lembrar que a transferência, segundo Lacan (1964/2008), não se trata de um afeto (p. 123), mas sim, de uma *repetição* que visa restituir a continuidade de uma história, como caracteriza o autor "sincopada" (p. 142), ou seja, a transferência é aquilo do inconsciente do analisante que inclui o analista nele mesmo. Remete a repetição no que visa restituir do *sentido* que permanece perdido em sua história.

Com isso, mais adiante ele dirá que, na transferência, o sujeito supõe ao analista saber de sua própria significação (Ibid., 245), o que quer dizer que, o analisante supõe que o analista porte "o significante" que seja capaz de *resolver* a falta que está em jogo na demanda para o analista.

Nesse sentido, o analista paga com sua pessoa, com sua presença, apenas como suporte do fenômeno transferencial onde permanece como *semblante* dessa significação, ou seja, a sua presença deve ser capaz de remeter a significação aparentemente perdida – sem tê-la ou mesmo sabe-la.

Sobre o juízo, é preciso dizer que encontramos menos referências nos textos pesquisados, exceto por sua retomada no seminário da ética, quando diz que do juízo do analista comparece na análise por saber que "há uma parte dessa ação que lhe resta, a si mesmo, velada" (LACAN, 1959-1960/2008, p. 342).

Isso nos parece uma retomada da política da falta a ser do analista como o juízo que ele comporta em uma análise, a saber, de sua condição como sujeito da falta e de que não é capaz de portar a significação, ou ainda, o objeto da demanda em uma análise.

Ainda sobre isso, o autor também diz que o juízo se refere a "um certo julgamento no que diz respeito à sua ação" (Ibid., p. 341), o que remete ao campo da tática no que concerne a escolha de suas intervenções e ao campo da interpretação.

O juízo trata daquilo que alhures, o analista deve escolher sobre o manejo da transferência. A recusa do *standard* implica, portanto, em uma retomada do analista na sua dimensão ética de uma escuta do sujeito, recusando o estatuto de garantia que o *standard* pode conferir. O analista *paga* com seu juízo, portanto, quando se situa em seu próprio inconsciente e na dimensão de sua responsabilidade enquanto analista, de dimensionar a intervenção a partir da posição que ocupa na transferência.

Apresentamos até aqui o terreno teórico por onde sustenta-se nosso trabalho. No capítulo dois, quando delimitamos nosso objeto de estudo como o trabalho do psicanalista em instituições, buscamos ensejar como esse trabalho é possível. Desde a indicação freudiana de 1919 nos caminhos da terapia psicanalítica até o texto da direção do tratamento, o que encontramos é uma forma possível ao trabalho do psicanalista em contextos diversos ao do consultório.

Vale lembrar que, tanto Freud quanto Lacan iniciaram seus percursos em instituições. A resposta de Lacan ao modelo *standard* da psicanálise não veio ao acaso, mas restitui algo importante da descoberta freudiana, que é fundamentalmente, a radicalidade do inconsciente e da clínica psicanalítica. É dela que não se deve depreender.

Daqui em diante, apresentaremos como esses dados teóricos nos possibilitaram conceitualizar nossa experiência durante os anos de trabalho institucional, ao mesmo tempo em que investigamos o trabalho do psicanalista nessas instituições.

5 TÁTICAS, ESTRATÉGIAS E A POLÍTICA DO PSICANALISTA NA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

No capítulo anterior apresentamos o terreno teórico no qual se estrutura a proposta de articulação para o nosso trabalho. As noções de tática, estratégia e política em Lacan oferecenos, portanto, uma metodologia para a direção do tratamento que ultrapassa a psicanálise *standard* e sua aplicação *strictu sensu*, ampliando a compreensão dessa direção no trabalho do psicanalista em instituições, por exemplo, como é o nosso caso.

Assim sendo, compreendemos a tática, estratégia e política como um referenciamento para o psicanalista que diz respeito a sua clínica e a práxis que ela enseja: onde quer que o psicanalista esteja, o que está em jogo é a clínica psicanalítica. Não por acaso, tática, estratégia e política remetem diretamente a operadores clínicos fundamentais – interpretação, transferência e a ética da psicanálise – respectivamente.

Apresentaremos de agora em diante como esses operadores clínicos puderam se efetivar no trabalho do psicanalista no serviço de acolhimento para crianças e adolescentes. Nessa esteira, o desafio é de tornar possíveis esses operadores na instituição, manter a escuta psicanalítica tal qual Lacan orienta desde a direção do tratamento, sustentando uma prática clínica que tem na sua forma a mesma operação da clínica dita "tradicional".

5.1 Táticas e estratégias do psicanalista na instituição

Trabalharemos didaticamente, primeiro com as noções de tática e estratégia, elucidando como operamos a partir disso, para em seguida tratar separadamente da política, descrevendo a questão da ética do psicanalista na instituição. É preciso lembrar que, na prática, a política do psicanalista é a única coisa que se constitui *a priori*, uma vez que é dela que não se abre mão – situando-se na falta-a-ser, para em seguida construir sua intervenção. Aqui, descreveremos como elas foram construídas e depois discutiremos a política como aquilo que sempre recobriu nossa direção de tratamento na instituição.

Para isso, trataremos da entrada do psicanalista na instituição, retomando a pesquisa apresentada no capítulo dois, realizada por Maria L. Tourinho Moretto, que tratou da entrada e inserção do psicanalista em equipes hospitalares (MORETTO, PRISZKULNIK, 2014; MORETTO, 2006).

No capítulo dois, citamos os trabalhos de Moretto (2006) e Moretto e Priszkulnik (2014) para tratar da questão da demanda das equipes e demandas dos usuários para o analista inserido

no contexto institucional. Ressaltando a diferença entre encaminhamento e demanda, as autoras demonstram que na instituição, a demanda só se constitui para o analista se vier acompanhada de um *desejo de saber* sobre a subjetividade que tenha emergido na cena institucional.

Ainda que tenha sido num contexto diferente do de nossa pesquisa, compreendemos tal qual a autora que, onde quer que o analista esteja, seu operador fundamental é a clínica psicanalítica e a partir dela é que deve trabalhar. Com isso, sua conceituação sobre entrada e inserção toca diretamente a nossa experiência de trabalho nas instituições de acolhimento institucional, principalmente no que concerne a nossa entrada como trabalhador na equipe do serviço.

Moretto (2006) estabelece, portanto, que a entrada na equipe não significa a sua inserção. *Inserere*, do latim, significa "estar dentro", o que logicamente tem seu par diametralmente oposto no "estar fora". Se algo pode estar dentro, é porque também pode estar fora. A partir disso, a autora reflete que, a entrada do psicanalista na equipe remete a sua chegada formal: a assinatura de um contrato, o recebimento de um crachá – a regulamentação formal do trabalho. O que não garante a inserção, ou seja, que o analista "está dentro" da equipe.

Para se inserir, é preciso que o analista opere seu *ato* na instituição, que tem a ver com a demanda que lhe é dirigida e o saber que a acompanha. Se a equipe demanda a subjetividade que está na cena institucional ao analista, deslocada do "desejo de saber sobre isso", como uma tentativa de expurgar a subjetividade dali, não haverá inserção do psicanalista. A inserção só é possível se a demanda sobre a subjetividade vem acompanhada de um desejo de saber da equipe. Aí está a possibilidade de inserção (MORETTO, 2006; MORETTO, PRISZKULNIK, 2014).

Ora, o desejo de saber sobre a subjetividade por parte da equipe é donde abre-se a *possibilidade* de inserção do psicanalista, mas não o que o insere. A sua inserção depende de seu ato, que tem a ver com a forma como ele escuta a demanda da equipe e como responde a ela (MORETTO, 2006).

Isso significa que não basta o endereçamento da demanda ao psicanalista no contexto institucional, muito menos a fantasia que a equipe terá sobre o trabalho *psi* na instituição, mas fundamentalmente, a inserção do psicanalista na equipe só será possível se for capaz de manejar a transferência que lhe endereçada, conforme demonstramos no capítulo anterior, tendo a ética da psicanálise como referência, a saber que, a demanda que lhe é endereçada não pode ser respondida como tal, mas depende do trabalho que se faz com ela a partir do seu ato (MORETTO, 2006).

Nesse sentido, a autora nos lembra que a inserção do analista depende de uma dialética que se estabelece entre ele e a equipe, onde a inserção não fica apenas de um lado, mas se dá em um campo interrelacional do psicanalista na instituição que é capaz de *escutar* a demanda que lhe é endereçada.

Sobre isso, o Trabalho de Antônio Di Ciaccia (2005) nos auxilia a pensar como o analista pode atuar num campo de interrelação com a equipe, através de sua proposta sobre a "Prática entre vários". Descrito por Jacques Alain-Miller como um método de trabalho para as psicoses no contexto institucional, Di Ciaccia desenvolve esse dispositivo em uma instituição voltada para o tratamento de crianças autistas.

Em sua proposta, o analista só pode trabalhar na vertente institucional através de uma "parceria de cada membro da equipe", que se baseia no intercâmbio entre os diversos membros da equipe e dos diversos saberes, de modo a construir uma *práxis* que orienta o trabalho institucional e os próprios membros da equipe (CIACCIA, 2005).

Esse intercâmbio entre os membros pode ser o lugar onde o analista se situa na equipe. Sem sobrepujar os outros saberes e longe da tentação de cair em uma posição *fálica* ou ainda, de mestria, onde passa ser visto como o único capaz na equipe de *resolver* as questões da subjetividade, é preciso que o ato analítico na instituição comporte a dimensão da inserção através da escuta e do manejo da demanda, permanecendo em sua posição de falta-a-ser.

Éric Laurent (1999) em seu texto "O Analista cidadão" nos lembra que, o analista inserido na *pólis*, nas coletividades, passa a ter a responsabilidade de ser capaz de transmitir o seu saber. Compreendemos que a inserção do analista também depende do quanto ele é capaz de transmitir a equipe o saber que se produziu a partir da escuta da subjetividade, constituindo aí um elemento de trabalho, como algo que, antes ejetado pelo excesso de saberes na instituição – a profusão discursiva médica, jurídica, sociológica, etc – agora pode ser considerado na construção do caso com a equipe.

Finalmente é preciso lembrar com Moretto (2006) que a inserção do psicanalista só se dá a *posteriori* de sua própria intervenção, ou seja, é através do seu ato e da forma como ele escuta a demanda que depois será possível dizer se esteve inserido. Com isso, a autora ressalta que a inserção não ocorre antes do trabalho, mas ao contrário, "se posso trabalhar, então há possibilidade de inserção" (p. 62).

Isto posto, apresentaremos descritivamente a cena institucional e como se deu a inserção nesse contexto a partir do trabalho que foi desenvolvido.

5.1.1 "O psicólogo é aquele que apaga incêndio": a demanda no campo institucional

Conforme apresentado desde o início desse trabalho, a entrada do psicanalista nas instituições de acolhimento para crianças e adolescentes se dá, fundamentalmente, pelo cargo de "técnico psicólogo" no quadro funcional desses serviços. Faremos aqui uma articulação conceitual a partir da experiência desenvolvida nos anos de trabalho nos abrigos, através do terreno teórico exposto até agora.

A Norma Operacional Básica (NOB/RH), que regula os serviços em nível nacional, trata as equipes de nível superior como "equipes técnicas", equiparando o trabalho de psicólogos, assistentes sociais, pedagogos ou quaisquer outros profissionais que se insiram no serviço pelo cargo de "técnico" (BRASIL, 2014).

Em uma consulta a esses manuais, veremos que as atribuições do cargo são as mesmas para psicólogos e assistentes sociais (técnicos), o que inclui a visita domiciliar, realização de estudo social, acompanhamento familiar, emissão de relatórios para o setor judiciário, entre outros. Inclui-se aí também a questão da "escuta qualificada", citada nesses manuais, mas sem conter nenhuma descrição do que a constitui. Ao mesmo tempo, a realização dessa escuta compete a todos os técnicos, independentemente da sua formação.

Na contratação no primeiro serviço de acolhimento que pude trabalhar, essa foi uma grande surpresa: logo no primeiro dia, a coordenação do serviço orientou que, apesar da formação exigida como psicólogo, ali eu era "técnico do serviço", me apresentando fundamentalmente, as atribuições que foram descritas acima. O que era ser "técnico" só pode ser compreendido com o tempo de trabalho no serviço²⁰.

Em outro serviço que estive trabalhando também como "técnico psicólogo" a relação com a tecnicidade era mais tênue e menos demarcada. Havia um interesse sobre o fazer do psicólogo e sua possibilidade de atuação no campo institucional, contudo, esse atravessamento persistia²¹.

Apesar disso, logo nos primeiros dias foi possível perceber que havia, principalmente por parte da equipe de educadores²², uma demanda que orbitava em torno da pergunta sobre o

²⁰ A questão da contratação como técnico também havia sido tema de amplo debate em 2015 durante o trabalho no CREAS. Na conferência Municipal de Assistência Social, no mesmo ano, fora encaminhado a SMADS um pedido para que se reformulasse a forma de contratação, retirando a designação do técnico, sem sucesso.

²¹ Compreendemos que a questão da *técnica* e da *tecnicidade* mereceria uma maior exposição em uma articulação sociológica ao paradigma da técnica na contemporaneidade, ao que não coube a esse trabalho. Indicamos aqui esse termo, como uma questão aberta para futuras pesquisas nesse âmbito.

²² Sobre a composição das equipes dos serviços, consultar o capítulo três, item 3.3.2 – Orientações técnicas aos serviços de acolhimento institucional.

que o psicólogo fazia naquele tipo de serviço. Essa foi a primeira pergunta dirigida a mim, nos diferentes serviços que passei²³.

Esse questionamento sobre "o que faz um psicólogo no serviço de acolhimento institucional" tinha, primeiro, uma nuance metodológica que atravessa todos os serviços da assistência social: o fato de estarem todos contidos no bojo do "técnico", a especificidade de trabalho tende a se diluir. Pesquisas sobre o trabalho do psicólogo no SUAS demonstram que os *psi* nesse âmbito sentem que estão realizando o mesmo trabalho do assistente social. Sob o jugo do serviço social, os psicólogos terminam por abrir mão de sua especificidade de trabalho (RIBEIRO, PAIVA, SEIXAS & OLIVEIRA, 2014; YAMAMOTO, 2007).

Esse problema também é tangenciado por aquilo que Bock (2010) expõe quanto a atuação dos psicólogos em instituições, lembrando que os psicólogos somente se voltam para essa possibilidade de trabalho a partir de uma significativa queda da prática autônoma nos consultórios a partir dos anos 1980, o que revela um problema na falta de desenvolvimento até aquele momento de teorias que pudessem auxiliar na construção de uma práxis de trabalho nas instituições.

Esse é o elemento mais aparente dessa questão. Contudo, na minha entrada no serviço, decidi toma-la como uma demanda, ou seja, como um endereçamento ao psicólogo sobre um "saber que não se sabe" na instituição, questionando a própria equipe sobre o que se pensava do trabalho do psicólogo naquele local.

Tanto a nossa futura inserção na equipe de trabalho quanto as intervenções que foram possíveis com as crianças e adolescentes no serviço, estão intrinsecamente ligadas a tática desenvolvida no cotidiano de trabalho, que foi a forma possível de realizar a escuta que descrevemos aqui.

O cotidiano dos abrigos institucionais é descrito pelos profissionais que neles trabalham, bem como pela rede, como "maluco". A rotina de trabalho é profundamente intensa e pouco diretiva, uma vez que muitas coisas acontecem no dia-a-dia que terminam por mudar radicalmente nossa agenda e nosso planejamento.

No começo do trabalho isso parecia um grande entrave; eram muitas as tentativas de desenvolver atividades mais direcionadas sem o menor sucesso. Tentava colocar coisas "na agenda", como "roda de conversa as terças-feiras, 18h", por exemplo, e a coisa nunca acontecia

_

²³ Vale lembrar, conforme exposto nos capítulos dois e três, que compreendemos como instituição os serviços de acolhimento institucional, aos quais compõem os estabelecimentos por onde essa instituição opera. Desse modo, trataremos simultaneamente das experiências nesses diversos estabelecimentos, congregando uma única instituição, que é o próprio acolhimento institucional para crianças e adolescentes.

porque naquela hora os adolescentes preferiam ver televisão, ou manterem suas próprias conversas no quarto. As rodas de leitura, citadas no início desse trabalho trataram de um esforço de não adaptação e da compreensão que no abrigo, nós é que nos inserimos na rotina dele e não ao contrário, numa tentativa de adaptar a rotina a nossa própria agenda.

As dificuldades, portanto, de manter atividades regulares, fossem com as crianças e adolescentes, fossem com a equipe, impuseram uma mudança radical na forma como compreendia a escuta até aquele momento. Conforme dito anteriormente, o modelo de escuta individual não era quisto pela coordenação do serviço, o que também fez necessário uma reflexão sobre a forma como as intervenções poderiam ser conduzidas.

Ainda havia para mim, até aquele momento, um certo "protocolo" que precisava ser cumprido, com horário delimitado, com um nome da atividade, ou mesmo com um espaço físico demarcado. A possibilidade de trabalho surge quando compreendo que, no abrigo, *todo espaço físico institucional constitui seu setting*, bem como, toda atividade pode ser uma condição para escuta.

No texto de 1912, "Recomendações ao médico que pratica a psicanálise", Freud nos lembra a "regra fundamental da psicanálise", que é a associação livre. Fora dela, o texto contém recomendações, indicações ao praticante da psicanálise na condução do tratamento, e não regras (FREUD, 1912/2010). (LIMA, 2009)

Conforme apresentamos anteriormente, na direção do tratamento Lacan explicita que a condição premente para que ocorra a escuta psicanalítica é a presença do analista como suporte para transferência. Nesse mesmo texto ele nos dirá que a "resistência está do lado do analista" (LACAN, 1958/1998, p. 601).

A resistência que está do lado do analista emerge justamente quando buscamos em algo exterior a relação analítica a garantia para que a escuta ocorra. A demarcação do local, do horário, do tempo. No caso do abrigo institucional, a tentativa de "cumprir uma agenda" pode se sobrepor a própria escuta, se a encaramos como uma condição premente para que ela ocorra.

Desse modo, começo a vislumbrar a possibilidade de trabalho, quando, após os primeiros dias na instituição, passo a acompanhar atividades do cotidianos junto dos educadores. Me proponho a ajuda-los e digo que quero conhecer melhor o cotidiano institucional, uma vez que o trabalho era novo para mim. Isso era importante para que a equipe não se sentisse "vigiada" por alguém hierarquicamente superior ou entrássemos em uma dinâmica de trabalho "certo e errado" – o que estava em jogo realmente era compreender como o trabalho se dava e como a equipe enxergava o próprio trabalho do psicólogo.

Fora, portanto, nessa *virada tática* na instituição que foi possível começar a escuta dos profissionais da equipe. O que surgia primeiro eram as muitas queixas sobre esse cotidiano aparentemente caótico: como conter as crianças difíceis, como organizar o espaço, como lidar com as crianças muito pequenas que exigem mais atenção ou ainda, a convivência com os adolescentes que era sempre mais tensa com os membros da equipe.

A pergunta sobre o que um psicólogo fazia na instituição ia ficando mais premente na medida que aumentava o contato e convívio com a equipe nas atividades cotidianas. Essas atividades eram desde ajudar em uma saída de escola, auxiliar durante o preparo para as refeições, na organização da casa, do banho, entre outros. Daí surge um desdobramento que a equipe construiu sobre o psicólogo: "ele está aqui para fazer *terapia* com a gente".

Esse burburinho institucional, que fazia rir aos que reproduziam essa fala, abria um campo de atuação outrora desconhecido em relação a equipe, que era de escutá-los sobre uma demanda que parecia excluída no cotidiano institucional, que tinha a ver com suas próprias queixas sobre o trabalho. Não havia, até aquele momento, uma compreensão de que, a queixa sobre o trabalho é parte do trabalho e mais ainda, que daquilo que a equipe se queixa, tem inflexão sobre a forma como irá se relacionar e trabalhar com aquilo que as crianças e adolescentes demandam deles.

O que parecia é que, a escuta do cotidiano institucional pelos educadores produziu o efeito que nomeavam como *terapêutico*, ou seja, a escuta abriu a possibilidade de reflexão e de organização sobre o cotidiano institucional.

Essa compreensão do psicólogo como *terapeuta* da equipe, que era tratada como uma "brincadeira" entre os educadores é que possibilita, após algumas semanas, uma primeira reunião com eles para tratar de questões gerais sobre o cotidiano institucional, as crianças e adolescentes e o encaminhamento dos casos. A primeira reunião parecia, portanto, um efeito da escuta da equipe que vinha se desenvolvendo naqueles dias.

Diferentemente, o outro serviço que atuei, de onde também constam intervenções realizadas que serão apresentadas adiante, tratava-se de um serviço que nunca teve um psicólogo contratado antes. A instituição mantinha-se exclusivamente por doações pessoais e de empresas e por essa questão, só pode contratar um psicólogo alguns anos depois de sua fundação.

Com isso, a questão sobre o trabalho do psicólogo era também muito presente. A experiência anterior que leva a minha contratação coloca em jogo a fantasia sobre um saber que eu possa deter sobre o que é o acolhimento institucional e que eu saiba exatamente o que devo fazer ali.

É preciso considerar que, diferentes equipes terão diferentes demandas, ou ainda, o encaminhamento delas trará singularidades que cabem ser observadas. No primeiro caso, adianto que, apesar de ter havido intervenções que tenham sido interessantes e que a construção do caso permitiu enxergar os efeitos da escuta que se desenvolveu, a inserção era mais difícil de sustentar devido também, a resistência da instituição a intervenções que colocassem em jogo a escuta das crianças e adolescentes ou das equipes. Na segunda vez, um manejo mais delicado possibilitou uma inserção mais duradoura e mais intervenções junto a equipe que auxiliaram na construção do trabalho no cotidiano institucional.

O que interessa é que dessas duas experiências pude isolar um elemento comum que emerge na fala dos profissionais sobre o trabalho do psicólogo que dá nome ao item desse capítulo: "o psicólogo é aquele que apaga incêndio". Isso me parece ser o índice de transferência que marca a inserção nessas equipes.

Na primeira equipe, a fantasia inicial que surge sobre o trabalho do psicólogo é que ele fosse um *terapeuta* da instituição que estivesse ali para atender os trabalhadores. Não podemos negar que esse indício surge da escuta que se desenrolou nas primeiras semanas de trabalho como um efeito dela, uma vez que em psicanálise, a escuta já é uma forma de intervenção.

Elemento *princeps* da psicanálise, a fala também *cura*. Nesse caso, falar da instituição, das problemáticas ou mesmo das dificuldades imediatas em preparar uma atividade que juntos desenvolvíamos, produziu esse efeito que se exprime nesse chiste que da equipe, de que o psicólogo estava lá para fazer terapia.

No segundo caso, a fantasia girava em torno de um saber que eu pudesse oferecer a instituição sobre o que é ser psicólogo naquele local, ou ainda, sobre o que é um abrigo institucional, uma vez que eles não tiveram psicólogos na equipe antes e a minha contratação é motivada pela experiência. "Precisamos de alguém com experiência para *implantar* esse cargo", eles diziam. Isso inicialmente parecia gerar um certo distanciamento da equipe em relação a mim, uma vez que essa fala quando na minha apresentação a equipe da instituição, parecia colocar uma hierarquização ainda maior e um empuxo a mestria nesse caso.

Aqui a tática de escuta somente no cotidiano institucional era mais lenta, e produzia maiores desconfianças entre os profissionais, que pareciam "vigiados" quando na minha presença, ao ponto de questionarem o que eu ficava fazendo ali, "andando pela casa sem motivo". Com isso, a reunião de equipe ia se constituindo um dispositivo mais interessante para escuta, em que no grupo, as pessoas sentiam-se acolhidas e "protegidas" entre si para falar das questões e angústias do cotidiano institucional.

Nas duas equipes, apesar da tática ter sido diferente, principalmente no começo, o efeito inicial da escuta sobre eles fora de uma maior "organização" do cotidiano institucional, como eles mesmos nomeavam. A fala, a conversa sobre as questões cotidianas que costumavam angustiar no segundo caso, e o "auxílio" que eu oferecia no primeiro fizeram com que as equipes compreendessem que o psicólogo, fosse *terapeutizando*, fosse provocando reuniões, tinha efeito sobre o "caos" do cotidiano institucional. Surge uma metáfora bastante interessante para isso, idêntico nas duas equipes que era um entendimento de que o psicólogo "é quem apaga os incêndios".

O incêndio, segundo a equipe, era como nomeavam aquele cotidiano, aparentemente caótico e desorganizado, onde a qualquer momento pode "estourar alguma coisa". Uma criança pode se machucar e exigir que parte da equipe se desloque para o hospital; ou uma delas pode acordar febril e exigir maiores cuidados; uma reclamação pode advir da escola, exigindo que se debrucem sobre um elemento novo que não se sabe lidar; o aparecimento da sexualidade, ou mesmo, a iminência do ato sexual entre adolescentes que parecem se enamorar dentro do abrigo — essas eram só algumas questões que surgiam no horizonte de possibilidade que colocavam a equipe, inclusive eu a princípio, na iminência do "incêndio" que precisa ser apagado.

A escuta e o auxílio no cotidiano institucional apontavam a possibilidade de "apagar o incêndio". De forma difusa, a equipe passa a reconhecer um saber que não se sabia, não só de apagar o incêndio, mas também de evitar as primeiras fagulhas, uma vez que, era por efeito da escuta ou das reuniões que a equipe podia se organizar em torno daquilo que demandavam.

Vale lembra que esse não era o objetivo da escuta – responder a demanda, mas construíla. Desse modo, o que identificamos aqui é a própria transferência da equipe numa suposição de saber ao psicanalista. Essa transferência é que abria naquele momento a possibilidade de inserção.

Esses "incêndios" pareciam ser uma constante, não só na realidade dos serviços, mas também no imaginário da equipe. As questões colocadas acima eram aventadas em reuniões ou em conversas "informais" pelos corredores. E "se" fulano "surtar", e se "fulana beijar ciclano", o que engendrava sempre o não saber da equipe para lidar com essas questões. A preocupação, ou o que parecia uma "fofoca" muitas vezes, apontava para o furo da instituição por onde se vê o ponto de não saber sobre a subjetividade que encarna no cotidiano institucional.

Ser alguém que "apaga o incêndio" é ser recortado pela equipe como alguém que pode responder a esse furo que aparece no cotidiano institucional. Conforme discutimos no capítulo anterior, a transferência em Lacan tem a ver com uma atualização da *repetição* do sujeito na pessoa do analista. O índice transferencial, portanto, é o "incêndio" que se repete ali.

Também como dissemos anteriormente ²⁴, na transferência o analista encarna um *semblante* da significação perdida para o sujeito, aquela que ele supõe que o analista carregue e que será capaz de "dar conta" da sua demanda. Aqui engendra-se a estratégia no serviço de acolhimento: o manejo da transferência no *semblante* de quem pudesse apagar o incêndio.

5.1.2 O manejo da transferência com a equipe

Conforme já dito em outros momentos, o analista deve resistir a cair em uma posição fálica, de mestria, em que ele, ao invés de oferecer-se como objeto da transferência, ele oferece o próprio objeto da demanda, encarnado em seu ser. A falta-a-ser do analista o referencia em relação ao seu próprio real de que não existe saber que possa tamponar a falta que se coloca em jogo na transferência. Ao contrário, o aparecimento da transferência pode saturar a falta na equipe, exigindo que o manejo do analista encaminhe para a produção de saber em torno disso.

Assim sendo, não é possível *ser* aquele que apaga o incêndio, mas é preciso parecer como tal. Nesse sentido, o manejo da transferência na instituição é bastante delicado, pois somos chamados quase o tempo todo para um lugar de saber de onde exige-se respostas concretas para as questões institucionais. Ao mesmo tempo, caberia aqui o *silêncio*²⁵ analítico como tática, ou é preciso que o analista, situado na falta-a-ser, seja capaz de oferecer algo a equipe que não seja o próprio objeto da demanda?

Essa sutileza no cotidiano de trabalho é que possibilitou a inserção nas equipes. Se a tática se subordina a estratégia, a escolha das intervenções é que foram decisivas no manejo da transferência. Também lembremos a crítica de Lacan ao *standard* da psicanálise, ou seja, o silêncio ou emudecimento do analista pode ter sua função em outra relação transferencial. A experiência institucional apontou para uma presença *ativa* do analista, que oferece as suas palavras e o seu corpo para ser objeto da transferência por parte da equipe e dos usuários.

Conforme vimos, tática e estratégia não se separam. Desse modo, a escolha das intervenções que levaram até o ponto de produção da transferência devia ser revista a partir daí, no que podiam se manter e no que podia se criar outros dispositivos para manejá-la.

Outra dificuldade que se impõe na vertente institucional é que a transferência não está estabelecida com um único sujeito, mas com uma equipe compostas por diferentes atores que

_

²⁴ Capítulo 4, item 4.3.2 – o pagamento do analista

²⁵ Remetemos aqui ao silêncio como uma possibilidade de interpretação do analista frente a demanda do sujeito. Nasio (1999), em seu ensino sobre as entrevistas preliminares, por exemplo, trata do silêncio como uma tática principal ao analista frente a demanda que lhe é endereçada. Compreendemos que esse não é o único recurso ao analista no *setting* tradicional, mas remetemos a ele, uma vez que é citado com certa frequência como recurso.

trazem sua singularidade para esse campo transferencial que se estabelece. Com isso, é preciso sustentar a escuta da equipe coletivamente, principalmente nas reuniões, mas também acolher individualmente falas, conversas com a equipe que se dão no *tête-à-tête* do cotidiano, muitas vezes durante alguma atividade despretensiosa.

Vale lembrar também que a formalização que apresentamos a partir daqui foi construída *a posteriori*, uma vez que em psicanálise não temos um modelo estruturado, mas cada clínica, cada paciente – nesse caso – cada instituição, exige uma *psicanálise* que, orientada pela mesma direção do tratamento se reinventa a partir da necessidade da intervenção.

Assim sendo, o manejo da transferência se deu, fundamentalmente por duas modalidades: a escuta da equipe no cotidiano institucional e a escuta nas reuniões de equipe, onde planejávamos coletivamente as intervenções sobre as demandas que eram apresentadas.

Em nossa direção do tratamento, está posto que o saber não está no analista, e sim, no sujeito. As intervenções escolhidas, portanto, visavam uma construção de saber por parte da equipe sobre aquilo que demandavam. Por isso não cabia um *silêncio* que fizesse apenas reverberar a demanda, mas uma participação ativa em que se escolhe muito delicadamente as falas e o encaminhamento delas.

No campo tático, mantinha-se a orientação de "inserir-se" no cotidiano de trabalho e da instituição. Com a primeira equipe isso se estabeleceu mais facilmente e eles relatavam sentir-se "amparados" pela ajuda que oferecia nas tarefas cotidianas. Já no segundo serviço, somente após a primeira reunião, onde propus uma modalidade de trabalho em que eu pudesse auxiliá-los no cotidiano e com isso, ajudar a pensar as dificuldades e questões é que se abriu essa possibilidade sem enveredar-se pelo imaginário de serem vigiados, por exemplo.

Aqui vale lembrar o que Ana Cristina Figueiredo (2005)²⁶ trata como as "rivalidades narcísicas" ou "pequenas diferenças" nas equipes que podem colocar a perder o manejo da transferência na instituição, que são justamente os *burburinhos*, fofocas que se fazem entre os colegas que tem a ver com a posição assumida pelos diferentes profissionais.

O simples "discordar" de um posicionamento ou propor uma novidade na intervenção pode ser tomado como pessoal quando os profissionais estão muito identificados entre si e com a instituição, estabelecendo uma relação imaginária em que as palavras, comentários podem tocar suas questões pessoais. Há uma tentativa de inserir o psicanalista na mesma esteira, muitas vezes como um índice de "pertença" a equipe que poder ser "gostar ou não de pessoa A ou B",

²⁶ Capítulo dois, item 2.1 – Intervenção psicanalítica em instituições de saúde

"não gostar de criança e adolescente A ou B", etc. – tem por efeito marcar a posição de cada um dentro dessas "rivalidades narcísicas" e tentar saber em nome de quê se está ali.

Nesse sentido é que o analista precisa estar advertido disso, se recusando a esse tipo de pacto narcísico que se estabelece no nível imaginário, buscando uma relação simbólica com a equipe, que através da interpretação disso, pode colocá-la a trabalho.

Isso se percebia quando, por exemplo, uma criança virava o "assunto da vez" entre os profissionais. Geralmente aquela criança mais desafiadora, ou que estava menos inserida no grupo, ou ainda, tida como a mais "mal-educada" entre a equipe passava a encenar rivalidades entre os que gostavam dela ou que não gostavam. Quando não, se estabelecia um pacto entre os profissionais que significava univocamente o comportamento daquela criança, como sendo um problema moral ou de desvio de conduta.

Cabia, nas conversas que acompanhava no corredor, despretensiosamente, questionar os profissionais sobre o porquê do incômodo em relação aquela criança. Nos casos que serão apresentados adiante, veremos como isso era uma constante sobre as crianças e adolescentes que "davam trabalho". A simples pergunta, "mas o que te incomoda nesse comportamento", ou ainda, "o que isso significa para você" abriam, através da escuta disso, a possibilidade de ressignificar os saberes que orbitavam sobre aquela criança. Revelavam o que é uma criança para aquele adulto e como para ele, identificado muitas vezes com figuras de autoridade da sua história pessoal, entendiam univocamente a forma de se relacionar com uma criança.

Nesse sentido que o trabalho do analista com a equipe é *coloca-la a trabalho*. Esse tipo de questionamento, de escuta e de intervenção tem por objetivo trazer a cena esse aspecto do trágico – aspecto do inconsciente que permanece ali, latente a própria linguagem – e fazer dele o ponto por onde se pode construir uma nova percepção sobre o trabalho.

Contudo, esses questionamentos só produziam efeito na medida em que havia a inserção do psicanalista na equipe, através de uma transferência de suposição de saber. Do contrário, essas questões caíam no imaginário institucional e participavam das rivalidades, de modo a encarar o analista como alguém que questionava o trabalho pessoalmente, visando causar algum prejuízo ao trabalhador, por exemplo.

Na escuta cotidiana com a equipe, portanto, podemos dizer que o trabalho do analista vai na direção de romper com as identificações imaginárias que se apoiam nas "rivalidades narcísicas", que tem por efeito uma construção unívoca sobre o trabalho e a criança. Nesse sentido, sua intervenção precisa fazer um giro sobre isso, engendrando o saber inconsciente que sustenta essas relações e que possibilite o aparecimento de novos significantes que orientem o trabalho.

Nas reuniões de equipe é que aparece a possibilidade de engendramento das intervenções que se desenvolvem no cotidiano institucional. É onde se pode construir o caso e onde o analista pode colocar a baila aquilo da subjetividade que foi captada no dia-a-dia do serviço.

Assim sendo, as reuniões se estruturavam a partir dos casos que eram tomados como difíceis ou problemáticos pela própria equipe. A estrutura de reunião que propus era então, de discussões de situações institucionais e em seguida de discussão de um caso específico, que tinha como objetivo, construir um saber sobre o caso em questão.

Nessa esteira, Antonio Di Ciaccia (2005) em seu trabalho sobre a prática entre vários, oferece uma conceituação sobre a reunião de equipe que vai de encontro ao que propomos em nosso manejo. O autor enumera funções da reunião que podem ser compreendidos como: 1 – criar um lugar em que se fala da criança, a partir dos diferentes saberes dos membros da equipe; 2 – operar uma separação entre a criança e cada membro da equipe, no que concerne ao que se produz no cotidiano institucional na convivência com a criança; 3 – Fazer uma barra ao "gozo infrutífero" dos comentários e *burburinhos* que não colocam a equipe a trabalho; 4 – elaborar um saber sobre o caso, ou sobre a situação que se discute.

É importante lembrar que a prática entre vários de Ciaccia dizia respeito a intervenção junto as crianças autistas, especificamente na *Antenne 110*, instituição criada para propor uma metodologia de trabalho com elas a partir da compreensão lacaniana sobre o autismo exposta na *Alocução sobre a psicose na criança*. Mesmo assim, o autor desenvolve uma metodologia de trabalho institucional que muitas vezes vai de encontro a nossa e nos auxilia, ainda que não estejamos em uma instituição que está totalmente orientada pela psicanálise, uma vez que, esse autor nos lembra, que ainda assim, o campo analítico precisa ser constantemente *inventado* na instituição.

Com isso, trazer a discussão de um caso específico para a reunião, criava a possibilidade de falar sobre a criança, mas não apenas falar por falar, mas considerando que, palavras não são apenas palavras, o objetivo desse dizer era situar a equipe em sua responsabilidade frente ao caso em questão.

Esse era o momento em que questões imaginárias apareciam, identificações e saberes que se construíam sobre as crianças e suas famílias eram postos em jogo. O trabalho do analista nesse sentido era produzir determinadas separações na direção daquilo que angustia a equipe frente o caso. É aí que nos encontramos com Ciaccia (2005) quando propõe a reunião como um dispositivo capaz de barrar esse *gozo infrutífero* que advém do excesso de queixa na instituição. É preciso acolher as queixas, reclamações, questões, situando a equipe em relação a elas como

um problema que se divide coletivamente, sem individualiza-lo, seja no profissional que se queixa, seja na criança ou adolescente do qual se queixa.

Se o inconsciente é o discurso do Outro, o psicanalista na reunião de equipe prepara-se para escutar esse Outro que aparece na fala, que pode estar relacionado as identificações familiares daquele profissional, a sua própria relação com a infância ou ainda, com a instituição. Dessa separação é que podemos caminhar para produzir um saber sobre a criança que possa nortear a intervenção. Destaca-se daqui que o analista não propõe a intervenção sozinho, mas participa, numa prática que se faz entre vários, da elaboração de um saber coletivo.

Na prática institucional que desenvolvi, nem sempre as reuniões puderam passar por essas etapas até que se chegasse a um saber sobre o caso. O sentimento de "desamparo" dos trabalhadores da assistência social muitas vezes fazia com que as reuniões fossem apenas espaços "catárticos" para falar do esgotamento e das dificuldades.

É preciso advertir-se desse discurso, que embora carregue uma parcela significativa de realidade, não deve ser tomado como uma impossibilidade ao trabalho. A falta de recursos materiais, a baixíssima formação dos profissionais que atuam nos abrigos, a dificuldade imposta pelas condições materiais e simbólicas dos casos são apenas algumas coisas que figuram com frequência nas reuniões e são experimentadas também pelo psicanalista nesse contexto. É preciso saber dessas condições, acolhê-las entre a equipe, mas colocar a trabalho é pensar coletivamente como é possível superar algumas dessas adversidades e quais delas cabe resistir politicamente no serviço.

Não é possível admitir, por exemplo, que por interesses políticos escusos, as crianças e adolescentes que foram apartados de suas famílias pela violação de direitos, tenham essas violações reproduzidas nos serviços. Há um campo onde é preciso denunciar essas violações e considerar o seu potencial de minar o trabalho, impossibilitando a equipe por uma identificação a lógica do fracasso, por exemplo.

A experiência mostrou que poder ouvir essas questões auxiliam os trabalhadores a separarem-se do enlace imaginário que fazem com elas, passando da impossibilidade para criatividade. Sobre essas dificuldades, a escuta em uma reunião de equipe nos auxilia a colocar certos limites entre o sujeito e o Outro, o que terá por efeito fazer o trabalho caminhar.

Quando isso acontece, as reuniões tendem a fluir e a equipe se concentrar nas questões que dizem respeito ao trabalho e que podem fazê-lo caminhar. Com o tempo, conforme as proposições desenvolvidas em reunião produziam efeitos no cotidiano, tornando o trabalho menos penoso, a equipe passava a se interessar mais pelas reuniões e pelas discussões de caso.

Em uma dessas ocasiões, por exemplo, toda a equipe (inclusive eu) estavam com salários atrasados, devido a problemas burocráticos com a ONG que administrava o serviço. Apesar de termos uma discussão de caso marcada para aquela semana, fiquei intimamente constrangido em esperar que a equipe pudesse aparecer para uma reunião sem receber os salários adequadamente.

Para minha surpresa, boa parte da equipe apareceu. Foi um dia muito difícil, todos estavam abatidos e consternados pela situação, mas no início da reunião deliberamos que não trataríamos dos salários, por parecer um problema que muito nos escapava. Também nos organizamos em plantões diversos para que os colegas cobrissem os outros que precisassem se ausentar em função da condição financeira extenuante e em seguida, discutimos o caso de uma criança que trazia muitas dificuldades naquele momento.

O manejo naquele dia era difícil, pois atravessava as questões mais íntimas de todos os trabalhadores. Na assistência social, muito comumente, os trabalhadores experimentam uma condição social muito similar a dos próprios usuários dos serviços, quando não, residem nos mesmos territórios das famílias de origem das crianças e adolescentes. O atraso de salário é muito fatalístico para todos, contudo, a equipe se colocou a trabalho coletivamente, compreendendo, em minhas palavras, que ficar a serviço daquele gozo colocava-os em uma posição muito objetificada frente a esse grande Outro totalitário manifesto nos "problemas da política – atraso de salário".

Houveram, diametralmente, ocasiões em que tudo "corria bem" do ponto de vista burocrático e formal, mas nenhum trabalhador apareceu para a reunião de equipe. Do mesmo jeito que podemos interpretar a falta de um paciente a sessão, precisamos considerar o quão sintomático é uma equipe inteira que não comparece a uma reunião.

Nesse caso, só o maior tempo de escuta, conversas individuais e circulação pelo cotidiano institucional pode revelar o quanto o dispositivo da reunião não lhes parecia mais tão funcional. Era preciso reinventar a direção do tratamento nesse sentido, repensar nossa tática, uma vez que justamente esse gozo tornava-se invasivo ao ponto de inviabilizar a construção do caso coletivamente.

Ressalto, portanto, que o manejo da transferência com a equipe na assistência social exige um grande traquejo do psicanalista e uma grande acuidade para a escuta do cotidiano, das pulsações individuais e coletivas, do que acontece no *bas-fond* do serviço. É o analista que será colocado muitas vezes na berlinda, em posição de descrédito por não oferecer "o saber" que é capaz de "curar" a instituição do seu furo. O que ocorre é que, o aparecimento da subjetividade

na cena institucional produz um incômodo que, direcionado ao profissional *psi* se não se vê aliviado, muitas vezes o colocará em posição de demérito.

Por isso é fundamental que o analista não esteja pactuado no jogo das identificações imaginárias que permeia a instituição, mas que saiba do seu lugar situado em sua falta-a-ser. Assim sendo, sobre toda intervenção analítica, está a política que circunda o seu campo de saber.

5.1.3 A política do analista na instituição: o aspecto trágico do trabalho

Descrevemos até esse momento aquilo que nos deparamos no serviço de acolhimento e que possibilitou situar-nos taticamente e estrategicamente. A condução das intervenções, a escolha delas, bem como, o manejo da transferência só se faz possível, considerando a política do analista, que é a sua própria ética. Na esteira dessa formalização, cabe dizer como isso se dá no contexto institucional, a partir das pistas que foram colocadas anteriormente. Ressaltaremos aqui, a partir do debate teórico apresentado sobre a ética, como o analista se situa em sua falta-a-ser na instituição, o aspecto do trágico no cotidiano desse trabalho e finalmente, a operação analítica nesse contexto através da *desidentificação*.

Conforme demonstrado, o analista na instituição é convocado a uma posição de saber que se enuncia desde a sua contratação. Na assistência social, pelo lugar de "técnico" que é colocado.

O psicanalista na instituição vê-se imerso em uma diversidade de discursos – médico, jurídico, social – que falam sobre o sujeito, sobre o trabalho e principalmente, sobre as crianças e adolescentes acolhidos. A psicanálise comparece aí como mais um discurso numa gama de saberes que compõe esse tipo de instituição.

Nas pesquisas citadas anteriormente, bem como em nossa experiência, o discurso que identificamos em proeminência na assistência social é o discurso jurídico ou *judicializante*, que coloca em jogo a busca por uma verdade que seja toda sobre o caso em questão.

Como demonstra Hélio Miranda Júnior (2009), o direito está em busca de uma verdade que seja unilateral e que possa pautar a decisão jurídica sobre o caso. No abrigo, espera-se do "técnico" que ele possa dizer, objetivamente, se a criança deve permanecer no abrigo, ser destituída do poder familiar ou retornar a família de origem. A técnica utilizada para isso é principalmente a "escuta qualificada" dos atores, as visitas domiciliares e o acompanhamento sistemático da família, conforme descrito no Plano Individual de Atendimento – PIA.

O discurso da psicanálise, engendrado pela falta-a-ser coloca-se no par oposto da norma jurídica, pois sabe que a verdade é não-toda, ou seja, não é possível "revelar" uma verdade sobre o sujeito que seja capaz de resolver o caso. O que não significa que as crianças e adolescentes devam permanecer acolhidas indeterminadamente, mas que, a política da falta-a-ser pode se colocar, inicialmente, como uma dificuldade ao analista nessa posição.

A escuta das equipes e das crianças e adolescentes nos serviços apontou para nós aquilo que Lacan (1959-1960/2008) destaca da peça de Antígona como a *Até*, ou seja, a transmissão do destino ao sujeito – aquela frase onde o sujeito se insere que foi começada antes dele. Ou seja, para Lacan, o sujeito só *nasce*, ou melhor, se inaugura, no campo do Outro que o funda pela entrada na linguagem.

A Até de Antígona é aquela que a precipita em sua própria desgraça; a recusa do bem comum manifesta na lei de Creonte que a proíbe de enterrar o irmão a precipita no seu destino fatídico de ser enterrada viva. Mesmo assim, ela não abre mão de seu *desejo*, mesmo na iminência da morte ela caminha para o destino que encerra seu brilho, enaltecido por Tirésias as portas de sua tumba.

O que Lacan entrevê nisso tudo é a transmissão de Antígona, como a irmã incestuosa, filha de um pai incestuoso (Édipo) que fora traído por seu próprio destino, que não abre mão de sua paixão pelo irmão. Ou seja, o que está em jogo no *brilho de Antígona* é justamente aquilo do inconsciente que aparece e a posição em que ela se situa em seu próprio mito familiar. É disso que o psicanalista trata – da dimensão trágica do desejo.

A escuta nos abrigos, portanto, revelava o que havia de trágico nas histórias que ouvimos. Não apenas o trágico do desamparo, das perdas, da privação – mas o trágico do desejo que revela o lugar onde o sujeito se situa em relação a isso. É por aí que o psicanalista pode trabalhar nesses serviços.

Em nossas intervenções com a equipe, por exemplo, precisamos ser capazes de transmitir isso que captamos da subjetividade e da dimensão desejante como esse ponto de basta que torna os casos incompreensíveis ou as crianças "sem jeito". Localizar a *Até* de cada um, esse ponto cego da história onde a criança ou o adolescente se situa, é que permite fazer um giro sobre o saber cristalizado a esse respeito e oferecer uma nova possibilidade de significação.

Com as equipes do judiciário, através dos relatórios e das reuniões com juízes, promotores, ministério público, o analista também deve ser capaz de fazer uma transmissão que contribua ao caso, sem executar um juízo moral que possa dizer sobre o destino da criança. O analista precisa transmitir o trágico, contribuindo com seu saber ao caso, para que caiba ao saber judiciário decidir a partir dos diversos discursos que se apresentam.

Nesse sentido, é preciso abrir mão do lugar "técnico", onde podemos portar as respostas sobre o sujeito antes mesmo dele, precedendo a subjetividade, pois isso coloca-nos interno ao problema de sua transmissão particular. O que o analista faz é oferecer, tal qual a orientação lacaniana, seu corpo e suas palavras, para que através da transferência esse aspecto emudecido da transmissão se revele.

Nos relatórios que fazia, procurava transcrever o que a criança dizia sobre "a tia que pretendia tirá-lo do abrigo", por exemplo. O objetivo era fazer do relatório uma peça viva que carregava a palavra da criança diante dos atores que se encarregavam do seu destino enquanto ela está no serviço de acolhimento. Isso teve por efeito muitas vezes, fazer reconsiderar uma decisão que pesava contra a família, demonstrando que sempre haverá algo de faltoso que não pode ser eliminado.

Muitas vezes busca-se uma verdade toda sobre a família, dividindo-a binariamente como violenta ou não-violenta, capaz ou incapaz, funcional ou disfuncional. Essa busca tem por vezes a consequência de fazer a criança permanecer muitos anos no abrigo, enquanto deseja ou espera o retorno para casa. Trazer a tona a palavra da criança a esse respeito, revela a complexidade da trama familiar e o lugar que aquela criança ocupa nessa transmissão, sendo isso elementar para um novo encaminhamento do caso.

Somente situado em sua falta-a-ser que o analista pode escutar o aspecto inconsciente da transmissão e reconhecer aquilo do Outro que se materializa no discurso, possibilitando a emergência de uma posição criativa do sujeito em relação a si mesmo.

Em relação as próprias crianças e adolescentes, a escuta psicanalítica nos serviços revelou o que dessa dimensão desejante colocava as crianças em posição de sofrimento, quando objetificadas por esse grande Outro da transmissão, a saber, a violência, o desamparo, a privação ou até mesmo, o próprio acolhimento institucional que constituía-se como Outro para criança donde permanecia imaginariamente identificada.

Nesse sentido, a escuta das transmissões familiares através de suas histórias, tirando-as do recalcado institucional, tiveram por efeito ressitua-los em relação ao desejo e a própria história, produzindo uma separação deles e do Outro da transmissão. Com isso, a especificidade da direção do tratamento na instituição apontou para o analista como um operador de separação do sujeito e do grande Outro da transmissão, na justa medida em que seja possível ressituá-lo em uma dimensão desejante e agente da própria história.

A política do analista serve aqui, situando o sujeito em sua falta-a-ser, a uma operação simbólica que seja capaz de *desidentificá-lo* dos discursos que o enredam imaginariamente e situá-lo em uma posição que seja possível desejar sobre si – para onde quero ir, o lugar que

ocupo no desejo do outro – questões que são colocadas pelas crianças e adolescentes, ou mesmo pela equipe e que podem ser reformuladas a partir da escuta que se opera nos serviços.

Quanto a questão da desidentificação das crianças em relação ao discurso do Outro, retomaremos no item seguinte esse debate quando trataremos das implicações clínicas do que encontramos na prática cotidiana nesses serviços.

Por último, é preciso dizer que, a partir da experiência e da pesquisa teórica, a tática estratégia e política nos situou naquilo que há de mais radical na experiência do psicanalista, que é a sua própria clínica.

No texto da direção do tratamento Lacan nos lembra que, tudo aquilo "que escuto é por ouvir", ou seja, é na radicalidade da escuta que a clínica psicanalítica carrega que o analista pode operar (LACAN, 1958/1998, p. 622).

Com efeito, a clínica psicanalítica, referenciada pela ética do analista e pelos operadores clínicos da transferência, pulsão, repetição, etc., é por onde o psicanalista opera onde quer que esteja. A experiência na instituição é reveladora nesse sentido: as intervenções se desenvolveram a partir da construção de um dispositivo clínico de escuta. Independentemente da tática utilizada, o que estava em jogo era a escuta do sujeito do inconsciente, pela atenção flutuante, aquilo que parecia livremente associado em chistes, jogos de palavras, trocadilhos ou tropeços da linguagem.

O que fazemos, portanto, na instituição de acolhimento, seja por exemplo, colocando nosso corpo no cotidiano institucional para auxiliar no banho, na alimentação, numa arrumação dos quartos junto as crianças, trata daquilo que o analista paga no capital analítico, com seu corpo como empréstimo para os fenômenos transferenciais. Não o fosse, a escuta nesses espaços não teria sido possível.

Paga também com as palavras, quando na reunião de equipe participa ativamente, comparecendo com o saber que recolhe da escuta do inconsciente no cotidiano institucional, seja com profissionais ou com crianças no serviço. Do seu juízo, comparece situando o saber em outro lugar, resistindo a posição técnica, colocando aquilo que escuta como o cerne de sua intervenção.

Isso só é possível porque carregamos no bojo da intervenção a clínica psicanalítica. Se o analista abre mão dela, as ações viram apenas ações, palavras permanecem só palavras e perdemos a especificidade do nosso saber.

A partir disso, apresentaremos agora as intervenções realizadas com as crianças e adolescentes nos serviços que atuei a partir do dispositivo clínico aqui descrito, em formato de vinhetas clínicas, analisadas a partir dos operadores clínicos debatidos ao longo desse trabalho.

Antes disso, ampliaremos o debate sobre a operação que foi possível realizar nessas intervenções como algo que se destaca e situamos como a *desidentificação*.

5.2 Uma questão preliminar a escuta psicanalítica de crianças na instituição

Apresentamos no item anterior, como consequência do trabalho na instituição, o encontro com um traço singular que demarcamos como uma *operação de desidentificação da criança em relação ao Outro da transmissão e ao Outro institucional*, que teve por efeito, situar a criança em relação ao seu desejo, marcado pelo encontro com seu saber que pudesse ser transmitido na instituição – em reuniões, nos relatórios, na participação nas audiências, entre outros.

Salientamos que o processo aqui destacado não se trata de uma redução do trabalho do analista na instituição, como se fosse a única coisa possível nesse contexto, muito menos algo que parte da teoria para o campo da prática, mas ao contrário, trata-se de uma elaboração *a posteriori* da clínica que se desenvolveu durante esses anos de trabalho. O que se espera é poder demarcar esse efeito da intervenção analítica, aos psicanalistas que enveredados nesse campo, o tenham como possibilidade.

Nos deteremos aqui, portanto, ao que podemos chamar de uma questão preliminar ao tratamento que foi empreendido com as crianças e adolescentes institucionalizados, como fruto da elaboração teórica sobre a nossa própria clínica.

Nas vinhetas que apresentaremos a seguir, esse foi o elemento central que emergiu de nossas intervenções. A escuta psicanalítica propiciou as crianças e adolescentes um deslocamento em relação ao discurso institucional e ao Outro familiar, marcado muitas vezes imaginariamente pelos significantes da violência e do abandono, que os auxiliou na retomada de suas próprias histórias, o que foi nossa questão no início desse trabalho – o fato de que, a escuta dessas crianças e adolescentes revelou um apagamento de suas histórias de vida.

A escuta pareceu "religar os pontos" aparentemente perdidos entre a história familiar e o acolhimento institucional por uma espécie de avesso – para reconectar a história havia algo da relação imaginária estabelecida com ela que precisou entrar em queda.

Passemos a elaboração na teoria lacaniana que nos possibilitou compreender essa operação.

Em *Nota sobre a criança* (LACAN, 1969/2003), texto que Lacan escreveu para Jeane Aubry, o autor demarca duas possibilidades de identificação da criança naquilo que nomeou como o "irredutível da transmissão" na dinâmica familiar. Não por acaso o texto chamava-se

inicialmente *duas notas sobre a criança*, pois estão postas duas localizações possíveis nessa dinâmica.

Na primeira modalidade descrita por Lacan, "o sintoma da criança acha-se em condição de responder ao que existe de sintomático na estrutura familiar" (ibid., p. 369). Nesse caso, o sintoma da criança torna-se o "representante da verdade" sobre essa dinâmica. Assim sendo, aquilo que a criança faz como sintoma passa pela lógica do mal-estar familiar e, quando essa criança é levada ao tratamento, é a verdade do casal que aparece, em uma formação de sintoma por identificação a essa verdade.

No segundo caso, ele explicita que, quando o sintoma vem a prevalecer em decorrência da subjetividade da mãe, a criança permanece exposta a uma "captura fantasística". "Ela se torna o objeto da mãe e não tem mais outra função senão a de revelar a verdade desse objeto" (ibid., p. 369).

Retomamos aqui a nota de Lacan a Jeane Aubry, pois ela nos abre o campo da problemática sobre a formação de sintomas da criança na instituição. Em uma resposta apressada, podemos considerar apenas que a criança está realizando o sintoma da transmissão familiar a que esteve inserida até o momento de seu acolhimento. Contudo, nossa experiência demonstra que os sintomas e passagens ao ato que observamos durante nosso trabalho, muitas vezes, também possuía relação íntima com o discurso institucional.

Como a identificação ao discurso institucional participa da formação de sintomas na criança, seja como revelador de uma verdade sobre esse discurso, seja numa captura fantasística sobre o que é ser uma criança abrigada?

No ano anterior a essa nota, Lacan elabora em seu seminário 16, segundo Laurent (2007), a tese da criança como "objeto a liberado". O autor retoma essas duas proposições para tratar de como a criança pode ser incluída no gozo do outro a partir de uma captura fantasística em que ela é mirada como objeto a, ou seja, como se ela o fosse o objeto de desejo.

Para isso, Laurent (2007) retoma a experiência de Angers, onde, no ano de 2005, mais de sessenta crianças participam de uma acareação coletiva sob a suspeita de abuso sexual. Cinco pedófilos confessos são ouvidos e expõe-se um não-sentido sobre as capturas do infantil em nossa sociedade nomeadas pelo autor como uma *epidemia de gozo mortífero*.

Diante os imperativos da contemporaneidade, que parecem levar ao *gozo a qualquer custo*, a criança capturada como objeto *a* do Outro faz semblante do acesso ao gozo sem falhas, ainda que esse seja impossível.

Em primeiro plano, Laurent (2007) descreve essa tomada da criança como objeto no gozo do pedófilo, que busca esse acesso pela violação do corpo infantil, tomando-o como puro

objeto, destituído de sua subjetividade e assujeitado. Em segundo plano, entretanto, a criança permanece como objeto de gozo, agora da lei, que busca extrair dela a verdade sobre o abuso: perguntando, investigando, acareando, convocando os especialistas — psicólogos, pedagogos, médicos, assistentes sociais — para que do discurso científico decaía a verdade sobre a criança.

Nesse movimento, não resta outro lugar a criança que não seja o de objeto. A criança "duas vezes vítima", segundo o autor, situada em uma captura fantasmática na qual é constantemente reeditada.

Desse modo, a captura fantasística da criança situada como objeto *a*, a desloca do ideal familiar para o lugar de objeto do gozo, seu e de outros, tamponando a falta "não como ideal, e sim como objeto" (LAURENT, 2007, p. 44).

Nesse debate, Lima (2009) acrescenta que a criança como objeto *a* "liberado" trata dela como objeto de gozo, não apenas seu e de seus pais, mas da sociedade e da civilização, que a toma a partir de diferentes posições objetalizantes: pela via do saber na pedagogia, pediatria, psicopedagogia ou no seu avesso pela via do abuso, da violência ou da pedofilia. O que essa gama de *pedo-saberes* na atualidade aponta é justamente esse tipo de captura em que a criança permanece como objeto.

O que parece se articular aqui é justamente um gozo no saber sobre a criança em suas mais variadas formas, seja pelos saberes que se articulam pela normatização da criança, seja pela via da violência que a toma como objeto na tentativa de *gozar-mortífero* – gozar sem limite (LAURENT, 2007; LIMA, 2009).

O que esses autores apontam, a partir dos desdobramentos da elaboração lacaniana na nota sobre a criança, é que essa captura fantasística da criança não se dá exclusivamente no plano familiar, mas que há uma espécie de condição cultural atual que permite que a criança assim possa ser capturada em outras instâncias.

Contudo, é preciso adiantar que, em psicanálise, não podemos afirmar que exista uma "fantasia social" ou fantasia coletiva (o que se aproxima mais do sentido corrente de fantasia) na qual a criança possa ser captada como objeto. Por não ser o objeto desse trabalho, o de tratar do extenso tema da fantasia em Lacan, nos deteremos as elaborações de Pacheco (2012) e Tyszler (2014) sobre o assunto no que nos auxilia compreender como isso se dá nesse plano.

Jean-Jacques Tyszler (2014) no seu ensino sobre "o fantasma²⁷ na clínica psicanalítica", relembra que, não há história para o inconsciente – para o inconsciente é indiferente quem é o

²⁷ Há uma querela sobre a tradução do termo *fastasme* em Lacan para *fantasia* ou *fantasma* na língua portuguesa, dado seus significados muito distintos em nosso idioma. No texto de Tyzler (2014), a tradutora Letícia P. Fonseca

presidente, etc – contudo, não se pode negar que a história participa nas formações inconscientes, de modo que, "o imaginário social, enfim, por retorno, pode fazer reluzir a parte fantasmática de cada um. Dito de outro modo, *o inconsciente é o social*, vocês podem inverter completamente a fórmula" (TYSZLER, 2014, p. 28 – grifos nossos).

Ou seja, é possível considerar a dimensão da história na formação da fantasia de cada um. É por onde parece se conduzir o trabalho de Ana Laura Prates Pacheco (2012) – *Da fantasia de infância ao infantil na fantasia* – uma vez que a autora fará uma retomada histórica da noção de infância, criança e o infantil para tratar como isso ressoa na clínica com crianças.

Antes de passar a isso, cabe abordar o que de fundamental nos interessa no conceito de fantasia em Lacan. Como dissemos, tratar da fantasia exigiria um trabalho extensivo que passa por quase toda a obra do autor. Nesse sentido, Prates Pacheco (2012) nos auxilia a compreender a fantasia no que concerne a problemática desse trabalho, que é a impossibilidade de existir uma fantasia do social.

A fantasia em Lacan concerne a dois níveis: o lógico e da construção em análise. Acompanhemos a autora sobre o primeiro nível de construção da fantasia:

"No nível lógico (...), o instante da fantasia é o que estabelece a topologia própria ao sujeito neurótico, permitindo a montagem da realidade. A fantasia é, neste sentido, correlata ao momento da constituição do sujeito no qual um ato produz a separação e cálculo da demanda no nível do desejo. É essa particularidade estrutural, que fixa o sujeito num sentido, que dizemos ser próprio da neurose" (PACHECO, 2012, p. 253).

Ou seja, o nível lógico da fantasia é aquele que decai da constituição subjetiva. A fantasia, portanto, é "a lógica da tentativa que cada um faz para posicionar-se subjetivamente a partir da falta estrutural do Outro" (ibid., p. 254). Nesse sentido é que falamos em "cena fantasmática", como sendo a *outra cena* construída na neurose como suplência para o real.

No nível da construção em análise, trata-se da "travessia" da fantasia como uma construção de análise que possa retificar a relação do sujeito com sua cena fantasmática. Como Lacan (1967/2003) indicou "o valor da psicanálise está em operar sobre a fantasia" (p. 364) – operar pela via da transferência em uma construção da cena fantasmática onde o sujeito se situa (PACHECO, 2012).

Conforme Soler (2002) em seu debate sobre o final de análise, o que implica uma "travessia da fantasia", a posição que decai disso é uma em que se sabe "que se é tratado como objeto" (p. 25). Pacheco (2012) nos lembra que para Lacan, "é o próprio sujeito quem está, na

_

fará uma introdução a essa questão, debatendo as implicações das diversas traduções. Nesse texto, usaremos esses termos como correlatos, seguindo o uso de cada autor pesquisado.

fantasia fundamental, ocupando o lugar de objeto" (p. 246). Desse modo, a travessia da fantasia implica uma construção em análise que retifica a relação que o neurótico faz com o próprio gozo que decai da posição de objeto que ocupa na fantasia.

Assim sendo, a fantasia em Lacan trata-se de uma operação que o sujeito neurótico faz, desde a sua constituição subjetiva, para lidar com falta estrutural do Outro, ou ainda, com o excesso de real que advém da falta estrutural. Desse modo, afasta-se muito do sentido corrente de fantasia como devaneio, ou de fantasiar.

Para isso, o sujeito constrói uma *cena fantasmática*. Lacan desenvolve isso a partir da retomada do texto freudiano *bate-se numa criança* (FREUD, 1919/2010), em que Freud descreve três tempos de uma fantasia recorrente de suas pacientes²⁸ sobre uma criança ser espancada: primeiro, uma criança qualquer é *batida* por um adulto indeterminado.

O autor diz que a elaboração em análise revela ao analisante que quem bate é-na criança é seu próprio pai. Depois, a própria criança que fantasia que é batida. "Sou castigada por meu pai" (p. 302). Já no terceiro tempo da fantasia, "a própria pessoa da criança que fantasia já não aparece na fantasia de surra" (p. 303) – se desconhece o adulto que bate e a criança que apanha, e o sujeito concluí que ele está "olhando, provavelmente".

Esse texto freudiano terá implicações radicais no desenvolvimento lacaniano da noção de fantasia. A partir daí que Pacheco (2012) situa, a partir de Lacan, o que chama de "núcleo infantil da neurose" uma vez que, a montagem da cena fantasmática passa por algo da ordem da sexualidade infantil, como também situa Tyszler (2014).

Enquanto no texto freudiano, a preocupação é estudar a montagem de uma fantasia de "espancamento" que o autor revela ser recorrente em seus pacientes, Lacan utiliza isso para formular a montagem da cena fantasmática, a partir de uma formalização da fantasia. Podemos verificar isso pelo ensino de Lacan no Seminário 17:

O você me espanca é aquela metade do sujeito cuja fórmula tem sua ligação com o gozo. Ele recebe, claro sua própria mensagem de uma forma invertida – aqui, isto quer dizer seu próprio gozo sob a forma do gozo do Outro. É mesmo disso que se trata quando ocorre de a fantasia juntar a imagem do pai com o que de início é uma outra criança. Que o pai goze espancando-o, eis o que põe aqui o acento do sentido, como também o dessa verdade que está pela metade – pois, além disso, aquele que se identifica com a outra metade, com o sujeito da criança, não era essa criança, salvo, como diz Freud, que se reconstitua o estádio intermediário – jamais, de nenhum modo, substancializado pela lembrança – onde, com efeito, é ele. É ele que, por essa frase, constitui o suporte de sua fantasia, que é a criança espancada (LACAN, 1969-1970/1992, p. 68 – grifos nossos).

_

²⁸ Freud cita que teria ouvido a mesma fantasia de pacientes homens, porém, não as desenvolve nesse ou em nenhum outro texto.

O que depreendemos aqui do ensino de Lacan sobre esse tema é que, a construção fantasmática serve para o gozo neurótico, calculado na forma de gozo do Outro; que a fantasia não se trata de uma *lembrança*, mas da montagem de uma cena e que, a cena fantasmática se altera em seu conteúdo, mas não em sua forma. O objetivo da cena é construir o suporte ao real e ao gozo do Outro.

Importa-nos essa formulação para que possamos compreender se os discursos sociais, a história ou a política podem comparecer na fantasia, e se podem, como comparecem.

A indicação de Tyszler (2014) é sobre em que medida o imaginário social pode fazer "reluzir" a parte fantasmática de cada um, ou seja, em que medida o imaginário social, os discursos sociais, as instituições podem fazer tocar a cena fantasmática individual.

Podemos dizer que a construção da cena fantasmática também se utiliza dos discursos sociais? Conforme Lacan (1964/2008), no seminário livro 11, o autor nos diz que "o inconsciente, é o discurso do Outro" (p. 130), apontando para a dimensão do Outro na constituição subjetiva. Ou seja, as formações do inconsciente não são formações insólitas em uma "caixa preta", mas estão em jogo os significantes que advém do Outro – esse tesouro dos significantes – que ao mesmo tempo que funda o sujeito o coloniza, residindo aí o paradoxo da constituição subjetiva: é preciso se alienar ao discurso do Outro para ser sujeito.

Vale comentar que nesse ponto é que pode residir algumas confusões na teoria lacaniana que levam a tentativa de generalizar construtos como o de fantasia para instituições ou para o social, como se houvesse uma "cena fantasmática institucional", uma vez que em Lacan o social e psíquico não se separam, na medida que o inconsciente é discurso do Outro, ou seja, o advento do sujeito se dá na relação com o social. O que não significa que o psíquico pode ser generalizado para o social. Também não há fantasia do Outro, mas há a captura do sujeito naquilo do Outro que ele se alienou. Assim sendo, o que nos importa estudar a história?

Na história é que podemos identificar algumas repetições, elaborações da cultura que são capazes de capturar o sujeito. Paradoxalmente, não podemos verificar essa captura na história, mas sim, na relação transferencial que se estabelece com cada sujeito. É o que propõe Pacheco (2012) quando retoma a história social da criança e é o que proporemos em uma retomada do que apresentamos no capítulo três, sobre a história social da criança abandonada.

Pacheco (2012) demonstra aquilo que chamou de "fantasia de infância", como sendo o percurso histórico da sociedade ocidental que construiu aquilo que conhecemos como infância. Lembremos que *infans*, do latim, significa *aquele que não fala*, apontando que, a infância até

certo período histórico era simplesmente o período anterior ao da entrada na linguagem (PACHECO, 2012; MARINO, 2013).

Nessa esteira, a noção de criança como a conhecemos, só se desenvolve na idade moderna, com o nascimento do iluminismo e das ciências positivas, onde irá se estabelecer construtos sobre a infância, que permanecem até hoje, como a noção de pureza e do infantil como ingenuidade (PACHECO, 2012).

Conforme apontamos no capítulo três, Michel Foucault (1976/2017) demonstra que o governo das populações a partir do século XVII estava intrinsecamente ligado ao governo da infância, no desenvolvimento das técnicas educacionais e pedagógicas, que tinham em seu bojo principal, o controle dos corpos infantis e a manutenção desse estatuto de ingenuidade e pureza da criança.

Destarte, comparece nessa esteira os diferentes saberes que terminam por constituir a infância como uma fase da vida e como um objeto de problematizações em torno do seu corpo, do seu sexo, da sua inteligência, capacidades físicas e emocionais. Essa produção discursiva é que inaugura, no final do século XVIII, a *infância* como conhecida (PACHECO, 2012).

A autora aponta, inclusive, como a Roda dos Expostos compareceu nessa formação, muito menos como um mecanismo de salvação da infância e muito mais como um dispositivo de governo e controle da infância e do infantil:

O mecanismo da Roda, assim, pode ter sua função generalizada no corpo social, sendo, desse modo, emblemático da criação de um novo objeto discursivo: a infância. Esse "novo" objeto deverá, então, ser regularizado em seus aspectos normais para que possa ser tratado em seus aspectos anormais. O "infantil", mais além da criança, passa a ser, então, "o suporte para as intervenções estratégicas" tanto para as condutas das crianças quando dos adultos. O poder do pai todo-poderoso, a quem era atribuído direito de vida e morte em relação aos filhos, é, aos poucos, substituído pelo biopoder e pelas técnicas políticas (PACHECO, 2012, p. 87)

Nessa perspectiva, a institucionalização de crianças comparece para a constituição do saber sobre o infantil e da infância como discurso. A infância como objeto a ser estudado, dividido, separado. Parte desse discurso sobre a infância ainda comparece no cotidiano dos abrigos institucionais.

Nesse ponto, o que temos é a criança como um indivíduo que precisa, sobretudo, ser vigiado, educado, institucionalizado. A história da institucionalização nos mostra como o controle dos corpos infantis compareceu como elemento premente para essa prática.

Desse desdobramento, Pacheco (2012), citando o estudo de Corazza, chegará aquilo que nomeou como o "dispositivo de infantilidade". Esse dispositivo é o que opera como discurso

do infantil na sociedade, que objeta separar radicalmente a criança do adulto. Conforme Corazza citada por Pacheco (2012), separá-la e segrega-la em um país estrangeiro: o país da educação²⁹.

No Seminário VII, Lacan (1959-1960/2008) fará ressonância a essa noção, quando comenta a diferença que se estabeleceu entre o "pensamento adulto e pensamento de criança" – como se houvessem diferentes formas de pensar para um e para outro, situando-os como "sujeitos diferentes". Ele relembra que, desde o século XVIII, uma forma de deslegitimar o pensamento de um homem era acusa-lo de ter um "pensamento infantil", ou seja, um pensamento desregrado, descompromissado, ou ainda, com pouca educação. O autor destaca que essa acepção é completamente "situável historicamente" (p. 36).

Cabe agora deter-nos em que pudemos avançar até esse momento. Conforme dito, não é possível que haja uma "fantasia do social", como se houvesse uma fantasia do grande Outro. Por outro lado, o conteúdo fantasístico não é produzido de forma inócua, mas tem participação do Outro que funda o sujeito da linguagem. Ou seja, a fantasia é social e não é social ao mesmo tempo.

É possível perceber que essa dimensão da fantasia pode produzir diversas confusões. Começamos esse item tentando nos ocupar de como a criança pode ser capturada pela fantasia do Outro, conforme a indicação de Lacan na nota sobre a criança. Pacheco (2012) também se ocupa disso, quando retoma o infantil a partir de uma perspectiva histórico-social, desde a sua formação até o seu tratamento, relembrando, por exemplo, as práticas sexuais dos primeiros gregos que incluíam crianças desde os onze ou doze anos de idade. Isso aponta para mudanças constantes e invenções sobre o que é ser uma criança.

Não só isso, mas a concepção científica e desenvolvimentista sobre a infância também é construída historicamente, e será a partir dela, que diversas leis de proteção a infância e adolescência serão desenvolvidas a partir do século XIX. Apontar isso não significa criticá-los ou propor retornos ou avanços. O que queremos é demonstrar a invenção da infantilidade a partir de um dispositivo, que possui efeitos e consequências³⁰.

_

²⁹ Quando tratamos dessa citação de Corazza a partir do trabalho de Ana Laura P. Pacheco (2012), o que procuramos destacar nesse entendimento sobre o "país da educação" é a posição discursiva que a criança passa a ocupar em relação ao Outro que visa encerrá-la em uma captura como objeto, conforme apontou o estudo de Laurent (2007) e Lima (2009). Não interessa, portanto, tratar do tema da educação, mas sim, como esse significante pode representar para nós, a partir desses autores, esse lugar por onde a criança é capturada na fantasia do Outro e na sua própria fantasia: como alguém que é passível constantemente da intervenção institucional. Também vale lembrar que essa não é uma exclusividade da criança ou do infantil, mas que existem outras formas de captura a partir de diferentes discursos para diferentes grupos sociais. O interesse da psicanálise sobre isso é justamente tentar compreender como isso se articula para o sujeito, quando está sobrepujado por esses significantes.

³⁰ Consideramos um bom exemplo disso a introdução de Foucault (1963/1977) em "O nascimento da clínica": "De uma vez por todas, este livro não é escrito por uma medicina contra uma outra, ou contra a medicina, por uma

Isto posto, temos aqui a constituição histórica e social do que é a criança e o infantil. O que Ana Laura P. Pacheco (2012) denomina como fantasia de infância, ainda que não esclarecido dessa forma pela autora, compreendemos como um *discurso sobre a criança*, que inventa o infantil em nossa sociedade.

O tema do discurso será fundamental no ensino de Lacan a partir de 1968, culminando no seminário – livro 17 – onde definirá o discurso como uma "estrutura necessária, que ultrapassa em muito a palavra (...) *um discurso sem palavras*" (LACAN, 1969-1970/1992, p. 11).

Compreendemos com isso o discurso como uma estrutura social por onde o sujeito faz laço, através da linguagem. Quando pensamos um *discurso sobre a infância*, propomos que haja uma certa modalidade de laço social que se estabelece a partir da construção histórica do que é a infância. Nos parece mais acertado do que falar de "fantasia de infância", a não ser que tomemos a fantasia no sentido corrente. O que pretendemos apresentar a partir daqui é como esse discurso sobre infância desliza no cotidiano dos abrigos para o "discurso de criança abandonada", considerando-o, portanto, como uma modalidade de laço social que se estabelece e tem, por consequência, capturar as crianças, adolescentes e os profissionais dos abrigos, a partir de sua própria fantasia.

Vale salientar o que é mister nesse processo: os discursos sociais, na medida que estabelecem certas modalidades de laço, podem ou não fazer comparecer a fantasia de cada um. Eles não são a fantasia, mas podem servir a captura fantasística conforme a indicação de Lacan na nota sobre a criança, pois será através da fala do Outro, dos significantes que se colocam sobre ele, que ele pode ou não ser capturado na fantasia materna.

O que propomos é que esse efeito pode ser generalizado a partir das modalidades discursivas, que também fazem reluzir a fantasia de cada um. Não podemos responder aqui porque esse processo ocorre – porque alguém se deixa capturar na posição de objeto da fantasia a partir de um discurso social, mas nossa prática no cotidiano dos serviços demonstrou que esses discursos servem, vez ou outra, a esse tipo de captura.

Para isso, iremos retomar alguns pontos apresentados no capítulo três sobre a história da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, na esteira da proposta de Pacheco (2012), com a intenção de demonstrar um "discurso de criança abandonada", como aquilo que,

-

ausência de medicina. Aqui, como em outros lugares, trata-se de um estudo que tenta extrair da espessura do discurso as condições de sua história" (p. 18). Nosso esforço aqui se passa por uma tentativa de delimitar condições históricas que produziram a infância e seu atravessamento nos mais diversos saberes, sem que soe a pretensão de extinguí-los, mas que, essa delimitação possa nos advertir em todas as práticas direcionadas a infância.

no cotidiano dos abrigos, faz reluzir a cena fantasmática de cada um na relação com as crianças e adolescentes acolhidos.

No capítulo três pudemos apresentar três períodos históricos da institucionalização de crianças e adolescentes: caritativo filantrópico, menorista e da garantia de direitos.

Conforme contamos a história da institucionalização no Brasil, é quase inevitável rememorar cenas do cotidiano em que estive inserido. A palavra *menor*, que inadvertidamente "escapa" nas falas de profissionais do serviço e vira uma certa *gíria* entre crianças e adolescentes. As cenas de distribuição de brinquedos e presentes aos montes em épocas festivas, quando as mais variadas instituições e agremiações filantrópicas lotam os abrigos institucionais para presentear as crianças, tirar fotos com elas (a revés das nossas reiteradas explicações sobre a proibição disso) e explorar o quanto possível suas histórias com perguntas sobre suas famílias e os motivos do seu acolhimento institucional.

Os comentários constantes nos corredores sobre as famílias das crianças, que não raro, ainda são lembradas sob o argumento técnico do *desajuste* e da *disfunção* familiar. Essas são apenas algumas cenas que remontam o passado-presente de um país que carrega em sua história colonialista e colonizadora, a necessidade de institucionalizar a pobreza.

Percebemos, junto com os autores pesquisados no capítulo três, que os discursos sobre a infância brasileira se aglutinam nas práticas institucionais e até mesmo, se adequam em certa medida a lógica de garantia de direitos que termina sobrepujada por um viés que tende a moralizar as crianças e adolescentes acolhidos e suas famílias.

Não raro, o trabalho das equipes técnicas (assistentes sociais e psicólogos) revelam muito rapidamente que acolhimentos institucionais são motivados pela miséria ou pobreza dos pais, exclusivamente, contrariando a própria lei estabelecida no ECA. Fato ainda mais perturbador é que, por muitas vezes, os profissionais responsáveis pela garantia de direitos terminam por abrir mão da lei em nome do "bem da criança", para que fique no abrigo e quem sabe, possa ser adotada por uma família *mais adequada*.

——Isso parece relacionar-se o que fora apontado anteriormente como a gestão filantrópica dos pobres e da pobreza; a institucionalização virtual de toda e qualquer criança e a pregnância da cultura *menorista*, que lega aos institucionalizados e suas famílias o lugar de marginalidade e disfuncionalidade em relação a lógica burguesa de família que orbita como parâmetro a esses discursos.

Essa aglutinação serve para formar um discurso de "infância abandonada". A exemplo do trabalho de Pacheco (2012), como um imaginário presente em profissionais do serviço, voluntários e nas próprias crianças e adolescentes, que muitas vezes servem para mediar as

relações que se estabelecem no cotidiano dos serviços. Compreendemos que esse discurso passa a servir como uma modalidade de laço nos abrigos institucionais, onde em determinadas cenas, observamos como isso sobrepuja as relações, impedindo outras possibilidades de captura.

No cotidiano dos serviços, portanto, vemos ressurgir a história cada vez que a palavra *menor* emerge no contexto institucional ou nas exageradas festas que são promovidas por voluntários — onde todas as crianças e adolescentes são "orientadas" a participar em nome da gratidão aos voluntários que ajudam a manter o trabalho. Esses discursos parecem demonstrar como a criança pode ser capturada como objeto na relação. A partir da relação com o outro que faz ressoar esse Outro institucional que se sustenta a partir de uma verdade sobre essa criança: a de que ela é uma criança abandonada.

Como apontamos anteriormente em Soler (2002), se a análise deve incidir para que o sujeito se saiba objeto do outro e daí possa posicionar-se em relação a isso, podemos extrair que em relação a fantasia, sempre o sujeito neurótico será tomado a partir dessa posição. Apontar, portanto, para como a criança pode ser capturada nessa modalidade discursiva, tem a ver com uma posição onde ela permanece alienada a esse discurso e o quanto daí, pudemos perceber a produção de formas de sofrimento e mal-estar.

Lembro-me em uma dessas entregas de brinquedo, a atuação de uma criança que abre um brinquedo e o atira no lixo. Aquela era a terceira festa que ocorria no mesmo dia na instituição. Essa atuação descontinuou a lógica discursiva que capturava essa criança na posição de "criança abandonada" para alguém que buscava escolher seus presentes, frente a essa demanda tão totalitária do Outro (com a realização de muitas festas no mesmo dia). Isso levou a discussão se a criança devia pedir desculpas ou não participar de outras festas.

Aponto isso como uma tentativa dela de se deslocar dessa posição. Esse é o interessante de uma atuação como essa: algo que faz aparecer o sujeito do inconsciente e ao mesmo tempo, aparecer o discurso que o aliena e a tentativa de se mover a partir dele. Cenas como essa é que chamaram a atenção para essas modalidades de relação e que dali havia algo que podia ser elaborado sobre o cotidiano institucional.

Enquanto isso ressoava a partir dos voluntariados, por outro lado, os agentes da política pública, fundamentalmente CREAS, Ministério Público e Varas de Infância e Juventude tornam-se representantes da lei e da verdade sobre a criança institucionalizada, respaldados pela garantia de direitos e pela doutrina da proteção integral, também pareciam tomar a criança como objeto em algumas de suas intervenções.

Entre as tantas cenas protagonizadas no judiciário, por exemplo, lembro-me das querelas que se instalavam sobre as famílias das crianças, como o caso de um menino que não podia ser

desacolhido enquanto a família não construísse uma escada de alvenaria com as medidas exatas que foram passadas pelos técnicos do judiciário. Havia uma escada na casa, de metal, mas os técnicos do juízo – que incidem com grande poder de decisão – entenderam que aquela escada colocava a criança em risco, impedindo o desacolhimento.

Nesse caso, a família experimentava o desalento de não ter condições financeiras para construir a escada. Eram tomados como "barraqueiros" pelos serviços, pois reclamavam aquilo que consideravam injusto na decisão técnica. Incidiam sobre eles a norma jurídica, numa aliança com outras formas de poder – médico, pedagógico, etc – para continuar nomeando-os como disfuncionais. Em minha saída da instituição ainda não sabia do desfecho que foi dado ao caso.

Em muitas outras vezes os conflitos se davam pela falta de cômodos, pelos móveis que não pareciam adequados, pela cama que era alta ou baixa demais ou pelo colchão que não era adequado para uma criança.

Essas falas ensejam esse discurso sobre a infância abandonada: uma criança que precisa ser assistida pelo poder – filantrópico, jurídico ou criminalista (quando compreendida como um *menor*). Fica em jogo "o bem maior da criança", quando essas decisões precisam ser tomadas.

Esse discurso da "criança abandonada" termina por recolher a criança em uma *ficção institucional* sobre o que é uma criança. Na tentativa de responder as dificuldades que se colocam a partir do acolhimento institucional, sobrepuja-se a sua história essa dimensão ficcional que procura totalizar as respostas a partir dessa noção de criança abandonada. Seja pela via da exacerbação do paradigma da garantia de direitos, seja pelo paradigma filantrópico e caritativo, o que vemos é que esses discursos comparecem para estabelecer uma determinada modalidade de relação subjetiva que termina por tamponar o sujeito na instituição.

Como dissemos, estamos delineando uma "questão preliminar" a escuta de crianças nos serviços de acolhimento, que fundamentalmente, serve aos psicanalistas. Não se pretende aqui afastar o paradigma da garantia de direitos, muito menos sobrepor a psicanálise a outros discursos, mas advertir aos analistas sobre uma modalidade de relação específica que pode ser observada no cotidiano dos serviços e que, principalmente, podem servir a nós quando somos convocados na instituição a responder sobre ou pela criança.

As respostas que são dadas pelos profissionais estão baseadas em suas crenças pessoais, formação (ou falta dela) profissional e aquilo que acreditam ser o "melhor para criança". Conforme apresentamos no capítulo anterior, a ética do *bem-fazer* opõe-se a política da falta-aser proposta por Lacan. Escutar as crianças na instituição é advertir-se dessa questão para não correr o risco de sobrepuja-la em sua dimensão faltante e ao mesmo tempo desejante. Essa é a

contribuição do analista, que não acreditamos ser possível de fazê-la sem o encontro com outros saberes, que inclusive, se todos considerassem o sujeito do inconsciente, conforme propomos, muito provavelmente os casos não poderiam se encaminhar na instituição.

As cenas que citamos, portanto, servem para nós como psicanalistas de nos advertirmos delas, para que a nossa participação no cotidiano institucional sirva como algo que pode fazer furo a essa lógica, como uma especificidade do nosso saber. Desidentificar nesse sentido, só é possível quando o analista se vê diante essas questões e procura, a partir de sua formação – em análise pessoal, supervisão e estudo teórico – *desidentificar-se* dentro do trabalho desses discursos.

Desse modo, quando se propõe a trabalhar na instituição de acolhimento, esses discursos se enredam a nossas práticas e temos a tentação de deles nos servir para constituir o nosso trabalho. Pacheco (2012) demonstra que esse foi o grande nó da psicanálise com crianças desde o início dessa prática:

A clínica psicanalítica com crianças, entretanto, tem enfrentado, ao longo da história, as dificuldades inerentes ao risco de se anular o conceito de 'infantil' sobrepondo a ele a ideia de infância como fase da vida. Nesse caso, a psicanálise, em geral, certamente pode ser reduzida a um "murmúrio lucrativo"; e a psicanálise com crianças, em particular, a uma "pedagogização do sexo" (PACHECO, 2012, p. 90)

Mais adiante a autora nos lembra que, o infantil na psicanálise não é um estágio e sim um lugar – remetendo ao núcleo infantil da neurose demonstrado desde Freud. No trabalho nos abrigos, temos o empuxo a sobrepor a criança à violência e ao abandono, respondendo a partir daí as questões que colocam que tem a ver com a dimensão desejante de cada um e a forma como nos situamos em nossa própria fantasia – e o gozo que daí extraímos.

Na cena contada anteriormente, da criança que coloca um brinquedo no lixo, a leitura que foi possível fazer é que sua atuação fez emergir o que estava em jogo ali: o excesso produzido pelo discurso filantrópico no cotidiano do serviço, ao mesmo tempo, uma recusa em permanecer nessa posição frente ao outro. Entre as muitas respostas que podíamos ouvir, figuravam entre elas a ideia de que a criança fazia isso, por não ter "uma boa educação de casa", ou por não saber valorizar os *bens materiais*, em função de não ter podido acessá-los antes da institucionalização.

Isso tem a ver com o discurso da criança abandonada, onde a sua condição social sobrepuja o aparecimento da subjetividade. Nossa implicação como analista apontou a necessidade de ouvir esse ato, de questioná-lo, o que demonstrou uma insatisfação da criança com a participação obrigatória nas festas da instituição. Isso abriu a possibilidade de discutir a obrigatoriedade ou não das crianças nas festas – ao que não nos cabe também decidir sobre isso

 mas fazer do ato da criança uma possibilidade de furo do discurso institucional, donde as subjetividades possam emergir sem estar coladas ao discurso do abandono.

Retomando o ensino de Lacan (1969-1970/1992) sobre os discursos, o autor elabora quatro modalidades discursivas, a saber: o discurso do mestre, do universitário, da histérica e do analista. Esses discursos são protótipos ao laço social, lugares que o sujeito pode ocupar na relação com o Outro a partir do lugar que é tomado no discurso.

Quando tratamos desse "discurso da criança abandonada", podemos identificar aí uma modalidade de laço social em que a criança é colocada na posição de agente da verdade, donde deve se extrair a verdade sobre a instituição. A criança é capturada afim de sustentar a *ficção institucional* que se inventa a partir desse discurso. Podemos considerar a partir de Lacan (1969/1970/1992), que nesse modelo, a criança está no lugar da verdade no discurso do mestre.

A partir da dialética hegeliana, Lacan irá estabelecer esse discurso, onde, o *saber-fazer* do mestre é detido pelo escravo, que fica na posição da verdade, enquanto o mestre ocupa o lugar de agente do discurso. Pacheco (2012) e Marino (2013) nos lembram que dessa posição deriva a criança que tem a verdade sobre si, donde o mestre extrai essa verdade e por consequência, seu gozo.

Laurent (2007) quando retoma a experiência de Angers, relembra que, será a partir da norma jurídica que tentará se obter uma "verdade" sobre as crianças. A ordem jurídica, portanto, estabelece uma relação de mestria em que, a criança precisa responder ao "o que é ser uma criança". Na instituição, isso se materializa quando a criança, colocada nesse lugar, responde a partir do que é ser uma "criança abandonada". Nesse sentido, "a criança, enquanto sujeito, encontra-se recalcada" (MARINO, 2013, p. 86), sendo que a única possibilidade que se coloca pela lei do mestre é de ser uma criança "abandonada".

Chegamos a essa formulação, pois em nossa experiência, se evidenciou como a criança é tomada como portador da verdade da instituição, porém dominada por um discurso de mestria, materializado, principalmente, na ordem jurídica e na filantropia. É a relação paradoxal do discurso do mestre: a criança precisa saber "o que é ser uma criança", para servir ao gozo de quem lhe faz essa demanda. Nessa configuração, o sujeito permanece obturado e a criança permanece na posição de objeto do Outro.

Desse lugar identificatório é que falamos em desidentificar. Do lugar de verdade da instituição.

Quando apresentamos isso que nomeamos como "discurso da criança abandonada", pretendemos demonstrar um certo dispositivo em funcionamento nas instituições de acolhimento que serve a captura fantasística da criança na posição de objeto, que se dá no um-

a-um do cotidiano institucional. As vinhetas clínicas que apresentaremos estão marcadas por isso: uma determinada identificação ao lugar de verdade, donde resta um gozo da criança que incide na formação de sintomas ou de passagens ao ato.

Conforme lembra Laurent (2007) sobre a elaboração lacaniana, a captura no lugar de objeto serve ao gozo do outro e ao gozo da criança. Compreendemos com isso, que desidentificar a criança dessa posição era torna-la em alguma medida responsável por seu gozo, donde não precisa responder à questão "o que é uma criança abandonada", com "eu sou uma criança abandonada", produzindo um giro sobre o saber instituído.

Devemos lembrar também daquilo que demarcamos como o Outro da transmissão, quando tocamos no aspecto trágico no trabalho, que pela escuta das crianças e adolescentes revelou-se muitas vezes como um Outro dominador pela violência. O que ocorre é que essa captura é facilitada pela instituição que toma a criança por essa via, como um efeito incalculado do acolhimento institucional: para ser acolhido é preciso ser abandonado/violentado, contudo, para que se possa "pôr o desejo em marcha", é preciso sair dessa posição. Acreditamos que aqui temos o traço, a relação entre essas duas coisas que marcou nosso percurso analítico na instituição de acolhimento. Nas vinhetas que recolhemos e apresentamos a seguir, procuramos demonstrar como foi possível atuar para que isso pudesse ocorrer, e quais eram as consequências no cotidiano institucional e no encaminhamento dos casos.

5.3 Vinhetas clínicas

Apresentamos a seguir os casos que foram destacados durante esses anos de trabalho, que consideramos mais marcantes e paradigmáticos nas suas intervenções e reflexões que daí puderam ser extraídas. Procuramos apresenta-los no formato de vinhetas clínicas, como excertos de nossa prática, destacando na narrativa do caso aqueles elementos que foram preponderantes a intervenção, ou ainda, que nos provocaram questões que ressoam ao desenvolvimento desse trabalho. Na redação dos casos, procuramos destacar as falas das crianças e dos profissionais entre aspas, sempre que possível integralmente, conforme extraímos de nossas anotações ou de relatórios que foram feitos e continham essas falas.

Na primeira vinheta, *o que pode o psicanalista frente ao (des)acolhimento institucional*, apresentamos o caso de Marcos e Gustavo³¹, que são duas crianças de onze e nove anos de

_

³¹ Todos os nomes apresentados nos casos a seguir foram substituídos em relação aos originais.

idade que frente ao desacolhimento institucional, apresentam reações similares, chamando nossa atenção para a especificidade de trabalho que se colocava ali.

Aqui, tratamos de forma exploratória sobre o tema debatido no item anterior, acerca da desidentificação perante o imperativo institucional. O que foi possível reconhecer, é que na saída da instituição para um retorno familiar, um tipo específico de captura no discurso institucional colocou as crianças em contato com o *real da saída da instituição*, somando-se as suas histórias de vida que levavam até o acolhimento. Nesse caso, conduziremos uma reflexão sobre os processos de entrada e saída da instituição nessa perspectiva, elucidando quais intervenções foram possíveis de realizar nesse sentido.

No segundo caso, *uma adolescente entre duas mortes na instituição*, o foco da intervenção era uma adolescente marcada pelo significante do "impossível" pela equipe do serviço, buscando demonstrar quais foram as estratégias de manejo encontradas com a adolescente a partir do relato dela sobre sua história de vida, até então emudecida no cotidiano do serviço.

Elegemos aquilo que Lacan destacou da peça de Antígona como o *entre-duas-mortes* para tratar de onde ela parecia situar-se no discurso institucional e como a intervenção operou para demovê-la desse tipo de identificação, produzindo mudanças no caso.

Em seguida, *transformando atos em palavras* traz o caso de Lucas, onde o foco da intervenção foi a construção do caso junto a equipe, demonstrando o movimento realizado entre a escuta da criança e a discussão junto a equipe, possibilitando o aparecimento de elementos da subjetividade da criança no cotidiano institucional, bem como, colocando a baila questões da própria equipe que produziam resistências no tratamento do caso. Aqui destacaremos a discussão sobre a transferência e das táticas que puderam ser utilizadas durante a intervenção.

5.3.1 O que pode o psicanalista frente ao (des)acolhimento institucional

Conforme apresentado no capítulo três, muito mudou nas instituições desde o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que promoveu o reordenamento dos abrigos, com a diminuição do número de crianças e adolescentes acolhidos, além de estabelecer diferentes critérios legais para a medida de acolhimento, sendo o principal deles, o que torna o acolhimento institucional uma medida "provisória e excepcional".

Inegavelmente, houveram importantes avanços legais que levaram a mudanças dos discursos e práticas dessas instituições. Da mesma forma, é possível debater que ainda existam "efeitos adversos" da medida de acolhimento institucional.

Em nossa prática, foi possível acompanhar algumas experiências de desacolhimento institucional por diferentes razões – cumprimento da maioridade, colocação em família substituta, retorno familiar – sendo que, lhes eram comuns a angústia apresentada pela criança ou adolescente no processo de desligamento da instituição.

Existem múltiplos significados, expectativas, ansiedades e medos que povoam o discurso dos acolhidos nesse período, além de provocar diversas inseguranças naqueles que não estão no processo de desacolhimento – o medo do afastamento de amigos que são feitos na instituição e o sentimento de ser "deixado para trás" – são as principais sensações relatadas pelas crianças e adolescentes enquanto assistem os processos de saída da instituição.

Destes casos, destacaremos dois que ocorreram simultaneamente, tratando-se de dois meninos, de nove e onze anos de idade na época, que estavam em processo de retorno familiar, no que é paradigmático do que pode se escutar da vivência deles do processo de desacolhimento institucional. Nossa hipótese é que esse processo toca em algo que se assemelha a destituição subjetiva, produzida pela queda do ideal e de um lugar que é produzido no processo de acolhimento e desacolhimento, ao mesmo tempo que o acolhimento *institui* algo subjetivamente, que se produz na relação com o Outro da instituição.

Nos casos em questão, as crianças já haviam recebido a liberação judicial para que pudessem passar os finais de semana na casa dos pais, o que geralmente é o último estágio para que se faça ou não o desacolhimento da criança. Conforme era observado, os pais visitavamnos todos os finais de semana e tinham boa convivência com as crianças durante as visitas e em passeios que eram realizados com a família. Nas entrevistas com as crianças, tanto pela equipe técnica do judiciário, quanto com a equipe do Serviço, eles demonstravam o interesse de retorno familiar e solicitavam que pudessem passar os finais de semana na casa dos pais.

Assim sendo, as crianças eram retiradas na instituição pelos pais e entregues ao término do final de semana.

Na iminência de sua primeira saída, Marcos passou a demonstrar diversas inseguranças, questionando que, se algo de "ruim" lhe acontecesse enquanto estava fora, como ele poderia avisar os profissionais do abrigo. Tinha medo de ter conflitos com a mãe, apesar de nunca os ter tido nos estágios anteriores de convivência com ela na instituição, além do medo que relatava em não ver mais alguns profissionais do abrigo.

Com isso, conversamos largamente com ele sobre a importância do início dessas visitas, resgatando a sua empolgação inicial e demos a ele o cartão do abrigo com todos os telefones dos profissionais da equipe técnica e garantimos fazer contato com ele durante o final de semana

que estivesse fora. Assim o feito, o primeiro final de semana decorreu com tranquilidade no retorno de Marcos para a instituição.

No mesmo período, Marcos havia iniciado a psicoterapia com um profissional externo ao abrigo, devido aos relatos de medos que sentia, principalmente na hora de dormir e pesadelos recorrentes que vez ou outra o faziam passar a noite em claro.

Após três finais de semana que Marcos trazia relatos positivos sobre a convivência na casa da mãe, ele retorna e diz que não iria mais para casa da mãe, e que preferia ficar no abrigo "até ser adotado".

Inicialmente, foi em vão perguntar-lhe o porquê. Apenas dizia que não voltaria mais a casa da mãe. Alguns dias depois, passou a dizer que a mãe "não sabia cuidar dele", que não era atenciosa, que gritava com ele as vezes e que não sentia confiança na relação com ela.

Lentamente, retomamos as conversas que foram feitas antes da liberação das saídas aos finais de semana, os diálogos com a mãe e que ela havia sido bem avaliada nas entrevistas que passou e na convivência com ele. Ademais, os finais de semana anteriores tinham relatos positivos, além da determinação do menino em ir morar com a mãe o quanto possível. Chamava a atenção a mudança súbita em seu comportamento e sua avaliação negativa do final de semana com a mãe.

Após conversa com Marcos, lhe dissemos que precisávamos informar sua mãe de sua decisão de não ir para casa naquele momento. Fizemos contato com ela, que demonstrou surpresa, disse que o final de semana havia sido tranquilo, sem nenhum conflito ou discussão que se lembrasse. Ela também se mostrava condoída com a decisão do filho; explicamos que para nós, também não era compreensível sua decisão naquele momento, mas que estávamos comprometidos em ouvi-lo e entender de forma mais ampla o que pudesse estar ocorrendo.

Dali em diante, Marcos se recusava a encontrar a mãe. Não queria que ela o visitasse, muito menos ir nos finais de semana para casa. Era difícil para a equipe transmitir isso para a mãe, ou mesmo ceder integralmente aos desejos da criança, uma vez que não havia nada até aquele momento que desabonasse a conduta da mãe em relação a convivência com o filho e quanto a possibilidade do desacolhimento.

Ao mesmo tempo, Marcos mudava seu comportamento na instituição, tornando-se irascível; só respondia aos berros os adultos da casa, brigava constantemente com outros acolhidos e entrava em embates constantes com a equipe, sempre "atacando" de forma mais dura aqueles que ele dizia "gostar mais".

Brigava com eles e dizia que nunca mais queria vê-los, apesar de também falar em ficar "para sempre" no abrigo. Seus medos e inseguranças, cada vez mais aparentes, o colocavam

em uma espiral de angústias que eram transmitidas de forma violenta para aqueles que dizia "amar mais".

Em um desses conflitos com profissionais da casa, Marcos entra num embate e diz que nunca mais ia falar comigo. Ele pode sustentar sua decisão três dias sem me dirigir a palavra, até que numa conversa com uma adolescente da casa, ele diz que gostaria de reatar a relação. Chamo-o para conversa e pergunto o porquê de sua decisão.

Marcos relata que estava com muito medo. Ele sempre tivera uma relação próxima a mim na instituição, dizendo que me amava e que tinha "medo de me perder", fazendo com que em diversas situações fosse preciso manejar essa demanda de grande investimento dele nessa relação, uma vez que outras crianças na instituição o nomeavam como um "predileto" dos profissionais da equipe técnica. Surpreendia sua decisão de "nunca mais falar comigo". Ele começa dizendo que tinha muito medo, pois, "as pessoas que eu amei me machucaram".

Sua fala é bastante surpreendente. Do seu acolhimento, sabíamos que ele havia sido deixado pela mãe aos cuidados de uma vizinha, para que ela pudesse trabalhar fora da cidade, ao que ela não retorna na data combinada e a criança é entregue ao Conselho Tutelar da região. Na época, Marcos dizia de um companheiro de sua mãe que o agredia fisicamente, mas sem detalhes sobre isso. Nessa ocasião ele retoma as agressões que lhe foram feitas por esse companheiro, cercadas por uma pergunta que ele elabora – "onde minha mãe estava, porque ela deixou isso acontecer comigo?"

O posicionamento de Marcos, as questões que trazia sobre seu passado, impunham diversas dificuldades ao trabalho naquele momento. Por um lado, a política de acolhimento institucional para criança e adolescente prevê que, finda as condições que colocam a criança ou adolescente em risco, é propício que se encerre o acolhimento institucional, estabelecendo um prazo máximo de dois anos para isso, de modo que, não havendo a possibilidade de reintegração familiar, deve-se encaminhar para família substituta.

Desse ponto de vista, o sofrimento da criança que se exprimia por esse questionamento que fazia sobre o passado, não parece condição suficiente para a manutenção do acolhimento. Paradoxalmente, a vulnerabilidade psíquica nos fazia querer recuar da decisão pela reintegração familiar.

Frente a essas dificuldades, precisávamos trazer a mãe de Marcos de volta a cena do que ocorria. Com a anuência do menino, retomamos atendimentos com sua mãe e colocamos as questões que eram trazidas por ele. O que era possível perceber é que, naquele caso, havia um regime de mutismo por parte dela sobre a violência perpetrada pelo ex-companheiro. Ela

parecia não compreender porque aquilo retornava para Marcos e qual era seu grau de implicação com a violência ocorrida.

Assim sendo, foi desenvolvido um trabalho com a criança e a mãe paralelamente, de escuta de suas histórias de vida, uma vez que, nem ele nem a mãe demonstravam o desejo de desistir da relação. Apontávamos para Marcos como as suas irrupções de violência e achaques com a equipe tinham a ver com a angústia que ele comunicava, e da importância de falar disso, enquanto com a mãe, buscávamos ouvir sua história de vida e a história de Marcos – desde sua gestação, até o nascimento e a ida para o abrigo, afim de compreender quais eram as expectativas e discursos atribuídos por ela a criança.

Nesse caso, mais do que tratar da intervenção que foi desenvolvida para retomar o desacolhimento institucional, o que foi crucial para que isso pudesse ou não prosseguir, era compreender como a saída da instituição o colocava frente a esse passado de violências que ainda não tinha relatado.

Paralelamente, outra criança naquele período passava pelo processo de reintegração familiar na mesma instituição, e muito rapidamente pudemos observar reações similares.

No caso de Gustavo, seu desacolhimento seria para o pai, uma vez que a mãe tinha paradeiro desconhecido na época, além de ter motivado seu acolhimento institucional. A criança possuía muitas cicatrizes da violência perpetrada pela mãe, que era o que narrava sua história muito mais do que ele mesmo, uma vez que era um menino mais ensimesmado do que Marcos e de menos dizer.

Os processos eram parecidos e as visitas de Gustavo para o pai começaram quase que simultaneamente as de Marcos para mãe. Tão logo, Gustavo passou a ter reações parecidas na instituição: ficou irascível e violento; passou a falar muitos palavrões³² e se recusava a dirigirse aos adultos na casa, acompanhados também de reações de medo e insegurança que até então não demonstrava, como medo de ficar sozinho no dormitório e pedir companhia de algum adulto para ir ao banheiro ou circular em espaços da casa que estivessem vazios.

Percebemos com isso que havia um equacionamento das reações violentas dos meninos com os medos que passavam a relatar na instituição.

Diferentemente, Gustavo trazia poucas informações sobre seus finais de semana. Chamava a atenção que ele voltava cada vez mais abatido das visitas ao pai. Em uma das visitas, no dia posterior ao seu retorno, não tinha desejo de sair do quarto, dizia querer passar o dia

-

³² Destacamos que nesse caso, chama atenção o uso de palavrões, pois é uma regra comum nas instituições a proibição deles – regra a qual Gustavo sempre foi obediente. Aqui, portanto, esse aparecimento tinha a ver com uma certa oposição as regras institucionais.

deitado e se recusava a fazer atividades na instituição. A equipe de educadores também relatava que Gustavo estava mais "chorão" – que chorava muito por qualquer desentendimento ou tentava trancar-se no quarto sozinho.

Em uma dessas ocasiões, intervimos diretamente com ele, perguntando sobre seus sentimentos e apontando que desde que ele havia começado a visitar o pai, percebíamos a mudança no seu comportamento e seu abatimento. Conseguimos demover sua reação apática ao que dizíamos, quando perguntamos se estava tudo bem para ele continuar visitando o pai, e que ele podia nos contar se algo o estivesse chateando ou incomodando durante as visitas – ao que ele apenas diz que não quer mais visitar o pai e que prefere ficar no abrigo.

Em uma reação similar à de Marcos, Gustavo dizia que não queria mais receber as visitas do pai. Com o tempo, conforme era possível escutá-lo, ele colocava questões sobre a violência sofrida que motivara o acolhimento. Queria saber o que garantia que o pai não lhe faria o mesmo ou a razão pela qual a mãe teria cometido violência contra ele. Aos poucos ele também trazia *outros* relatos sobre a mãe — em que ele brincava com ela, que ela lhe "ninava" ou lhe dava presentes. "Ela só me batia quando estava drogada", ele nos dizia, e paradoxalmente chegava a dizer que preferia ir morar com a mãe do que ter com o pai novamente.

Ele relatava que o pai era duro demais, as vezes gritava com ele sem que tivesse feito nada. Diferente de Marcos, não tivemos êxito no contato com o pai de Gustavo, que entendia isso como uma negativa do filho em relação a ele e um ato de "desamor e desvalorização do seu esforço para tirá-lo do abrigo".

As diferentes condições foram impondo diferentes destinos para as crianças em questão. Alguns meses depois, Marcos decidiu retomar as visitas aos finais de semana para mãe, após muitas conversas com ela e conseguir falar para ela sobre seus sentimentos, medos e expectativas. Ele parecia conseguir aceitar que a mãe não era "exatamente como ele imaginava", mas que estava disposto a "dar uma chance para ela", quando nos disse que queria ir embora "de vez" do abrigo.

Em contrapartida, o pai de Gustavo afastou-se da instituição e do filho, ficando muito tempo sem dar notícias. Sua família extensa que o visitava, dizia que ele estaria usando drogas novamente e estaria "envergonhado" de retornar ao abrigo. Também não conseguíamos contato com ele, o que impôs um recrudescimento no processo de Gustavo, adiando seu desacolhimento.

O que nos traz até aqui no desenvolvimento desse caso é justamente a similaridade dos processos e das reações das crianças frente ao desacolhimento institucional. Acredito que esse significante já é por si só problemático: *desacolher* institucionalmente. Algo que parece

implicar em *abrir mão* do que foi acolhido. Como se *desacolhe* alguém? Parece que caminha por aí nossa possibilidade de compreensão desses efeitos.

Nossa primeira hipótese de análise para esse caso tocava no tema do trauma, como se essa experiência pudesse reatualizar algo do traumático nessa experiência. Contudo, o desenvolvimento teórico desse trabalho nos levou a outra hipótese, que não se trata de um encerramento dessa compreensão, mas de um percurso diferente que foi possível construir. Acreditamos que haja outras possibilidades de desenvolvimento, mas apresentamos a que parece fazer sentido frente a escuta que foi realizada das crianças.

Chama atenção o significante da violência que apareceu em face ao do *desacolhimento institucional*. Esse significante aparecia na fala dos profissionais sobre as crianças, dizendo que eles estavam *mais violentos* desde que se iniciara o processo de visitação a casa dos pais.

Esse discurso, muitas vezes, buscava a resposta apressada de que, na casa dos pais ocorressem cenas de violência que faziam com que as crianças ficassem mais *violentas*. O que ocorre é que, as atuações, *acting out* ou passagens ao ato que ocorrem na instituição, tendem a perturbar a ordem institucional e a busca por respostas serve, muitas vezes, para calar a criança no aparecimento disso que é subjetivo. A escuta analítica nesse sentido, buscava ouvir através das crianças o que aquelas atuações³³ podiam significar.

O que era presente no discurso das crianças desde então, era o medo de deixar a instituição, medo de não ver mais os profissionais e o receio de *desaparecer*. Essa era o medo de Marcos, por exemplo, que as vésperas de sua saída da instituição, perguntava se já havia outra criança para "deitar em sua cama". Parecia bastante incompreensível a eles que, aquele onde fora o seu lar até aquele momento, precisava ser deixado para que outra criança pudesse ocupa-lo.

A tensão entre a psicanálise e o direito fica evidente nesse caso. A transitoriedade da medida de acolhimento nem sempre é compreensível ao sujeito. Também não parece uma saída simplesmente fazer com que a criança "fique no abrigo". Temos um engodo aqui difícil de sair, onde a escuta pode auxiliar a criança a engendrar esse processo e permitir que essa saída ocorra.

Minha segunda hipótese para abordar esse caso tentava ir para a via da iatrogenia, como um efeito incalculado do acolhimento institucional que colocava as crianças nessa posição. Contudo, a aplicação do termo iatrogênico parece mais próxima de um tratamento que carregou em seu bojo um efeito indesejado. O que parece estar em jogo é uma posição que é assumida pela criança e pelos trabalhadores que permite que exista a instituição de acolhimento. Parece

³³ Trataremos aqui de atuações, pois minha hipótese diagnóstica era que tratávamos de crianças neuróticas. Em uma psicose, nossa análise deveria se encaminhar em outro sentido.

menos um efeito incalculado e mais uma posição discursiva que se engendra a partir do acolhimento institucional.

Conforme demonstramos no item anterior, existe na instituição um discurso sobre a criança abandonada. Ele se materializa, muitas vezes, em práticas institucionais diversas. Sobretudo, esse discurso é que serve para que a criança possa estar no abrigo. Não é possível estar no abrigo sem o signo da violência, abandono, maus-tratos, negligência, entre tantos outros significantes presentes na lei e no cotidiano dos abrigos que justifica a manutenção de uma criança na instituição.

Soler (2002) em seu debate sobre a destituição subjetiva, nos aponta que não é apenas uma psicanálise que pode produzir destituição, mas que as instituições também o fazem. Segundo a autora, quando Lacan tratou de sua saída da SFP ele falava de ter sido negociado pelos psicanalistas³⁴, e que o assim sabendo – sabendo de sua posição de objeto da negociação, isso o destituía subjetivamente em relação a SFP. "Então, o Outro destituinte aqui não é o inconsciente do sujeito, é Outro institucional, digamos" (p. 25).

Prosseguindo esse debate, Soler (2002) aponta que há outras modalidades de destituição subjetiva, outras variantes que não ocorrem em uma análise, mas que levam a um encontro com o real, até em suas versões mais extremas como a figura do "mulçumano" nos campos de concentração, que eram pessoas que estavam tão radicalmente destituídas subjetivamente, que seu encontro com o real parecia irremediável. "A ideia de Agamben é de que essas pessoas eram testemunhas do é que uma destituição absoluta, uma destituição que vamos chamar de real, ou que se produz no real, se preferirem" (p. 28).

Ou seja, para autora, existem destituições que permanecem em um encontro com o simbólico e que colocam o desejo em marcha, enquanto outras promovem o encontro com o real, tal e qual que parece haver um aniquilamento, ou ainda, um desaparecimento do sujeito. Com isso, nossa hipótese era de que estava em jogo algum tipo de destituição subjetiva da criança no seu acolhimento, que se rearranjava na iminência do desacolhimento institucional.

As crianças que estão no abrigo não estão ali voluntariamente. Muito menos trata-se de algum tipo de tratamento ou instituição correcional, mas sim de uma instituição que tem em seu bojo a *proteção integral* da criança e do adolescente. Nesse caso, através do afastamento familiar que era, por diversas razões, o *lócus* de violência contra a criança.

Queremos destacar, portanto, o aspecto involuntário que leva a criança ao acolhimento institucional. Em muitos casos, as crianças e adolescentes passam todo o tempo da

³⁴ Conforme dissemos no capítulo quatro, a saída de Lacan da SFP era a condição imposta pela IPA para sua filiação.

institucionalização tentando se desvencilhar do abrigo, seja pela evasão ou por uma recusa a identificação com o ideal institucional. As razões pelas quais isso ocorre são muito diversas. Nesse caso, o que parece ocorrer era o contrário: uma identificação com o ideal institucional que passa pelo discurso que apontamos como discurso da criança abandonada. A perda desse ideal que pode levar a uma destituição subjetiva, conforme Soler (2002), aponta para a emergência de uma porção de real donde advém a angústia.

O que parece ter se ensejado no caso desses dois meninos era a possibilidade da perda de uma identificação ao discurso institucional, que o situavam em relação a *proteção integral*. Desacolher nesse sentido, podia significar destituir subjetivamente essa identificação, expondo-os novamente ao real da cena violenta, por exemplo, que nos dois casos era o que estava no bojo do acolhimento.

Não se trata aqui de afirmar que toda violência é generalizável como algo do real. Esse é outro debate. Nos interessa que nesse caso, a escuta das crianças apontava para isso. O ideal institucional servia como suporte a essa porção de real que não se inscrevia da cena violenta. As perguntas das crianças como "o que garante que ela/ele não vai me bater?" era uma tentativa de buscar no Outro institucional essa consistência que possa proteger o psiquismo dessa invasão. Isso coloca para nós um debate sobre o acolhimento e desacolhimento institucional.

Próximo ao dia de sua audiência³⁵, Marcos relatou que havia sonhado comigo. Sonhou que eu saía do abrigo para minha casa, tomava um tiro e morria. Pergunto sobre o sonho, quais foram seus sentimentos e ele diz que ficou com muito medo de me perder. Interpreto que seu sonho tinha a ver com a sua saída. Era ele quem sairia do abrigo para casa e eu, como alguém que representaria a instituição, era quem morria. Pela identificação, o que parecia era que ele quem morria nessa saída. Digo para ele o que o sonho me parecia, e que não era preciso "morrer" ao sair da instituição, mas que podíamos falar sobre isso – esse "resto" da instituição que não se queria deixar para trás, no que aparecem os amigos, os profissionais – as vivências durante o tempo de acolhimento.

A contradição do acolhimento, portanto, é que ele apresenta uma via de identificação a criança que, ainda que forçosamente tenha ido parar lá, pode se identificar ao ideal da proteção como suporte ao real da violência. Devemos lembrar que na psicanálise a verdade é sempre não-toda, o que quer dizer que o discurso da criança sobre a violência comporta seu material fantasístico também. O discurso do abrigo serve, em certa medida, para obturar o gozo que se extrai dessa montagem e do lugar situado na fantasia. Nessa esteira, se os pais passam a

_

³⁵ O desacolhimento institucional é decidido em audiência com Juíz da Vara da Infância e Juventude. Quando as audiências são marcadas, as crianças e adolescentes são comunicados pelos técnicos do serviço.

representar o contato com essa fantasia, o afeto da angústia aparece a as atuações tornam-se uma forma de lidar com ela.

Como poderíamos intervir, então, nesse caso de *desacolhimento*? Talvez haja um problema com esse significante que coloca em perspectiva não apenas uma perda, mas um desaparecimento da criança para esse Outro onde esteve capturada. O discurso de amor, não apenas por parte de profissionais, mas das crianças parece revelar isso – declara-se amor entre uns e outros e com isso, intenta-se garantir um lugar no desejo do Outro.

Esse é um dos pontos que é possível trabalhar com as equipes: a importância de declarar amor as crianças acolhidas, fazendo disso até mesmo um imperativo, como já ouvi, "para trabalhar aqui, é preciso amar as crianças". Ora, podemos amar uma causa, amar um trabalho, mas o que significa amar as crianças, ou ainda, cobrar delas o amor pelos profissionais que se dispõe a cuida-las durante seu acolhimento?

Essas perguntas parecem interessar, mais do que tentar apenas substituir o imperativo por outro – o de "não amar as crianças". Esse caso aponta para a necessidade de construir sobre isso no cotidiano dos abrigos.

Também não podemos pressupor que haverá um momento em que a entrada e saída de um abrigo será sem consequências para crianças e trabalhadores. Interessa ainda mais as possibilidades de manejo que decaem daí.

O ideal de proteção proposto pelo abrigo pode entrar em queda e dar lugar a outros ideais que incluam a saída da instituição. Como isso pode ocorrer sem cair em uma destituição subjetiva que aponta para o real e, no limite, para determinadas passagens ao ato, como evasões do abrigo nessa iminência?

No caso de Marcos, quando escutamos aquilo que trazia, lhe demos o cartão do abrigo com nosso telefone. Isso fez parte do manejo da angústia que se apresentava na possibilidade de ir para a casa da mãe. Ainda que depois disso apareça sua recusa em continuar o processo de saída, quando ele decide retomar, sua fala aponta para uma possibilidade: "vou dar uma chance a minha mãe". Não se trata, portanto, de simplesmente dizer *estou pronto, posso sair do abrigo*, mas de algo gradual em que é possível desconfiar da consistência do Outro institucional, como quem diz, "eu posso ser protegido aqui, mas será que não posso ser protegido também lá?" Tratava-se, portanto, de uma retomada pela via do desejo.

Do lado da instituição, é preciso poder manter essa disponibilidade nesse processo. Poder escutar a criança em seus dizeres e atuações, sem insistir em sua própria consistência. Conforme escutávamos a mãe de Marcos, ainda que ele não quisesse falar com ela, perguntava sobre ela quando a via transitando na instituição. Era oportunidade para dar notícias de que ela

queria vê-lo de novo, queria poder estar com ele. Muito menos poderíamos *garantir*, como ele pedia, que nenhuma outra violência ocorreria. Nem mesmo na instituição isso está garantido. O que era possível fazer era apontar que outras possibilidades se ensejavam na sua saída – entre elas, uma nova relação com a mãe.

No caso de Gustavo, o "sumiço" do pai paralisou esse processo, tirando do horizonte de possibilidade a saída da instituição. A dificuldade que se instalou do lado do pai, infelizmente, não pode ser escutada diante da impossibilidade de localizá-lo. Desde a minha saída da instituição, o pai permanecia ausente, segundo outros membros de sua família, estaria em situação de rua fazendo uso de substância.

O que esses casos nos apontaram, portanto, era que o *desacolhimento institucional*, enquanto processo – já que não ocorre de uma única vez, mas demandam audiências, entrevistas e aproximações sucessivas a família – colocavam em vista uma destituição subjetiva, ou ainda, uma *desidentificação* em relação ao discurso institucional e a posição que a criança ocupa em relação a esse ideal que os angustiava, fazendo aparecer diversas atuações, sonhos, enfim, manifestações do inconsciente que apontavam para uma porção de real que pode emergir nesse processo.

Muitas vezes, a dificuldade de manejo por parte da instituição frente a angústia da criança, ou ainda, algum tipo de passagem ao ato, como a evasão do serviço, impede a continuidade disso, fazendo com que recaía algum tipo de "culpa" aos profissionais ou as famílias.

O que percebemos aqui evidencia as dificuldades subjetivas desse processo, que nesse caso produziram um certo desarvoramento do sujeito frente a esse real da destituição, que precisa ser manejado a partir da escuta das crianças e de suas famílias. Por essa escuta é que podemos pensar estratégias para que essa queda do ideal não mantenha o sujeito em uma posição objetalizante frente a esse Outro. O desafio é como ensejar práticas institucionais e cotidianas que sejam capazes de colocar isso em vista.

Sabemos que a forma como o sujeito se posiciona frente ao Outro é sempre subjetiva. Não é possível garantir um processo de saída *asséptico*, sem falhas ou sem angústia. O que podemos propor aqui, finalmente, é algumas práticas que possam auxiliar nesse manejo.

O que percebemos durante esse trabalho, foi que as crianças desde o seu acolhimento tendem a ser *alienadas* de suas famílias. Por razões diversas, muitas vezes bastante moralizantes das famílias em sua relação com as crianças – quase sempre culpabilizando-as pelo sofrimento infantil – a instituição tende a afastar as crianças das famílias, dificultando a simbolização das razões pelas quais foram acolhidas. Não raro, ouvimos de diversos profissionais que as famílias

não prestam, são marginais ou que *não gostam de seus filhos*, o que vai produzindo uma captura por onde os profissionais terminam por olhar a criança – como uma criança abandonada que precisa de uma *família de verdade*.

Esse dado é corroborado pela pesquisa de Souza e Cunha (2011), citada no capítulo dois, quando tratam da *esperança na família*, que são as tentativas que as equipes dos abrigos fazem de reproduzir o modelo familiar no interior da instituição. Esses autores propõem que a intervenção do psicanalista na instituição pode ser uma saída para retificação dessas relações, propondo maior horizontalidade entre os profissionais e os acolhidos como uma saída a essa reprodução do familiar.

É importante dizer também que, esse empuxo a família pelas equipes do serviço está relacionado a precariedade da formação profissional dos educadores e também pode servir a eles como uma forma de "proteger-se" do real das histórias de vida das crianças e adolescentes acolhidos. Na impossibilidade de lidar com as dificuldades que se impõe pelo caso, muitas vezes escutamos a resposta de que, a criança precisa de "amor" ou ainda, que apenas o afeto seria capaz de dar conta daquilo que se apresenta como *insuportável* em suas histórias – principalmente, a violência contra a criança.

Com isso, sobram poucas alternativas as crianças que não sejam se identificar ao Outro institucional como condição para permanecer na instituição. Capturadas por esse olhar nas relações cotidianas nos abrigos, a saída dali torna-se um processo ainda mais doloroso e contraditório. Nesse sentido, a escuta do psicanalista deve se direcionar também aos profissionais, de modo a questionar esses ideais de família, de amor, carinho, entre outros, que parece recair sobre as crianças.

Aquilo que foi captado na escuta das crianças também pode ser metabolizado pelo psicanalista a equipe, numa tentativa de transmitir aquilo que é da subjetividade para a formação dos profissionais. Nesse caso, durante as reuniões de equipe, buscávamos destacar como as crianças vacilavam em sua decisão e o quanto não pareciam ter "desistido" da relação com os pais, mas que, após um longo período de acolhimento, os medos e angústias na saída eram esperados. Isso levou a um questionamento da equipe sobre o quanto devia se manter o acolhimento dos meninos, auxiliando nesse processo de escuta. Seria difícil, portanto, deslocalos desse imperativo sem um trabalho com a equipe profissional, que também pode responder a partir de outro lugar.

Em relação a família, é importante que os abrigos possam propor práticas que as incluam desde o início do acolhimento, como a participação da vida escolar das crianças, participação

em passeios ou atividades da instituição podem ser possíveis saídas para que o *desligamento* formal das crianças seja um processo lento e gradual, que se inicia desde a sua chegada.

5.3.2 Uma adolescente no entre-duas-mortes na instituição

Por vezes nas instituições de acolhimento, encontra-se dificuldades quanto a reconstrução dos casos e sobre as histórias de vida das crianças e adolescentes acolhidos. No caso de adolescentes, muitos deles passaram por reiteradas experiências de institucionalização em diferentes regiões da cidade, o que dificulta resgatar a história do acolhimento e mais ainda, a história que precede essa primeira experiência.

Encontramos dificuldades em precisar esses dados nos relatórios e no interior do processo judicial dos acolhidos, uma vez que, os relatórios tendem a dizer apenas de aspectos práticos do cotidiano como adaptação ou não a instituição de acolhimento, escolaridade, convivência com a equipe e os demais acolhidos, entre outros.

No caso de nossa adolescente, havia pouquíssimos dados sobre sua história de vida em seus documentos e relatórios precedentes, contendo apenas informações superficiais e a repetição em diferentes documentos sobre a sua inadaptação nas instituições de acolhimento, marcada por muitos conflitos com a equipe e com outros acolhidos e suas reiteradas fugas em diferentes instituições, segundo esses relatórios, com o propósito de "permanecer na rua para o uso de drogas".

Na primeira discussão de caso realizada com a equipe técnica do serviço, recebemos diversas reclamações que ratificavam o que conhecíamos desses documentos: tentativas de fuga da adolescente, diversas brigas e o relato de que ela "não aceitava ser contrariada", o que a levava ao que a equipe nomeava como "surto", onde a adolescente quebrava objetos pessoais, móveis do abrigo ou mesmo "partia para cima" de educadores que a tentassem conter. O final de seu surto era tentar fugir, o que produzia grande embaraço na instituição e a seguinte demanda para o psicólogo: fazê-la parar de "surtar" e de tentar fugir.

Chama atenção o significante da fuga, repetido entre toda a equipe. Parecia haver um constante "medo" de que ela fugisse, principalmente em ocasiões em que os membros da equipe técnica não estivessem presentes (psicólogo, assistente social ou o coordenador do serviço), remetendo a uma espécie de "fracasso" da equipe caso ela fugisse.

Podemos também supor o quanto esse significante está atrelado a uma concepção correcional dos serviços de acolhimento, que muitas vezes recaem sobre os adolescentes ditos *problemáticos*. Eles viram os "menores" da instituição que "tentam fugir", o que está na

contramão do disposto sobre o abrigo. Uma vez que eles não estão privados de liberdade, "fugir" é algo que destoa da própria lógica formal da instituição. Contudo, no cotidiano dos abrigos, é um significante recorrente.

Nossa primeira experiência com Laura, uma adolescente de 17 anos, foi levando-a ao CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e outras Drogas) onde fazia acompanhamento semanal devido ao seu histórico de uso de drogas. Subitamente fomos informados que precisávamos acompanha-la a esse centro por ausência de educadores que a pudessem leva-la. Antes da saída, a coordenadora avisa para tomar cuidado, pois supostamente ela tinha um companheiro que frequentava o mesmo Centro e ela não podia encontra-lo, pois aumentavam as chances de sua fuga para "usar drogas com ele".

Aviso Laura que iríamos juntos ao CAPS AD e conduzo-a até o carro do serviço. Ela sempre demonstrara empolgação em frequentar o Centro, pois relatava ter diversos amigos lá "da época da rua" que podia rever nesses encontros. Ela se mostra muito irrequieta e desconfiada no início desse contato.

Ainda que já tivéssemos nos encontrado no cotidiano da instituição, era a primeira vez que ficávamos sozinhos. Ela começa nossa conversa com diversas perguntas sobre minha vida pessoal – se tinha namorada, minha idade, onde era minha casa. No meio de algumas repostas simples, aproveito para perguntar sobre ela – "me conte sobre você, como você veio para esse abrigo".

Ela relata muito rapidamente que já havia passado por vários abrigos, e que veio "direto do hospital" para cá. Pergunto o que houve para que estivesse hospitalizada, ao que ela diz que havia tido uma filha, e emenda outra pergunta: "tio, quando eu vou ver minha filha?".

Esse primeiro relato de Laura é surpreendente, pois desde o início dos comentários sobre o caso, nenhum deles trazia a informação de que ela havia tido uma filha. Teriam "deixado passar" essa informação? Ao término de sua consulta no CAPS AD, retomei sua pasta e seu processo, ao que constava apenas um ato de internação anexado, mas nenhuma menção ao seu bebê.

Ao procurar a equipe técnica sobre o caso, foi possível observar um "constrangimento" em falar do assunto, evocando uma única resposta: a de que ela usava drogas e que não tinha condições de cuidar da filha, de modo que a instituição hospitalar acionara o Conselho Tutelar para a retirada do bebê de Laura e leva-lo para outro abrigo que nos era desconhecido.

Neste dia, no retorno do CAPS AD, Laura demonstra "agitação" na chegada a instituição: entra na cozinha fora do horário das refeições e começa a bater pratos e copos dizendo que está com fome, depois vai para sala de TV e tenta impedir as crianças de assistirem,

o que não demora para que a equipe nos solicite, perguntando o que fizemos no caminho que a deixou tão agitada, chegando a ser levantada a questão se ela estava "aproveitando o horário do CAPS AD para usar drogas".

Aqui percebo que fui mandado para acompanha-la, não por acaso, mas com o objetivo de vigiá-la, pois havia a desconfiança de que ela "usava drogas" dentro do Centro. Ouvindo a equipe do serviço, inferem que preferiam que eu fosse por "ser homem", e quem sabe uma presença mais "forte" pudesse coagi-la, pois se tinha "quase certeza" que ela estava usando drogas por lá.

As "quase certezas" sobre os casos povoam o imaginário das equipes de abrigo, que por desconhecer as histórias de vida dos acolhidos, parecem preencher as lacunas com os mais variados discursos que circundam as crianças e adolescentes: no caso de Laura, o que se sabia sobre sua vivência pregressa — situação de rua e abuso de droga — faziam crer que qualquer alteração de seu comportamento estava relacionada ao uso de substância ou o seu desejo de fugir. Essas hipóteses se multiplicavam entre os profissionais, ao passo que alguns acreditavam que "era melhor deixar fugir", pois ali "não tinha jeito mesmo", enquanto outros levantavam questões sobre o comportamento da adolescente.

Na ocasião, minha hipótese sobre sua mudança de comportamento estava relacionada ao contato com a lembrança da perda da filha que nunca mais viu. Trago esse dado, primeiro a equipe técnica, ao que sou recomendado fortemente que não deixasse que isso pulverizasse na casa. Acreditava-se que falar sobre isso a "fazia surtar" e querer fugir, e por isso, era melhor emudecer.

Para mim, parecia o contrário: esse emudecimento produzia efeitos em Laura da ordem de um não-dito que se exprimia em seu "surto".

Poucos dias depois pude observar seu primeiro "colapso", que começa quando uma educadora a tira da cama pela manhã, pois era uma regra da casa que todos deveriam estar acordados até as 9h. Até aquele momento, Laura não estava frequentando a escola e a única atividade que fazia era o CAPS AD. Começa uma discussão entre ela e o profissional da instituição, que a faz começar a gritar e arrancar uma porta de guarda-roupa "no soco", segundo relato da educadora.

Vou até o quarto e a observo gritar, chorar e puxar os cabelos. Laura intimidava as pessoas durante seu "surto", pois era uma adolescente grande e forte e sempre ameaçava bater nas pessoas a sua volta, ainda que nunca tivesse passado para esse ato.

Tento iniciar uma conversa com ela, peço que se acalme, pois eu não conseguia entender o que ela dizia enquanto gritava. Depois de vários minutos de tentativa, ela olha para mim. Convido-a para minha sala para que pudéssemos conversar com privacidade.

Pergunto o que ela estava sentindo naquele momento que a fez reagir de forma tão agressiva. Pontuo para ela que a agressividade era principalmente consigo, pois estava arrancando seus próprios cabelos, arranhando o rosto e gritando muito. Ela parecia exausta e mal conseguia falar, só levando a mão no peito e dizendo de uma dor ali: dói muito tio, não consigo parar, dói muito...

Começamos uma conversa sobre sua dor, ela diz que não sabe o que é. Primeiro diz de uma dor física que sente, "parece que eu vou morrer", ao que questiono sobre a relação dessa dor física com seu "surto" – como ela mesmo o nomeia. Proponho que nos momentos que eu estiver na instituição, posso ficar disponível para nossas conversas, mas para isso, precisávamos seguir alguns "combinados", como aderir algumas regras da casa.

Ela se dispõe a acordar no horário estipulado, desde que eu pudesse chama-la no leito. Aceito, desde que, quando ela sentir essa dor, que eu nomeio para ela como uma angústia, que ela me procure para conversarmos.

Para equipe, nosso combinado provocou um desagrado, pois entendiam que eu a estava gratificando por "surtar". Explico, sem obter grande êxito, que era preciso ouvir mais a história de Laura e que ausência da filha – o assunto mais proibido naquele momento – podia ter efeitos sobre ela.

Essa pontuação faz com que alguns educadores comecem a tentar ouvi-la. Passo a ter mais notícias do assunto de sua filha, a contragosto de alguns membros da equipe, o que provoca Laura a me procurar mais para perguntar sobre sua filha. Isso leva a crer que nossa transferência se estabelecia por esse lugar de poder que a adolescente me colocava — o de alguém que podia localizar sua filha, ou mesmo devolvê-la, devido a reiterada pergunta que me fazia: "tio, cadê minha filha?"

Com isso, era o momento em que podia ouvir mais de sua história. Esses momentos nunca eram fáceis, pois além de tentar escutá-la, precisava mediar a relação com a equipe, que se sentia acuada com os "surtos" da adolescente e com a iminência de um "fracasso" no trabalho com ela. Esse fracasso estava relacionado a dificuldade em fazê-la seguir as regras e conter seus desequilíbrios.

Junto a isso, começo o empreendimento de tentar encontrar o paradeiro de seu bebê. A única coisa que ela sabia era que se tratava de uma menina, mas infelizmente, não logramos êxito, principalmente porque não encontrava nenhum respaldo institucional para que pudesse

encontrar a criança. A instituição hospitalar não fornecia informações - a não ser com mandado judicial - eles esclareciam, enquanto o Serviço de Acolhimento achava que o melhor era deixar a bebê para ser adotada e que promover esse encontro poderia piorar o quadro de Laura.

Essas negativas das instituições iam produzindo um esgotamento sobre o caso, como se os esforços enveredados caíssem no mesmo lugar que Laura se encontrava: frente ao não-dito e ao emudecimento quanto sua história. A dificuldade de responder a demanda de Laura (encontrar a filha) a faziam calar e aumentavam os surtos, nos distanciando ainda mais de sua história.

Nesse interim, permaneço realizando atividades do cotidiano com ela: idas ao CAPS AD, acordando-a quando possível, propondo atividades coletivas na casa com os outros adolescentes, até chegarmos ao episódio mais emblemático dessa intervenção.

Em um dia típico, Laura acordou "dando trabalho" como se dizia: recusou-se a levantar, queria fazer as refeições fora do horário e dizia que não ia mais ao CAPS AD. Ela andava pela casa, ora gritando, ora murmurando que ia quebrar a casa toda e "fugir" em seguida. Há muito tempo o significante da fuga não aparecia. Começo perguntando a ela porque ela queria fugir e as respostas eram muito lineares como, não gosto dessa casa, quero ir embora, não quero ninguém mandando em mim. Exaustivamente, passei boa parte do dia subindo e descendo escadas atrás de Laura, mediando o afã da equipe com medo de sua fuga.

Nesse cenário, a equipe toda estava às voltas com ela que se mantinha aparentemente firme em seu projeto de fuga. Desisto de segui-la pela casa, abrindo mão da demanda que a equipe trazia de "contê-la" a qualquer custo. Pouco tempo depois começam gritos na casa – um membro da equipe se descontrola e começa a gritar com a adolescente, chamando-a de mimada e que ela estava fazendo isso para chamar atenção e que se ela quisesse, podia fugir que ninguém iria se importar com ela.

Diferente do que se supunha, Laura apenas chora copiosamente. Quando chego ao seu dormitório ela tem uma bolsa parcamente arrumada com alguns pertences e diz que vai pra rua "usar droga". Percebo que essa é a fala recorrente da equipe sobre ela e pontuo dizendo que eu não acreditava que era isso mesmo que ela queria, mas que ao mesmo tempo, era difícil responder diferente quando todos diziam que essa era a única forma possível para lidar com a dor.

Ela parece não me ouvir. Pega sua bolsa e dirige-se ao portão da instituição e começa gritar para que abram; eu vou até ela, enquanto grita e chora para que abram o portão. Até ali qualquer coisa que disséssemos não parecia produzir efeito. Quando consigo fazer com que ela me olhe, arrisco uma intervenção diferente: "você está gritando muito, como se pedisse ajuda

sobre a sua dor; apesar de eu estar aqui, você não percebe minha ajuda, mais eu me importo com seus gritos".

Sem dizer nada, ela me entrega sua bolsa e chora copiosamente. Pego-a pela mão e levo de volta ao seu dormitório, coloco a bolsa com seus pertences em seu armário e peço que uma educadora lhe ofereça assistência para que conversemos posteriormente sobre o ocorrido.

No outro dia, chamo Laura para uma conversa. Retomo meu questionamento sobre seus gritos, pontuando que me chama atenção que ela tanto grite como se pedisse ajuda, mas só podia ouvir seus gritos e não o que eles queriam dizer. "Porque não me conta o que seus gritos querem dizer?"

Somente aí posso ouvir em detalhes sua história antes da entrada no primeiro abrigo: Laura fora deixada em casa pela mãe com seus irmãos (que ela não conseguia dizer quantos eram) quando tinha dez anos de idade. Durante aproximadamente quatro dias ela diz ter esperado a mãe voltar para o "barraco" que moravam; ela cuidava dos irmãos menores esperando o retorno da mãe, que não voltava, ao que ela relata sentir "uma dor muito grande, eu achei que ia morrer ali", foi quando começou a chorar e gritar muito, até um vizinho aparecer e derrubar a porta da casa. A mãe teria deixado a casa trancada, saindo a noite enquanto os filhos dormiam.

Laura disse que isso era recorrente, mas ela sempre voltava. "Dessa vez ela não voltou, pegaram a gente e levaram para o abrigo". Na instituição, Laura perguntava sobre sua mãe e não obtinha resposta; ouvia pelos corredores que sua mãe "estava na rua usando droga" — foi quando teve sua primeira fuga. Pergunto se ela tinha expectativa de encontrar a mãe na rua, ao que ela assente com a cabeça.

Ela relata alguns dias depois, que chegou a seguir "rastros" da mãe, perguntando pelo seu nome nas cenas de uso de droga no entorno de seu bairro. As informações esparsas levavam a permanecer em determinados lugares por dias esperando encontrar a mãe. Foi assim que conheceu seu ex-companheiro, pai de sua filha. Ali teria vivido por dois anos com ele em diferentes locais de "fluxo", iniciando seu uso do crack.

O início de seu parto até o acolhimento naquele serviço lhe era lacunar. Ela conseguia relatar o local que estava, lembrava-se do companheiro. Quando pergunto sobre sua gestação ela conta dos planos que faziam: queriam arrumar um "barraco" perto de onde era a casa onde passou a infância e criar a filha. Dizia que amava muito seu companheiro e que ele cuidou muito bem dela na gestação. "Ele nem deixava eu usar droga, fumar, nada – queria ver nossa filha bem".

Nesse hiato deu-se nosso encontro. Sem o companheiro, a filha e sem encontrar a mãe, fugir dali era o mínimo que Laura podia fazer para sobreviver a tamanha dor. Sua angústia inominável só podia se comunicar nos gritos, nos choros, nas irrupções de violência. Após ouvir sua história, proponho para ela que fique na instituição. Numa tentativa de trazê-la pela primeira vez a cena de decisões sobre sua vida, pergunto se ela deseja permanecer no serviço de acolhimento – ela diz que sim, mas que gostaria de ver a sua irmã, que ela "ouviu dizer" que estava em outro abrigo da região.

Dali o trabalho socioeducativo foi se desenvolvendo junto com Laura: procuramos pelo abrigo que ela nomeou, seguimos algumas pistas e encontramos uma de suas irmãs. No encontro com ela, Laura parecia sonhar de novo: passear no *shopping* com a irmã, ver novela, falar dos namorados. Algo do equacionamento sobre Laura entre fuga – rua – drogas parecia se desfazer no encontro da equipe com um de seus familiares. Ela não falava mais em fugir, mas exigia ser escutada de outros pontos de vista, como mudar a cama de lugar, trocar de armário, comprar uma bolsa nova, poder discutir as regras da instituição...

Em nossas conversas ainda podia escutar seus questionamentos sobre o paradeiro da mãe, do companheiro, da filha. Mas eles não vinham mais sozinhos: falava-se de sonhos, de vontades, de planos sobre trabalho, dinheiro – uma vida depois do abrigo que ainda não parecia existir, presa entre os hiatos que marcaram a experiência de Laura.

O caso de Laura fora um dos mais difíceis e paradigmáticos durante o trabalho no acolhimento institucional, principalmente porque tensiona aquilo que fica como o "bem dos acolhidos" na instituição. Ali, considerava-se que o bem da adolescente era não saber de sua filha, era privá-la disso, em nome de um certo "bem comum", que era não a ver *surtar* como diziam.

Na retomada de Lacan (1959-1960/2008) sobre a tragédia de Antígona, ele nos lembra o que estava em jogo no bem comum: a lei de Creonte que a proibia de enterrar o irmão. Creonte encarna a dimensão superegóica mais autoritária, que a revés das *leis dos deuses*, institui a lei que pode trazer "a paz em Tebas". Contudo, é justamente sua lei do bem comum que coloca a cidade na esteira da tragédia.

Em nome do bem comum não se considera a transmissão de cada um. Aí reside parte do mal-estar em civilização e da contradição sobre os direitos, o bem e os bens. A partilha do bem comum é algo que dificulta a ética e muitas vezes precipita o sujeito a uma identificação com o próprio instinto de morte, segundo Lacan sobre Antígona. "Assim que Antígona se descreve como Níobe se petrificando, com o que ela se identifica? – senão com esse inanimado

no qual Freud nos ensina a reconhecer a forma na qual o instinto de morte se manifesta" (LACAN, 1959-1960/2008, p. 332).

Essa identificação ao instinto de morte é para o autor aquilo que situa Antígona no *entre-duas-mortes*. Algo que está entre morrer e viver – ser enterrada viva e ao mesmo tempo precisar buscar a morte dentro de sua própria morte. Essa é a identificação pura ao instinto de morte. É o que parece nos aproximar, alegoricamente, ao momento vivido por Laura.

Sua identificação com a rua, os significantes da fuga, da droga, situam ela nesse lugar de não-pertença a instituição e impossibilidade de submissão ao bem comum. O que a condenava, entretanto, era a impossibilidade de fazer um "luto" sobre a filha perdida – luto ainda que forçado pela filha deixada a contragosto.

Não existe, do ponto de vista legal, algo que a impedisse de viver com a filha na instituição de acolhimento. A leitura que se faz está baseada na moral do bem. Ouvi algumas vezes que essa escolha era "a melhor para Laura e também para sua filha". Isso a condenava, tal qual Antígona, a esse lugar situado em uma impossibilidade de simbolização, donde *resta* apenas a identificação com a pulsão de morte.

Tive dificuldades na época e ainda tenho para situar o diagnóstico estrutural de Laura. O efeito de nossas intervenções apontou muito mais para uma possível neurose do que uma psicose. O que deixava esse diagnóstico difuso era justamente suas passagens ao ato constantes na instituição, que se assemelhavam a surtos psicóticos. Contudo, podemos seguir na esteira dessa análise, com Lacan, que nos dirá que, frente o *entre-duas-mortes*, caberá ao homem a "fuga para as doenças impossíveis" (p. 325).

Aquilo que faz doença, no corpo ou em ato, assemelha-se muito mais a uma neurose. O efeito da intervenção também parecia colocar algo do desejo em marcha, o que pode apontar para uma divisão entre o sujeito e o Outro ao qual se esteve alienado, donde pode advir algum tipo de separação – aparente no pedido dela de participação nas decisões institucionais, de ver a irmã, passear, entre outros. Contudo, essa hipótese diagnóstica deu-se *a posteriori* e apenas apresentamos aqui como efeito colateral de nossa reflexão sobre o caso.

Laura situava-se aqui como o *herói da tragédia*, conforme Lacan (1959-1960/2008) — aquele que está preso em sua transmissão do destino/tragédia e que tem como única possibilidade a sua realização. Era o que ela parecia apontar com sua relação com a rua na tentativa de buscar a mãe, o ex-companheiro, os amigos. Aquilo que advinha do campo do Outro como significante a capturava nesse lugar da transmissão como lugar unívoco. O que esse *herói* faz dessa transmissão, passa pela constituição subjetiva: "o herói da tragédia participa

sempre do isolamento, e está sempre fora dos limites, sempre num voo, e por conseguinte, arrancado *por algum lado da estrutura*" (p. 320 – grifos nossos).

Assim sendo, ainda que não seja desmedido um certo debate sobre a estrutura nesse lugar, constituímos sobre isso apenas uma *nota colateral* a intervenção. Pensemos como nossa *heroína* situou-se no *entre-duas-mortes*.

Conforme dissemos no capítulo anterior, o analista esforça-se para não se submeter a lei de Creonte — a lei do bem comum, mas busca reconhecer aquilo que do brilho de Antígona se entrevê, que é o próprio sujeito do inconsciente. Busca situar-se em sua falta-a-ser, para que dai depreenda-se por efeito a falta-a-ser de quem está em tratamento.

A cena em que Laura se coloca no portão da instituição, decidida a ir embora, parece esse momento crucial, em que Antígona, decidida a cumprir seu destino, faz seu discurso final e adentra sua própria cova. A rua para Laura era o signo de cumprir seu destino familiar de uma mãe que "foge e fica nas ruas para usar droga". A intervenção do analista naquele momento pode ser aquilo que dimensiona a presença de um outro que não seja dominador e que oferece um giro sobre o que estava em jogo em ficar ou não no abrigo. *Você quer ficar?* – é a pergunta que fazemos, e é aquilo que parece demover Laura para a trilha do desejo.

A partir da transferência que se desenrolou durante os meses de convivência, em que estive disponível para ouvir o inaudível da "filha desaparecida" – assunto tabu na instituição – pude me situar em uma dimensão em que era possível desconfiar do pacto institucional. Do lugar em que ela pode ser ouvida, algo pode surgir. Tratava-se de uma aposta, donde também ela podia se mover na direção de cumprir sua tragédia/destino.

Reconhecer *o brilho de Laura* naquele instante, foi entrever esse "grito" que advinha do inconsciente e fez aparecer sua história. Agir conforme seu desejo a partir dali, foi situar nisso um ponto de basta por onde podia se seguir – apesar de – adiante.

Para Laura, ter uma família parecia muito importante. É o que ela dizia quando falava do companheiro, da filha, da mãe. Uma tentativa constante de reconstituição do seu lugar em uma família. Encontrar a sua irmã parece ter sido o ponto de negociação possível entre o coletivo e o seu desejo, sem que fosse preciso abrir mão dele, despontar para esse lugar em que ela pudesse se ressituar.

Sua irmã até aquele momento não aparecera em seu discurso, ou seja, parece que a irmã era do campo da "invenção" a partir de uma saída do seu entre-duas-mortes para uma posição em que os imperativos da lei de Creonte, do superego, materializados no esteja bem, "não surte", não quebre nada e sobretudo, não fale de sua filha puderam romper-se. *Agir conforme seu desejo* podia ser, a partir dali, situar-se no *entre-outras-coisas*, que não somente a morte.

5.3.3 Transformando atos em palavras

Nesse caso, apresentaremos como foi possível construir um espaço de escuta analítica a partir da queixa da equipe sobre uma criança de nove anos de idade e analisar a incidência dessa escuta sobre a criança e a equipe.

Lucas tem nove anos de idade, está acolhido há dois anos e integra um grupo de mais quatro irmãos. Ele é descrito pela equipe como um menino muito agitado, que tem dificuldades de escutar e seguir regras, que está sempre envolvido em brigas com outras crianças da casa, mas que é afetuoso com os adultos. Percebo um aumento das queixas sobre ele e sugiro que na reunião de educadores possamos discutir o caso de Lucas, ao que é assentido pela equipe.

No caso de Lucas, a equipe traz uma nova demanda, relacionada a sua sexualidade, que é nomeado como um aparecimento "exagerado" da sexualidade para uma criança de nove anos, como comportamentos de exibição par outros colegas da casa, uma suposta "compulsão" a masturbação infantil, tendo sido surpreendido por diferentes profissionais nu em seu quarto brincando com travesseiros ou mesmo na cama, ou ainda, em momentos que o menino tenha ficado sozinho no banho, a equipe também observa o comportamento se repetir.

Diversos educadores relatam tê-lo surpreendido andando nu pelo quarto em momentos que estava sozinho e também uma diversidade de termos que a criança teria usado, inferindo atos sexuais, ou ainda, referindo-se as adolescentes da casa como "gostosas", "safadas", entre outros.

Além disso, Lucas apresenta enurese e dificuldades na fala, tendo sido acompanhado anteriormente por profissional de fonoaudiologia.

As sugestões da equipe sobre o assunto são bastante heterogêneas: desde profissionais que apostam em uma psicopatologia, passível de tratamento psiquiátrico e medicamentoso, até quem acredite que ele tenha sido abusado sexualmente antes do acolhimento, ou que algo tenha ocorrido na escola que tenha despertado esses comportamentos. Após ouvir a equipe, proponhome a escutar melhor Lucas para depois sugerir uma intervenção possível com a criança.

Muito rapidamente foi possível observar os comportamentos relatados pela equipe em Lucas, principalmente as tentativas de andar nu pelo quarto ou de exibir o pênis para outras crianças da casa. Em uma das rodas de conversa que fazíamos na instituição, os meninos de sua idade reclamavam do seu comportamento, nomeando que as brincadeiras dele eram de "muita sacanagem". Apesar disso, ele parecia não ouvir as reclamações, muito menos as intervenções

dos adultos, que muitas vezes tinham um cunho moral ou de juízos de valor que não faziam dirimir esses comportamentos.

A primeira hipótese levantada junto a equipe técnica do serviço era de que ele poderia ter sido abusado sexualmente antes do acolhimento, o que era corroborado pelo relato de sua irmã, de sete anos de idade, que certa vez é surpreendida em comportamentos parecidos com os de Lucas de masturbação e exibição. Ao ser questionada pelo educador sobre "onde teria aprendido fazer isso", ela diz que em sua casa antes de serem acolhidos, Lucas trazia filmes de mulher pelada e fazia isso com ela.

Quando os episódios de exibição ocorriam, geralmente os educadores demandavam para que eu pudesse conversar com Lucas. Tentei a partir disso, criar um registro com ele de que poderíamos conversar sobre o assunto que ele quisesse, inclusive esse que estava relacionado a sua sexualidade – que era o tema que menos lhe parecia interessar em falar, mas que também, poderíamos falar em outras ocasiões que não só essa em que essas cenas ocorriam.

Certo dia Lucas entra em minha sala e me convida a jogar bola com ele. Enquanto chutávamos de um lado para o outro resolvi perguntar sobre sua casa: "como era sua casa antes de você vir para o abrigo?" – ele apenas diz "é segredo, não posso contar". Entendo o seu convite a jogar bola como um primeiro sinal da transferência que se estabelecia e como um convite a "ouvi-lo", fosse lá o que ele quisesse dizer.

Assim sendo, continuei tentando explorar outras tentativas de escuta da história de Lucas. A partir de sua fala e os relatos da irmã, parecia reforçar-se a tese de um suposto abuso sexual das crianças, mas que ao invés de propiciar a escuta, fazia com que a relação com a criança fosse mediada apenas por essa possibilidade de significação: a de que teriam sido abusados e de que seria necessário reencontrar a "verdade" sobre o caso.

A partir disso, encaminhamos o grupo de irmãos a um serviço especializado para o acompanhamento de crianças em suspeita de abuso ou violência sexual. Lentamente, era possível perceber uma diminuição dos comportamentos que eram apontados pela equipe na casa.

Certo dia Lucas irrompe na sala da equipe técnica e pede para falar comigo. Me conduz pela mão até seu quarto e diz "tio, me ajuda eu não consigo parar de pensar nessas coisas. E quando eu penso eu quero fazer". Quando pergunto que coisas, ele fala que está sempre pensando em "mulher pelada" e diz que, "eu não consigo controlar, o pensamento vem na minha cabeça".

Peço que ele fale mais sobre isso e quais eram os sentimentos que tinha a esse respeito. Percebo que existe uma grande angústia que circula a sexualidade para o menino, através de sua fala pedindo "ajuda" para que não pense mais nisso. Naquela situação, considerei importante evidenciar para ele como houve uma mudança de posição sobre o que ele fazia: ao invés de simplesmente repetir o comportamento que lhe parecia angustiar, ele resolveu conversar com alguém sobre isso. "Você está conseguindo colocar em palavras, o que antes eram só os seus atos – percebe como você mesmo pode se ajudar com isso que me pede ajuda?"

Interpreto essa fala de Lucas como uma novidade sobre o caso – o aparecimento da capacidade de simbolização pela criança desses conteúdos que pareciam lhe impor os atos sexuais e masturbatórios. Ao mesmo tempo, promovo pontualmente conversas com a equipe sobre o assunto, uma vez que, a demonstração da sexualidade infantil, produzia bastante desconforto na instituição.

Procuro orientar a equipe sobre essas manifestações, inclusive sobre a "normalidade" delas. Com isso, diferentes educadores começam a pesquisar sobre o assunto, ao que produzimos também uma mudança frente ao comportamento de Lucas, passando das tentativas de repreensão disso para a necessidade de orientação da criança sobre si, sobre seu corpo, as possibilidades e os limites que se impõe sobre a sua sexualidade.

Realizamos também reuniões com os profissionais do Serviço de Proteção em que Lucas era acompanhado. A psicóloga do Serviço relatava que lá ele não tinha essas demonstrações da sexualidade que a instituição de acolhimento relatava; que era um menino bastante engajado nas atividades propostas pelo serviço e de boa convivência com as outras crianças e com os irmãos. Em conversa com a escola que Lucas frequentava, os profissionais também não observavam nenhum dos comportamentos que eram relatados pelo abrigo.

Ao mesmo tempo, enquanto prosseguíamos essas orientações no trabalho com a equipe, percebo um novo incremento nos comportamentos de Lucas que os profissionais apontavam como problemático e com isso, novas queixas sobre o menino. Era preciso redefinir a *tática* na intervenção, uma vez que havia algo da instituição de acolhimento que incidia sobre Lucas, produzindo a angústia que levava a essas demonstrações de sua sexualidade.

Até aquele momento, muitas das nossas intervenções, como o encaminhamento para o Serviço de Proteção, as orientações sobre a sexualidade infantil "normal" e "anormal" apontavam para a hipótese de que Lucas teria sofrido algum tipo de abuso sexual. Isso produzia significações específicas que atravessavam a demanda da criança e da instituição na escuta e no manejo cotidiano com ele.

Certo dia Lucas retorna a minha sala, senta na cadeira de outro profissional e fica me observando atentamente por alguns minutos. Cumprimento-o e ele não responde, enquanto continua me observando de modo esguio. "Você não quer falar comigo?" Eu pergunto. Ele diz

que não. "E porque você não quer falar comigo?" – "Porque estou com raiva de você", ele me responde.

Entendo isso como notícias da transferência naquele contexto. Pergunto porque ele estava como raiva de mim, ele continua me olhando e dá de ombros. Alguns instantes depois ele se levanta, me abraça e diz "não estou com raiva de você. Podemos fazer alguma coisa juntos?"

Lucas tinha grande paixão por quebra-cabeças, jogos de tabuleiro e de desafios. Proponho que pudéssemos jogar esses jogos juntos, pelo menos uma vez por semana na instituição – e que tudo bem se ele ficasse com raiva de mim as vezes, que eu considerava importante que ele me dissesse sobre esses sentimentos.

A partir disso – as falas de Lucas que versavam sobre a transferência – pude reconsiderar a intervenção que vínhamos fazendo. Sob uma nova hipótese, a de que, a insistência nos assuntos sobre a sexualidade servia muito mais na manutenção do sintoma de Lucas do que podiam ajuda-lo sobre essa angústia. Se ele havia ou não sido abusado sexualmente, ensejar essa possiblidade no olhar sobre ele era fruto de um mal-estar. *Lucas parecia fazer um sintoma que estava ligado ao discurso institucional sobre ele*.

Propus que fizéssemos outras atividades com o menino. Em nossos encontros, deixava livre para que ele falasse o que quisesse – da escola, das diversas namoradas que tinha lá, dos amigos, do seu desejo de voltar para casa. Falava sobre seus heróis da TV e sua paixão por carros e robôs. Nesse interim, apareciam questões sobre o acolhimento institucional - o medo de perder os amigos que tinha feito lá, as dúvidas sobre o processo judicial e as audiências, a razão pela qual ele os irmãos haviam sido acolhidos.

Na medida que foi possível garantir um espaço de fala em que ele pudesse "transformar os atos em palavras", suas questões sobre a sexualidade e os comportamentos sexuais que demonstravam iam desaparecendo. Diametralmente, isso produzia efeitos na equipe, que abandonavam a hipótese do abuso sexual e ouviam outras questões sobre Lucas: notícias sobre seus heróis, suas namoradas, dúvidas sobre a sua família. A partir da sua "raiva" por mim, foi possível refletir acerca do direcionamento do caso e produzir um giro no saber da instituição sobre a criança, com efeitos em Lucas que trouxeram à tona uma nova dimensão sobre ele que não estava atravessada pela queixa da equipe.

Conforme discutido no item anterior, pudemos delimitar um discurso que inventa uma ficção sobre a criança por onde podemos ser capturados. Não apenas a criança, mas também os profissionais que trabalham no serviço. Esse caso parece tensionar esse discurso entre a verdade

da instituição sobre a criança e a verdade do sujeito, que aparece sempre não-toda, marcada pela divisão subjetiva que se operou muito antes da institucionalização.

A primeira reação no caso de Lucas era de delimitarmos a questão do abuso sexual. Há uma imposição legal a que estamos submetidos, conforme o ECA, de que qualquer suspeita de abuso sexual deve ser avaliada por profissionais competentes e encaminhada ao juízo para que se considere a abertura ou não de inquérito policial. O efeito disso é que ficamos capturados sobre a verdade do direito, que sem sobrepujar uma coisa a outra, corremos o risco de toma-la como a única possibilidade de verdade.

Enquanto nossa preocupação estava centralizada somente na questão do abuso sexual, numa tentativa de saber se ele ocorreu ou não, isso que pude identificar posteriormente como um sintoma da criança se acentuava; sua fala quando me chama para uma conversa no seu quarto, aponta para um sofrimento, uma captura do Outro em que "eu não consigo parar de fazer isso" — a função *sintomal*, em que o indivíduo se *sente mal*, sente que algo não vai bem, ensejava essas manifestações de Lucas.

Essa tensão na instituição evidencia-se muitas vezes em nossas práticas, em que, a norma jurídica incide sobre nós e devemos responde-la imperiosamente. Isso é parte do nosso trabalho. A delicadeza está na medida em que, passado essa urgência, poder avaliar seus efeitos e principalmente, escutar o sujeito que fica como objeto dessa intervenção.

Nesse caso, a escuta de Lucas é que pode apontar o giro que foi feito em relação ao menino. Não cabe a nós decidir se houve ou não um abuso sexual, mas responder aos imperativos da lei, do qual não podemos nos eximir. O cuidado é para que, após essa resposta, o que faremos dos efeitos que ela produz. Caberá, portanto, a autoridade jurídica deliberar sobre um processo judicial ou não em relação a essa suspeita.

O que se percebe é que as vezes incorremos, nós como profissionais da instituição, a tentação de proceder esse julgamento. O principal efeito disso é colocar a criança como objeto desse discurso e obturar o sujeito. A escuta psicanalítica nesse caso, a partir do manejo da transferência, nos fez perceber esse efeito e escutar a criança a partir de outra dimensão.

Nesse sentido é que pudemos perceber como o discurso institucional era partícipe da formação de sintomas na criança. O caso em questão demonstrou como o discurso sobre a criança na instituição contribui de alguma forma para o seu sintoma, constituindo um Outro da transmissão. Como se a instituição entrasse nessa esteira, de uma frase que foi iniciada na família e continua no processo institucional.

Considerando a discussão da nota sobre a criança, podemos supor que Lucas fazia um *sintoma* do discurso institucional sobre o que é uma criança violentada ou abusada. Esse era o

discurso sobre ele. Seu sintoma deixava exposto a falibilidade desse discurso no que tenta dar conta do que é a criança. Como se tratar disso, fosse tratar a criança como um todo. Isso se revela quando era interpelado na questão sexual, e no chamado que tinha para responder a isso, deixei que a palavra permanecesse aberta: "fale sobre o que quiser, inclusive sobre isso". Não era disso que ele queria falar, e as coisas se abriam para outras vivências do menino.

A dificuldade aqui é de situar o instante em que isso ocorre. O que parece é que esse discurso se materializa nas práticas institucionais e essa captura ocorre em relações um a um. Pode ter se ensejado sobre mim, por exemplo, quando a transferência do menino revela essa "raiva" aparentemente sem razão. Podemos supor que essa "raiva" apontava para sua insatisfação na posição de objeto dessa intervenção. Algo em nossa relação um a um pode ter revelado isso a ele a partir de algum objeto pulsional — o olhar do analista ou sua voz. É uma suposição que nos auxilia a compreender como isso pode se dar, contudo, permanecemos com questões sobre esse mecanismo no ambiente institucional.

Importante destacar, é que não respondamos a partir desse lugar, mas que possamos questionar aquilo que aparece na transferência. Uma resposta moralizante, pela via da repreensão, por exemplo, pode produzir ainda mais emudecimento da criança, mais dificuldades de elaboração e por consequência, suas manifestações sintomáticas poderiam permanecer, terminando por ratificar a posição em que foi colocado. Cabe a nós, como analistas na instituição, poder discutir isso com a equipe, que também fica capturada pelo olhar que tem sobre a criança. Por isso destacamos nesse caso as intervenções com a equipe, que permanecia bastante mobilizada por esse aparecimento no ambiente institucional.

Nos interessa, portanto, nesse fragmento clínico que destacamos que o analista na instituição não está livre dessas capturas discursivas apenas por estar mobilizado pela psicanálise. O dia-a-dia institucional pode nos capturar na imobilidade da equipe frente a dificuldade de um caso, nos levando a responder, a partir do lugar de *técnico*, com respostas apressadas que visam encerrar a dificuldade que se apresenta. A construção do caso e a escuta psicanalítica na instituição torna-se um constante exercício, que atravessa nossa formação como analistas, que é o que possibilita um afastamento do caso, um olhar de longe donde podemos compreender melhor os efeitos de nossa própria intervenção.

Não está em jogo que possamos ser psicanalistas *fulltime*, prontos para toda e qualquer interpretação, distribuindo a *peste* na instituição de forma incendiária. Isso incorre em nos colocarmos em uma posição excessivamente crítica que pode impedir o trabalho. O que percebemos aqui é que o psicanalista na instituição tem a ver muito mais com uma posição donde nos movemos, buscando também nos *desidentificar* do lugar de técnico no caso a caso,

onde apesar dos imperativos que somos obrigados a responder (o jurídico, por exemplo), a escuta psicanalítica ainda pode se manifestar e produzir efeitos como os que pudemos relatar aqui.

Cabe a nós, finalmente, sermos capazes de transmitir esse saber que se constrói sobre o sujeito para equipe. Isso é também parte de um esforço que é formativo do psicanalista na instituição. A partir dessa transmissão que pudemos estabelecer em reuniões de equipe, ou mesmo em conversas que parecem "despretensiosas" com os profissionais, é que se tornou possível produzir alguns *furos* no discurso institucional donde o sujeito pode advir.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos as considerações finais, onde retomaremos o percurso dessa pesquisa a partir das questões que a mobilizaram e onde pudemos chegar em nossa investigação. O que de antemão podemos afirmar, é que, não se sai da pesquisa como entrou, não somente pela abertura de novas questões, mas por um novo olhar que se lança sobre o cotidiano institucional a partir da escrita dessa dissertação.

O objetivo desse trabalho foi o de investigar o trabalho do psicanalista no serviço de acolhimento para crianças e adolescentes, propondo uma conceitualização dessa prática através da tática, estratégia e política na obra de Jacques Lacan, fundamentalmente, através da direção do tratamento e da ética da psicanálise.

A primeira questão que se coloca no horizonte dessa pesquisa, antes mesmo do seu início, era sobre como era possível realizar a escuta psicanalítica nos serviços de acolhimento, diante de um cotidiano aparentemente caótico e que tinha por efeito, excluir o trabalho com a escuta das histórias de vida das crianças. Chamava atenção desde o início sobre o quanto as crianças e adolescentes não pareciam "juntar as pontas do fio" entre a vida pregressa e o acolhimento institucional, como se o acolhimento fosse uma *epifania*, em que se abandona a vida pregressa. Questionava-se o porquê isso acontecia no cotidiano institucional e quais eram os efeitos de realizar uma escuta psicanalítica ali, não somente para as crianças e adolescentes, mas para a instituição como um todo.

Dessa questão, portanto, nos propomos a essa investigação. Foi preciso fazer um giro sobre esse saber que construímos no cotidiano institucional para não apenas reconhecer a possibilidade de escuta psicanalítica ali, mas de se encontrar com uma radicalidade da clínica proposta por Lacan, que faz possível nos contextos mais adversos, uma vez observada a ética do psicanalista.

Isto posto, procuramos recensear as principais pesquisas que tratavam do trabalho do psicanalista em instituições em busca das especificidades, questões e dificuldades encontradas por eles nos cotidianos institucionais. Encontramos uma gama muito maior de trabalhos que tratam sobre o psicanalista na saúde mental, seguidos de psicanalistas na educação e depois, instituições socioassistenciais.

Os trabalhos que encontramos na saúde mental parecem conter um certo avanço em relação a outros trabalhos que ainda se encontram em campo bastante exploratório em outras instituições. Talvez isso se dê justamente por haverem mais pesquisas nesse campo que permitiram maiores avanços sobre o trabalho do psicanalista ali. O que percebemos é que, na

saúde mental, já não se questiona tanto o quanto o psicanalista *pode* trabalhar ali, mas sim, como ele trabalha. Os operadores clínicos da psicanálise como diagnóstico estrutural, fantasia, sintoma, entre outros, também estão mais presentes nesses trabalhos do que os que foram consultados sobre a atuação em outras instituições.

Ainda que uma de nossas conclusões tenha sido sobre a radicalidade da clínica psicanalítica, onde quer que o psicanalista esteja inserido, nos desvencilhamos de certos modelos que visam reproduzir o paradigma do consultório dentro das instituições. Compreendemos que isso seria recorrer ao *standard* da psicanálise que fora rejeitado por Lacan. No interior da orientação freudolacaniana, o que podemos extrair essencialmente nessa direção de tratamento, é que não é o *setting* tradicional que propicia a escuta e sim, a presença do analista. Onde houver um analista, ali está posta a possibilidade de a escuta ocorrer.

O que se percebeu sobre as pesquisas consultadas sobre o trabalho do psicanalista em instituições, é que existe uma tensão entre instituição e psicanálise, que se fez presente em quase todas as intervenções.

Em nosso trabalho essa tensão era presente desde o início. As primeiras tentativas de escuta na instituição eram sempre questionadas, ou mesmo, suspensas pela coordenação do serviço ou pela ONG que administrava o serviço, geralmente sobre a justificativa de não ver "sentido" naquele tipo de intervenção. Esse "sentido" está atrelado ao significado puramente *técnico* que se atribui ao trabalho, de modo que, se aquilo não está relacionado as normas do serviço ou da política pública, simplesmente não há razão para que isso ocorra no cotidiano institucional.

O que possibilitou as intervenções que foram relatadas, fundamentalmente, foi realizar um manejo com a equipe do serviço, para que lentamente pudessem compreender que função a escuta poderia ter e mais, como isso poderia contribuir no cotidiano do serviço. O que percebemos é que o incômodo provocado pela escuta analítica era o quanto ela expunha o nãosaber, ou ainda, a falta da instituição — o furo do seu discurso. O que não era possível era deixar aquilo exposto, como uma ferida aberta. Somente na discussão com a equipe, convidando-os a construção de saber sobre o caso que as intervenções puderam se desenrolar.

Nas pesquisas consultadas, as intervenções com a equipe só foram relatadas também em instituições de saúde mental e na pesquisa de Bartolomeu (2017) na assistência social. Não é frequente que o analista se volte para as questões da equipe e perceba como precisa incluí-la em seu manejo. Não raro, algumas pesquisas terminam por localizar essa dificuldade na instituição, demarcando nela uma resistência ou impossibilidade da escuta psicanalítica. Essa era uma grande angústia para mim desde o início do trabalho institucional: que ali fosse um

lugar totalmente inóspito a psicanálise. Somente o progresso do estudo teórico, a flexibilidade nas intervenções e a reconsideração sobre o manejo das transferências na equipe é que tornaram possíveis as intervenções e a inserção do psicanalista, conforme apresentamos aqui.

Outro incômodo que aparecia no cotidiano institucional era uma certa contradição entre o discurso da garantia de direitos e as práticas cotidianas no serviço, que remetiam muitas vezes a fazeres "ultrapassados" que advinham dos antigos *orfanatos* ou dos corredores da FEBEM. A pesquisa de Sônia Altoé (1990/2008) nesse sentido, é um dos primeiros textos que nos auxiliou a pensar como essa contradição se dava. Em seguida, o texto de Guedes (2013) também abre um importante debate quando trata da *aglutinação* no cotidiano institucional de diferentes modelos de cuidado e atenção a infância.

Chamava atenção os significantes da menoridade e da disfuncionalidade familiar que levavam a criança ou adolescente ao abrigo. Muitas vezes havia uma certa culpabilização da criança pela condição de abrigamento, ou mesmo uma fatalidade do discurso, como se aquele fosse *o* destino possível as crianças pobres e periféricas.

Daí a necessidade de formalizar a instituição de acolhimento em seus discursos e práticas através de uma pesquisa histórica, conforme demonstramos no capítulo três. O que foi possível perceber é que o Brasil possui uma *tradição* de institucionalização de crianças e adolescentes desde a sua colonização, e que isso sempre esteve atrelado a condições materiais e sociais daqueles que eram abrigados, desde os orfanatos.

A compreensão histórica foucaultiana é que nos auxiliou a compreender como esses discursos se aglutinam no contexto institucional, uma vez que, a história simplesmente não se sobrepõe na medida que o direito avança, mas ao contrário, esses diferentes discursos se digladiam, interpõe e interagem no cotidiano institucional. Desse movimento discursivo é que pode se revelar a materialidade da instituição de acolhimento que permanece amparada fundamentalmente pelos discursos caritativo-filantrópico, da menoridade e da garantia de direitos. O que nos interessou, sobretudo, é como esses discursos são capazes de capturar o sujeito, sejam as crianças e adolescentes acolhidos, sejam os profissionais do abrigo – desde os educadores, até mesmo nós como psicanalistas inseridos nesses serviços.

O encontro com Foucault nesse trabalho se deu, fundamentalmente, pela tentativa de compreender a trilha percorrida por Lacan quando lança mão do vocabulário de guerra para tratar da clínica. O ponto de interlocução que encontramos é que nesse momento os dois autores estão ocupados de uma analítica do poder, cada um a seu modo. Nesse sentido, a genealogia foucaultiana nos auxiliou na compreensão dos discursos institucionais como mecanismos de poder que se engendram ao sujeito que nos propomos escutar.

Contudo, é preciso reconhecer que essa articulação é inicial, e também desponta para novas pesquisas que podem se desenrolar a partir disso.

A compreensão histórica, portanto, serviu para formalizar o discurso que nomeamos como "discurso de criança abandonada", apresentado no capítulo cinco, junto aos resultados clínicos de nosso trabalho, uma vez que compreendemos que essa questão fora crucial para nossa intervenção. Apresentada como uma questão preliminar, consideramos como algo a ser levado em conta ao analista nessa instituição.

Essa elaboração responde a questão que nos colocamos desde o capítulo dois, sobre as especificidades que o analista precisa levar em conta quando está inserido na *polis*, nas instituições ou coletividades – que são as especificidades daquela modalidade de laço social. Percebemos que algumas pesquisas tendem a tratar a atuação do psicanalista como algo inócuo ao social em que está inserido.

Ao mesmo tempo, colocou-se para nós a problemática de que, o sujeito do inconsciente não possui predicação. Uma vez que o psicanalista trata da escuta do inconsciente, seria inadequado supor que hajam diferentes sujeitos em diferentes modalidades de laço social. O que foi possível elaborar até aqui é que, o analista adverte-se desses discursos na medida que eles servem como suporte a determinadas formações inconscientes, como a captura fantasística da criança proposta por Lacan (1969/2003) a partir da nota sobre a criança e extrai daí consequências clínicas que estão na contramão da predicação do sujeito do inconsciente.

Ao contrário, quando o analista se adverte do laço social, isso produz uma expertise em relação as capturas fantasmáticas ou identificatórias as quais o sujeito pode se submeter ali. Daí parece interessar o estudo da história dos discursos pelos psicanalistas – na medida que eles são capazes de enredar o sujeito. Advertir-se é estar "um passo adiante" para compreensão das formações inconscientes que advém ali, que são as mesmas formações que aparecem em outros contextos sociais.

Nossa elaboração do "discurso da criança abandonada" deve servir como advertência ao analista inserido no contexto do abrigo institucional, como uma captura possível da criança, seja pelo seu gozo como objeto da fantasia, seja pela formação de sintomas através da *verdade* institucional. O que nossa pesquisa demonstrou até aqui, entretanto, é que essa captura se dá no um-a-um do cotidiano institucional, não sendo possível afirmar que haja uma "cena fantasmática da instituição".

Apesar disso, permanece como questão para nós como os discursos sociais são partícipes na formação de sintomas ou mesmo, na montagem da cena fantasmática de crianças institucionalizadas ou de profissionais da instituição. O que foi possível perceber é que há uma

espécie de "empuxo" a esse discurso que pudemos isolar. Contudo, essa questão permanece em aberto para futuras pesquisas.

Também o tema da predicação do sujeito do inconsciente permanece em aberto para futuras pesquisas, uma vez que permaneceu colateral ao desenvolvimento desse texto. O que percebemos é que não raro, autores que tratam da relação da psicanálise e o social recaem em uma certa caracterização do sujeito do inconsciente que pode confundir sua compreensão, uma vez que, conforme Lacan (1964/2008), o sujeito do inconsciente é aquilo que aparece na relação entre dois significantes. Trata-se de um sujeito evanescente, que o analista capta em sua escuta. Seria difícil supor que esse sujeito possa ter uma qualidade — como outras teorias do sujeito presentes na filosofia, sociologia, economia, entre outros. Essa questão permanece em aberto, uma vez que, somente o debruçamento rigoroso sobre essas pesquisas a luz da teoria lacaniana é que poderiam desdobrar em resultados consistentes, o que exigiria a realização de uma nova pesquisa.

Durante os anos de pesquisa teórica, antes mesmo do desenvolvimento desse trabalho, na tentativa de encontrar metodologias ou referenciais que pudessem nos dar indicações sobre a intervenção psicanalítica nesses contextos, nos deparamos frequentemente com textos que recaiam a predicação do sujeito do inconsciente ou mesmo da clínica psicanalítica, como se houvesse uma "outra clínica" que precisa ser desenvolvida em contextos sociais precários, por exemplo. Isso recaiu em uma certa dicotomia entre as pesquisas lidas e as intervenções realizadas no cotidiano dos abrigos, uma vez que, o que nos deparávamos cada vez mais, era com esse elemento da subjetividade que a psicanálise pode isolar como sujeito do inconsciente.

Aqui abre-se outro ponto: um outro profissional pode fazer uma escuta do sujeito do inconsciente? Essa também é uma questão que nos permeou, mas permanece em aberto. Até esse momento, o que é possível dizer é que a escuta do sujeito do inconsciente depende da presença do analista e de uma relação artificial que é criada por ele na transferência. Ou seja, alguém pode ouvir um ato falho, por exemplo, ou um sonho de uma criança e interpretar das mais diversas maneiras, geralmente pelo eixo imaginário. A escuta psicanalítica depende que o analista situe aquilo do inconsciente, no inconsciente a partir do referenciamento ao real proposto por Freud e formalizado por Lacan no Seminário VII.

Isto posto, nosso encontro com o texto da direção do tratamento e das noções de tática, estratégia e política é radical em nossa investigação, uma vez que é o caminho deixado por Lacan sobre a possibilidade de inserção do psicanalista em qualquer contexto que seja, desde que não abra mão de sua clínica.

No texto freudiano sobre os *Caminhos da terapia psicanalítica* (1919/2010), permanece como questão em Freud o que seria misturar "o puro ouro da análise com o cobre da sugestão", quando a psicanálise fosse oferecida em instituições e em larga escala, principalmente a populações mais pobres. Isso parece estar respondido no texto da direção do tratamento de Lacan. Através da tática, estratégia e política o analista pode intervir onde quer que esteja inserido, onde sentir-se convocado, provocado a estar – instituições, praças públicas, ruas, situações de uso de substância. Lacan retira do lugar que o analista está a importância, e a situa o no lugar do próprio analista.

O que a tática, estratégia e política nos propicia, portanto, é situar o analista como lugar, independentemente de onde esteja. Como nos diz Moretto (2006), onde houver possibilidade de trabalho, aí sim o psicanalista pode atuar.

Essa discussão sobre a tática, estratégia e política não nos deixou inócuos. O contexto da direção do tratamento é a crítica mais contundente (e também a última) de Lacan aos analistas da época, os pós-freudianos. Podemos inclusive discutir, como em Freud, a questão da análise *versus* sugestão muitas vezes é difusa – como no texto citado acima – contudo, o que parece interessar a Lacan é justamente os efeitos das práticas que vinham sendo desenvolvidas até aquele momento.

O que esse texto provoca é uma reflexão a nossas práticas e as práticas com nossos pares, os outros psicanalistas. O que percebemos com isso é que, através da tática, estratégia e política é que podemos nos localizar e nos mover dentro da relação analítica sem fazer dela uma moral ou uma relação de poder.

Como dissemos com frequência ao longo do texto, existe uma *tentação* no serviço de se colocar no lugar de mestria, seja pelo lugar de técnico, seja pelos empuxos do discurso institucional ao qual somos convocados o tempo todo. Não raro ouvimos de outros profissionais, "não deixa esse menino falar assim com você, isso é falta de respeito! ", quando estávamos em algum tipo de escuta pelos corredores da instituição. Esses convites a responder de outro lugar podem nos retirar de nossa ética e fazer com que a intervenção permaneça no campo das identificações imaginárias.

A vivacidade da crítica lacaniana retomada durante essa pesquisa, portanto, serviu para refletir o quanto foi possível situar-se em uma política de falta-a-ser na instituição. A gravidade dos casos, as dificuldades materiais do serviço, questões políticas e das *politicagens* que nos atravessam no cotidiano – tudo isso pode servir para que nos localizemos a partir de outra ética e por consequência, abandonemos a nossa clínica.

E não trata-se aqui de um juízo, mas sim de uma compreensão: nem sempre na instituição é possível sustentar essa posição tão cara ao psicanalista. O que fica de nossa experiência é o quanto foi possível mover-se no interior dela. Nem sempre será possível responder a partir desse lugar. O que é interessante na instituição é que, nem sempre "tudo está perdido", mas a pesquisa sobre os discursos, o estudo teórico, análise pessoal e supervisão nos auxiliam a um retorno a esse lugar donde nos constituímos como analistas.

Conforme dissemos, muitas vezes precisamos responder como não analistas pela implicação de nossos cargos. Demandas técnicas, jurídicas e judiciais nos tomam em nosso próprio limite perante a lei. O que precisamos compreender é que isso trata-se um movimento, de onde podemos responder, para em seguida, ressituar-se em nossa falta-a-ser.

Também é preciso lembrar que, taticamente, muito daquilo que pode estar fora do *standard* pode ser considerado a partir de uma lógica da transferência. Sustentar nossa transferência com a instituição tem a ver também com sermos capazes de nem tudo dar e nem tudo recusar, mas nos colocar sobre um cálculo das consequências daquilo a nossa posição como analistas.

As vinhetas que apresentamos carregam essa característica. Muitas vezes o leitor poderá reconhecer aqueles momentos que parecem fugidios a posição do analista, como encaminhar a um serviço de proteção a vítimas de violência ou se dispor a acordar uma adolescente pura e simplesmente por uma imposição imaginária (e arbitrária) da instituição sobre o horário. O que podemos localizar aí é justamente esse *nem tudo dar, nem tudo negar* a instituição, na tentativa de sustentar a nossa posição como analistas no interior dela.

Por muitas vezes os entraves institucionais a nossa atuação nos colocam em desalento, fazendo querer deixar o trabalho ou abandonar a intervenção, cedendo ao discurso institucional. O que custou a perceber era que, aqueles que os impunham, também se viam angustiados frente a esses imperativos e para escutá-los, havia algo que era preciso, dar era preciso ceder.

Desse modo, o que localizo nesse movimento é que, o analista nesse contexto, precisa muitas vezes fazer semblante de significação a instituição, aparentemente cedendo ao seu discurso, mas tentando calculá-lo no interior de sua intervenção. A psicanálise, como de costume, permanecerá nessa relação de subversão com o discurso institucional. Situado aí, é possível que o analista sustente sua falta-a-ser e produza suas intervenções.

Nessa esteira, a radicalidade da clínica psicanalítica a que nos levou a elaboração sobre a tática, estratégia e política apontou para outras questões que permaneceram adjacentes a esse trabalho. Destacamos até agora a que trata da predicação (ou não) do sujeito do inconsciente e da forma pela qual os sujeitos se encontram enredados nas capturas fantasísticas através do

discurso institucional que pudemos identificar. Percebemos inclusive que essas questões são bastante iniciais, e exigem maior elaboração a partir dos desdobramentos dessa pesquisa. Além disso, o que surgiu como questão é a discussão sobre as estruturas clínicas, que não puderam ser desenvolvidas nessa pesquisa.

Ao longo das vinhetas, foi possível apenas citar algumas hipóteses diagnósticas que eram levantadas desde as primeiras anotações sobre esses casos, ainda no cotidiano dos serviços. Interessante perceber que outros autores que fizeram esse debate sobre o trabalho do psicanalista em instituições, exceto os da saúde mental, também não realizam esse debate.

Na medida que a clínica psicanalítica que fazemos aqui é a mesma daquela realizamos no consultório ou no acompanhamento terapêutico, nos perguntamos porque é comum que outros autores não debatam a questão estrutural para o manejo dos casos.

Nas reuniões de equipe que realizava, ainda que não o comunicasse, construía – geralmente em supervisão – uma hipótese diagnóstica donde poderia fazer sugestões diversas ao caso. Tratar dos "surtos" de uma criança neurótica e de uma criança psicótica, por exemplo, exigem manejos muito diferentes, que a depender da estrutura, podem auxiliar ou não o sujeito nessas atuações ou passagens ao ato.

Colocamos como desdobramento desse trabalho, portanto, o debate sobre as estruturas clínicas na instituição e como o psicanalista inserido nelas se vê com esses diagnósticos, uma vez que parece ser ponto *princeps* da intervenção analítica. Em pesquisas futuras, pode-se discutir os limites e possibilidades desse diagnóstico nos diferentes contextos a partir das intervenções aqui descritas.

Finalmente, o que é possível levar da escrita desse trabalho é a falta-a-ser como psicanalista e pesquisador no interior da academia. Conforme dito, durante essa pesquisa, deixamos o trabalho na instituição para prosseguir, em uma escolha pessoal, no trabalho como acompanhante terapêutico e no consultório. Escrever esse trabalho era também o recurso para lidar com a falta de não poder dizer tudo que queremos dizer sobre o cotidiano nos serviços de acolhimento.

Estar inserido nessas instituições faz com que o tempo assuma uma característica mais lógica e menos cronológica. Acompanhar um processo de desligamento institucional, por exemplo, faz com que a vida inteira de uma criança passe por nós reiteradas vezes. Revisitamos os processos, relemos, fazemos inúmeras reuniões em que retomamos toda a história de vida e como analista, escutamos a criança ou o adolescente incessantemente em suas angústias, expectativas, medos e anseios. Ao final desses processos passam por nós, oito, dez, doze anos de vida.

O trabalho nos abrigos, portanto, nos coloca constantemente em falta naquilo que não podemos captar ou enxergar. A versão mais fugidia do sujeito se apresenta para nós.

Quando iniciei o trabalho nos serviços de acolhimento essa era a principal angústia: como lidar com essas histórias de vida. Escrever esse trabalho foi o esforço de construir uma narrativa sobre esse algo indelével e delicado que é a história de alguém. A falta que ele nos coloca é justamente as histórias que aqui não puderam entrar. Enquanto escrevia, rememorava tantas outras cenas institucionais, tantos casos paradigmáticos e tantas experiências marcantes que foram fundamentais na formação e no meu percurso como psicanalista. A questão que dispara esse trabalho são as histórias de vida, e o que deixo dele são as histórias que não foram possíveis contar. Deixo aqui também o esforço — sempre faltoso — de elaboração após esses anos de trabalho nesse contexto tão adverso e potente que são os serviços de acolhimento.

Entre tantas histórias e cenas do cotidiano, lembro-me da última, que é na verdade uma das primeiras: um garotinho "solta" um palavrão perto de mim, que era muito engraçado, e começa a rir. Começo a rir junto, como naquelas troças que as crianças fazem para nós. Uma educadora chega e o surpreende, ao que ele explica rapidamente: "eu não falei isso, a palavra entrou na minha boca".

Aos que estiverem nessa esteira, como trabalhadores dessas instituições, psicanalistas, psicólogos, enfim, aos que se estiverem nessa mesma seara, que esse texto possa ser a indicação de um trabalho possível com essas palavras que entram e saem pela nossa boca, nos visitam no cotidiano das instituições.

REFERÊNCIAS

- ABREU, D. N. (2008). A prática entre vários: a psicanálise na instituição de saúde mental. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 74-82.
- ADORNO, S. (abr-jun de 1990). Gestão filantrópica da pobreza urbana. São Paulo em *Perspectiva*, 2, pp. 8-17.
- ALTOÉ, S. (1990/2008). *Infância perdida: o cotidiano nos internatos prisão*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- ALVAREZ, M. C. (1989). A EMERGÊNCIA DO CÓDIGO DE MENORES DE 1927: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aso menores. *dissertação de mestrado*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, letras e ciências humanas, departamento de sociologia FFLCH USP.
- ALVAREZ, M. C. (2009). Adolescentes em conflito com a lei: pastas e prontuários do "Complexo do Tatuapé" (São Paulo/ SP, 1990 2006). *Rev. Bras. Adolescência e conflitualidade, I.*
- BARTOLOMEU, G. (2017). O trabalho do psicanalista na Política de Assistência Social: escuta do sujeito e problematização de discursos e práticas. *dissertação de mestrado*. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- BENELLI, S. J. (jun de 2014). As éticas nas práticas de atenção psicológica na assistência social. *Estudos de psicologia, II*, 269-287.
- BENELLI, S. J., & COSTA-ROSA, A. (2012). Paradigmas diversos no campo da assistência social e seus estabelecimentos típicos. *Psicologia USP*, *IV*, 609-660.
- BENELLI, S. J., & COSTA-ROSA, A. (jun de 2013). Dispositivos institucionais filantrópicos e socioeducativos de atenção à infância na assistência social. *Estudos de psicologia*, 283-301.
- BOCK, A. (2010). A psicologia no Brasil. Psicologia, Ciência e Profissão, pp. 246-271.
- BOESMANS, E. F. (2015). O acolhimento institucional: paradoxo entre o interesse da criança e a aplicação da lei à luz da psicanálise. *dissertação de mestrado*. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Psicologia.
- BRASIL. (1988/2017). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Supremo Tribunal Federal.
- BRASIL. (1993). *LOAS ANOTADA*. [*Lei Orgânica de Assistência Social*]. Brasília: Ministério do desenvolvimento social e combate a fome.
- BRASIL. (2005). *Política Nacional de Assistência Social. Brasília*: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.
- BRASIL. (2009). *Orientações técnicas: Serviço de Acolhimento para crianças e adolescentes.*Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- BRASIL. (2014). Estatuto da Criança e do adolescente: Lei n.8069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. São Paulo: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.
- C, L. E., & CHATELARD, D. S. (2015). O lugar do analista e a ética do desejo. *Tempo psicanálitico*, 47.2, 156-170.
- CAMPOS, D. T., ROSA, C. M., & CAMPOS, P. H. (2010). A Confusão de Línguas e os desafios da psicanálise de grupo em institução. *Psicologia ciência e profissão*, 30(3), 504-523.
- CASTRO, M. C. (2005). Transgresión, goce y profanación: contribuciones desde el Psicoanálisis al estudio de la violencia y la guerra. Bogotá, Colômbia: Universidad Nacional de Colombia.
- CHECCHIA, M. A. (2012). Sobre a política na obra e na clínica de Jacques Lacan. São Paulo.
- CIACCIA, A. (2005). A prática entre vários. Em S. ALTOÉ, & M. M. LIMA, *Psicanálise, Clínica e Instituição* (pp. 34-55). Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.
- CNMP, [. N. (2013). Relatório da Infância e Juventude Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. Ministério Público, Conselho Nacional do Ministério Público, Brasília.
- COUTINHO, L. G., & ROCHA, A. P. (2007). Grupos de reflexão com adolescentes: elementos para uma escuta psicanalítica na escola. *Psicologia Clínica*, *19*, pp. 71-85.
- CRUZ, C. A. (2013). A evasão em situação de abrigo: um estudo psicanalítico sobre a atitude antissocial do ponto de vista de Winnicott. *dissertação de mestrado*, 63p. Campinas, SP: Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- DOLTO, F. (1998). Destinos de crianças: adoção, famílias de acolhimento, trabalho social. São Paulo: Martins Fontes.
- DUNKER, C. I., PAULON, C. P., & RAMOS, J. G. (2016). *Análise psicanalítica de discursos:* perspectivas lacanianas (2ª ed.). São Paulo: Estação das Letras e Cores.
- DUNKER, e. a. (2002). Romance policial e pesquisa em psicanálise. (jan-jun, Ed.) *Interações, VIII*, 113-126.
- ENDO, P. C. (2016). O psicanalista é um intelectual? Em C. M. al, *Intervenções Psicanalíticas:* a trama social (pp. 100-122). Porto Alegre: Criação Humana.
- ESTEVÃO, I., & METZGER, C. (2015). Acompanhamento terapêutico: tática, estratégia e política. 7(2), pp. 69-79.
- FIGUEIREDO, A. C. (nov de 2005). Uma proposta da psicanálise para o trabalho em equipe na atenção psicossocial. *Mental, III*, 44-55. Acesso em 20 de fevereiro de 2017, disponível em http://www.redalyc.org/pdf/420/42000504.pdf
- FIGUEIREDO, A. C., & FRARE, A. P. (mar de 2008). A função da psicanálisee o trabalho do psicanalista nosServiços Residenciais Terapêuticos. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*,

- 11, 82-96. Acesso em 20 de fevereiro de 2017, disponível em http://www.redalyc.org/html/2330/233016513008/
- FIGUEIREDO, L., & MINERBO, M. (jun de 2006). Pesquisa em psicanálise: algumas idéias e um exemplo. *J. Psicanal.*, *39*, 257-278.
- FOUCAULT, M. (1966/2008). As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas (8^a ed.). São Paulo: Martins fontes.
- FOUCAULT, M. (1969/2008). A arqueologia do saber (7ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FOUCAULT, M. (1971/2017). Nietzsche, a genealogia e a história. Em M. FOUCAULT, *Microfísica do poder* (pp. 55-86). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FOUCAULT, M. (1976/2012). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- FOUCAULT, M. (1976/2017). Genealogia e poder. Em M. FOUCAULT, *Microfísica do poder* (pp. 262-278). Rio de Janeiro: Paz e terra.
- FOUCAULT, M. (1978/2008). Segurança, território e população: curso dado no Collège Le France (1ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- FOUCAULT, M. (1979/2017). *Microfísica do poder* (6^a ed.). Rio de Janeiro: Paz e terra.
- FREUD, S. (1912/2010). Recomendações ao médico que pratica a psicanálise. Em S. FREUD, Observações psicanalíticas sobre um caso de paranóia relatado em autobiografia ("O caso Schreber"), artigos sobre a técnica e outros textos (Vol. X, pp. 147-162). São Paulo: Companhia das letras.
- FREUD, S. (1919/2010). "Batem numa criança": contribuição ao conhecimento da gênese das perversões sexuais. Em S. FREUD, *História de uma neurose infantil ("o homem dos lobos"), além do princípio do prazer e outros textos* (Vol. XIV, pp. 293-327). São Paulo: Companhia das letras.
- FREUD, S. (1919/2010). Caminhos da terapia psicanalítica. Em S. FREUD, *História de uma neurose infantil (o homem dos lobos), além do princípio do prazer e outros textos. Obras completas* (Vol. 14, pp. 209-219). São Paulo: Companhia das Letras.
- GUEDES, C. F. (2013). Acolhimento institucional da assistência à infância: reflexões a partir da experiência de um abrigo. *Dissertação de mestrado*, 118p. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo USP.
- GUEDES, C. F., & SCARCELLI, I. R. (2014). Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão. *Psicologia Social [online]*, 26, 58-67.
- KUABARA, C. I., KLIPAN, M. L., & ABRÃO, J. L. (mai-ago de 2016). Família acolhedora: o estabelecimento de relações objetais em situação de acolhimento. *Estilos da clínica*, 21, 346-365.

- LACAN, J. (1958/1998). A direção do tratamento e os princípios do seu poder. Em J. LACAN, *Escritos* (pp. 591-652). Rio de Janeiro: Zahar.
- LACAN, J. (1959-1960/2008). O seminário livro 7 A Ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar.
- LACAN, J. (1964/2008). Seminário, Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais em psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar.
- LACAN, J. (1967/2003). Alocução sobre as psicoses da criança. Em J. LACAN, *Outros Escritos* (pp. 359-368). Rio de Janeiro: Zahar.
- LACAN, J. (1969/2003). Nota sobre a criança. Em J. LACAN, *Outros Escritos* (pp. 369-371). Rio de Janeiro: Zahar.
- LACAN, J. (1969/2016). O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar.
- LAMY, M. I. (2003). O lugar do psicanalista numa instituição de saúde. *Caderno Psicanalítico*, 173-180.
- LAURENT, E. (set de 1999). O analista cidadão. (EBP-MG, Ed.) REvista Curinga, 07-13.
- LAURENT, E. (2007). As novas inscrições do sofrimento da criança. Em E. LAURENT, *A sociedade do sintoma: a psicanálise, hoje* (pp. 35-51). Rio de Janeiro: Contra Capa.
- LEDO, I. C. (2017). A psicanálise nas instituições de assistência a usuários de álcool e drogas: a construção de um lugar. *Dissertação de Mestrado*. São Paulo: Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo.
- LEITE, L. C. (2009). Meninos de rua: a infância excluída no Brasil. São Paulo: Atual.
- LIMA, G. G. (2009). Criança: objeto a liberado? Educação em revista, 25, pp. 203-218.
- MARCÍLIO, M. L. (2003). A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. Em M. C. FREITAS, *História social da infância no Brasil* (5ª ed.). São Paulo: Cortez.
- MARINO, A. S. (jun de 2013). A criança nos quatro discursos o psicanalista diante do infantil. *Stylus revista de psicanálise*, pp. 83-92.
- MEXKO, S. (2017). Psicologia e assistência social: contribuições da psicanálise de Freud e Lacan e do materialismo histórico. *dissertação de mestrado*, 128p. Assis, SP: Faculdade de ciências e letras de Assis Universidade Estadual Paulista.
- MINATTI, S. P. (2004). A criação do campo psicanalítico na instituição. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund, VII*, 20-39.
- MIRANDA JÚNIOR, H. C. (2009). O psicanalista no tribunal de família: possibilidades e limites de um trabalho na instituição. 238. São Paulo: Instituto de Psicologia/Universidade de São Paulo.
- MOHR, A. M. (2011). Aquém dos ideais da educação ou das (im)possibilidades do trabalho do psicanalista em atendimento individual na escola. 117. Curitiba: UFPR.

- MOISÉS, A. J. (2008). Ética da psicanálise e desejo do analista: bases conceituais do desejo do analista na ética do Seminário VII de Lacan. *Dissertação de Mestrado*. Belo Horizonte, Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais.
- MORETTO, M. L. (2006). O psicanalista num programa de transplante de fígado: a experiência do "outro em si". *Tese de doutorado*. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo USP.
- MORETTO, M. L., & PRISZKULNIK, L. (2014). Sobre a inserção e o lugar do psicanalista na equipe de saúde. *Tempo psicanalítico*, 46, 287-298.
- NAKAGAWA, R. T., CARETA, D. S., & MOTTA, I. F. (2014). Função paterna em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes: contribuições de D. W. Winnicott. *Onde está o pai? Desafios da atualidade na clínica com crianças* (pp. 190-193). São Paulo: Sedes Sapientiae.
- NETTO, L. R. (set-fev de 1989). Por debaixo dos panos A máquina policial e o problema da infância desvalida na cidade de São Paulo (1910 1930). *Rev. Bras. de Hist.*, 9, pp. 129-141.
- NETTO, L. R. (set-fev de 1989). Por debaixo dos panos A máquina policial e o problema da infância desvalida na cidade de São Paulo (1910 1930). *Rev. Bras. de Hist.*, 129-141.
- PACHECO, A. L. (2012). Da fantasia de infância ao infantil na fantasia: a direção do tratamento na psicanálise com crianças. São Paulo: Annablume.
- PAULA, F. O., & PAIVA, J. (2015). Possibilidades de atuação do psicanalista no Centro de Referência em Assistência Social. *Vínculo revista do NESME*, 12, 41-50.
- PINHEIRO, N. N., & VILHENA, J. (2007). Entre o público e o privado: a clínica psicanalítica no ambulatório hospitalar. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 59, 202-216.
- POLI, M. C. (2005a). Clínica da exclusão. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- POLI, M. C. (2005b). Pesquisa em psicanálise. Revista da associação psicanalítica de Porto Alegre, 29, 42-47.
- RAMOS, L. N. (2011). O ato em Lacan. Brasil.
- RIBEIRO, A. B., PAIVA, I. L., SEIXAS, P. S., & OLIVEIRA, I. M. (2014). Desafios da atuação dos psicólogos nos CREAS do Rio Grande do Norte. *Fractal Rev de Psicologia*, 461-478.
- RIZZINI, I., & RIZZINI, I. (2004). A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.
- ROGONE, H. M. (2006). Psicanálise e cidadania: correndo riscos e tecendo laços. *Tese de doutorado*. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo USP.
- ROSA, M. D. (set de 2004a). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-estar e subjetividade, IV*, 329-348.

- ROSA, M. D. (jun de 2012). ROSA, M. D. Psicanálise implicada: Vicissitudes das práticas clinicopolíticas. *Revista da associação psicanalítica de Porto Alegre*, 29-40.
- ROSA, M. D. (2016). A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolitica do sofrimento. São Paulo: Escuta.
- ROUDINESCO, E., & PLON, M. (1998). Dicionário de Psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar.
- SÁ, C. S., JURDI, A. P., & PANCIERA, S. D. (2017). Desenvolvimento infantil e o ambiente institucional experiência com bebês abrigados. *Revista Ciência e Extensão*, 13, 102-111.
- SANTORO, V. C. (set de 2006). Clínica psicanalítica e ética. Reverso, 53, pp. 61-66.
- SANTOS, J. D. (dez de 2007). As diferentes concepções de infância e adolescência na trajetória histórica do Brasil. *Revista HISTEDBR On-line*, 224-238.
- SANTOS, S. D. (2010). Um novo olhar sobre o conceito de abandono de crianças. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 32, pp. 63-72.
- SCARPARO, M. L. (2008). Em busca do sujeito perdido: a psicanálise na assistência social, limites e possibilidades. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SILVA, I. P., & VIANNA, T. R. (jun de 2014). A clínica e as práticas de cuidado na rede de atenção à infância e adolescência. *Revista da associação psicanalítica de Porto Alegre*, 89-99.
- SMADS, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. (2017). *Raio x SMADS*. Prefeitura Municipal da cidade de São Paulo, São Paulo.
- SOLER, C. (nov de 2002). Variantes da destituição subjetiva: suas manifestações, suas causas. *Stylus*, pp. 11-23.
- SOUZA, F. H., & CUNHA, E. L. (jul-dez de 2011). A esperança na família: uma leitura psicanalítica do acolhimento institucional. *Revista EPOS*, *II*, 1-18.
- STAZZONE, R. (1997). O que um psicanalista deve fazer na escola? *estilos da clínica, II*, 44-52.
- SUSIN, L., & POLI, M. C. (2016). A intervenção clínica na assistência social: o testemunho de uma prática em construção. Em C. M. PERRONE, *Intervenções psicanalíticas: a trama social* (pp. 190-222). Porto Alegre, RS: Criação Humana.
- THIOLLENT, M. J., & COLETTE, M. M. (2013). Pesquisa-ação, universidade e sociedade.. 2013. XIII Coloquio de Gestión Universitaria em Américas: rendimientos acadêmicos y eficácia social de La Universidad. . Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina UFSC.
- TRIPP, D. (set-dez de 2005). Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, 31.

- TYSZLER, J. J. (2014). *O fantasma na clínica psicanalítica*. Recife: Ed. da Association Lacanienne Internationale.
- VOLNOVICH, J. (1991). *Lições introdutórias à psicanálise de crianças*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- WINNICOTT, D. (1999). Privação e Delinquência. São Paulo: Martins Fontes.
- YAMAMOTO, O. H. (2007). Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia e Sociedade*, 30-37.